

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LEONARDO BACHER MEDEIROS

ESTADO CAPITALISTA E IDEOLOGIA DOMINANTE:
UM ESTUDO TEÓRICO A PARTIR DA CONJUNTURA POLÍTICA NA BOLÍVIA
PLURINACIONAL (2006-2016)

PORTO ALEGRE
2020

LEONARDO BACHER MEDEIROS

**ESTADO CAPITALISTA E IDEOLOGIA DOMINANTE:
UM ESTUDO TEÓRICO A PARTIR DA CONJUNTURA POLÍTICA NA BOLÍVIA
PLURINACIONAL (2006-2016)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Granato

PORTO ALEGRE
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Medeiros, Leonardo Bacher
ESTADO CAPITALISTA E IDEOLOGIA DOMINANTE: UM ESTUDO
TEÓRICO A PARTIR DA CONJUNTURA POLÍTICA NA BOLÍVIA
PLURINACIONAL (2006-2016) / Leonardo Bacher Medeiros.
-- 2020.
174 f.
Orientador: Leonardo Granato.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. ideologia dominante. 2. Estado capitalista. 3.
análise do discurso político. 4. conjuntura política.
5. Bolívia. I. Granato, Leonardo, orient. II. Título.

LEONARDO BACHER MEDEIROS

**ESTADO CAPITALISTA E IDEOLOGIA DOMINANTE:
UM ESTUDO TEÓRICO A PARTIR DA CONJUNTURA POLÍTICA NA BOLÍVIA
PLURINACIONAL (2006-2016)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Granato

Aprovado em ____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri – UNILA

Prof. Dr. Hélio Couto Alves – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Solange Mittmann – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Silvina Mercedes Irusta – UNVM (Argentina)

Prof. Dr. Leonardo Granato – UFRGS (Orientador)

Para Marcia e Lis.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus agradecimentos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo auxílio financeiro à pesquisa. Sobretudo, agradeço aqui às pessoas que fizeram parte da minha trajetória no curso de forma fundamental.

Ao meu orientador e amigo Leonardo Granato, pelos debates teóricos que tivemos ao longo da orientação, pelo auxílio sempre qualificado para elaboração da tese, pelo estímulo intelectual e pelos conselhos acadêmicos que superam os limites deste trabalho. Especialmente, agradeço pela relação de respeito e amizade construída durante esta orientação.

À minha esposa Marcia, pelo companheirismo e amor tão fundamental para a elaboração deste trabalho. Principalmente, agradeço por tornar possível este doutorado, com seu apoio, sua parceria, seu incentivo, seu cuidado e o carinho dirigido a mim nesses quatro anos.

À minha mãe e primeira professora, Mari, pela inspiração intelectual por criar em mim a paixão pela leitura e a curiosidade científica.

Ao meu grande amigo Flávio Marcelo Busnello, pelas contribuições que fez a esta tese, pelos estudos que realizamos durante o curso e pelos debates teóricos e políticos que vêm de longa data. Particularmente, agradeço à companhia, aos “pedais” que fizemos, à amizade sincera e às conversas intermináveis que tanto me ajudaram em momentos de cansaço e indecisão.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC) e do Observatório do Estado Latino-americano (ODELA), pela convivência e pelos debates tão construtivos que contribuíram para este trabalho.

Aos professores do curso que me acolheram e contribuíram para minha formação de diferentes formas, dos quais destaco a professora Analúcia Danilevicz Pereira e os professores Paulo Fagundes Vicentini e Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

RESUMO

Nosso objetivo nesta tese é propor uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante no Estado capitalista. Para isso, primeiramente abordamos as relações entre o Estado e a ideologia capitalista como estruturas na formação social. Após, examinamos a ressignificação do conceito de ideologia na teoria política marxista, continuidades e rupturas acerca dos sentidos atribuídos a ele. Em seguida, buscamos transpor essa ressignificação para o conceito específico de ideologia dominante, e situá-lo a partir de uma conjuntura concreta do Estado capitalista. Esse último procedimento é realizado a partir da análise do discurso político como prática ideológica em nosso caso exemplar: a conjuntura de reforma do Estado na Bolívia (2006-2016). Com base na pesquisa realizada, identificamos que, ao longo da história, a ideologia é permanentemente ressignificada, apresentando variações especialmente no tocante ao seu papel no Estado capitalista e à relação com a luta de classes. Além disso, concluímos que essa ressignificação conceitual nos permite propor uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante. Compreendemos que, dessa forma, esse conceito se apresenta na formação social como um conceito relacional, sujeito, portanto, à análise concreta de suas práticas na conjuntura política do Estado. Isso significa, em síntese, que os efeitos da ideologia capitalista supõem a necessidade de seu exame a partir de, pelo menos, duas dimensões analíticas: como pressupostos gerais e como práticas específicas na conjuntura. A partir da análise do discurso, compreendido aqui como uma forma de prática ideológica, concluímos também que a interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante nos permite não apenas identificar os elementos constitutivos dessa ideologia na formação social, mas também aponta para aspectos relevantes para a análise de uma conjuntura política concreta.

Palavras chave: ideologia dominante; Estado capitalista; análise do discurso político; conjuntura política; reforma do Estado; Bolívia.

ABSTRACT

Our goal in this thesis is to propose an expanded interpretation of the concept of dominant ideology in the capitalist State. For this, we first approach the relations between the State and capitalist ideology as structures in social formation. Then, we examine the reframing of the concept of ideology in Marxist political theory, continuities and ruptures about the meanings attributed to it. Then, we seek to transpose this reframing into the specific concept of dominant ideology, and place it from a concrete conjuncture of the capitalist State. This last procedure is carried out based on the analysis of political discourse as an ideological practice in our exemplary case: the state reform situation in Bolivia (2006-2016). Based on the research carried out, we have identified that, throughout history, ideology has been permanently reframed, showing variations, especially regarding its role in the capitalist State and its relationship with the class struggle. In addition, we conclude that this conceptual reframing allows us to propose an expanded interpretation of the concept of dominant ideology. We understand that this way this concept appears in social formation as a relational concept, subject, therefore, to the concrete analysis of its practices in the political context of the State. This means, in short, that the effects of the capitalist ideology suppose the need for its examination from at least two analytical dimensions: as general assumptions and as specific practices in the conjuncture.

From the discourse analysis, understood here as a form of ideological practice, we also concluded that the expanded interpretation of the concept of dominant ideology allows us not only to identify the constituent elements of this ideology in social formation, but also points out relevant aspects to the analysis of a concrete political situation.

Keywords: dominant ideology; capitalist State; analysis of political discourse; political situation; state reform; Bolivia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Apresentação da conjuntura de estudo.....	19
2	O ESTADO E A IDEOLOGIA CAPITALISTA	24
2.1	A TEORIA DO ESTADO CAPITALISTA COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ESTUDO DA IDEOLOGIA	24
2.1.1	Interpretações acerca do conceito de Estado na obra de Poulantzas.....	28
2.2	CONTRIBUIÇÕES POULANTZIANAS PARA O DEBATE SOBRE O ESTADO.....	31
2.2.1	O Estado capitalista	31
2.2.2	As relações intrabloco no poder e as classes populares.....	37
2.2.3	A cena política: a representação dos interesses hegemônicos.....	43
2.3	A IDEOLOGIA NO ESTADO CAPITALISTA: O FATOR DE COESÃO	48
2.3.1	A especificidade da organização ideológica capitalista: os efeitos de isolamento e de unidade	50
2.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	55
3	ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA DE ESTADO.....	57
3.1	O CONCEITO DE IDEOLOGIA	58
3.1.1	Os sentidos da ideologia: definições e ressignificações.....	59
3.2	A IDEOLOGIA NA OBRA DE POULANTZAS.....	71
3.3	IDEOLOGIA ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL	79
3.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	86
4	A APRESENTAÇÃO DO CASO EXEMPLAR: REFORMA E REORGANIZAÇÃO DO PODER NA BOLÍVIA PLURINACIONAL (2005-2016)	91
4.1	A REFORMA DO ESTADO CAPITALISTA NA BOLÍVIA.....	92
4.2	BOLÍVIA REBELDE: O PROCESSO DE MUDANÇA (2000-2016)	96
4.2.1	O período militar, o neoliberalismo e a democracia pactuada.....	97
4.2.2	O ciclo de mobilizações populares (2000-2005).....	100
4.2.3	Ascensão do <i>Movimiento al Socialismo</i> e o Pacto de Unidade (2005).....	103
4.2.4	A assembleia constituinte e a reforma do Estado (2006-2009)	104
4.2.5	O período pós-constituinte (2009-2016).....	110

4.3 A REORGANIZAÇÃO DO PODER NO PERÍODO CONSTITUINTE (2006-2009)	113
4.3.1 O MAS e a nova cena política	120
4.3.2 O instrumento político subalterno	121
4.3.3 O cenário eleitoral (2005)	124
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	126
5 IDEOLOGIA DOMINANTE E DISCURSO POLÍTICO NA CONJUNTURA BOLIVIANA (2005-2016)	128
5.1 O EXAME DA PRÁTICA IDEOLÓGICA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO	129
5.2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO	131
5.2.1 A Análise do Discurso pecheutiana	132
5.2.1.1 Formação social, formações ideológicas, e formações discursivas	134
5.2.1.2 A ideologia, o discurso e o sujeito	139
5.3 O EXAME DO DISCURSO POLÍTICO NA CONJUNTURA BOLIVIANA	144
5.4 A luta política	145
5.4.1 A composição do bloco subalterno, os adversários, e a conciliação de classes	146
5.5 OS IMAGINÁRIOS SOBRE O <i>PROCESO DE CAMBIO</i>	152
5.5.1 A vanguarda indígena e a CPE	152
5.5.2 A narrativa sobre o <i>proceso de cambio</i>: a conspiração da Meia Lua e a redenção popular	153
5.5.3 O Estado Plurinacional: nação indígena e nação estatal	155
5.5.4 Qual é o horizonte plurinacional?	157
5.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO	161
CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS	170

1 INTRODUÇÃO

O conceito de ideologia dominante esteve presente na teoria política desde Marx e Engels, mas ganha especial relevância quando das releituras da obra desses autores por parte de Althusser, que o denominou ideologia de Estado¹, especialmente em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, de 1966. Posteriormente, a partir da renovação do pensamento marxista sobre o Estado nas décadas de sessenta e setenta, Poulantzas dedica boa parte de sua obra *Poder Político e Classes Sociais*, de 1968, para trabalhar as relações entre a ideologia jurídico-política e o político, entendido naquela obra como uma estrutura político-jurídica.

Existe um paralelo, contemporaneamente, entre a renovação do Estado no marxismo e a ressignificação do próprio conceito de ideologia, movimento notadamente introduzido por Gramsci, com a noção de Estado ampliado, em *Cadernos do Cárcere*, de 1934, com sistematização teórica desenvolvida principalmente por Althusser e Poulantzas. Partindo das elaborações de Marx e Engels, que estabelecem as bases teórico-metodológicas iniciais para o debate sobre o tema, Lenin² e Gramsci³ acrescentam novas interpretações de acordo com o contexto político que viveram. Althusser é quem estabelece a transição mais significativa em relação aos sentidos do termo em sua relação com o Estado, ao rejeitar as interpretações que entendia “historicista” das ideologias e acrescentar elementos que superavam a discussão acerca apenas do sujeito classista⁴.

Já Poulantzas, ao elaborar uma teoria regional do Estado capitalista, em sua obra inaugural, estabelece a articulação entre as ideologias (geral e particulares) e seus efeitos na formação social capitalista. Nessa obra, o autor desenvolve diversos aspectos introduzidos por Althusser, especialmente relativos às relações jurídicas e de produção. Em sua última obra, *O Estado, o poder, o socialismo*, de 1978, ao enfatizar a problemática da luta de classes no interior do aparelho do Estado – definido aqui como uma condensação de relações sociais – Poulantzas nos fornece subsídios para pensarmos também o conceito de ideologia como um conceito relacional.

¹ Os termos “ideologia dominante” e “formação ideológica dominante” nesta tese podem ser compreendidos como termos equivalentes à “ideologia de Estado”, “ideologia do Estado”, ou, ainda, à “ideologia capitalista”.

² Lembramos que Lenin não teve acesso à obra *Ideologia Alemã*, publicada apenas em 1932. Para ele, a ideologia, de forma sintética, é pensada como um conjunto de ideias estratégicas de classe.

³ O autor pensa a ideologia em conjunto com a hegemonia. A contribuição de Gramsci à transmutação do conceito foi incluir a ideia de ideologia como prática “vívida”, como a cultura, os hábitos dominantes.

⁴ O autor formula a noção de Aparelhos Ideológico do Estado, e com isso introduz a questão da materialidade da ideologia. Além disso, rompe com a ideia de “distorção” da realidade que teria a ideologia e inclui o problema do imaginário, do inconsciente e da interpelação do sujeito.

Além disso, no campo da linguística pensado a partir da obra de Pêcheux, a abordagem da ideologia contempla desde as dimensões mais abstratas até a análise prática da ideologia pelo discurso. A partir das contribuições mencionadas da teoria política marxista, sobretudo a partir da obra de Althusser, Pêcheux ressignifica o conceito de ideologia e elabora uma teoria para a Análise do Discurso⁵. As principais contribuições de Pêcheux para nossa abordagem são: compreender a ideologia não só como uma forma de reprodução, mas também como uma possibilidade de transformação social presente nos aparelhos do Estado; analisar o discurso não apenas como instrumento do sujeito, mas como resultado de um efeito ideológico que o próprio sujeito desconhece; e sistematizar uma teoria marxista para a análise do discurso na conjuntura histórica.

A partir de diferentes graduações e enfoques, os autores mencionados teorizaram em torno da luta política, com maior ou menor ênfase no conceito de ideologia. Com base nesses trabalhos, compreendemos que existem elementos na teoria política marxista que nos permitem visualizar esse conceito ressignificado ao longo da história, o que resulta em uma ampliação no conceito de ideologia dominante.

Nosso objeto de estudo, que nos coloca em diálogo com o campo da teoria política surge, particularmente, dos estudos sobre o Estado capitalista. O interesse no tema se dá pela própria definição poulantziana de Estado como uma estrutura político-jurídica e pelas relações entre o político e o ideológico na análise da conjuntura concreta. Apesar disso, Poulantzas não teve como objeto central a ideologia capitalista, mas o Estado. Dessa forma, a exemplo dos que o antecederam, o autor não se dedicou a uma análise da conjuntura política do Estado a partir das relações ideológicas, no âmbito da luta política de classes.

Ao tratar da importância do Estado nas investigações dos grupos de trabalho e comissões do CLACSO, na década de setenta, Guillermo O' Donnell já chamava a atenção para a necessidade e também para as dificuldades de escolher a ideologia capitalista como objeto de estudo:

Es evidente que no puede haber conocimiento satisfactorio del Estado ni, en general, de la dominación, sin buenos estudios de las ideologías que impregnan a esas relaciones. Ocurre que no creo que haya un tema tan difícil para conceptualizar y estudiar como estos planos ideacionales, ni que haya otros que se presten tanto a descripciones sin propósito, a apresuradas imputaciones causales o a quedar "flotando" sin conexión posible con otros niveles o aspectos. (O'DONNELL, 1977, p. 114-115)

⁵ A Análise do Discurso conjuga o materialismo histórico, a linguística, a teoria do discurso e a psicanálise. Essa última permeia as demais regiões de modo a formar uma teoria e um método.

Além disso, completa o politólogo, “*como se analiza la ideología, en los aspectos en los que repercuten y se reexpresan la dominación y lo estatal es, me parece, una de las cuestiones que hay que comenzar por plantearse con no menos interés que los mismos estudios de ideologías*” (O’DONNELL, 1977, p. 115).

Diante dessa necessidade que aponta o autor, lembramos que, principalmente Althusser e Poulantzas, demonstraram a pertinência do estudo dessas relações entre o Estado e a ideologia. Tais estudos, entretanto, não buscaram a sistematização da prática da ideologia de Estado na formação social. Ambos estavam interessados no estudo desse objeto predominantemente como abstrato-formais, que se relacionavam com outros no mesmo nível de abstração. Já no campo da linguística, particularmente na teoria pecheutiana da Análise do Discurso (AD), o próprio discurso é considerado como uma prática da ideologia e, portanto, ainda que tratado também a partir de um alto grau de abstração teórica, a ideologia aparece na AD como uma prática social, com possibilidade de se constituir como um objeto real-concreto, quando pensado na conjuntura histórica.

Esse panorama estabelece um quadro teórico que apresenta defasagens entre o estudo do Estado capitalista e o conceito de ideologia dominante. Isso porque seu estudo conjunto relativo ao nível das práticas sociais, na teoria política, não oferece o mesmo grau de sistematização. A esse respeito, vale lembrar que Althusser chegou a indicar um rol de práticas ideológicas, entretanto, sem sistematizar suas práticas no nível da sociedade.

Além dessas defasagens entre a teoria sobre o Estado e sobre a ideologia, outra também relativa ao nosso objeto ocorre entre a teoria política e a da linguística. Se, por um lado, para AD a ideologia é um conceito “verificável” na formação social, este estudo não se realiza, necessariamente, no âmbito dos estudos sobre o Estado capitalista. Dessa forma, ao pensarmos a ideologia e suas práticas em determinada formação social, em uma conjuntura específica, nos deparamos com a necessidade de mais abordagens sobre a prática da ideologia dominante.

Isso porque, tanto em uma dimensão analítica quanto prática, a forma como compreendemos a relação entre a ideologia e o Estado determina o modo como examinamos uma conjuntura concreta e com isso também a maneira com que se manifesta a própria prática política. Vale lembrar que essa prática

tem por *objeto específico* o ‘momento atual’, como dizia Lênin, isto é, o *ponto nodal onde se condensam as contradições* dos diversos níveis de uma formação nas relações complexas regidas pela sobredeterminação, pelos seus defasamentos e desenvolvimento desigual. [...] a prática política tem como objeto simultaneamente o

econômico, o ideológico, o teórico e 'o' político em sentido estrito [...] A prática política é o 'motor da história' na medida em que o seu produto constitui afinal a transformação da unidade de uma formação social, nos seus diversos estágios e fases (POULANTZAS, 2019, p. 43, grifo no original)

Conforme o autor, o conceito de prática política adquire uma função de transformação sobre um objeto determinado (matéria-prima) cuja finalidade é a produção de algo novo (o produto). A conjuntura, nesse sentido, é o objeto dessa prática, e se apresenta como o local onde se condensam as contradições dos diferentes níveis (econômico, ideológico, e político) de uma formação social. Análise de uma conjuntura concreta, é, nesse sentido, onde se desvela a unidade da estrutura sob a qual pode operar-se sua transformação. Nesse aspecto, determinado entendimento acerca do conceito de ideologia levará ao exame da conjuntura de forma distinta, e, como resultado, levará à uma estratégia específica de transformação ou conservação das estruturas do Estado.

Dessa forma, nosso interesse no estudo da ideologia está relacionado à necessidade de abordagem da conjuntura do Estado com o máximo de recursos teóricos e metodológicos para compreender, de forma mais aproximada possível, o movimento real da luta política em determinada formação social.

Além disso, ainda que sejam múltiplos os estudos sobre a ideologia de forma geral, na teoria política marxista, o conceito de ideologia de Estado ou ideologia dominante não assume papel central na maior parte das vezes. Isso se deve em parte, conforme veremos, à natureza polissêmica do termo e também à ausência de estudos direcionados ao conceito em sua relação com o político. Nesse sentido, o estudo da ideologia compreende diferentes perspectivas ao longo de sua história e grande parte dos sentidos atribuídos a ela não coincidem quanto a uma natureza comum ao termo (KONDER 2002; ŽIŽEK, 1996; EAGELATON, 1997).

No campo da teoria política marxista, o estudo da ideologia também apresenta variações de sentidos que dificultam sua análise e uma definição exata. Ao longo de sua ressignificação, o conceito de ideologia assume diferentes aspectos que resultam em entendê-la como: uma instância ou região (POULANTZAS, 2019); uma expressão do modo de vida da classe dominante (MARX & ENGLÉS, 2007); uma prática “vivida” por determinada classe (GRAMSCI, 1999); uma relação imaginária (ALTHUSSER, 1982); uma relação social (POULANTZAS, 2015); entre outros.

Em relação à ideologia dominante, particularmente, predomina nessas obras a interpretação do conceito como algo que dissimula, inverte ou oculta a realidade das relações de classe. Nessas interpretações, sua prática estaria a serviço da classe dominante, e a

ideologia seria algo a ser disposto como seu instrumento. Poulantzas nos dá indícios de que essa interpretação é restrita e Pêcheux declaradamente o faz através de sua sistematização teórica da Análise do Discurso.

Nosso interesse é justamente explorar esse e outros indícios de que a ideologia dominante é uma categoria relacional, que deve ser interpretada em uma conjuntura específica do conflito ou da luta de classes⁶. O estudo desses aspectos que ressignificam e ampliam o conceito de ideologia dominante é necessário, a nosso juízo, para uma compreensão das relações ideológicas a partir de um exame de suas complexidades específicas da prática política. Se, por um lado, a renovação da teoria sobre o Estado nas décadas de sessenta e setenta nos permite hoje uma análise mais detalhada do político, o estudo da ideologia capitalista ainda carece de estudos mais aprofundados e de abordagens que explorem seus diversos aspectos contraditórios como relação social.

Especialmente em relação à ideologia dominante, a compreensão desse fenômeno a partir de uma visão instrumentalista não nos possibilita identificar as complexidades das relações que se estabelecem entre as classes dominantes e as dominadas em determinada fase histórica. Essa visão instrumentalista apenas nos fornece uma visão restrita dos fenômenos sociais em que a ideologia opera na sociedade e, com isso, também nos limita quanto a ação política que pode surgir da análise teórica.

Nosso problema diz respeito ao estudo da ressignificação do conceito de ideologia na teoria política marxista e seus reflexos na análise da conjuntura do Estado capitalista. Particularmente, buscamos trabalhar o *conceito ampliado de ideologia dominante*.

Esse problema se apresenta a partir da observação de uma realidade concreta sobre o Estado Capitalista: a reformulação da ideologia de Estado na conjuntura de reforma do Estado na Bolívia (2006-2016). Esse caso, que nos servirá como ilustração de nosso problema teórico, será apresentado de forma mais detalhada ao final desta introdução. Mas, neste momento, basta mencionarmos que é a partir de uma análise preliminar do caso boliviano que verificamos que, para analisarmos a reformulação da ideologia de Estado, os conceitos de ideologia presentes na teoria política marxista clássica não permitiam explorar os diversos aspectos particulares naquele processo de transformação do Estado.

As características de uma ideologia dominante como uma “ideologia de classe”, e as funções de “falseamento”, “dissimulação” e “ocultação” não eram suficientes para

⁶ No sentido de trabalhar a ressignificação do conceito de ideologia, ver Codato (2016).

analisarmos a reformulação da ideologia dominante na Bolívia em sua relação com as classes fundamentais e as classes subdeterminadas naquela conjuntura. O estudo do conceito de ideologia dominante atende, portanto, a uma necessidade presente em um caso concreto⁷.

Nesse sentido, nos indagamos *quais são os reflexos da ressignificação do conceito de ideologia* para a análise da conjuntura política na formação social capitalista.

A partir dessa indagação, a hipótese que guia nosso estudo é a de que a ressignificação da ideologia permite uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante e se apresenta como uma opção teórico-metodológica para o estudo da conjuntura concreta na formação social.

Essa hipótese se apresenta em nosso trabalho considerando que o conceito de ideologia assume diferentes sentidos e que, ao examinarmos a teoria política, entendemos que é possível acolher alguns de seus aspectos, com ou sem retificações, de modo a ressignificá-la para seu estudo no âmbito do Estado. Essa ressignificação nos permite compreender a ideologia dominante não apenas no âmbito mais geral, a partir de seus pressupostos mais amplos, mas em sua complexidade na sua prática social, em uma conjuntura concreta. Assim, os pressupostos estruturais⁸ da região ideológica são observados a partir de seus efeitos e de sua existência material na luta política. Preliminarmente, compreendemos que esses efeitos são verificáveis a partir das práticas ideológicas – por exemplo, por meio do discurso político; do contrato de trabalho; do voto – e seus resultados podem variar de acordo com o grau de aprofundamento do conflito/luta de classes.

Nossa *hipótese* nos sugere que, a partir da análise das práticas ideológicas/sociais, é possível compreendermos as relações que se estabelecem entre as classes em conflito/luta em determinada conjuntura. A partir desse exame, verificamos, entre outros aspectos: a representação dos interesses particulares na cena política, o nível de aprofundamento da luta ou conflito político e ideológico na conjuntura; a organização dos blocos dominantes e subalternos; os valores e as práticas em disputa no discurso; os sentidos em disputa acerca do imaginário sobre o Estado, a política partidária, o sistema econômico, o Direito, e o próprio processo de mudança social a ser analisado.

⁷ Inicialmente, nosso objetivo era analisar o processo boliviano de reforma do Estado e, a partir do problema teórico com o qual nos deparamos, nosso objetivo passou a ser a própria análise teórica, utilizando o caso concreto como ponto de partida, mas também como ilustração de nossa tese.

⁸ Tais pressupostos são os efeitos de isolamento, de unidade, e o burocratismo.

Tendo posto nosso objeto de estudo, o problema que se apresenta em torno dele e a hipótese de estudo, a seguir tratamos de indicar os fundamentos, de modo introdutório, os principais conceitos utilizados nesta tese: a ideologia, o Estado capitalista, e o discurso.

A ideologia é o objeto principal de nossa análise e é entendida, no campo das práticas, a partir de uma definição relacional, que se fundamenta em dois pressupostos principais. O primeiro é o de que a ideologia dominante não é apenas uma ideologia homogênea, imposta pela classe dominante, mas também se constitui e expressa as relações específicas entre a classe dominante e a classe dominada. Em outras palavras, ela reflete a relação política concreta entre as classes fundamentais, em uma formação social, e se apresenta frequentemente impregnada de elementos decorrentes do modo de vida de outras classes que não o da classe dominante (POULANZTAS, 2019, p. 206).

A esse aspecto se soma um segundo, o de que a ideologia de Estado, ou ideologia dominante, se constitui pela expressão de um modo de vida específico da sociedade capitalista. Sua natureza relacional aqui se dá em razão de que, no capitalismo, as relações sociais não ocorrem entre indivíduos, mas, grosso modo, se dá entre trabalhadores e proprietários (MARX, 1976). Ou seja, nesta tese, a ideologia é considerada uma categorial relacional por incorporar, sob o ponto de vista de sua constituição, os modos de vida de ambas as classes fundamentais (em diferentes graus, é certo); e, também, a partir da perspectiva de suas práticas, por ser um modo de interação social que visa a reprodução e/ou superação das condutas relacionadas ao modo de produção na sociedade capitalista. Além disso, consideramos que os efeitos da ideologia em uma conjuntura específica estão sujeitos ao exame das relações que se estabelecem entre os sujeitos a partir da prática ideológica na luta política.

Outro conceito determinante é o Estado capitalista. Partimos da teoria regional poulantziana sobre o Estado e conjugamos diferentes níveis de análise (estrutural e da sociedade) a partir das concepções que denominamos estrutural e relacional⁹ sobre o Estado. Partimos dos traços estruturais – o Estado como fator de coesão dos níveis de uma formação social – para entendê-lo em um nível de análise estrutural, para, em seguida, abordá-lo a partir

⁹ Essa separação nos serve de forma preliminar, já que não há consenso sobre a uniformidade conceitual na obra de Poulantzas. Para Martuscelli (2018), a transição de uma abordagem à outra não se dá por completo; Já Jessop (2009) entende que ambas as abordagens são compatíveis com a afirmação de que o Estado é uma relação social; Também Przeworski entende que, diferente de suas obras anteriores, em *Fascismo e Ditadura*, de 1970, e, em *O Estado, o Poder e o Socialismo*, de 1978, Poulantzas elabora estudos empíricos sobre o Estado.

da forma relacional – o Estado como a condensação material de uma relação de forças – para acessá-lo com mais riquezas de determinações no âmbito da ideologia dominante na formação social boliviana. Ou seja, o Estado se apresenta como uma correlação de forças particulares da luta de classes quando da análise do nosso caso concreto, mas parte de pressupostos estruturais quando analisado no plano predominantemente abstrato.

Já o discurso é abordado aqui como uma prática da ideologia (ALTHUSSER, 1982; PÊCHEUX, 2011; 1997) na conjuntura política boliviana. Particularmente, nosso desenho de pesquisa propõe analisarmos uma forma de discurso: o discurso político. Nesse sentido, é a Análise do Discurso pecheutiana que nos fornece fundamentos teóricos para uma maior aproximação do que entendemos como uma expressão da prática de ideologia dominante.

As categorias mencionadas anteriormente serão trabalhadas a partir de uma abordagem que utiliza os pressupostos do materialismo histórico e do materialismo dialético, cujos funcionamentos se distinguem em razão do objeto a que se referem: “O materialismo histórico, ou ciência da história, tem como objeto o conceito de história”; já “o materialismo dialético, ou filosofia marxista, tem como objetivo a produção do conhecimento, ou melhor, a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento” (POULANTZAS, 2019, 15). O materialismo dialético, vale lembrar, parte da distinção entre processos reais e processos de pensamento. Conforme o autor, o trabalho teórico – independente dos seus graus de abstração – é sempre um trabalho que se refere a processos reais. Esse trabalho, entretanto, situa-se inteiramente no processo de pensamento. Assim, “O trabalho teórico parte de uma matéria-prima composta, não do real-concreto, mas antes de informações, noções, etc., sobre este real, e trata-as utilizando certos instrumentos conceituais, trabalho cujo resultado é o conhecimento de um objeto” (POULANTZAS, 2019, p. 17).

O que se conclui dessa breve distinção é que deve ser observada a diferença entre objetos abstrato-formais e reais concretos¹⁰ no campo analítico de pesquisa. Conhecer estes últimos é a finalidade dos processos de pensamento, contudo, nem sempre esse processo reflexivo se relaciona com os objetos reais concretos. Isso porque o processo de pensamento pode, de igual maneira, reportar-se a objetos abstrato-formais – que não existem no sentido

¹⁰ Para exemplificarmos essa distinção, vale resgatarmos o próprio exemplo que o autor grego põe em pauta: “o modo de produção constitui um objeto abstrato-formal que, em sentido rigoroso do termo, não existe na realidade. Os modos de produção capitalista, feudal, e escravagista constituem igualmente objetos abstrato-formais [...] De fato, existe apenas uma formação social historicamente determinada [...] em um dado momento de sua existência histórica [...] uma formação social, objeto real-concreto, sempre original porque singular, apresenta [...] uma combinação particular, uma superposição específica de vários modos de produção “puros” (POULANTZAS, 2019, p. 17).

rigoroso do termo, mas que são condição do conhecimento dos objetos reais concretos. Sobre essa distinção, Poulantzas (1977, p. 13) nos chama a atenção sobre o erro de estabelecermos sobre ela uma lógica dedutiva:

Os conceitos mais concretos, aqueles que conduzem ao conhecimento de uma formação social em um momento determinado do seu desenvolvimento, não são, tampouco quanto aos objetos reais-concretos, a matéria prima do processo de pensamento: nem são sequer *deduzidos* dos conceitos mais abstratos, ou *submetidos* nesses últimos, juntando à sua generalidade, uma simples particularidade. São antes o resultado de uma elaboração teórica que, operando sobre as informações, noções, etc., por meio de conceitos mais abstratos, tem como efeito a produção de conceitos mais concretos, que conduzem ao conhecimento dos objetos reais, concretos e singulares.

Entendermos essa distinção é importante em nosso trabalho porque constitui o modo como abordamos os conceitos de ideologia e de Estado capitalista nos capítulos desta tese. Nosso caminho teórico perpassa, inicialmente, o estudo da ideologia na sua relação com o Estado capitalista para em seguida abordar a ressignificação do conceito na teoria política marxista e propor uma interpretação ampliada de ideologia dominante. Após, apresentamos nosso caso exemplar de conjuntura política (a reforma do Estado na Bolívia) e realizamos o exame da ideologia pela prática do discurso político.

Para isso, nossa tese se estrutura a partir dos capítulos descritos a seguir. No capítulo primeiro, abordamos o conceito de ideologia do Estado¹¹ como objeto abstrato-formal. Ou seja, refletimos sobre o Estado e as ideologias geral e particular do modo de produção capitalista (MPC), com o objetivo de situar no campo teórico a relação que se estabelece entre ambos em sua dinâmica estrutural. No segundo capítulo, retomamos uma análise da ideologia como objeto abstrato-formal para discutirmos a ressignificação do conceito no âmbito da teoria política, sua caracterização enquanto prática social e a resultante ampliação do conceito de ideologia de Estado.

Já no terceiro capítulo, o Estado é analisado a partir da formação social boliviana, em uma conjuntura concreta, para discutirmos o contexto de reformulação das estruturas do Estado, recomposição do poder político e a manifestação desse poder pela ideologia na cena política. No quarto capítulo, a partir do conceito ampliado de ideologia dominante, realizamos a análise do discurso político para acessarmos seus efeitos na conjuntura. Para isso, utilizamos

¹¹ Os termos ideologia do Estado ou ideologia dominante se equivalem em sentido nesta tese. Isso porque, o Estado, segundo o compreendemos ao nível da sociedade, corresponde à uma condensação das relações entre as classes sociais fundamentais, as categorias e os setores em luta política. Desta forma, a ideologia dominante corresponde ao conjunto de elementos ideológicos organizados e dirigidos pela classe ou fração hegemônica no bloco político.

como caso exemplar a conjuntura de reforma do Estado na Bolívia (2006-2016). Ao final, formulamos as conclusões.

1.1 APRESENTAÇÃO DA CONJUNTURA DE ESTUDO

O caso boliviano representa aqui uma ilustração de nossa hipótese de pesquisa. A partir dele, buscamos demonstrar a possibilidade de análise da ideologia dominante em uma conjuntura historicamente determinada. Não se trata de propormos, a partir dessa conjuntura, um modelo de análise da ideologia de Estado, aplicável universalmente; ou mesmo proceder um estudo de caso da conjuntura boliviana e compreender a totalidade do processo político através do exame da ideologia. Trata-se de propormos soluções ao nosso problema a partir da conjuntura boliviana, em razão de esse cenário político nos apresentar um problema teórico relevante. Além disso, ele nos oferece elementos particulares na sua configuração institucional, de classes e de reorganização do poder.

A reconfiguração da ideologia de Estado na Bolívia forma parte de um processo próprio da América do Sul, identificado pela ascensão de governos com propostas políticas de esquerda (sociais-democratas e socialistas em sentido amplo), comumente identificados como governos “progressistas”, “centro-esquerdistas”, ou mesmo “pós-neoliberais” (ELÍAS, 2006; BORON, 2006; GENTILI & SADER, 2008; 2017; BONETTO, 2016; ROJAS, 2015; LINERA, 2015; 2017; VALENÇA, 2018; 2019). Esse fenômeno subcontinental, desencadeado pela crise neoliberal ao final dos anos noventa, se traduziu em revoltas populares e uma reação antineoliberal, que refletiu no cenário eleitoral na Venezuela (1999), no Equador (2006) e na Bolívia (2005), culminando nas eleições de Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales, respectivamente¹².

Essas experiências, em maior ou menor nível de radicalidade, incorporam às agendas dos Estados pautas sociais e de redistribuição de renda a partir da reapropriação de seus recursos naturais, o que resultou em uma quebra no padrão de espoliação estrangeira sob os recursos desses países. No caso da Bolívia, foram incorporadas ao discurso político com maior ênfase a questão indígena e autonômica para reformar o Estado. Todos os três países citados passaram por processos de reforma do Estado, por meio da reforma total de suas

¹² Nos anos de 2017 a 2020, em que elaboramos esta tese, esse fenômeno político passa por um período de retração, dando lugar a governos de extrema direita, como é o caso, por exemplo, de Equador, Bolívia e Brasil.

Constituições e, com isso, da forma como se expressam os aparelhos de Estado naquele regime político.

Além disso, ocorreu nesses países uma significativa modificação nas relações de classe no que diz respeito ao poder político. Apenas no caso boliviano, contudo, houve a ascensão de um presidente que carregava simbolicamente consigo a representação das classes subalternas, por sua etnia e origem sindical, o que diferenciava o processo boliviano dos demais. Esse fator demonstrava, segundo García Linera (2011, p. 17) a “*insurrección del orden simbólico de la sociedad*”, ao inverter, no imaginário colonial institucionalizado, um indígena no governo.

A ascensão de Evo Morales significou também a composição de um “bloco subalterno” na disputa do poder político no país. Essa inversão da ordem simbólica e material da organização de classe resultou na assembleia constituinte que mais demorou para aprovar o novo texto constitucional, se comparada às assembleias venezuelana e equatoriana¹³ (MARTINEZ DALMAU, 2011). Em razão dessas características simbólicas e da configuração do poder, o processo de reforma do Estado na Bolívia foi apresentado na cena política como um processo de mudanças profundas, uma proposta de “refundar o país”¹⁴. Essa reorganização do poder político foi precipitada por revoltas populares¹⁵ contra as políticas neoliberais iniciadas nos anos noventa, e levou Juan Evo Morales Ayma a se apresentar nas eleições de 2005 através do *Movimiento al Socialismo* (MAS) como uma alternativa de representação para os setores subalternos, especialmente para os movimentos cocaleiro e indígena. Sua origem aymará e sua organicidade com os movimentos campesinos fez com que o identificassem como um representante também dos interesses dos povos originários.

¹³ O processo constituinte boliviano durou de 2006 a 2009 e só foi iniciado após um pacto entre os futuros membros da Assembleia Constituinte e do legislativo por meio de uma Lei Convocatória. Além disso, o texto final foi aprovado apenas após a nova intervenção dos antigos partidos. Já os processos constituintes em Equador e Venezuela ocorreram em menos de seis meses, por meio de convocação popular e sem a intervenção do poder constituído

¹⁴ Em 2019, em entrevista, a exemplo do discurso presente na Constituinte, Evo Morales, reafirma a refundação do País: “*En lo político lo que hemos hecho es refundar Bolivia, acabar con el Estado colonial y crear un Estado Plurinacional. Con esta refundación, constitucionalmente reafirmamos el gran pedido clamoroso del pueblo boliviano, de que todos tenemos los mismos derechos y beneficios. El sector más abandonado por la historia era el movimiento indígena y las mujeres. Ahora ambos tienen los mismos derechos que el resto*”. Disponível em: <https://latinta.com.ar/2019/10/evo-morales-lo-que-hemos-hecho-es-refundar-bolivia/>. Acesso em: 10/2019.

¹⁵ Período caracterizado como “o ciclo rebelde”, de 2000 a 2005, consistiu na reação às políticas neoliberais de privatização de parte dos recursos naturais a empresas transacionais. Foi um movimento constituído principalmente por organizações indígenas e por movimentos anti-privatizações (dentre os quais se incluíam os movimentos campesinos e sindicais).

Evo Morales foi eleito em 2005¹⁶, junto a Álvaro García Linera, que ocupou o cargo de vice-presidente. García Linera, que se tornou mais tarde o principal porta-voz do projeto masista, apareceu no cenário eleitoral como representante da intelectualidade do país e, ao mesmo tempo, era fortemente identificado com os movimentos sociais urbanos de esquerda.

As relações entre as organizações indígenas e o partido de Evo Morales constituem um ponto de reflexão importante em nosso trabalho, já que estão ligadas ao fortalecimento político de setores subalternos indígenas e campesinos no período anterior à Assembleia Constituinte (2000-2005) e se refletem no discurso político que perdurou até mesmo após a Assembleia Constituinte (2006-2009). Esse discurso para nós é aquele que estabelece a ligação na cena política, sempre contraditória e conflituosa, entre o projeto plurinacional e a reforma constitucional efetivamente aprovada após a intervenção parlamentar, em 2009. O discurso expressa a disputa, no âmbito da cena política, por pelo menos dois projetos de país. De um lado, o projeto de reforma consolidado entre o MAS e as organizações indígenas e campesinas – por meio do *Pacto de Unidad*¹⁷ – e, de outro, o que corresponde à reforma constitucional efetivamente aprovada após a intervenção parlamentar, em 2009 (GARCÉS et al., 2010).

Em meados de 2010, os movimentos indígenas – que antes faziam parte do “*Pacto de Unidad*” junto ao movimento sindical e de campesinos – já haviam iniciado uma série de conflitos como governo do MAS, em razão das políticas de exploração econômica dos territórios indígenas reconhecidos pela Constituição. Vale recordar que o apoio dessas organizações foi decisivo para possibilitar a Assembleia Constituinte e reformar o Estado (2006-2009)¹⁸. Apesar disso, contudo, as contradições entre o discurso e as políticas

¹⁶ Sua eleição rompeu com um padrão eleitoral vigente desde 1985, quando iniciou o “Pacto pela democracia”: nenhum presidente havia sido eleito com mais de cinquenta por cento dos votos. Conforme a “democracia pactuada”, a Constituição da época estipulava que o Congresso boliviano deveria escolher dentre os três primeiros colocados nas eleições presidenciais, caso nenhum candidato alcançasse mais de 50% dos votos válidos.

¹⁷ O *Pacto de Unidad* consiste, em síntese, em um pacto político, vigente desde 2004, que reuniu indígenas, camponeses, e trabalhadores urbanos aliados ao MAS em torno de uma agenda comum, com objetivo de apresentar uma proposta de reforma na assembleia constituinte. Esse pacto era composto, em 2007, pelas principais organizações sociais bolivianas: a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia – CSUTCB, a Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia – CSCIB, a Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Indígenas Originárias da Bolívia “Bortolina Sisa” – CNMCIQB – “BS”, a Confederação dos Povos Indígenas do Oriente Boliviano – CIDOB, e o Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu – CONAMAQ, além de outras organizações aliadas de menor projeção nacional.

¹⁸ Desde sua eleição em 2005, Evo Morales acumulou uma sucessão de vitórias eleitorais: em 2005 alcançou margem expressiva de votos (56%); dois anos depois, saiu vitorioso do referendo revogatório com 67% de apoio; em 2009, após reformar a Constituição, voltou a se eleger presidente, com 64% dos votos; e, cinco anos

implementadas em território indígena enfraqueceram esse apoio por parte dos setores populares.

Em 2014, Luis Tapia Mealla já alertava para essa cisão e para o enfraquecimento do governo: “*esa alianza (entre campesino, governo, e setores indígenas) se ha quebrado y no solo se ha quebrado, sino que los componentes de esas alianzas ahora están en confrontación y eso lleva a pensar que estamos en el momento de descomposición*”¹⁹. Em 2016, se apresentavam sintomas decisivos dessas contradições no bloco subalterno. Pela primeira vez desde sua primeira eleição, o governo do MAS sofreu uma derrota no referendo constitucional que abalou simbolicamente a hegemonia eleitoral até então consolidada.

O referendo daquele ano perguntou se a população concordava ou não com a reeleição de presidente e vice-presidente por mais de duas vezes consecutivas e, com isso, a alteração do art. 168 da Constituição Política do Estado (CPE)²⁰. Em resposta, o “NÃO” à reforma da Constituição venceu com 51,3% dos votos²¹. Diante desse resultado, em novembro de 2019, a pedido de um grupo de parlamentares aliados ao MAS, o Tribunal Constitucional do país suspendeu a validade dos artigos da CPE, objeto do referendo de 2016, possibilitando a candidatura de Morales e García Linera nas eleições de 2019. São esses aspectos que contextualizam brevemente o cenário de luta política que acompanhou o discurso durante os processos de reforma do Estado.

Ao examinarmos esse cenário de mudança social, percebe-se que o Estado se constitui na “prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93) e que

a prática social à qual pertence o discurso, em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126).

Assim, em um cenário de crise hegemônica e de reorganização do poder político, o discurso revela-se como uma importante fonte de análise da ideologia dominante.

depois, em outubro de 2014, obteve um novo mandato, com 61%. Essa situação apenas se modificou com a derrota do governo no referendo constitucional que discutia a reeleição, em 2016.

¹⁹ Trecho retirado de entrevista concedida à *Radio Nacional del Uruguay*, transcrita no site “Territórios em Resistência”. Disponível em: <https://www.territoriosenresistencia.org/noticias/luis-tapia-el-gobierno-de-evo-morales-esta-en-descomposicion>. Acesso em: 08/2019.

²⁰ Qualquer reforma parcial ou total da CPE na Bolívia só pode ser feita após a submissão e aprovação por meio de referendo constitucional a população. A decisão do referendo é mandatória, ou seja, a aprovação popular é um pressuposto constitucional para a modificação da constituição.

²¹ Disponível em https://www.oep.org.bo/wp-content/uploads/2017/02/resultados_referendo_constitucional_2016.pdf

O caso da Bolívia foi tomado como exemplo de que a ideologia dominante se materializa na prática discursiva da cena política e nos ajuda a nos aproximarmos do movimento real que constitui as relações ideológicas e suas contradições durante a construção da ideologia de pretensão dominante. O projeto de reforma do Estado surge a partir dessa aliança com as organizações indígenas, camponesas e sindicais, portanto, da reorganização do conjunto de setores populares e das classes fundamentais em torno dos aparelhos do Estado e de uma relação específica, que implica o deslocamento das antigas classes do centro do poder.

Além dos fatores já mencionados, também incluímos alguns pressupostos apresentados no caso boliviano em nossa análise preliminar da conjuntura reformista: i) o de que a reforma do Estado na Bolívia reorganizou não apenas o conjunto das instituições do Estado, mas também reconfigurou as relações de classe, deslocando a antiga classe dominante do centro do poder, no âmbito do poder de Estado; ii) o de que essas transformações, no caso específico boliviano, implicam a necessidade da reconstituição da ideologia dominante; e, por fim, o pressuposto de que iii) o discurso político tem papel fundamental na resignificação acerca do Estado Plurinacional.

2 O ESTADO E A IDEOLOGIA CAPITALISTA

Neste capítulo, abordamos a relação entre Estado e ideologia a partir da análise da teoria particular do Estado capitalista. Ou seja, trata-se aqui, dessa relação enquanto objetos abstrato-formais²²: o Estado capitalista e as ideologias geral e particular do Modo de Produção Capitalista (MPC).

Nosso objetivo neste capítulo é situar no campo teórico a relação que se estabelece entre as ideologias do Estado capitalista e a luta político-ideológica para, na segunda metade desta tese, examinarmos essa mesma relação no âmbito das práticas ideológicas em uma formação social determinada, em uma conjuntura concreta. A conjuntura a que nos referimos corresponde ao caso da transformação do Estado na Bolívia, no período de 2005-2016. A utilização do caso boliviano se apresenta como uma ilustração à nossa tese principal, a de que a interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante se apresenta como uma alternativa teórico-metodológica para o estudo da conjuntura concreta na formação social.

2.1 A TEORIA DO ESTADO CAPITALISTA COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ESTUDO DA IDEOLOGIA

Ao tratarmos dos processos de transformação social, política e cultural no âmbito da sociedade capitalista latino-americana, notamos com regularidade o protagonismo da institucionalidade do Estado. Seja pela imposição de modos de vida estranhos aos povos originários (o colonialismo, por exemplo), ou pela mutação dos modelos europeus já implementados – diante da necessidade dos países centrais de modernização do conjunto das instituições dos países dependentes – o Estado se apresenta, simultaneamente, como reflexo e também resultado dos movimentos de crise do capitalismo e com isso desempenha um papel estratégico nos processos de transformações sociais.

Essa dinâmica ocorre na medida em que o ordenamento constitutivo da vida social no capitalismo é organizado por meio do Estado e, nesse sentido, não há uma sociedade “em si”, mas uma representação simbólica e fática da sociedade capitalista por meio do Estado

²² Essa divisão analítica corresponde àquela utilizada por Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (1968) para o exame do político. Também a utilizamos no capítulo 3, para abordar ideologia como objeto central. Seguindo essa lógica, nos capítulos 3 e 4, trataremos de ambos nos níveis da formação social e da sociedade (o Estado capitalista boliviano) e das práticas (o discurso na cena política boliviana) na conjuntura específica (período 2006-2009).

(LECHNER, 1981). O Estado como representação da sociedade de classes remonta à afirmação de Marx e Engels, em *A ideologia Alemã* acerca da forma política do Estado:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. (MARX & ENGELS, 2007, p. 76).

Dessa maneira, o Estado se move e se delinea a partir dos próprios movimentos da luta de classes e do capital em seus graus de variação, como uma representação específica das forças presentes na conjuntura histórica desse antagonismo. Esse movimento a que nos referimos é expresso na representação que as classes e suas frações fazem dos interesses gerais do capital, além de seus interesses específicos (que podem ser divergentes na conjuntura), e exclui, em sua dialética interna, a interpretação do Estado como mera institucionalidade. Sendo assim, não confundimos neste trabalho o Estado com uma arquitetura/organização institucional alheia à sua e à materialidade capitalista. Esse entendimento pode ser elucidado por Mascaro (2013, p. 32, grifo no original), ao distinguir o Estado de suas instituições:

se a política, no capitalismo, se estabelece a partir de uma forma específica, estatal, como elemento necessário para a completude da própria reprodução do capital, ela ao mesmo tempo se materializa e se reveste de instituições políticas concretas. No entanto, embora havendo entre si alta correspondência, *a forma política e as instituições políticas não são a mesma coisa*. [...]. É verdade que muitas instituições próprias do Estado capitalista não têm paralelo em outros momentos da história. Mas *a forma política estatal não se caracteriza a partir de tais instituições*, tomadas em sua internalidade, mas sim em sua externalidade, a partir de determinadas formas de relações sociais, cujas categorias são mais fundantes da totalidade social como a forma-valor. *O Estado não surge porque suas instituições o impõem como tal*, para então, depois, ser capturado em benefício do interesse do capitalismo. *O movimento é distinto. As relações mercantis e de produção capitalistas geram uma forma política necessariamente apartada dos portadores de mercadoria, forma que seja terceira, pública, assegurando as condições de reprodução do valor. Tal forma política é que cria, aproveita, afasta, reforma, transforma ou reconfigura instituições sociais, muitas já existentes e outras novas, aglutinando-as à forma necessária de reprodução da vida social que vai se instalando.*

Dessa maneira, a forma como se organizam os aparelhos do Estado não apenas representa ou administra (nunca de forma neutra) interesses antagônicos, mas, a depender da configuração do poder de Estado, o conjunto das instituições pode atuar como instrumento da classe dominante para viabilizar a reprodução do valor. Nos momentos de crises do sistema de reprodução do capital, invariavelmente, é a institucionalidade do Estado que se reformula em favor da burguesia e de suas frações hegemônicas. Esse fenômeno se dá a partir de diferentes estratégias, verificáveis, por exemplo, na história do Estado na América Latina.

Lechner (1981) nos relembra pelo menos duas dessas estratégias utilizadas nos processos de modernização do Estado na América Latina na segunda metade do século XX: uma autoritária (para os países do Cone Sul) e outra social-democrata (para os países da região andina e México). Na primeira estratégia, o Autoritarismo Tecnocrático, o Estado se manifesta no imaginário político como incapaz de compensar os custos sociais do capitalismo e de promover o desenvolvimento econômico. Há o esvaziamento das políticas estatais e a substituição do debate político pelo discurso do especialista para a solução de problemas sociais. Chama a atenção nessa estratégia “a aplicação normativa da força do fático para despolitizar a sociedade e dessocializar a política (LECHNER, 1981, p. 1084). Isso ocorre através da prática discursiva sobre os fatos sociais e a solução dos problemas sociais a partir do discurso da racionalidade técnica em torno do agir estatal. Esse discurso se apresenta como uma construção hegemônica e se dá nos níveis das práticas de construção da ideologia dominante sobre as funções do Estado capitalista.

Na segunda estratégia, a social democrática, o Estado assume a tarefa do desenvolvimento econômico e age como intermediário entre o capital nacional e transnacional. A administração das desigualdades é compreendida como uma tarefa do Estado e a estratégia adotada é a democratização nos moldes representativos-partidários. As instituições democráticas assumem, dessa forma, a função de “*homogeneizar y traducir las dispersas demandas populares em reivindicaciones compatibles con el modelo de desarrollo*” (LECHNER, 1981, p. 1084). Mesmo levando em conta as estratégias mencionadas por Lechner – em que o Estado claramente se molda aos interesses imediatos da classe dominante –, é possível notarmos uma certa margem de autonomia do Estado, uma vez que, em ambas as estratégias, foram realizadas certas concessões a setores das classes populares e das classes dominantes.

A ideia de que o Estado é mero instrumento da classe dominante nos recorda a clássica afirmação de que “*o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (MARX & ENGELS, 2005, p. 42). Primeiramente, vale lembrar que Marx e Engels estão se referindo, particularmente, ao papel do Estado no contexto político em meados do século XIX, especialmente sobre processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Dessa forma, fazem referência à uma formação social particular, em uma conjuntura específica. Portanto, não é uma afirmação geral, que não representa um conceito de Estado válido a qualquer FSC.

Ainda que Poulantzas tenha avançado na temática sobre o Estado capitalista em relação às interpretações mais apressadas dos escritos de Marx e Engels sobre o tema,

afirmando que o Estado não seria apenas mero instrumento da burguesia, entendemos que Poulantzas não exclui essa hipótese de sua teoria regional. É certo que o Estado pode assumir papel de instrumento da burguesia e que na maior parte das vezes o faz, mas o que pontuamos é que essa característica, ainda que fundamental, não deve ser o ponto de partida para entender a dinâmica do Estado (POULANTZAS, 2015; GARCÍA LINERA, 2015). Nesse sentido, o Estado não é simples instrumento da classe dominante, mas é um Estado permeado pelas relações sociais de uma sociedade de classes (POULANTZAS, 2019). Isso significa que, ainda que não se possa partir da premissa de que ocorre a simples submissão das classes dominadas por parte do aparelho do Estado, controlado pela burguesia, essa hipótese se apresenta como possível no horizonte do examinador e contribui, também, para a análise da conjuntura concreta. Esse exame irá determinar também, no campo da luta política, a elaboração da estratégia para a superação ou a conservação do Estado.

Em outros termos, se pensarmos o Estado como uma relação social, como o fez Poulantzas, em *O poder, o Estado, o socialismo*, de 1978²³, a condição de instrumento político da burguesia é um fator conjuntural, sujeito à situação da luta de classes em uma formação social concreta. Assim, não corremos o risco de estabelecer uma oposição entre as visões de Marx e Engels sobre essa característica do Estado, em uma formação social concreta (Estado-instrumento), àquela categoria relacional (Estado-relação), pensada por Poulantzas. Mas com isso também reafirmamos nossa interpretação de que essa “função” estatal – de mero instrumento da burguesia – não é totalmente rejeitada por Poulantzas, mas se encontra acolhida em sua teoria. Ocorre que, conforme interpretamos esse aspecto na obra do autor, o Estado-instrumento da burguesia seria não um pressuposto de análise, mas uma espécie de hipótese muito provável para o exame da formação social, em uma conjuntura concreta.

Com esse exemplo sucinto, buscamos exemplificar como Poulantzas, a partir de uma abordagem sobre o Estado, reelabora diversas outras contribuições de Marx e Engels acerca do tema de forma sistemática. O autor o faz com categorias e conceitos presentes nas obras de autores marxistas, como Lênin e Gramsci. É o caso, por exemplo, de quando trabalha as noções de conjuntura, prática social, e hegemonia. Isso é possível também em razão do acúmulo teórico presente no campo de estudos e da prática marxista até os anos sessenta e setenta, e aponta uma das maiores vantagens que oferece a elaboração teórica poulantziana em seus diversos níveis de análise.

²³ Como nos lembra Codato (2008), a definição do Estado como “condensação da relação de força entre as classes” já se encontra presente na obra *A crise das ditaduras*, escrita por Poulantzas em 1975.

2.1.1 Interpretações acerca do conceito de Estado na obra de Poulantzas

A definição poulantziana sobre o Estado ganha incorporações ao longo de seus trabalhos, o que nos possibilita acessar o Estado sob diferentes aspectos e níveis. Nesse sentido, segundo Jessop (2009), a teoria do Estado capitalista presente na obra de Nico Poulantzas nos permite reunir os elementos para uma abordagem forma-analítica (“*form-analytical*”²⁴) do político na formação social capitalista (FSC), o que nos possibilita analisá-lo por meio de suas propriedades específicas, em cada conjuntura, a partir de certas regularidades.

Diferente do que foi proposto na obra de Marx e Engels – que pensaram o conceito de Estado em seu “estado prático” – o autor grego se dedica especialmente a uma construção teórica sobre o político em busca de uma sistematização no campo científico. Em sua obra magna, *Pouvoir politique et classes sociales*, de 1968²⁵, o autor especifica que sua obra

tem por objeto o político, mas particularmente superestrutura política do Estado no modo de produção capitalista, ou seja, a produção do conceito dessa região nesse modo, e a produção de conceitos mais concretos referentes ao político nas formações sociais capitalistas (POULANTZAS, 2019, p. 20).

Com ênfase no Estado e sua especificidade capitalista, desde sua primeira obra, *Poder político e classes sociais* (PPCS), de 1968, Poulantzas busca responder à pergunta formulada por Pashukanis: “por que, para assegurar sua dominação política, a burguesia dispõe de um aparato tão específico como o Estado capitalista – o moderno Estado representativo, o Estado nacional-popular de classe?” (POULANTZAS, 2015, p. 49). A resposta a essa pergunta guiou seus estudos de diferentes formas, mas, de maneira geral, o autor argumenta que o Estado moderno representativo, diferente do governo direto de classe, oferece uma estrutura flexível para unificar os interesses das classes dominantes a longo prazo, para desorganizar as classes subalternas e para assegurar o seu consentimento. O Estado é definido assim, com uma estrutura jurídico-política.

Preliminarmente, vale lembrar que essa assertiva parte da abordagem estrutural do Estado – de tradição althusseriana –, abordagem essa agregada ao trabalho de Poulantzas e

²⁴ Conforme a tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Álvaro Bianchi, a melhor tradução para o termo utilizado no texto original, em alemão, seria “análise-formal”, no entanto, a escolha se deu de forma a evitar chances de erros interpretativos.

²⁵ A referida obra foi lançada no Brasil pela Editora Martins Fontes, em 1977, com o título *Poder político e classes sociais*. Em 2019, após 51 anos da primeira edição da referida obra na França, a Editora da Unicamp publicou uma nova tradução, a cargo de Maria Leonor F. R. Loureiro, com a revisão técnica de Danilo E. Martuscelli.

abandonada parcialmente em *O Estado, o poder, o socialismo* (OEPS), de 1978. Esse modo de compreender o Estado ainda é extremamente relevante para a análise de nossa pesquisa, ainda que utilizemos também a abordagem do Estado como uma relação social, que, a nosso juízo, permanece compatível com a noção estrutural. Isso porque, embora o autor grego tenha reformulado sua obra e incorporado parte das críticas aos traços estruturais de seu trabalho²⁶, essa transição teórica não se dá por completo, sendo possível identificar elementos das duas abordagens (estrutural e relacional) em seu último livro, publicado em 1978 (MARTUSCELLI, 2018).

Sobre a abordagem da ideologia, entretanto, a visão estrutural de Poulantzas mostra maior sistematização do que a obra de 1978, em razão de que, em OEPS, o autor parece deixar em segundo plano os efeitos da ideologia enquanto estruturantes das relações sociais e enfatiza as suas funções por meio dos aparelhos de Estado. Uma das possíveis razões para essas diferenças pode ser o fato de que, dez anos após a publicação de PPCS, o autor se deparava com um cenário político distinto, em que o Estado para ele se apresentava como uma possibilidade estratégica para classe operária.

De todo modo, essa diversidade em sua teoria permitiu ao autor formular “como síntese de suas brilhantes análises do poder capitalista em várias de suas formas, uma concepção do Estado e, sobretudo, da transição ao socialismo que se situa entre os pontos mais altos da reflexão marxista contemporânea” (COUTINHO, 1996, p. 64-65). Ao compararmos as obras *Poder Político e Classes Sociais* (2019) e *O Estado, o poder, o socialismo* (2015), Poulantzas deixa implícita uma distinção entre uma interpretação teórica do tipo capitalista de Estado e as reflexões teóricas sobre o Estado em sociedades capitalistas (JESSOP, 2009). Não fica claro, contudo, se Poulantzas desejou combinar essas duas formas de análises para a formação de uma teoria completa do Estado capitalista ou se elas constituem diferentes abordagens para diferentes objetos analíticos. Bob Jessop (2009, p. 133) entende que, uma vez que “ambas as abordagens são claramente compatíveis com sua afirmação de que o Estado é uma relação social, a primeira prioriza forma-análise [*form-analysis*] e a segunda privilegia o estudo das forças sociais” e, nesse sentido, a obra do autor grego deve ser entendida como uma continuidade em seu refinamento teórico, que ocorreu a partir de análises de experiências empíricas (a modo exemplar), em *Fascismo e Ditadura*, em 1970, ou mesmo em *O Estado, o Poder e o Socialismo*, em 1978 (PRZEWORSKI, 1995).

26 Sobre esse debate, ver POULANTZAS (1969) e MILIBAND (1973).

A partir dessas distinções e complementariedades na obra do autor, através do exame crítico dessas nuances, buscamos neste trabalho conciliar as abordagens estruturais e relacionais do Estado. A visão relacional é evidente, por exemplo, na obra de Bob Jessop (2007) ao pensar uma abordagem estratégico-relacional sobre o Estado²⁷, mas também está presente de forma indireta na obra de importantes autores que pensaram especificamente a realidade boliviana – nosso caso exemplar –, como é o caso de Luis Tapia e Álvaro García Linera²⁸. É verdade que, ainda que sustentem uma abordagem relacional acerca do Estado, esses autores mesclam diversas influências no campo marxista – como verificamos no caso de Tapia e García Linera, ambos fortemente influenciados por Antônio Gramsci – e que, além disso, por vezes trazem à análise conceitos no “estado prático”, direcionado à luta política da qual faziam parte.

Contudo, é a partir da obra poulantziana que encontramos uma sistematização que nos permite estudar a relação entre o Estado e a ideologia pelas suas regularidades dentro do sistema capitalista em âmbito prioritariamente teórico, para, posteriormente, detalharmos essa correlação de forças dentro da formação social escolhida. No caso desta tese, o caso exemplar é o da reforma do Estado na Bolívia.

Vale lembrar que o arcabouço teórico poulantziano foi pensado sob a luz da experiência europeia, e não a partir de países periféricos, colonizados. Compreendemos que é possível, entretanto, a partir dessa teoria regional do Estado, pensarmos também o Estado na América Latina. Isso porque a Bolívia, enquanto formação social capitalista, também apresenta diversos elementos comuns no que se refere à organização da institucionalidade do Estado e, principalmente, reproduz relações sociais próprias daquele modo de produção. Acreditamos, portanto, que é possível através de mediações teórico-conceituais utilizar esse referencial teórico, especialmente em um âmbito mais geral do Estado. Essa adesão crítica será evidenciada ao tratarmos de alguns conceitos ao longo do trabalho.

Mas que ferramentas nos fornece essa formulação sobre o Estado capitalista na sua relação com a ideologia do Estado?

²⁷A abordagem estratégico-relacional pode ser vista como “o processo metateórico, teórico e empiricamente embasado de elaborar as implicações” da proposição poulantziana de que o Estado é uma relação social (JESSOP, 2007, p. 1).

²⁸ Ver o trabalho dos autores nas obras (GARCÍA LINERA, 2010b) e (TAPIA, 2009). Ainda sobre o tema, ver (MEDEIROS, BUSNELLO, GRANATO, 2020).

2.2 CONTRIBUIÇÕES POULANTZIANAS PARA O DEBATE SOBRE O ESTADO

Inicialmente, vale lembrar que a obra do autor contempla uma variação sobre a conceitualização do Estado capitalista, distinções essas que podem ser consideradas como outros estágios ou dimensões de análise do mesmo objeto. Nossa interpretação não é consensual, entretanto. O autor muitas vezes não deixa claro se o conceito de Estado sofre retificações, ou se apenas assume uma dimensão de análise distinta do Estado em cada uma de suas obras. Esta última posição é a que buscamos desenvolver.

A exemplo dessas distintas abordagens possíveis em relação ao conceito poulantziano de Estado capitalista, Codato (2008) analisa essa variação a partir de, pelo menos, três fases: na primeira fase, o Estado se apresenta como uma estrutura (função de coesão da formação social); na segunda fase, se revela como um aparelho político e ideológico (coesão social); e, na última fase, o Estado passa a ser entendido com uma relação (constituição das relações econômicas). Essas fases estão dispersas cronologicamente pela obra de Poulantzas, sendo que seus extremos se referem às distinções de abordagem entre PPCS e OEPS, 1968 e 1978, respectivamente.

Neste primeiro momento, para discutirmos a ideologia de Estado ao nível de análise estrutural, nos concentramos principalmente na teoria presente em PPCS. Ainda assim, a utilização da obra OEPS também é importante sempre que pensamos essa relação estrutural ao nível da sociedade. Já no segundo capítulo, onde estudamos a resignificação do conceito de ideologia, inclusive na obra de Poulantzas, acessaremos com maior detalhe o conceito de ideologia também na obra OEPS.

2.2.1 O Estado capitalista

Conforme detalha Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*, as funções do Estado estão identificadas com a reprodução do modo de organização social capitalista e, com essa dinâmica, o Estado busca constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social (POULANTZAS, 2019). A partir do exame das relações que estabelecem as regiões do econômico, do ideológico e do político, o autor entende que é possível verificarmos que no MPC é a estrutura econômica que determina, em última instância, o papel do Estado e da ideologia na formação social capitalista.

O conjunto das instituições do Estado, por sua vez, organizam a dominação de um conjunto de classes sociais e suas frações sobre outras, tendo, assim, por função principal a

reprodução da totalidade social (POULANTZAS, 2019). A forma que assume o conjunto de suas instituições (a política-institucional) ocorre com base nas relações que estabelece entre o econômico e o ideológico ao nível estrutural. Segundo essa formulação, o papel da ideologia – que é central neste trabalho – será diferente em cada modo de produção²⁹, em cada formação social específica, e é justamente aqui que entendemos uma das principais contribuições da teoria do Estado de Poulantzas para o exame da ideologia na formação social capitalista.

O exame da formação social nos dá instrumentos para entender diversos tipos de Estado e de ideologias (escravista, feudal ou capitalista), a partir de certas regularidades nesse funcionamento em cada caso. As estruturas fundamentam a análise no nível das formações sociais e, pela observação de sua organização e suas especificidades (ou irregularidades) em cada caso podemos compreender o papel do político e do ideológico, e transpô-los nas práticas específicas da sociedade capitalista. Exemplo disso é a forma que assume o conjunto de suas instituições do Estado (o aparelho). Em um primeiro nível de abstração, no capitalismo, o tipo de ideologia de Estado corresponde à sua sobredeterminação pelo econômico, ao mesmo tempo que “atravessa” essa região para determinar o tipo a que corresponderá o Estado. É a ideologia jurídica, com uma sub-região do ideológico, que se torna dominante, tratando de estabelecer um tipo de Estado-nação, sob a égide do direito burguês.

Em um segundo movimento, a forma de expressão do regime, que se expressa a institucionalidade do Estado, se molda, na concepção inicial de Poulantzas, sempre dentro dos limites estabelecidos pela forma que se expressa e se reproduz a instância econômica. No caso da ideologia do Estado capitalista, o que estudamos é este segundo movimento. Essa dinâmica, vale lembrar, não se confunde com um formalismo ou um mecanicismo, já que ambas as formas de articulação das estruturas estão inseridas na luta política e em suas práticas na sociedade.

Pensar a dinâmica estrutural que se estabelece na formação social é o que nos possibilita, portanto, acessar a instância do ideológico e pensá-la no contexto da luta de classes na sociedade. Outro aspecto da obra de Poulantzas também nos auxilia a pensar a ideologia de Estado em suas práticas na luta política: a definição do Estado como uma correlação de forças específicas na conjuntura.

²⁹ Entendemos aqui como modo de produção a articulação entre estrutura econômica (relações de produção mais forças produtivas) a estrutura jurídico-política (Estado).

Sabe-se que Marx (2013) não teve o Estado como principal objeto teórico, mas o capital, definido por ele como uma relação social entre pessoas, mediada por coisas (mercadorias). Na obra de Poulantzas, por outro lado, é o Estado, como objeto principal de análise, que assume essa forma relacional. A análise do Estado como uma forma de relação social foi introduzida na obra do autor a partir de *Classes sociais no capitalismo de hoje* (1974), *A crise das ditaduras* (1975), *As transformações atuais do Estado, A crise política e a crise do Estado* [artigo] (1976), e assume uma forma acabada em *O Estado, o poder, o socialismo* (1978) (CODATO, 2008).

Essa relação social, vale lembrar, não diz respeito a qualquer relação entre indivíduos, mas a um tipo específico. Em sua obra *A Miséria da Filosofia*, Marx (1976, p. 81) explica que relações sociais “são, não relações de indivíduo a indivíduo, mas entre operário e capitalista, entre rendeiro e proprietário de terras, etc. Suprimam essas relações e terá sido destruída a sociedade inteira”. Diz respeito àquele tipo específico de relação imposta pelo tipo de sociedade capitalista, que consolida um modo de interação social que visa a reprodução das práticas ali presentes. O fato de Poulantzas estabelecer essa categoria relacional significa que o Estado constitui relações com as classes fundamentais – por meio do direito, da ideologia nacional, da economia etc. – que são mediadas por coisas: as mercadorias em sentido estrito, o meio de produção, o trabalho assalariado etc. Assim, o que as faz relações “sociais” não é a mera interação entre indivíduos, desconectados de uma historicidade concreta, mas o fato de que a história (a sociedade de certo tipo) impõe certas formas de relações entre as pessoas, sempre mediadas por “coisas”.

Nas palavras do autor grego, em *O Estado, o poder, o socialismo*, de 1978, o Estado é, assim como o capital, “uma relação, mais exatamente [...] a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira específica, no seio do Estado.”³⁰ (POULANTZAS, 2015). Ao entendê-lo assim, Poulantzas enfatiza uma definição do Estado voltado à correlação de forças ao nível de análise das sociedades “realmente existentes”. Ou seja, essa definição nos permite o exame da ideologia dominante em determinada conjuntura, em uma formação historicamente determinada, como é o caso de nosso caso estudado, a formação social boliviana plurinacional.

Essa relação de forças, ou essa condensação material específica de relações, aponta para uma análise de uma conjuntura concreta. Ou seja, o Estado pode ser definido como

³⁰ Como nos lembra Codato (2008), a definição do Estado como “condensação da relação de força entre as classes” já se encontra presente na obra *A crise das ditaduras*, escrita por Poulantzas em 1975.

objeto real-concreto apenas em uma conjuntura específica, em uma formação social, sempre original e singular (POULANTZAS, 2019). O Estado como uma relação, assim pensado por Poulantzas, apresenta uma cisão com a teoria marxista até então, ao identificá-lo como uma forma de relação estabelecida na conjuntura da luta de classes, e não mais um instrumento pré-concebido a serviço exclusivamente dos interesses da burguesia. Nossa abordagem não desconsidera as funções de dominação que o Estado pode assumir, mas as vê como uma possibilidade e não como uma condição. Quando Poulantzas critica a interpretação do Estado como coisa/instrumento, nos possibilita analisar a dominação do Estado como um ponto de chegada de complexos processos e lutas sociais que resultam na dominação de classe, não mais como um ponto de partida para explicar a sociedade ou para elaborar estratégias revolucionárias. Nesse sentido, também García Linera entende que

la dominación no es el punto de partida rígido para explicar la sociedad, sino por el contrario, es el proceso, el devenir, el continuo artificio social lleno de posibilidades, a veces, de incertidumbres tácticas, de espacios huecos de la dominación, que son precisamente los espacios que habilitan la posibilidad de la emancipación o la resistencia. (GARCÍA LINERA, 2015, p. 152)

A interpretação do Estado como instrumento dificulta pensá-lo em suas contradições e limita o debate sobre qualquer estratégia emancipatória ou de resistência às classes populares na vigência do Estado. Isso porque entendê-lo dessa forma reduziria a compreensão do fenômeno como uma construção social dinâmica, com contradições internas e disputas políticas que o tornam uma unidade composta por arranjos políticos instáveis. A abordagem relacional do Estado também evita confundi-lo com o Estado-sujeito, dotado de racionalidade e autonomia absoluta, com um poder próprio e racional, do qual seriam portadores desse poder racional a burocracia e as elites políticas. Essa linha de pensamento também nos cria dificuldades para pensar o sistema democrático burguês em suas nuances.

As questões mais relevantes para nós são aquelas relacionadas à articulação da ideologia dominante diante das forças envolvidas na organização do poder do Estado. Por exemplo, como se manifesta a ideologia em uma conjuntura de reforma da institucionalidade do Estado? Ou, ainda, como é possível verificar empiricamente a prática da ideologia de Estado em determinada conjuntura? Essas e outras questões, a mescla de trações estruturais com relacionais do Estado nos permite investigar.

Retomando as questões a respeito das funções do Estado, entendemos que ele constituiu, reconstituiu e é constituído, permanentemente, pelas relações simbólicas de determinada sociedade, determinado modo de vida, seus valores e suas práticas (POULANTZAS, 2019; ALTHUSSER, 1982). É no sentido da reprodução do capital e de sua

sociabilidade que a função principal geral do Estado busca atender aos interesses a longo prazo da burguesia.

Conforme Poulantzas, a função de ordem ou de organização da sociedade pode ser entendida, ao nível analítico, principalmente por meio das modalidades de uma função: i) técnica econômica (nível econômico) – que corresponde, particularmente, ao processo e à produtividade do trabalho; ii) técnica política (nível da luta de classes) – que consiste na manutenção da ordem política diante da luta/conflito de classes; e iii) ideológica (nível ideológico) – que consiste no papel de educação, do ensino etc. Cada uma dessas funções só pode ser apreendida em sua relação dentro da formação social determinada historicamente, a depender dos níveis de sobredeterminação de cada estrutura (política – econômica – ideológica). A sobredeterminação da função política do Estado, entretanto, é invariante:

A função técnico-econômico e a função ideológica do Estado são *sobredeterminadas* pela sua função propriamente política – aquela referente à luta política de classes –, *na medida em que constituem* modalidades do papel global do Estado, fator de coesão da unidade de uma formação: *este papel global do Estado é um papel político*. (POULANTZAS, 2019, p 51, grifo no original).

O fator de coesão global do Estado, portanto, é determinante na organização das modalidades de suas funções, na medida em que trabalha pela unidade da formação social capitalista que é classista e, portanto, se estabiliza relativamente por meio da dominação política de classe. Sendo assim, as funções do Estado atenderão (em maior ou menor medida) aos interesses das classes dominantes. Basta mencionarmos o exemplo que desempenha a função técnico-econômica, que tem em sua prática a direção geral do processo de trabalho: é responsável pela exploração do trabalho e também pela organização-vigilância do processo de trabalho.

Se tais funções atendem à de coesão global e a preponderância de uma função sobre as outras depende da conjuntura da luta/conflito de classes e do nível de autonomia do Estado em relação à classe dominante, então, significa que o Estado pode oscilar, em curto prazo, entre conceder benefícios à classe trabalhadora ou dar prioridade aos interesses de uma ou outra fração da burguesia no bloco no poder. As ações do Estado, nesse sentido, dependerão dos níveis de autonomia relativa possíveis relacionados às práticas de classe na conjuntura.

Essa abordagem da dinâmica do Estado a partir das relações entre as classes fundamentais e seus interesses é sofisticada ao considerarmos a sistematização teórica da hipótese levantada por Marx (2011) – especificamente em relação à luta de classes na França de Napoleão – de que a burguesia não possui interesses homogêneos, mas contraditórios. Ao

retomar essa análise, Poulantzas afirma que as classes dominantes não constituem, em termos de interesses imediatos, um bloco homogêneo, mas uma diversidade de objetivos no campo das políticas de Estado.

As frações da burguesia se articulam através de interesses comuns em determinada conjuntura. Essa variação faz com que o Estado capitalista mantenha relativa autonomia em relação aos interesses das classes sociais (POULANTZAS, 2019)³¹. Poulantzas define essa autonomia relativa como a relação do Estado com a luta de classes, especialmente a sua autonomia relativa em relação às classes ou às frações do bloco no poder. Essa autonomia é que permite ao Estado intervir, não somente no sentido de realizar compromissos assumidos com as classes dominadas, mas também de acordo com a conjuntura concreta: agir contra os interesses de alguma fração da classe dominante sem que a unidade do poder político seja fraturada. Isso não significa, contudo, pensar a possibilidade do Estado contra as classes e frações do bloco, mas como efeito dessa relação. Ou seja, “Essa autonomia não é, assim, uma autonomia do Estado *frente* às frações do bloco no poder, ela não advém da capacidade do Estado se manter exterior à elas, mas a resultante do que se passa *dentro* do Estado” (POULANTZAS, 2015, p. 138).

Para analisar como se organiza o Estado capitalista, Poulantzas indica a existência de um bloco no poder, composto pelas classes dominantes e que disputam a hegemonia política. A existência desse bloco nos indica que, mesmo que a classe burguesa possua como interesse geral em comum a manutenção das relações fundamentais capitalistas, esse interesse não anula as divergências com respeito às políticas e sociais que o Estado deve priorizar em uma conjuntura concreta. Isso porque a classe burguesa, ainda que possua um horizonte comum de reprodução e ampliação do capital, não se apresenta historicamente capaz de, por meio da organização paridária na cena política, por si própria, transformar seu interesse específico em interesse político. Esse bloco é a expressão de uma configuração histórica das relações entre as classes dominantes no Estado capitalista (unidade política específica – objeto-concreto-real). Essas relações podem ser apreendidas pelo conjunto de determinadas instituições – historicamente datadas – do Estado capitalista em sua relação com a luta política de classe; pelo campo de práticas políticas de classes e frações dominantes numa determinada

³¹ Vale lembrar que, conforme Décio Saes (1998), a problemática da autonomia relativa é tratada por Poulantzas de modo distinto, ora abordando enquanto uma instância de um modo de produção, ora tratando da especificidade da autonomia relativa do econômico e do político no modo de produção capitalista (MPC), ora analisando a autonomia do aparelho estatal capitalista em relação às classes dominantes (ou bloco no poder). Nossa ênfase, em virtude do objetivo desta Tese, é nesse último nível de análise.

conjuntura; e pela divisão interna das classes burguesas no interior do modo de produção (suas frações).

Essas características nos mostram, portanto, que o bloco no poder é uma unidade de poder contraditória, que, para existir, exige a dominância de uma das classes ou frações de classe que compõem esse bloco. Se é uma unidade contraditória devido à diversidade dos interesses da classe dominante, e o Estado não é capaz de atender a essa diversidade de forma homogênea, como resultado, as políticas econômicas e sociais atenderão prioritariamente à fração que se fizer hegemônica dentro desse bloco.

2.2.2 As relações intrabloco no poder e as classes populares

O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide de uma fração hegemônica. Sendo assim, a organização dos interesses da classe dominante é viabilizada pela dominância de uma de suas frações em uma conjuntura concreta. Além disso, conquistado esse fator de unidade interno do bloco, a classe burguesa necessita estabelecer relações relativamente estáveis de submissão, dominação e legitimidade em relação às demais classes sociais através da dinâmica estatal.

A autonomia relativa é o que permite que o Estado atue, ou deixe de atuar, a curto e médio prazo, prioritariamente em favor de uma fração específica da classe dominante: a classe ou fração hegemônica no bloco no poder. A autonomia relativa, nesse sentido, consolida o bloco no poder na medida em que é necessária igualmente para a organização da hegemonia (POULANTZAS, 2015). A hegemonia, entendida como condição de organização da classe dominante, também gera seus efeitos fora do bloco no poder, isso porque a função organizacional do Estado deve levar em conta também a correção de forças com as classes dominadas e, nesse sentido:

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo (POULANTZAS, 2015, p. 213).

Existe, portanto, uma margem de autonomia relativa que deve possuir substrato material, no que diz respeito às concessões econômicas à classe subalterna. Essa relação permite ao Estado de fato atender a certos interesses das classes dominadas e também é replicada no campo político-ideológico, já que a classe ou fração dominante ideologicamente na formação social também opera a partir de concessões pontuais. É o que ocorre com a

ideologia dominante/ ideologia de Estado, que se constrói também a partir de “elementos” da ideologia das classes dominadas, ainda que fundamentalmente seja a expressão do “modo de vida” e atua em favor da classe burguesa. A respeito das concessões às classes dominadas, Poulantzas reforça a relação entre a ideologia do Estado capitalista e as reais concessões que faz a classe dominante:

A característica própria do Estado capitalista de representar o interesse geral de um conjunto nacional-popular não constitui assim uma simples mistificação mentirosa, neste sentido de que esse Estado pode efetivamente satisfazer, aquém desses limites, certos interesses econômicos de certas classes dominadas; e mais: pode fazê-lo, sem que, no entanto, o poder político seja por isso atingido. (POULANTZAS, 2019, p. 195).

Como de fato a burguesia contempla interesses pontuais da classe dominada na conjuntura, a ideologia no Estado capitalista não configura, portanto, apenas uma forma de inversão da realidade, de obstáculo ao conhecimento das condições materiais das classes subalternas. Com isso, o fator de unidade do bloco no poder decorre da dominância de uma fração burguesa sob as outras no interior do bloco, mas também pelo efeito da ideologia do Estado sobre as classes populares, que se projeta para fora desse bloco. Entendemos que, em ambos os casos, é possível visualizar a dinâmica do que o autor grego denominou autonomia relativa do Estado.

É a partir da autonomia relativa que o Estado possibilita certa alternância da hegemonia política de certas frações do bloco no poder, a depender da conjuntura concreta da luta de classes. Essa autonomia é o que permite ao Estado a sua perpetuação na forma capitalista e atua em conjunto com o exercício da hegemonia de uma classe ou de uma fração no interior do bloco no poder.

A hegemonia, como entendemos o conceito, conserva uma característica estratégica, que articula, por um lado, a dominação e a submissão e, por outro, certas concessões estratégicas à classe dominada. É isso que se depreende do conceito de hegemonia da forma que apresenta Poulantzas em sua obra, em interpretação conjunta à dinâmica de autonomia relativa do Estado.

A hegemonia, para Poulantzas, assume um duplo caráter de dominação (política e ideológica), que permeia, pela luta hegemônica, o conjunto da formação social, mas apenas é aplicado em relação às práticas da classe dominante (POULANTZAS, 2019). Nesse sentido, o autor grego, ainda que seja influenciado pela teoria gramsciana, difere do entendimento de Antônio Gramsci sobre o tema. Segundo interpreta Coutinho (1996), Gramsci entende a luta pela hegemonia e pela conquista de posições como algo que se processa na “sociedade civil”

(no âmbito dos “aparelhos de hegemonia”), enquanto Poulantzas vai além e trata a hegemonia como uma luta “processual”, a ser travada também no próprio interior dos aparelhos estatais em sentido estrito, no que o italiano denomina “sociedade política”. Para o autor italiano, o termo é associado à direção moral e intelectual e, para o autor, um grupo social pode se tornar dirigente antes de tornar-se dominante:

Un grupo social puede e incluso debe ser dirigente aun antes de conquistar el poder gubernamental (esta es una de las condiciones principales para la misma conquista del poder); después, cuando ejerce el poder y aunque lo tenga fuertemente en el puño, se vuelve dominante, pero debe seguir siendo también “dirigente”. (GRAMSCI, 1999, p. 387).

O próprio Poulantzas, ao interpretar o conceito de hegemonia de Gramsci, ressalta essa função dirigente que tomaria um grupo através da hegemonia:

Assim, a uma primeira leitura de suas obras, o conceito de hegemonia parece indicar uma situação histórica na qual a dominação de classe não se traduz à simples dominação pela força e pela violência, mas comporta uma função de direção, e uma função ideológica particular, por intermédio das quais a relação dominantes-dominados se baseia em um “consentimento ativo” das classes dominadas (POULANTZAS, 2019, p. 138).

Dessa forma, o autor sardo estabelece uma ruptura teórica entre hegemonia e dominação (CARNOY, 1988), cisação essa que implica o fundamento da discordância de Poulantzas acerca do tema. O autor grego entende que o conceito de hegemonia, tal como pensado por Gramsci, refere-se à imposição de uma concepção de mundo imposta pela classe dominante e que a ideologia pode ser separada da unidade da estrutura em que se materializa. Para Martin Carnoy (1988, p. 133), Gramsci entende que “*o poder está separado da hegemonia e a organização política de uma classe está aparentemente relacionada à elaboração de uma visão de mundo que impõe ao conjunto da sociedade*”, visão que contrasta claramente com a posição de que uma classe não pode conquistar a dominação ideológica sem antes alcançar o poder político (POULANTZAS, 2019).

Dessa forma, Poulantzas parte da definição gramsciana do termo para redefini-lo. Em síntese, portanto, para Gramsci, em Cadernos do Cárcere, o termo hegemonia assume dois sentidos: por um lado, é relacionado ao Estado, ou seja, o Estado tem a hegemonia política, portanto, o Estado é igual à hegemonia. Por outro lado, o termo hegemonia também é utilizado por Gramsci para designar a dominação de um grupo social sobre os demais (ANDERSON, 1986). O autor grego absorve apenas o sentido original para abordá-lo em relação ao Estado. Para Poulantzas, o conceito de hegemonia está no campo das práticas de classes, ao nível das formações sociais capitalistas, centrado nas ações da classe dominante

em relação à dominância intra e extrabloco no poder: “o conceito de hegemonia, que se aplicará somente às práticas políticas das classes dominantes – não ao Estado – de uma formação capitalista” (POULANTZAS, 2019, p. 139).

Vale ressaltar que, neste trabalho, entendemos a hegemonia a partir das lentes do autor grego, que, ao reelaborar o conceito a partir de fundamentos dos autores clássicos do marxismo, como Marx, Engels, Lenin e Gramsci, define a hegemonia a partir de duas formas de exercício de dominação³². A primeira refere-se à preponderância política que uma fração de classe dominante detém sobre as demais frações que integram o bloco no poder – a hegemonia política; a segunda diz respeito à dominação ideológica exercida por uma classe ou fração das classes dominantes sobre o conjunto das classes dominadas³³. Entendido dessa forma, “O conceito de hegemonia permite precisamente decifrar a relação entre estas duas características do tipo de dominação política de classes que as formações capitalistas apresentam” (POULANTZAS, 2019, p. 141).

O conceito de hegemonia nos serve, segundo este registro teórico, para interpretarmos duas características da dominação hegemônica de classe e examinar, portanto, na conjuntura concreta, as relações que se estabelecem entre a classe dominante e em relação à classe dominada. Nesse sentido, Poulantzas nos apresenta a definição de classe hegemônica, como aquela que acumula, ao nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo nação (diante das classes subalternas) e de manter a dominância específica entre as classes e as frações dominantes (no interior do bloco no poder). Esta última é descrita por Poulantzas da seguinte forma em relação ao funcionamento do Estado:

A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes atua *no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemônica*. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios e específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política” (POULANTZAS, 2019, p. 234, grifo no original).

Em sua função de representar o interesse geral do povo nação – por extensão, aquela de dominância interna no bloco –, a hegemonia atende à principal função da ideologia do Estado: a de coesão, na construção de sentidos acerca das relações de produção e da unidade

³² A distinção a seguir, vale ressaltarmos, constitui-se apenas no campo analítico, quando estudada dominação como objeto abstrato-formal. Não se apresenta assim, como uma separação prática identificável com precisão no terreno das práticas sociais.

³³ Nesse sentido, utilizaremos nesta tese as expressões hegemonia política e hegemonia ideológica como formas de exercício da dupla função de dominação política e ideológica de uma ou mais frações da classe dominante.

do Estado. Essa dominância no interior do bloco no poder se refere à correlação de forças entre as frações burguesas. Há, contudo, outra dimensão analítica que corresponde à dominação ideológica, que expressa mais um elo dessa relação (fundamental no tipo capitalista de Estado – mais ou menos autoritário) entre a classe ou fração dominante e as classes subalternas.

A hegemonia é conquistada e exercida desde os arranjos nucleares das classes dominantes em direção às classes subalternas. Ela deve ser interpretada, portanto, levando-se em conta as relações das classes dominantes com o conjunto das demais classes sociais, em sua apresentação distintiva em cada caso. A esses arranjos, cada classe, fração de classe ou categorias sociais específicas respondem de maneira particular a cada uma das hegemonias. São os casos das classes sociais do capitalismo (como a pequena burguesia), também aquelas residuais de outros modos de produção (os camponeses, por exemplo) ou ainda categorias sociais específicas (como a burocracia de Estado)³⁴. Sobre o exercício dessas formas de hegemonia e a conquista do apoio, consentimento, ou submissão à classe ou fração hegemônica do bloco no poder, vale mencionar, a título exemplar, a natureza de algumas das relações que ocorrem com frações específicas das classes subalternas.

Poulantzas (2019) observa que a burocracia de Estado, mesmo que oriunda de diferentes classes sociais, atua de acordo com a unidade interna dos aparelhos de Estado e, assim sendo, atua em favor da classe dominante. Isso porque a burocracia, na qualidade de categoria social específica relativamente unida, serve à classe dominante na medida em que sua unidade interna deriva do papel objetivo do Estado. Dessa forma, age como “servidora” da classe dominante, não devido às origens de classe, mas porque a natureza das funções que exerce no aparelho do Estado faz com que atuem em favor dos interesses gerais da classe dominante.

De forma similar, o apoio à classe ou à fração dominante por parte das classes-apoio não é determinado por nenhum sacrifício político ou econômico real dos interesses do bloco no poder ou das classes aliadas, mas é, em primeiro lugar, baseado em um processo de ilusões ideológicas. Tais ilusões se materializam, por um lado, nos sentidos estabelecidos em relação às funções do Estado e, por outro, “*devido temor, fundado ou imaginário, do poder da classe operária*” (POULANTZAS, 2019, p. 249, grifo no original). Como não há, necessariamente,

³⁴ A exemplo do que faz Marx, Engels e Lênin, Poulantzas atribui a caracterização da burocracia de Estado a uma categoria social e não a uma classe específica.

interesses de classe comuns nessas relações, a unidade entre as classes-apoio e a classe ou fração dominante passa necessariamente pela ideologia geral do Estado capitalista:

A relação das classes apoio com o bloco no poder e com as classes aliadas manifesta-se menos como relação de unidade política de classe do que a uma forma de Estado determinada. A ilusão ideológica, capital no caso das classes-apoio, reveste-se da forma política particular do *fetichismo do poder* de que Lenin falava: a crença num Estado acima da luta de classes e que poderia servir os seus interesses contra aqueles interesses do bloco no poder e das classes aliadas no primeiro caso; crença num Estado guardião do *status quo*, barreira colocada à conquista do poder pela classe operária no segundo (POULANTZAS, 2019, p. 250, grifo no original).

Tanto no caso da ilusão ideológica acerca das funções do Estado quanto do seu suposto papel de mediador, estão ligados ao grau de sub-determinação política características das classes-apoio a sua incapacidade de autonomia política de classe, em função do seu papel no processo de produção capitalista. Nesse sentido, a organização política das classes-apoio passa pela mediação direta do Estado, como é o caso dos camponeses parcelares e, com frequência, o da pequena burguesia.

Retornando ao tema da dupla função hegemônica, vale lembrar que Poulantzas indica que há uma tendência de a mesma fração ou classe exercer essa dupla função de dominação, mas que não há, necessariamente, no caso concreto, uma correspondência absoluta entre elas. Assim, pode ocorrer que, dentro do bloco no poder, seja hegemônica politicamente uma fração ou classe enquanto outra exerça a hegemonia ideológica em relação às demais classes sociais (sobretudo sobre as classes populares). Nesse caso, ao isolarmos as frações ou classes dominantes, o fator econômico atua como determinante para dominação política e o fator ideológico para a dominação de segundo tipo. O interesse geral que a fração hegemônica representa em relação às classes dominantes é estabelecido em última instância pela posição que elas ocupam no processo de produção. Poulantzas (2019) afirma também que, da mesma forma que os interesses particulares da fração dominante aparecem como interesses gerais do bloco, seus interesses podem ou não se apresentar como gerais no campo ideológico em relação ao conjunto da sociedade, a depender da função ideológica da fração hegemônica. Daí se extrai também a possibilidade dessa divisão de “funções hegemônicas”, que irá impactar na análise concreta da formação social. Como resultado, portanto, o exame da configuração de classes em uma formação social concreta pode apresentar uma defasagem entre dominação política e dominação ideológica, que se expressará, por exemplo, pelo fato de que pode existir uma fração hegemônica no bloco no poder que esteja presente com o mesmo status na cena política.

Lembramos, por fim, que a ênfase de Poulantzas é na análise da hegemonia no interior do bloco no poder, ou seja, na hegemonia política. Entretanto, para nosso objetivo – de análise da ideologia ao nível das práticas – é importante identificarmos o espaço onde, a nosso juízo, com maior clareza, poderemos identificar a luta pela hegemonia ideológica. Para isso, avançamos a seguir na análise de alguns fundamentos que nos guiam da cena política.

2.2.3 A cena política: a representação dos interesses hegemônicos

Se, por um lado, é no bloco no poder que ocorre o conflito aberto pelas políticas econômicas sociais a serem priorizadas pelo Estado – nível da luta pela hegemonia política –, é na cena política que ocorre de forma dissimulada a disputa pelos sentidos e pela representação simbólica dos interesses da classe ou fração com pretensão hegemônica – hegemonia ideológica.

Marx (2011) entende a cena política como um espaço de luta entre organizações políticas e partidos, que se distinguem não por uma “questão de princípio” ou pela doutrina política que defendem, mas fundamentalmente pelas diferentes condições materiais de vida das classes e frações de classe que representam. Poulantzas (2019) observa esse espaço como a existência de uma divisão específica no nível político, constituída pela organização da representação das classes por partidos políticos, que reflete as suas contradições internas na luta política.

A cena política não só oculta ou dissimula interesses e conflitos de classe, mas também os representa e os articula (BOITO JR., 2007). Essa articulação ocorre sob o véu do “anonimato de classe”, pelo qual os partidos se apresentam como representantes de interesses de toda a sociedade e não anunciam abertamente os interesses que representam. Ao representar tais interesses, os partidos também os dissimulam na cena política, assim, “As ideias, os valores e programas desses partidos cumprem a dupla função de organizar seus representados e iludir a classe operária.” (BOITO JR., 2007, p. 140). Já a dissimulação se observa pela ilusão da classe operária, realizada simbolicamente – implementada de forma consciente ou não na cena política – através das ideologias geral e particulares do Estado, posta em ação através de práticas como o discurso político dos atores na cena política. Vale lembrar que a ideia universalista e igualitarista sobre o Estado-nação é resultado da execução da função global do Estado e atua em compasso com o discurso acerca do regime político. Nesse sentido, o espaço da cena política corresponde à forma de regime político, delimitada, fundamentalmente, pelos limites estabelecidos pela forma de Estado correspondente às

necessidades do bloco no poder. Para Poulantzas (2019), é a partir da delimitação exata da cena política que podemos, entre outras possibilidades, estabelecer relações fundamentais entre as formas de regime e o campo da ação partidária. Para pensarmos as formas de regimes (democrático ou autoritário, por exemplo) e suas variantes (república ou plurinacional, por exemplo), portanto, é fundamental analisarmos as relações que estabelecem os partidos na cena política. Nas palavras de Poulantzas:

Como foi o caso das relações entre as formas de Estado e o bloco no poder, as formas de regime, conceito que recobre a periodização específica das estruturas políticas, estão em relação com a configuração concreta das relações entre partidos das classes dominantes na cena política – conceito que recobre a periodização específica da luta política de classes.” (POULANTZAS, 2019, p. 253).

O autor grego argumenta assim que, se por um lado são as relações intra-bloco que delimitam as formas de Estado, é na cena política que se articula o regime político. Ou seja, a cena política também serve para preservar a luta política, seja ela dentro do âmbito da disputa político-partidária (democracia), ou da institucionalidade restrita do Estado (autoritarismo). Assim, dentro da lógica do capital, qualquer forma de luta política fora da cena é vista pela institucionalidade como um distúrbio, uma anomalia a ser repelida ou absorvida pelo Estado.

Em nosso caso exemplar – a reforma de Estado na Bolívia (2006-2009) –, a articulação partidária é posterior a grandes mobilizações nacionais das classes populares que ocorreram fora do âmbito institucional do Estado. Essa crise de hegemonia e de representação na cena política resulta na forma de regime democrático participativo ou semi-representativo e na organização desse regime através do Estado plurinacional. Assim, no caso concreto, a experiência dos bolivianos foi, em um primeiro movimento, a repressão do Estado e, posteriormente, a rearticulação da cena política através do partido MAS e de um bloco no poder reconfigurado para manutenção da mesma forma de Estado – o capitalista. Voltaremos a esta questão com maior ênfase no capítulo 3, quando da análise do processo histórico em si.

Retornemos agora aos aspectos teóricos da cena política. Julgamos fundamental destacar que a cena política tem como efeito a dissimulação dos interesses de classe e que, para a análise dos processos de luta política e sua representação-dissimulação, é importante distinguir classe ou fração hegemônica no bloco no poder e a classe ou fração reinante na cena política.

Primeiro, entendemos que essa dissimulação dos interesses representados pelos sujeitos na cena política não ocorre necessariamente de forma voluntária ou racional. Pois, caso o fosse, isso nos levaria à interpretação de que os portadores do discurso político, ou de outras práticas ideológicas, podem ter consciência e controle pleno dos sentidos transmitidos

por essas práticas. Contudo, não é essa a definição de sujeito que utilizamos aqui. Vale recordar a afirmação clássica de Marx que “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011, p. 25). Essas circunstâncias não estão, necessariamente, sempre acessíveis ao nível da consciência, pois, frequentemente, a própria situação de classe é dissimulada ou mesmo desconhecida pelo sujeito.

Nesse mesmo sentido, Armando Boito Jr., ao analisar as relações representantes-representados na cena política, reforça essa ideia em relação aos sujeitos: “os indivíduos estão determinados por sua situação de classe e de fração. Fazem escolhas, mas essas escolhas também refletem interesses e condições que, no mais das vezes, eles próprios ignoram.” (BOITO JR., 2002, p. 138). Isso porque os partidos representam interesses que estão fora da cena política, mas na dimensão da produção na formação social. Os sujeitos que compõem os partidos, contudo, são, ao mesmo tempo, representantes desses interesses externos e também membros das classes sociais, presentes dentro e fora do partido. São sujeitos, portanto, que assumem diferentes posições em distintas formações ideológicas, sendo assim, constantemente interpelados por diferentes ideologias específicas, que moldam e se incorporam à ideologia da classe dominante.

Além disso, para operarmos a análise que compreende a representação de interesses e, portanto, podermos afirmar como pressuposto a dissimulação desses interesses na conjuntura concreta, vale recordarmos que o espaço da cena política tem, em Marx, uma função específica: “é o lugar onde se pode identificar uma série de defasagens entre interesses políticos e as práticas políticas das classes, por um lado, e a sua representação partidária, os próprios partidos políticos, por outro.”(POULANTZAS, 2019, p. 253). A identificação dessas defasagens é o que possibilita distinguirmos na conjuntura as classes ou frações dominantes das classes ou frações reinantes, bem como a representação real dos interesses de uma classe na cena política. Enquanto a classe ou fração dominante se encontra no âmbito do bloco no poder, as classes ou frações reinantes estão presentes nos partidos que se encontram nos lugares dominantes na cena política.

A análise dessas defasagens entre o lugar de uma classe no campo das práticas e seu lugar na cena política nos permite identificar uma série de transformações relativas à representação partidária: a composição dos partidos; as suas relações; e o seu conteúdo representativo. Essas transformações “só podem ser descobertas a partir da elucidação das

defasagens entre a prática política e a cena política. Nessa defasagem, o papel da ideologia revela-se decisivo” (POULANTZAS, 2019, p. 254).

Nesse sentido, primeiramente, a análise das relações entre as classes e as frações de classe do bloco no poder servem para “localizar e decifrar a significação real (de classe) das relações propriamente partidárias no interior de um estágio, para decifrar, então, a sua defasagem em relação às políticas de classe.” (POULANTZAS, 2019, p. 253). Aquelas relações partidárias e sua significação real é que apontam, em um segundo momento de análise, para a composição material da cena política. Isso porque mudanças intrabloco no poder não produzem efeitos necessariamente na cena política, do mesmo modo que mudanças no sistema partidário podem não surtir efeitos sobre a dinâmica de relações que compõe o bloco no poder. Dessa forma, pode acontecer, por exemplo, que uma classe política desapareça da cena política continuando presente no bloco no poder (POULANTZAS, 2019).

Ao discutir a relação entre fração dominante e fração reinante na obra de Poulantzas, Martuscelli (2018) levanta a questão de relevância para nosso trabalho, que diz respeito à distinção entre bloco no poder e cena política:

No modo como lida com a distinção entre bloco no poder e cena política, de um lado, e fração hegemônica e fração reinante, de outro, é curioso notar como Poulantzas não faz nenhuma vinculação disso com outra distinção que destaca em sua obra entre hegemonia política e hegemonia ideológica. A pergunta que fica é a seguinte: se ele reconhece que, na defasagem entre prática política e cena política, “o papel do ideológico revela-se [...] decisivo” (Poulantzas, 1968, p. 270), e se concebemos a cena política como o lugar que dissimula, reflete, coordena e organiza os conflitos e interesses de classe, não se poderia, então, tratar a cena política como o lugar no qual se constitui a hegemonia ideológica de uma classe ou fração de classe? (MARTUSCELLI, 2018, p. 142).

Essa questão não foi respondida por Poulantzas. Além disso, também nota-se a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre a cena política por parte do autor grego, o que implica outras diversas questões em aberto acerca da luta ideológica. Por exemplo, como se contrói a dominação ideológica de uma classe ou fração sobre o conjunto da formação social? (MARTUSCELLI, 2018, p. 142). Mais especificamente, podemos também pensar na dominação ideológica em suas práticas na cena política. Uma dessas é a prática discursiva, especialmente na sua forma de discurso político. Tópico que também não foi abordado por Poulantzas.

Uma das formas de dominação ideológica é a construção de sentidos e do imaginário acerca das condições de existência de uma classe ou sujeito. Em termos althusserianos, poderíamos dizer que essa dominação ideológica se constrói pela representação das relações imaginárias que os indivíduos estabelecem com suas condições materiais. Se a dominação

ideológica de classe ocorre pela hegemonia nesse campo por meio de práticas; se uma dessas praticas é o discurso, em sentido estrito, o discurso político; e se, no nível das práticas de classe, o sujeito atua como suporte e também resultado da estrutura ideológica. Então, podemos acrescentar: como se constrói a ideologia (dominante) do Estado capitalista? Quais são as relações que constituem os sujeitos em relação à pratica ideológica e simbólica do Estado? Como é representada na prática discursiva/ideológica, na cena política, a ideologia de Estado? Ainda, qual a relação que estabelecem os sujeitos acerca da construção da ideologia de Estado, na cena política? Essas questões, igualmente não foram objeto de reflexão de Poulantzas³⁵.

Essas indagações nos servem para estabelecer, pelo menos, a hipótese de que a cena política é onde melhor identificamos a prática discursiva da ideologia de Estado (a ideologia Plurinacional). Porque é nesse discurso que se estabelece a coesão e, portanto, a possibilidade de dissimulação e representação de interesses particulares como interesses do conjunto da sociedade. As funções do Estado, portanto, a partir da prática ideológica, se mostram mais claramente no contexto da cena política e do discurso político. Claro que nos referimos aqui, como iremos aprofundar ao longo deste trabalho, apenas a um tipo de prática ideológica (discursiva) dentro do conjunto de práticas gerais e específicas que permitem a construção da ideologia de Estado. A ideologia do Estado, em suas diversas regiões, apresenta um complexo que reúne outras ideologias particulares (moral, religiosa, filosófica, econômica, estética etc.) além das ideologias política e jurídica. No Estado capitalista, ideologia jurídica é aquela que apresenta a dominância sobre as demais regiões. Vale lembrar, assim, que nossa análise recai sobre a ideologia do Estado capitalista sob aquela dominância jurídica em relação ao político, ou seja, as outras formas particulares da ideologia (a estética, por exemplo) são periféricas em nosso exame.

Os aspectos aqui trazidos sobre o o bloco no poder e a cena política têm por objetivo apresentar o referencial teórico inicial do qual partimos para tratar da ampliação do conceito de ideologia do Estado em nosso caso de estudo ilustrativo: a formação social da Bolívia.

³⁵ Vale lembrar que, ainda que Poulantzas se refira a um “discurso de Estado” ou a um “discurso da ideologia de Estado”, o autor não aprofunda essa análise. Será Michel Pêcheux (1938-1983) que aprofundará análise do discurso e da ideologia no campo do estruturalismo marxista francês, sem, contudo, tratá-lo especificamente no âmbito do Estado capitalista.

2.3 A IDEOLOGIA NO ESTADO CAPITALISTA: O FATOR DE COESÃO

As relações de produção em uma formação social se constituem pelas combinações possíveis entre a propriedade econômica e a posse dos meios de produção. São elementos invariantes nessas relações os meios de produção, o trabalhador e o não trabalhador, cuja combinação determinará a forma particular que assume o modo de produção historicamente determinado. No MPC, as relações que se estabelecem entre o trabalhador e os meios de produção – a apropriação real – é de extrema importância, pois constitui a separação do trabalhador dos meios de produção e a sua submissão à intervenção do não trabalhador – ou do proprietário desses meios – sobre os primeiros. O que define as relações capitalistas é, nesse sentido, a propriedade, e, especialmente, a separação do trabalhador dos meios para a produção (POULANTZAS, 2019). Isso porque essa separação é, junto ao trabalho livre³⁶, uma das condições históricas do capital, nas palavras de Marx (2011, p. 388):

se um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir e valorizar o dinheiro, [...], o outro pressuposto é a separação do trabalhador livre das condições objetivas da sua realização, em relação aos meios e material de trabalho.

A combinação entre esses elementos no modo de produção se traduz na sociedade capitalista sob a forma de poderes de classe, que são articulados às relações políticas e ideológicas que as legitimam. Estas últimas não se sobrepõem às relações de produção já existentes, nem atuam desde uma exterioridade, mas estão presentes, de maneira específica, em cada modo de produção, na formação das relações de produção. Poulantzas (2015, p. 25) reforça a importância das relações político-ideológicas na seguinte síntese:

Estando as relações políticas ideológicas desde já presentes na formação das relações de produção, desempenham um papel essencial na sua reprodução e desse modo o processo de produção e exploração é ao mesmo tempo processo de reprodução das relações de dominação/subordinação política e ideológica.

É nesse aspecto de organização das relações de produção, políticas e ideológicas que a presença do Estado se torna clara. Por meio de suas funções, o Estado concentra, materializa e

³⁶ O termo “trabalhador livre” ou, como se refere também Marx, “o indivíduo nu” não significa “o aparecimento efetivo, na realidade histórica de agentes de produção enquanto indivíduo, no sentido literal do termo. Ele é empregado de forma *descritiva*, para indicar a *dissolução* de uma certa relação de *estruturas*, do modo de produção feudal. [...] descrevem, precisamente, a libertação dos agentes de produção de laços de dependência pessoal [...], ou seja, ‘naturais’ [...] feudais, concebidos como entraves econômicos e políticos ‘mistos’ do processo de produção.” (POULANTZAS, 2019, p. 126, grifo no original).

incorpora as relações político-ideológicas nas relações de produção e sua reprodução. Em cada modo de produção, essa organização das relações se constitui e se reproduz de diferentes formas. Em nosso trabalho, enfatizamos a incidência da ideologia nessas relações. Precisamente, nos importa, dentre as diversas ideologias particulares do Estado capitalista, aquela que passa a diferenciar as relações capitalistas de maneira fundamental de outras formas históricas de organização social e dos modos de produção: a ideologia jurídica.

Nas formas de Estado feudal e escravista, as relações de produção eram permeadas, em cada caso, de maneira distinta por essa ideologia. No caso das ideologias pré-capitalistas, o funcionamento de classes – portanto constituição das distinções sociais pela divisão do trabalho – encontra-se sempre presente em seus princípios, sendo justificado como natural ou sagrado, mas de forma explícita. É o caso típico da ideologia feudal, onde a separação em castas entre os homens está presente na estrutura, sendo justificada, contudo, segundo “o modelo do sagrado”. O mesmo se passa na ideologia moral ou filosófica do Estado escravista, onde essa diferença é justificada segundo um “modelo do natural” (POULANTZAS, 2019, p. 218). A ideologia religiosa era predominante, no primeiro caso, em relação às demais ideologias particulares (jurídica, filosófica, moral etc.), o que determinava uma forma de sociabilidade em que seu papel não era o de encobrir a desigualdade, mas justificá-la de forma explícita pelo argumento divino. Em ambos os casos, a ideologia atua como forma de justificar e não ocultar a diferença material entre os homens.

No Estado capitalista, a relação que se estabelece entre ideologia e divisão de classes existe no sentido de dissimular a subordinação política, econômica e ideológica de classe. Essa dissimulação específica da dominação de classe está conjugada ao papel de coesão que exerce o Estado por meio de sua ideologia geral e desdobra-se no “papel de organização” do conflito entre capital e trabalho. Isso é o resultado do “investimento do papel próprio de unidade, que incumbe ao Estado capitalista, no discurso da ideologia dominante, discurso moldado por sua vez a partir do papel particular da ideologia burguesa dominante” (POULANTZAS, 2019, p. 218). O papel de organização, constituído como prática por meio do discurso político, é retratado na cena política de forma exemplar. O papel da ideologia geral de Estado – caracterizado pela dissimulação das diferenças (relativo ao direito de igualdade) e da dominação de classe – encontra na representação política e nos partidos um mecanismo de articulação específico entre as demandas da classe dominante e a representação desses interesses enquanto interesse geral da nação.

O espaço da cena política foi definindo no item anterior, em uma de suas dimensões³⁷, como aquele no qual os interesses e conflitos de classe se fazem presentes de forma dissimulada pelo discurso e pelos programas dos partidos políticos burgueses e pequeno-burgueses. Acrescentamos, contudo, que o discurso político e seus portadores não possuem autonomia total em relação aos sentidos e às formas simbólicas derivadas dele, mas, pelo contrário, são sujeitos das ideologias na formação social.

2.3.1 A especificidade da organização ideológica capitalista: os efeitos de isolamento e de unidade

Ao tratar das relações entre o Estado e os meios de produção capitalistas, Poulantzas traz a discussão sobre a organização da superestrutura jurídico-política, especialmente pela crítica da ideologia jurídico-política (o Direito) e do burocratismo. Essa crítica é importante porque nos permite analisar a ideologia do Estado capitalista tanto em sua forma teórica geral (fator-efeito de representação da unidade do Estado) quanto em sua expressão particular (fator-efeito de individualização-isolamento dos agentes) – na forma da ideologia de Estado, na formação social concreta. Recordamos que a ideologia jurídica é apenas um tipo particular de ideologia, mas que corresponde à ideologia dominante na FSC.

Além de organizar e fiscalizar o processo e a produtividade do trabalho e garantir ordem política diante da luta/conflito de classes, o Estado deve constituir o fator de coesão ou de ordem na formação social e, para isso, gerar efeitos que dissimulam tal conflito em suas dimensões econômica, política e ideológica. Nesse sentido, podemos observar que ocorrem, pelos menos, dois movimentos ideológicos nesse processo: o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção e o processo de unificação virtual destes mesmos indivíduos no burocratismo.

O efeito de isolamento a que nos referimos é parte do papel organizacional do Estado capitalista, e decorre, na concepção de Poulantzas, de um efeito da transformação das estruturas feudais de produção para as capitalistas. Ao discutir esta transformação no modo de produção, o autor refere que, nessa transição para o capitalismo, algumas relações entre os agentes de produção (antes relações “pessoais” ou “naturais”) “se desintegram – *sich auflösen* – o que, no seus efeitos, aparecem como uma ‘nudez’ e uma ‘libertação’, e mesmo

³⁷ Além da dimensão da dissimulação dos interesses, a cena política também é o espaço onde se representam simbolicamente e se articulam os interesses das classes dominantes.

uma ‘individualização’ – *Vereinzelung* – dos agentes.” (POULANTZAS, 2019, p. 126-127). Esse feito de individualização é constituído na prática pela separação do produtor direto em relação aos meios de produção. Essa separação é o que conduz ao processo de socialização das forças produtivas e ao processo de concentração do capital (MARX, 2013). Isso também possibilita a emergência dos agentes da produção como “indivíduos”, representada pelo direito através do princípio da igualdade formal, que estabelece a igualdade entre produtores e não produtores (ou proprietários), demonstrando a permeabilidade desse efeito tanto na estrutura como na superestrutura jurídico-política e ideológica da formação social:

A superestrutura jurídico-política do Estado está relacionada com essa estrutura das relações de produção, isso se torna claro tão logo nos reportamos ao direito capitalista. A separação entre o produtor direto e os meios de produção reflete-se aí pela fixação institucionalizada dos agentes da produção enquanto sujeitos jurídicos, ou seja, indivíduos-pessoas políticos. Isso é verdade tanto para essa transação particular constituída pelo contrato de trabalho, a compra e a venda da força de trabalho, como para a relação de propriedade jurídica formal dos meios de produção ou as relações institucionalizadas públicas-política. (POULANTZAS, 2019, p. 128).

Sob o ponto de vista da análise da ideologia, essa dissociação do sujeito da sua identificação de classe. Ou seja, a separação virtual do trabalhador da sua classe se dá pela incidência da ideologia jurídica e política, a qual decorre da instância ideológica. Conforme Poulantzas (2019), o lugar dominante que sustenta a ideologia jurídico-política na formação social capitalista é fator distintivo de seu funcionamento em relação às organizações pré-capitalistas. Vale lembrar que Poulantzas distingue uma ideologia geral de ideologias particulares (jurídica, religiosa, filosófica etc.) presentes na formação social. Dentro da ideologia geral, sempre haverá uma ideologia particular que ocupe o papel de dominante. A título de comparação, a ideologia jurídico-política ocupa, no MPC, o mesmo papel dominante que a ideologia religiosa ocupa no modo de produção feudal.

A dominância de uma ideologia particular ocorre na formação social quando esta cumpre com a função de viabilizar a exploração em determinado modo de produção, seja pela ocultação, pela dissimulação ou pela legitimação das relações sociais. No caso do feudalismo, por exemplo, é a ideologia religiosa que melhor cumpre essa função por ser capaz de justificar pelo divino a exploração no processo de produção e, assim, proporcionar àquela formação social a instabilidade necessária para o funcionamento daquele modo de produção. No caso da dominância da ideologia jurídica no MPC, cumpre o papel fundamental da ocultação das relações de exploração ou da natureza de classe na formação social. Em razão do efeito de isolamento que gera, é uma condição fundamental de existência e de funcionamento do modo de produção em uma FSC (POULANTZAS, 2019). No plano econômico, a incidência da

ideologia jurídica é condição de possibilidade da relação jurídica de propriedade e ordena assim as relações de trabalho tal qual devem ser no MPC. Da mesma forma que “o sagrado e a religião *enlaçam*, a ideologia jurídico-política, em primeiro movimento, separa, *desenlaça*, no sentido em que nos diz Marx que ela ‘liberta’ os ‘agentes’ dos laços naturais” (POULANTZAS, 2019, p. 216-217).

As razões levantadas por Poulantzas (2019) para a dominância da região jurídico-política da ideologia dominante estão relacionadas diretamente com a dominação da classe hegemônica. Essa dominância se explica, em síntese, pelo papel que o autor atribui à ideologia no MPC: o de ocultação, dissimulação. A individualização dos agentes-suportes das relações de produção são um efeito estrutural do direito capitalista sobre a infraestrutura econômica. Esse *efeito de individualização* atua como fator de dissimulação das relações de dependência pessoal e de exploração – prestação de sobretrabalho ao proprietário dos meios de produção – portanto, afasta os agentes das condições materiais de sua existência. Ao destacar esta característica fundamental e original das relações de produção capitalista, Poulantzas (2019) refere que esse efeito de isolamento tem sobre a luta econômica de classe fundamental importância, na medida em que

Consiste no fato de que as estruturas jurídicas e ideológicas [...], instauram, em seu nível os agentes de produção distribuídos em classes sociais, na qualidade de ‘sujeitos’ jurídicos e ideológicos, tem como *efeito*, sobre a luta econômica de classe, a ocultação, particularmente para os agentes, de suas relações como relações de classe (POULANTZAS, 2019, p. 130).

Esse efeito, se considerado no campo da luta política de classes, têm como resultado a “concorrência” entre o “indivíduo”, o “sujeito livre” e os demais “indivíduos” de sua classe, obscurecendo assim os antagonismos de classe, os ressignificando e reduzindo suas relações à forma ideológica da “concorrência”. A concorrência, nessa lógica, é a simplificação dissimulada das relações de classe e consiste na ideia de que os agentes da produção estão em concorrência. Os trabalhadores concorrem entre si, da mesma forma que o fazem proprietários dos meios da produção. Assim, as relações sociais econômicas “são efetivamente vividas pelos suportes através de um fracionamento e uma atomização específica”. (POULANTZAS, 2019, p. 130). Esse isolamento dos agentes na produção transborda às demais estruturas da formação social, portanto, como um efeito privilegiado da ideologia particular (jurídica) do Estado capitalista. Na prática da sociedade capitalista, esse igualitarismo formal – o princípio de igualdade jurídica – constitui no plano imaginário dos trabalhadores, uma mistificação sobre o processo de produção e a sua relação com aquele processo. Nesse sentido, Boito Jr. (2007, p. 28) sintetiza muito bem a questão:

direito capitalista que, criando a igualdade formal, cria, no trabalhador, a ilusão de que a relação de exploração do seu trabalho e uma relação contratual entre partes livres e iguais. Sob o efeito dessa ilusão ideológica, o trabalhador pode conceber a sua presença na empresa e o trabalho que lá realiza como resultado de uma opção sua, e a exploração da força de trabalho pode se reproduzir de modo mais ou menos pacífico. A necessidade material pode obrigar o trabalhador a alugar a sua força de trabalho ao capitalista, mas é a ideologia jurídica burguesa que o convence de que esta é uma prática legítima ou natural. A autoridade patronal é legitimada, então, por esse efeito ideológico específico.

Esse efeito de isolamento, portanto, constitui a própria base da dissimulação aos agentes, das estruturas do econômico e das bases gerais da exploração capitalista. Por meio dele, a ideologia jurídico-política, ao ocultar aos agentes da produção, na sua luta econômica, as relações de classe, possibilita ao Estado cumprir com a sua função global: a de constituir o fator de coesão às relações estabelecidas no âmbito da produção e de ocultar a luta política de classe, agora resumida à luta econômica e à participação política pela via democrático-representativa. É nesse sentido que, sobretudo em relação à luta política, o discurso político e a representação dos interesses de classe assumem particular importância na cena política, já que ali a dissimulação e ocultamento se apresenta, de forma exemplar, como mecanismo de mediação entre a realidade material e as condições imaginárias e os sentidos produzidos sobre a vida.

Dessa forma, é na constituição do imaginário sobre o Estado que a ideologia aparece no discurso político com especial relevância no momento da reforma das instituições. Como já mencionamos antes e discutiremos com maior detalhes no capítulo 3 deste trabalho, a ideologia de Estado surte especial efeito sobre as classes populares e pode ser decisiva para a conquista de apoio à hegemonia de determinada fração da classe dominante em uma conjuntura de instabilidade hegemônica.

A especificidade da estrutura do Estado capitalista decorre da forma que se articulam a estrutura jurídica (a ideologia jurídica) e o burocratismo. Vimos que a estrutura jurídica estabelece, de forma coesa com a função global do Estado, inicialmente, o fator-efeito de individualização-isolamento dos agentes da produção, para em seguida refletir o fator-efeito de representação da unidade do Estado. Este último resulta de diversas práticas, decorrentes da igualdade formal, estabelecido pelo direito aos agentes da produção, que, ao isolá-los no processo de trabalho, resulta em uma falta de unidade política na formação social. Essa unidade, que poderia ocorrer por meio da identificação e organização de classe, é superada pela noção de que o Estado atende a interesses universais. A estrutura jurídica, portanto, se desdobra de maneira a representar, no interior dos aparelhos do Estado, a encarnação dos interesses gerais, e não apenas de uma classe: nesse sentido, surge o termo “estrutura jurídico-

política”, pois é a partir do direito capitalista que o Estado aparece no imaginário como uma representação da totalidade nacional.

O efeito propriamente político da ideologia jurídica é consolidado por meio do burocratismo, que constitui, de forma geral, segundo a concepção clássica do marxismo, uma forma de organização interna dos aparelhos de Estado específicos do capitalismo, que se consolida pelo direito capitalista: o princípio da impessoalidade dos agentes públicos e seus atos, a publicidade desses atos, a legalidade, a separação entre bens públicos e privados etc. O direito capitalista, dessa forma, iguala os agentes que ocupam posições desiguais na produção, representando um caráter formalmente igualitário à produção. A burocracia, pelo mesmo princípio igualitário, recruta seus agentes em todas as classes sociais, atribuindo, dessa forma, um caráter aparentemente universalista do Estado (POULANTZAS, 2019). Esse processo de universalização é impensável nas formas pré-capitalistas. Na análise de Boito Jr. (2007, p. 26-7, **negrito nosso**) sobre essas formas de Estado, o politólogo destaca que

Nada disso ocorria nos Estados pré-capitalistas. No escravismo e no feudalismo, o direito tratava desigualmente os desiguais, originando as ordens e os estamentos, e **as instituições do Estado traziam marcado nas suas normas, na sua composição e no seu funcionamento seu caráter de classe** – basta lembrar a organização dos Estados Gerais do absolutismo francês, que excluía os servos e separava, uns dos outros, os representantes do clero, da nobreza e dos plebeus.

Essa dinâmica dá lugar ao que Poulantzas (2019) chama de efeito de representação da unidade, encarnado pela figura ideológica do povo nação. O povo nação se constitui, segundo essa representação, por uma comunidade de indivíduos separados no processo de produção e unificados simbolicamente em uma única nação. “O Estado *representa a unidade de um isolamento que é em grande parte – pois o ideológico desempenha aí um papel – seu próprio efeito*” (POULANTZAS, 2019, p. 134, grifo no original). A estrutura jurídico-política acumula as funções, portanto, de isolar e representar a unidade, concretizada na forma do povo nação. A ideia de Estado-nação está vinculada, assim, à especificidade dessa forma burocrática que assume o funcionamento dos aparelhos de Estado em razão da estrutura jurídico-política. O burocratismo é definido por Poulantzas (2019) como um modo de organização e de funcionamento do aparelho de Estado que coexiste no caso do Estado capitalista à categoria burocrática específica. Mais tarde, em sua obra de 1978, *O Estado, o poder, o socialismo*, o autor grego define o burocratismo como uma manifestação do impacto político da ideologia burguesa sobre o Estado.

O burocratismo, portanto, pode ser entendido pelas formas que assume na organização dos funcionários do Estado, mas não se resume a essas formas. Por meio da ideologia

dominante na estrutura ideológica do Estado, o burocratismo encarna o igualitarismo e o universalismo em suas práticas como formas essenciais de representação da totalidade social, que constituem, de forma específica, o efeito de unidade na FSC.

O que nos importa ressaltar aqui, por fim, é que essa fusão ocorre pela constituição imaginária de povo nação a partir dos efeitos de isolamento e de unidade dos agentes sociais. A ideologia jurídico-política, nesse sentido, unifica os agentes-suportes pela resignificação da sua situação de classe. É ao nível do discurso que esses sujeitos, agora “indivíduos” privados, são representados através do Estado nação, onde são unificados por meio de práticas igualitárias diante da comunidade nacional, como as de reconhecimento de direitos (sujeitos de direito), as de “livre” acesso e participação nos aparelhos do Estado – que estariam “abertos” a todas as classes sociais (POULANTZAS, 2019). Dessa forma, o papel político da ideologia do Estado capitalista, além de poder representar, justificar e organizar os interesses políticos dominantes, aqui compõe o efeito de unidade pela igualdade formal.

Este aspecto de unidade pelo direito é essencial para nossa análise do conceito ampliado da ideologia dominante, já que, quando analisada em nosso caso exemplar, o aspecto “povo nação” traz uma particularidade atípica no Estado capitalista: o reconhecimento constitucional da diferença³⁸ pelo direito – que supõe uma reformulação discursiva acerca da ideologia particular do Estado (a ideologia jurídico-política).

2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, analisamos as relações entre o Estado e a ideologia a partir da teoria regional do Estado capitalista. Nesta discussão, foi possível estabelecer algumas premissas para nosso estudo:

- i. a de que o Estado deve ser entendido como uma relação social, ou seja, como uma condensação material de uma relação de poder entre classes e suas frações, que se expressa na institucionalidade do Estado, seja por meio de políticas de Estado, seja por meio da ideologia de Estado; o Estado se constitui a partir de um compromisso instável entre a classe dominante (dentro do bloco no poder) e também em relação às parciais concessões à classe subalterna (extrabloco no poder); e que é possível identificar a materialidade dessa condenação de forças na conjuntura concreta de

³⁸ Trata-se não apenas do reconhecimento das diferenças individuais, mas coletivas e de temporalidade e de Emodos de vida anteriores ao capitalismo e ao Estado Constitucional.

uma formação social, seja pela análise da luta política, seja pela análise da luta ideológica;

- ii. a de que a ideologia atua em conjunto com a institucionalidade do Estado na organização e na constituição de um fator de coesão na formação social: a constituição, reconstituição e ressignificação permanente das práticas sociais para a reprodução econômica e cultural; essa atuação é derivada de uma ideologia geral e de diversas ideologias específicas (jurídica, religiosa etc.);
- iii. a de que a relação entre Estado e ideologia é singular no capitalismo, já que, diferente de outras formas históricas de sociedade e de modos de produção, a ideologia cumpria o papel de legitimação das desigualdades e não de ocultação e dissimulação, como ocorre na formação social capitalista; é a partir da ideologia que se estabelece o *efeito de isolamento* (o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção) e *efeito unidade* (unificação virtual desses mesmos indivíduos no burocratismo) na formação social capitalista; nesse sentido, se reforça a premissa de que a ideologia jurídica é dominante no modo de produção capitalista, por isso, fundamental na constituição da ideologia de Estado;
- iv. a de que luta política, no plano ideológico, se revela com maior clareza na cena política. Sendo assim, o discurso político é a expressão das tensões que envolvem o processo de reforma do Estado no âmbito das práticas sociais.

3 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA DE ESTADO

No capítulo primeiro desta tese, trabalhamos a relação entre o Estado e a ideologia na formação social capitalista e desse exame depreendemos que a ideologia atua em favor da função de coesão global do Estado ao estabelecer o *efeito de isolamento* (o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção) e o *efeito de unidade* (unificação virtual destes mesmos indivíduos no burocratismo). O Estado e a ideologia, entendidas dessa forma, se apresentam em um nível da análise abstrato-formal, e constituem, ao nível das práticas de classe, diversas práticas sociais que se efetivam por meio da relação entre a institucionalidade do Estado e a sociedade.

No presente capítulo, abordamos o conceito de ideologia de Estado e como podemos compreendê-lo de forma ampliada. Também demonstraremos como essas compreensões nos permitem observar as características que chamaremos de “relacionais” da ideologia. Buscamos, primeiramente, explorar o conceito de ideologia a partir de formulações gerais, não propriamente aplicadas ao exame da ideologia de Estado, mas privilegiando sua abordagem enquanto um conceito da política. Em razão disso, inevitavelmente, há uma constante “tensão” entre a interpretação da ideologia ao nível geral de análise e o seu exame específico na sua relação com o Estado e a luta política, pensada a partir de uma conjuntura concreta. Ao afirmarmos, por exemplo, que, na formação social capitalista, “a ideologia dominante é a da classe dominante” estamos nos referindo, a priori, a um nível geral de análise. Já quando pensamos a ideologia inserida em uma conjuntura particular, entretanto, essa afirmação pode se apresentar de forma mais complexa, da seguinte forma: “a ideologia dominante, na formação social, é a ideologia da classe dominante, composta não apenas por elementos dessa classe, mas também por elementos da ideologia da classe dominada”.

A exemplo do exame acerca do conceito de Estado, o conceito de ideologia pode apresentar formulações que estão em um nível geral de abordagem e que devem ser submetidas à análise de uma conjuntura concreta para sua confirmação, recusa ou retificação. A “tensão” a que nos referimos, portanto, ocorre a partir do exercício teórico que deve conjugar o exame de conceitos utilizados por diversos autores, em diferentes níveis de abstração, e pensá-la enquanto categoria de análise política, com suas determinações específicas em uma formação social e conjuntura concreta.

3.1 O CONCEITO DE IDEOLOGIA

Antes de examinarmos os diferentes significados que abriga o conceito de ideologia, é necessário compreendermos que seu desenvolvimento sempre esteve conectado com disputas que envolviam o campo teórico e político. Essa disputa motivou importantes reflexões para o tema nas Ciências Sociais nos séculos XIX e XX, especialmente nos campos da Ciência Política e da Sociologia. Desde o seu surgimento, na conjuntura da revolução francesa, o “estudo das ideias” – como formulado originalmente – teve como fator político incidental a oposição de Napoleão aos “ideólogos” que defendiam os valores iluministas frente ao processo revolucionário e, por consequência, iam contra as aspirações autoritárias de Bonaparte. Esse conceito foi apropriado por Karl Marx e Frederich Engels também em um contexto de contestação político-filosófica, em *A ideologia alemã*, em um primeiro momento, e, posteriormente, foi objeto de estudo de diversos teóricos marxistas e não marxistas³⁹. Contemporaneamente, no contexto da guerra fria, a utilização do termo ideologia passou a ser questionado por alguns autores que o consideraram “ultrapassado” e que apontaram para o “fim das ideologias”, como o fizeram Raymond Aron, em *O ópio dos intelectuais* (1955), e Daniel Bell, em *O fim da ideologia* (1980). Mais tarde, no final dos anos 1980, esse obscurecimento acerca do conceito se acentuou, com a queda do Muro de Berlim no âmbito político e, em concomitância com a emergência do pós-modernismo e dos pós-estruturalismo, no plano teórico. A partir da ascensão do neoliberalismo e, em razão do que Francis Fukuyama, em 1989, chamou de “O fim da história”, em sua obra, o conceito da ideologia passou a ser negligenciado nas Ciências Sociais e com isso foi gradualmente mitigado, até ser sobredeterminado pelos conceitos de simbólico e de discurso. Menos de uma década depois, com o enfraquecimento precoce do neoliberalismo, ressurgiu a discussão acerca da ideologia e o resgate de obras clássicas.

O estudo da ideologia enquanto objeto central de análise implica, inicialmente, pelo menos certas particularizações acerca do campo de estudos a que se dedica a exploração científica; definirmos a dimensão de análise de estudo; e indicarmos as relações que se busca compreender a seu respeito. Em resposta a essas necessidades, ressaltamos que nossa exposição cumpre com o objetivo de identificar a resignificação desse conceito na discussão do campo marxista, com vistas a tratá-lo em sua dimensão político-econômica,

³⁹ Por exemplo, por meio das análises sobre o significado sociopolítico do termo ideologia nos trabalhos de Emile Durkheim, Karl, Mannheim, Robert King Merton e Jürgen Habermas.

particularmente na manifestação enquanto ideologia do Estado. Ou seja, o que buscamos é a análise da ideologia como conceito da política. Sendo assim, esta secção privilegia essas dimensões de análise e excluem outras tantas possíveis de serem tratadas acerca da ideologia (como as dimensões da estética e da arte em geral).

3.1.1 Os sentidos da ideologia: definições e ressignificações

Essas preliminares são necessárias pois o termo ideologia concentra em si diversos significados possíveis, por isso também possibilita sua utilização em inúmeros contextos e, frequentemente, ao ser mencionado, vem ausente de determinações que o acompanhem:

“Ideologia” pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. Quando um processo é denunciado como “ideológico por excelência”, pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico. (ŽIŽEK, 1996, p. 9).

Em uma das obras mais abrangentes acerca do tema, Terry Eagleton, em *Ideologia: uma introdução*, de 1997, destaca que seria inútil, se fosse possível, tentarmos buscar uma única definição abrangente para o termo ideologia. O autor entende que, ao invés de tentarmos definir um sentido global para a palavra, devemos examinar as diversas teorias para coletarmos o que de valor possa haver em cada definição. Nas palavras do autor:

ideologia é um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado (EAGLETON, 2019, p. 17).

Nessa busca por elementos úteis à definição de ideologia e para ilustrar a polissemia do termo, Eagleton reúne aproximadamente vinte sentidos possíveis para o termo ideologia. Em razão da própria etimologia da palavra, grande parte desses sentidos se referem a um conjunto de ideias, seja para avaliar sua correspondência a partir de um paradigma de veracidade ou falsidade; para relacioná-las com determinada classe ou grupo social ou, ainda, com um processo de legitimação de poder em uma conjuntura determinada. Também, dos possíveis significados elencados pelo filósofo, extraímos a relação da ideologia com uma posição discursiva, com a constituição de um sujeito e, conseqüentemente, com as relações de poder de classe que reflete essa posição. Essas questões mencionadas podem ser reunidas em

um grande grupo de temas relativos ao poder. Particularmente, quando pensados no campo da política e do Estado, esses significados formam um conjunto de signos e práticas que pode ocultar, revelar ou mesmo descrever relações sociais com certa precisão.

A palavra ideologia teria sido criada por Destutt de Tracy⁴⁰, em 1802, na obra *Elementos da ideologia*⁴¹. De Tracy buscou descrever seu projeto, que consistia em uma nova ciência interessada na análise sistemática das ideias e sensações – na geração, combinação, e consequência das mesmas (THOMPSON, 2011). A ligação do filósofo e de seus companheiros do Instituto Nacional de França com o republicanismo fez com que Napoleão Bonaparte (1769) logo visse neles uma potencial ameaça a seu projeto autocrático, já que aquele grupo se identificava fortemente com as ideias originais da revolução (democracia, liberdade etc.). Napoleão, ao destituir o processo revolucionário desses elementos da ideologia burguesa, apropriou-se do termo, dando-lhe novo sentido, relacionando a ideologia a um agrupamento de ideias sem lastro na realidade, relacionada a um projeto falso ou mentiroso de sociedade. Não tardou para que o grupo de filósofos fosse denominados “ideólogos”, que, segundo ele, apresentavam um mundo falso, impossível de ser alcançado na realidade. Com essa utilização por Napoleão, o termo é ressignificado, passando a ter um sentido negativo, já que a ideologia seria, na prática, um obstáculo à realidade do poder político. Nesse sentido, a palavra ideologia se apresenta em um contexto da política e do Estado, prática comum até a atualidade.

O sentido negativo do termo, entretanto, ficou reconhecido no campo marxista por meio de Marx e Engels, no livro *A ideologia Alemã*⁴². Esse significado surge quando da crítica aos filósofos idealistas alemães, os quais, para Marx e Engels, desconsideravam a vida social em detrimento do pensamento, o que comprometia toda a lógica pensada por eles para atingir uma suposta libertação do espírito. Mas o conteúdo dessa obra não se resume a essa crítica. O filósofo venezuelano Ludovico Silva (1937-1988) questiona parte das interpretações realizadas sobre *A Ideologia Alemã* e observa que a ênfase que se dá a crítica feita por Marx e Engels aos idealistas pode obscurecer outra grande contribuição dessa obra:

otra consecuencia grave que ha suscitado cierta lectura superficial de Marx ha consistido en creer – y hacer creer – que una obra como La ideología alemana se

⁴⁰ Para uma revisão histórica detalhada do conceito, ver Konder (2002), Lenk (1971), Larraín (2008) e Žižek (1996).

⁴¹ No original, *Elements d'Ideologie*. Seus quatro volumes, publicados entre 1803 e 1815, examinaram as faculdades do pensamento, do sentimento, da memória e do julgamento e as características do hábito, do movimento e da vontade, entre outras coisas.

⁴² *A ideologia Alemã*, escrita entre os anos de 1845 e 1846 foi publicado pela primeira vez somente em 1932, pelo Instituto Marx-Engels de Moscou.

agota en la crítica a la «ideología alemana». El manuscrito de Marx y Engels – que desgraciadamente fue entregado a «la crítica roedora de los ratones» durante demasiado tiempo – es mucho más que eso: contiene, si bien imperfectamente, los elementos básicos de la teoría general de la ideología desde el punto de vista del materialismo histórico (SILVA, 2017, p. 178..

No sentido apontado por Silva, de contribuir para uma teoria da ideologia, devemos atentar os fundamentos presentes na obra escrita em 1845-1846. Se por um lado naquela obra Marx e Engels estabelecem as bases fundamentais para esse estudo, por outro esses fundamentos não tiveram um posterior desenvolvimento por parte dos autores, pelo menos não de forma sistemática como Marx fez em relação à estrutura material de produção da sociedade. Esse exame constitui, entretanto, um importante subsídio para analisar o papel concreto das formações ideológicas e as determinantes da ideologia capitalista. Ao observarmos as relações de produção, por exemplo, constatamos que elas têm como um dos seus pressupostos o isolamento do sujeito enquanto indivíduo, apartado de sua classe e em “concorrência” com seus pares. Essa constatação permite pensarmos o efeito da ideologia jurídica sobre essas relações e, ao mesmo tempo, verificarmos uma de suas principais funções, que, ao cabo, constitui sua particularidade própria na formação social capitalista. Mesmo assim, ao descreverem os elementos fundamentais para uma teoria da ideologia, Marx e Engels deixaram diversos pontos de reflexão em aberto, razão pela qual ainda persistem múltiplos usos e equívocos sobre o termo ideologia (SILVA, 2017). Ludovico Silva entende que, a partir de *A Ideologia Alemã* e de uma releitura sistemática da obra de Marx e Engels como um todo, é possível estabelecer interpretações complementares do conceito de ideologia, já que, segundo ele, “*Ni Marx ni Engels emitieran nunca una definición expresa de la ideología, pero ello no nos impide extraer una caracterización precisa a partir de los numerosos textos que ambos consagraron al tema*” (SILVA, 1978, p. 13). Essa falta de caracterização ocorreu em razão de seus objetivos de estudo. Na carta escrita à Franz Mehring, em 1893, Engels reconhece que não descreveram suficientemente cada conceito utilizado:

Nós colocávamos – e éramos obrigados a colocar – a ênfase principal, antes de mais nada, em *derivar* dos fatos econômicos fundamentais as ideias políticas, jurídicas e as demais noções ideológicas e as ações por elas desencadeadas. Mas o respeito ao conteúdo nos fazia negligenciar a forma, ou seja, o processo de gênese destas ideias (ENGELS, 1977, p. 42, grifo no original).

Apesar do que relata Engels, diversos autores reconhecem que ele e Marx representam um marco na utilização do termo (MANNHEIM, 1950; LÖWY, 1991; MÉSZÁROS, 2011; ALTHUSSER, 1999). Ainda assim, contudo, a afirmação de que seria possível uma

determinação precisa da ideologia na obra de Marx não é consenso. Thompson (2011, p. 49) ressalta que é possível uma aproximação dos sentidos utilizados para o termo, mas acredita que “as maneiras precisas como ele (Marx) empregou o conceito de ideologia e as maneiras como lidou com os vários assuntos e os vários pressupostos que estavam ligados a seu uso não são nada claros”. Essa ausência de uma definição particular sobre o conceito na obra de Marx nos permite coletar os principais aspectos de suas análises e adequar a análise de cada objeto de estudo concreto. Em nosso caso, a ideologia do Estado na Bolívia.

Diante dessa possibilidade e da riqueza de significados que se apresenta a ideologia como objeto teórico, uma síntese desses significados na obra de Marx e Engels se apresenta necessária para compreendermos o que posteriormente foi incorporado sobre o tema na obra de autores que os seguiram, como Lênin, Gramsci, Althusser, Poulantzas e Pêcheux. Ainda que conscientes dos possíveis “riscos” de toda espécie de recorte acerca de um conceito, mas também considerando as vantagens deste procedimento, buscamos estabelecer as principais características que assume o termo nos diferentes contextos históricos em que foi utilizado. O objeto dessa proposta é, ao final, acessarmos alguns pontos importantes que compõem as relações entre a ideologia e o Estado na formação social capitalista em suas derivações simbólicas.

Os significados que assume o termo ideologia nas obras de Marx apresentam ambiguidades, mas também certas continuidades se os interpretarmos conforme as circunstâncias históricas em que foram pensados. Inicialmente, no contexto de combate aos jovens hegelianos, Marx e Engels se dedicaram à crítica do idealismo, entendido por eles como uma forma de pensamento desconectada das condições da realidade materiais e a serviço dos detentores dos recursos materiais: “as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais (MARX & ENGELS, 2007, p. 94). Em contraponto à abstração idealista, entendiam os autores que o pensamento era uma expressão das condições vividas, em suas palavras:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência como *sua* consciência (MARX & ENGELS, 2007, p. 94, grifo no original).

A partir desse enfrentamento ao idealismo, Marx e Engels assumiram o sentido pejorativo do termo, mas, diferentemente do que fez Napoleão, atribuíram a ele um referencial teórico e uma argumentação baseada no materialismo. Defenderam que nenhuma

forma ideológica é autônoma, independentemente da forma como ela se apresenta – religiosa, moral, ou metafísica –, isso por que está ligada a pressupostos materiais, as condições impostas pela forma relacional do modo de produção capitalista. Dessa forma, entendiam que as ideias dominantes eram as ideias da classe dominante; a ideologia dominante então era nada mais que a expressão ideal das relações sociais que a faziam classe dominante. Por essas razões, Marx e Engels entendiam que era a realidade material que formava a consciência, e não ao contrário. O caminho a ser percorrido deveria ser da materialidade às ideias, dessa forma,

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso. parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (MARX & ENGELS, 2007, p. 94).

Para os autores, a própria forma de ver a consciência como autônoma, e assim olhar os indivíduos concretos como produtos das ideias em vez de produtoras delas, é uma inversão. Essa idealização da consciência se apresenta, por si só, como resultado de condições e processos históricos particulares, dos quais os homens nem sempre têm consciência (THOMPSON, 2011). É nesse sentido um dos trechos mais citados daquela obra:

A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (MARX & ENGELS, 2007, p. 94).

A “inversão dos objetos na retina” resulta em um processo de falseamento da realidade e, dessa forma, o processo ideológico leva à “falsa consciência”, termo que não foi utilizado pelos autores naquela obra, mas pode representar de forma fiel como eles entenderam o efeito da ideologia da época. Esse falseamento, vale lembrar, não foi explorado por eles com uma “mentira”. A partir de uma leitura atenta, verificamos que a ideologia no sentido de falsidade expressa a inversão presente na realidade material, de um mundo que se apresenta também dessa forma invertida. Conforme interpretamos a realidade material pelas lentes da ideologia é, assim, simultaneamente prática e representação de si. Por exemplo, ajoelhar-se diante de um sacerdote é, simultaneamente, o ato de ajoelhar-se e o que ele representa. É ação e conteúdo. Então, se compreendermos que a ideologia só existe enquanto prática (ALTHUSSER, 1982) e que a ideologia dominante expressa as relações ideais presentes na

sociedade capitalista (MARX & ENGELS, 2007), significa que essas relações, a materialidade em si, são por si só uma realidade invertida. Esse aspecto deve ser considerado apenas como um fator, de outros que se apresentam a respeito do conceito de ideologia nessa obra. Não há dúvida de que é uma característica fundamental, entretanto, não é a única. A esse respeito, Mézaros (2011, p. 142) menciona que “as tentativas equivocadamente concebidas de reduzir a ideologia à falsa consciência estão frequentemente associadas a uma visão rígida, fetichista de ciência”. Sendo assim, a posição conceitual que assume a ideologia deve ser compreendida pelo exame da especificidade social e histórica. A propósito da redução do conceito a falsa consciência, acerca da ideologia como prática na cena política, entendemos que as noções de ideologia e falsa consciência podem ou não estar unidas, a depender da conjuntura concreta em que são analisadas. Dessa análise, pode-se concluir que se extrai do pensamento uma noção falseada das condições objetivas de classe, contudo, ainda assim, nesse falseamento, há um lastro de realidade. Jorge Larraín (1988, p. 184) afirma que, nesse sentido, o próprio Marx entende que existe uma mediação com substrato na realidade:

a conexão entre “consciência invertida” e “realidade invertida” é mediada por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade. Essa esfera de “formas fenomenais” e constituída pelo funcionamento do mercado e da concorrência nas sociedades capitalistas, e é uma manifestação invertida da esfera da produção, o nível subjacente das “relações reais”.

Nesse aspecto, a ideologia não se expressa como um obstáculo à realidade, sem com isso constituir uma simples mentira. Esse fator importa também na obra de Karl Mannheim, *Ideologia e utopia*, de 1950. Ainda o autor parte de uma abordagem muito distinta de Marx e Engels acerca da ideologia: quando identifica a “ideologia particular”⁴³, explica que ela constitui

disfarces mais ou menos conscientes da natureza real de uma situação, cujo verdadeiro reconhecimento contraria os seus interesses. Essas deformações abrangem uma vasta gama de variações – das mentiras conscientes aos disfarces semiconscientes e mesmo inconscientes; das tentativas calculadas para iludir o próximo às formas mais ingênuas de automistificação (MANNHEIM, 1950, p. 51).

Assim, por questão de método, quando nos deparamos a uma das práticas da ideologia – o discurso político, por exemplo – não devemos considerá-la a priori como mentirosa. O

⁴³ Essa distinção se opõe a outra espécie de ideologia, aquela que se refere à ideologia de uma época, de um grupo histórico concreto, uma classe específica (MANNHEIM, 1950).

sujeito do discurso não está mentindo sempre ou, quando está, pode ou não ter plena consciência disso.

Esses aspectos são favoráveis a uma interpretação mais ampla e, a nosso juízo, necessária da acepção de ideologia presente na obra de 1845. A ideologia pode ser definida assim como “uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não conseguem compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica” (THOMPSON, 2011, p. 51). Assim, mesmo que a ideologia esteja, ou possa estar, imersa no problema da falsa consciência ela é a representação das condições materiais que determinam o pensamento e, assim, dizem respeito também a como essa materialidade concreta é afetada pelo inconsciente. Nesse sentido, além dos fatores materiais que afetam a consciência, “as verdadeiras forças propulsoras” que movem o pensador permanecem ignoradas por ele, pois, de outro modo, “não seria tal processo ideológico” (SILVA, 2017, p. 197).

Nota-se que o conceito de ideologia estabelece nessa obra alguns aspectos de relevância que serviram para os trabalhos posteriores de Marx e Engels sobre o tema. Isso se constata quando pensamos a ideologia, por exemplo, seu sentido negativo, seu caráter ilusório e sua relação com as condições de produção. Essa conotação negativa permanece na relação que fazem posteriormente da ideologia com as condições econômicas e a classe dominante no prefácio a *Uma contribuição à crítica da economia política*, de 1859. Nesse texto, Marx afirma que as relações de produção são o principal vínculo entre os indivíduos na formação social capitalista e com isso determinam o ser social e suas práticas. Antes, na obra de 1845, os autores já defendiam que a ideologia na formação social deve ser entendida a partir da força material dominante na sociedade:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX & ENGELS, 2007, p. 47, grifo nosso).

Ao entenderem que a ideologia resulta de uma relação de dominação da classe burguesa sobre a classe operária, que a partir dela faz possível a universalização de interesses particulares, os autores lhe reforçam o sentido pejorativo, cunhado por Napoleão, mas dessa vez o relacionam expressamente a dominação ideológica à dominação material da burguesia.

Dessa concepção, se percebe o vínculo da ideologia com as relações capitalistas, preservadas e transformadas a partir da imposição de uma visão ilusória dessas relações. O emprego pejorativo desse termo pelos autores denuncia a ilusão e indica uma consciência deformada, desconectada da realidade (LÖWY, 1991). A expressão “falsa consciência” descreve adequadamente o pensamento dos autores acerca do termo, mas ela não foi utilizada por eles na obra de 1845. Apesar disso, o sentido pejorativo da ideologia, como falsificação da realidade, ou mesmo obstáculo à uma consciência real, predominou nas interpretações de tradição marxista, fato que se modificaria apenas a partir da teoria leninista sobre a organização proletária.

A ideologia, nesse segundo momento (1859) da obra de Marx e Engels, pode ser entendida como um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante a partir de uma representação ilusória das relações econômicas frente às classes populares. Com isso, a consciência do indivíduo e, acrescentamos, suas práticas, não são vistas autônomas. Ao contrário, devem ser examinadas a partir das condicionantes do modo de produção. Em razão disso, as representações que os indivíduos fazem de si e de suas práticas sociais assumem uma dimensão ideológica que dá sentido à realidade e dá coesão à forma do Estado (MARX & ENGELS, 2007; ALTHUSSER, 1982; POULANTZAS, 2019; 2015). Esse aspecto é especialmente relevante, pois, nessa lógica, as formas ideológicas de consciência devem ser explicadas a partir da análise das condições econômicas de produção nos processos de transformação social. É nesse sentido que a análise da ideologia de Estado se reporta também aos aspectos da reconfiguração de classes e dos interesses em conflito e classes em luta.

Os elementos apontados neste último sentido ligam a produção material à produção das ideias e isso nos traz uma definição da ideologia que, de certa maneira, supera o entendimento acerca da falsa consciência, sem, contudo, abandoná-lo. Ocorre nesse aspecto uma reformulação do conceito, que se apresenta de forma mais clara em *A Ideologia Alemã* (1845), e no prefácio a *Uma contribuição à crítica da economia política* (1859), mas incorpora aos escritos de Marx e Engels de forma mais periférica e, até certo ponto, subliminar, a partir do livro *18 de Brumário de Luis Bonaparte*, a qual podemos designar como concepção “latente” sobre a ideologia. Esse termo é como se refere Thompson (2011) para designar os fenômenos que constam na obra de Marx, os quais o autor não se reporta diretamente como fenômenos ideológicos:

os fenômenos apresentados como sendo essa concepção latente de ideologia não são meros epifenômenos das condições econômicas e das relações de classe; ao contrário, *eles são construções simbólicas que tem certo grau de autonomia e eficácia. Eles se constituem em símbolos e "slogans", costumes e tradições* que

mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para a frente ou constrangem-nas, de tal modo que não podemos pensar estas construções simbólicas unicamente como determinadas, ou totalmente explicadas, em termos de condições económicas de produção (THOMPSON, 2011, p. 58, grifo nosso).

A ideologia apresentada sob forma de construções simbólicas é frequente na prática discursiva e, por essa razão, tal interpretação deve ser considerada como parte da análise de processos de mudança ou de conservação social, como entendemos que Marx o faz nessa obra. Nos contextos em que aparece, essa concepção não é descrita pelo termo “ideologia”. Ao invés disso, afirma Thompson (2011, p. 56), ele utiliza “‘ilusões’, ‘ideias fixas’, ‘espíritos’, ou ‘fantasmas’ [...] que andam no meio do povo e procuram despertar suas superstições”.

Podemos encontrar exemplos disso em diversas passagens, das quais, valer ressaltar, a Marx se refere à disputa partidária da época e aos interesses reais que se apresentavam se examinássemos além da aparência:

Um exame mais detido da situação e dos partidos, contudo, faz desaparecer essa aparência superficial, que mascara a *luta de classes* e a fisionomia peculiar desse período. (...)

E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais *as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses*, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade. Na República, orleanistas e legitimistas estavam lado a lado com as mesmas pretensões (MARX, 2011, p. 59-61, grifo nosso).

Também, em outro trecho célebre o autor se refere à “reedição do 18 de brumário⁴⁴”:

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e às coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes (MARX, 2011, p. 25).

No contexto apresentado por Marx sobre a França de L. Bonaparte, a ideologia se apresenta como uma forma simbólica de mobilização social, o que, naquele caso, resultou na mobilização para conservação. Isso nos mostra como essas formas simbólicas são também um elemento transmitido pelo passado a ponto de constituírem nos costumes, novas tradições, que, no plano da formação social, constituem práticas ideológicas. No plano das lutas

⁴⁴ No dia 18 de brumário (9 de novembro de 1799), Napoleão Bonaparte derrubou, mediante um golpe de Estado, o Diretório francês, tornando-se ditador com o título de primeiro-cônsul. Com a “reedição do 18 de brumário”, Marx se refere ao golpe de Estado desferido por Luís Bonaparte no dia 2 de dezembro de 1851.

políticas, a ideologia incide na realidade. Nesse sentido, Mézaros (2011, 144-145, grifo no original) afirma que uma das principais características definidoras da ideologia é que ela é orientada para a prática,

Assim, a ideologia é a *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, preocupada com a articulação e afirmação dos conjuntos rivais de valores e estratégias. (...) pelo propósito vital de *levar até o fim o conflito fundamental* na arena social, posto que os conjuntos rivais de valores são inseparáveis de *alternativas hegemônicas* objetivamente identificáveis da situação histórica dada.

A partir dessa lógica, esses aspectos da “concepção latente” de ideologia apresentam, a nosso juízo, uma importante contribuição no exame dos processos de transformação ou conservação social. O “aspecto estratégico” da noção da ideologia também pode ser observada na formulação desse conceito por parte de Lenin. Vale lembrar que Lenin não teve acesso à obra *A ideologia Alemã*, escrita entre 1845 e 1846, mas publicada apenas em 1932, oito anos após seu falecimento. Assim, sua concepção de ideologia não continha uma valoração negativa da ideologia, como “falsa consciência”, tal qual formulada na obra citada.

Lenin não se dedicou à sistematização do conceito acabado da ideologia, pois sua intenção ao utilizar o termo estava ligada aos aspectos práticos da organização do partido e da “luta ideológica”. Por essa razão, em muitos de seus escritos, os conceitos aparecem de forma simplificada, dirigidos para a ação política da classe operária. Ainda assim, é possível, em seus textos, ter uma noção clara do que pensava sobre o tema. Sua definição de ideologia aponta para “um conjunto de crenças que reúne e inspira um grupo ou classe específico a perseguir interesses políticos considerados desejáveis. E então, com frequência, sinônimo da aceção positiva de ‘consciência de classe’” (EAGLETON, 2019, p. 50). Essa noção positiva da ideologia só é possível pela oposição que propõe à ideologia burguesa, entretanto, a ênfase é na possibilidade de emancipação proletária através de uma estratégia da classe trabalhadora e não no caráter negativo ou pejorativo da formação ideológica burguesa. Ao apontar para a necessidade de uma “luta ideológica”, o autor deixa clara a dicotomia entre a burguesia e o proletariado, apontando para as consequências da existência de “ideologias intermediárias”:

O problema coloca-se exclusivamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio-termo (pois a humanidade não elaborou uma "terceira" ideologia; e, além disso, em uma sociedade dilacerada pelos antagonismos de classe, não seria possível existir uma ideologia à margem ou acima dessas classes). Por isso, toda diminuição da ideologia socialista, todo distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa. Fala-se de espontaneidade. Mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta justamente na subordinação à ideologia burguesa, efetua-se justamente segundo o programa do "Credo", pois o movimento operário espontâneo é o sindicalismo, (...) ora, o sindicalismo é justamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia. (LENIN, 1975, p. 37, tradução nossa).

Com essa passagem, não queremos afirmar, de forma simplista, que o autor não compreendia as nuances dos aspectos da ideologia no campo teórico-analítico. Lenin, que tinha claramente uma visão dialética dos processos sociais, compreendia que não havia apenas duas ideologias. Fica claro, nessa passagem, que Lenin estava preocupado com o “espontaneísmo” no campo ideológico, que tinha como consequência o “sindicalismo” na luta operária, o que todos deveriam combater também por meio da ideologia própria. A esse respeito vale lembrar que, em um contexto diferente daquele em que viveu Lenin, o Estado capitalista no ocidente apresenta diversos subconjuntos ideológicos, os quais são passíveis de incorporação na ideologia dominante. É justamente essa dicotomia que se vê desfeita – em favor da classe dominante – na análise da ideologia de Estado. A esse ponto retornaremos nas seguintes páginas. Quanto ao caráter dual da “luta ideológica” e a oposição valorativa (negativo-positivo), se fundamenta na existência do que Lenin (1976) designou como uma ideologia transformadora e socialista. Nesse sentido, a ideologia socialista (sentido positivo) estaria em oposição à burguesa (sentido negativo), e o conflito ideológico deveria ser incorporado à estratégia proletária. Uma utilização similar também faz Lukács do termo ideologia. Sua reflexão, nos anos 1920, acerca dos problemas e tarefas que os movimentos da classe trabalhadora enfrentavam, o autor menciona a necessidade da consolidação de uma “ideologia do proletariado” para os destinos da revolução. Nossa intenção em pontuar esses aspectos não é, contudo, adentrar no debate acerca da organização da classe proletária da época. O que pretendemos com isso é extrair algumas das características da formulação de Lenin acerca da ideologia e principalmente o fator de renovação que traz ao conceito.

A principal contribuição que Lenin traz, com a sua elaboração teórica sobre a ideologia, em termos teóricos conceituais, é que ele “retira” parte da conotação negativa presente em *A ideologia alemã*. Isso é possível notar a partir de uma comparação retrospectiva que fazemos agora, e que o próprio Lenin não fez, por desconhecer a obra publicada em 1932. Nesse sentido, podemos dizer que ele dá “novo sentido” ao termo, ao associá-lo a uma estratégia da classe trabalhadora, que por si só era considerada positiva, já se confundia a uma necessária “consciência de classe” (EAGLETON, 2019). Aqui a acepção negativa do termo é minimizada, já que é perceptível somente se a pensarmos em oposição à ideologia burguesa, entendida como um obstáculo à emancipação.

Outra consequência desse novo sentido atribuído ao conceito por Lenin e também Lukács é o que Thompson (2011) chamou de “neutralização implícita do conceito de ideologia”. Para o autor, Lenin e Lukács, ao adaptarem o conceito de ideologia de Marx de

1859, generalizaram esta concepção de tal modo que “ideologia” se refere às ideias que expressam e promovem os respectivos interesses das classes fundamentais. Com essa definição, os autores eliminaram o “aspecto assimétrico” da aceção de Marx, de 1859, e com isso, alargaram o conceito, de forma que ideologia teria perdido o sentido negativo, bem como sua referência às ideias dominantes. A essa neutralização, mais tarde, Poulantzas (2019; 2015) se insurge através das críticas acerca da corrente “historicista” de marxistas, conforme veremos na próxima subsecção. Isso porque, se há algo recorrente na concepção de ideologia em Marx e Engels, é o fato de ela expressar os interesses da classe dominante e não ideais que expressam os interesses das classes como tal. Nesse sentido,

Marx nunca falou da “ideologia socialista” ou da “ideologia proletária”, e ele nunca caracterizou o materialismo histórico como a “ideologia do proletariado”(…) para Marx, era o reino das doutrinas abstratas e das ideias ilusórias que poderia, talvez, confundir o proletariado (THOMPSON, 2011, p. 86)

Dessa forma, a ideologia, para Marx e Engels, não era um instrumento de luta da classe operária, mas um obstáculo a qual se teria que superar para uma real emancipação.

Essas questões não se apresentam para nós apenas como uma crítica à formulação de Lenin, mas são relevantes para nosso trabalho justamente porque estabelecem uma diferença interpretativa acerca da ideologia que influencia diretamente no que entendemos por ideologia do Estado. Podemos fazer a seguinte síntese: i) se entendemos a ideologia como falsa consciência apenas, o discurso na cena política sempre será um dispositivo que leva as classes subalternas ao erro, a uma percepção distorcida da realidade que vivem e, com isso, uma falsa percepção também do Estado e da política; ii) se entendemos a ideologia como a expressão de um conjunto de crenças e valores de uma classe específica, o discurso na cena política sempre será e expressará a ideologia desta classe de forma “pura”, uma ideologia de classe linear. Ou seja, esses aspectos do conceito de ideologia, quando examinados em uma formação social concreta, constituem uma determinada compreensão da conjuntura da luta de classes. Esse conhecimento da situação concreta acerca das relações ideológicas determinará não apenas um tipo de análise e exposição teórica, mas também uma estratégia política para a reprodução ou transformação social. Essa é também a consequência posta por Poulantzas ao problematizar o conceito de ideologia sob o registro do que chamou de ideologia geral e particulares do Estado. Antes de tratarmos da ideologia enquanto prática social no próximo item, portanto, abordaremos os sentidos do conceito de ideologia na obra de Poulantzas.

3.2 A IDEOLOGIA NA OBRA DE POULANTZAS

É em sua obra *Poder Político e Classes Sociais* – de forte influência estruturalista – que o autor mais se detém ao conceito de ideologia, na forma da ideologia jurídico-política. Nesse momento, o autor estabelece uma relação fundamental da ideologia com o político e o modo de produção, especialmente no que diz respeito à função de coesão da formação social capitalista. A ideologia é vista inicialmente como uma estrutura do modo de produção e a ideologia jurídico-política, uma subdivisão específica, que se apresenta ao lado das demais regiões ideológicas (moral, religiosa, filosófica, econômica, estética etc.) e que assume papel dominante nas formações sociais capitalistas. Dessa forma, se apresenta como uma dimensão predominante político-econômica, a partir de sua expressão estrutural-regional. A abordagem da ideologia com ênfase na dimensão político-econômica favorece nossa análise da prática ideológica, especialmente do discurso político, ainda que limite, por outro lado, abordagens válidas sobre o conceito (como sobre a estética, a arte, a literatura etc.). Favorece, dessa forma, por compreender o exame da ideologia em relação ao político, entretanto, nos lança ao desafio de operacionalizar alternativas para melhor identificar e compreendê-la na prática social, por meio do discurso político, em uma conjuntura específica.

Para Poulantzas (2019), a ideologia do Estado capitalista consistiria em uma ideologia geral de Estado e em diversas ideologias particulares. Uma dessas regiões é a ideologia jurídico-política (o Direito), que se apresenta de modo dominante na formação social capitalista. Essa dominância⁴⁵ se refere a um fenômeno que ocorre, especificamente na FSC, de forma a criar os efeitos específicos – *efeito de isolamento* (o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção) e *efeito unidade* (unificação virtual desses mesmos indivíduos no burocratismo) – que ocultam ou dissimulam os fundamentos das relações de classe presentes na FSC. No modo de produção capitalista, “a ideologia é mais bem colocada para ocultar o índice real de determinação e de dominância da estrutura [...] também a mais bem colocada para cimentar a coesão das relações sociais, reconstituindo a unidade dessa formação em um plano imaginário” (POULANTZAS, 2019, p. 218). Dessa forma, para o autor grego, uma das regularidades que se apresenta na prática das ideologias capitalistas é a

⁴⁵Relembramos que Poulantzas (2019) entende que a dominância de uma ideologia particular ocorre na formação social quando esta cumpre com a função de viabilizar a exploração em determinado modo de produção, seja pela ocultação, dissimulação ou pela legitimação das relações sociais.

ocultação, a dissimulação, a inversão das relações de classe, que ocorre no plano imaginário dos agentes.

O exame da ideologia, no sentido apontado anteriormente, parte de uma abordagem marxista e estruturalista, para a qual a investigação e a elucidação dos fatos são possibilitadas, primeiramente, pela análise das relações internas presentes no objeto. Sendo assim, não podem ser entendidas isoladamente, mas apenas em relação aos seus antagônicos. Ou seja, a ideologia é entendida como um objeto de estudo com relações internas e antagônicas que apontam para o movimento real de seu conteúdo, de seus efeitos e de sua constituição. Partindo desse exame, surge um segundo aspecto determinante do conceito de ideologia que se extrai da obra poulantziana: a ideologia se apresenta, a exemplo do Estado e do capital, como um fenômeno relacional na formação social capitalista. Nesse sentido, primeiramente, mesmo que as ideologias se constituam, em parte, por um conjunto de valores⁴⁶, elas não formam qualquer espécie de “consciência” específica, ou “visão de mundo” particular, homogênea de uma classe. Ao referir-se à ideologia dominante em uma formação social concreta, Poulantzas a identifica não como uma ideologia apenas de uma classe, mas também como a ideologia que reflete as relações específicas entre a classe dominante e a classe dominada:

Ora, de fato, a ideologia dominante não reflete simplesmente as condições de vida da classe dominante, sujeito “puro e simples”, mas também a relação política concreta, em uma formação social, entre as classes dominantes e as classes dominadas. Ela está muitas vezes impregnada frequentemente impregnada de elementos decorrentes do “modo de vida” de outras classes e frações que não a classe ou fração dominante (POULANTZAS, 2019, p. 206).

A ideologia de Estado, nesse sentido, não é apenas a expressão de um modo como a uma classe ou a fração dominante do bloco no poder vive suas condições de existência, mas é reflexo também do modo como a classe subalterna as vive em relação à institucionalidade do Estado e o modo de produção. Na formação social capitalista, as classes fundamentais são interdependentes quanto às suas condições de existência, pois, assim como não pode haver classe burguesa sem o proletariado, ou vice-versa, a ideologia típica dessas classes é constituída até as raízes pela ideologia de sua classe antagonista (EAGLETON, 2019; POULANTZAS, 2019). As ideologias dominantes devem se moldar às experiências vividas pelas classes subalternas, bem como a ideologia das classes populares, em sua relação com a

⁴⁶ A expressão *conjunto de valores* aqui pode ser entendida como parte dos “fatores objetivos da estrutura” (POULANTZAS, 1980, p. 49). São, por essa razão, constituintes da prática da ideologia no âmbito da sociedade.

ideologia das classes dominantes, deve absorver suas práticas fundamentais. Poulantzas (2019, p. 206) exemplifica essa integração entre a ideologia dominante e alguns elementos da ideologia das classes subalternas: “é o caso, clássico, por exemplo, de recepção, na ideologia burguesa das formações sociais capitalistas, de ‘elementos’ da ideologia pequeno-burguesa (o ‘jacobismo’, e o seu sucessor, o ‘radicalismo’)”. Podemos acrescentar, também, que, a partir de uma análise preliminar de nosso caso exemplar, a Bolívia, percebemos um exemplo importante de adesão, por parte da ideologia dominante (ideologia geral capitalista), de elementos da ideologias marginais, como a dos setores representantes dos povos originários daquela formação social (o plurinacional). É o caso, por exemplo, da inclusão de práticas econômicas pré-capitalistas no sistema boliviano, e também é o caso da inclusão na ideologia jurídica acerca dos tipos de propriedades comunais, que se aliam, no ordenamento jurídico, a espécies de propriedade privada e particular. O exemplo mais visível dessa incorporação de ideologias subalternas é a própria ideologia de Estado, que, em sua totalidade, modifica-se da forma republicana para um formato plurinacional. Ou seja, aqui, a própria noção de unidade que representaria discursivamente “um povo”, é ressignificada para indicar a existência de diversas formas originárias de organização social. Nesse sentido, a república, antes nacional, passa a representar “plurinações”. Mas retornaremos ao tema com mais profundidade no quinto capítulo, quando trataremos dessa forma plurinacional no discurso de Estado.

A unidade de uma formação social para Poulantzas é determinada por uma questão estrutural, um efeito das superposições de vários “níveis” ou “regiões” da vida social, determinados, em última instância, pelos limites estabelecidos pelo modo de produção. Esse aspecto fundamental – a estrutura – reforça a impossibilidade de conciliação do conceito de ideologia posto pelo autor com aquela interpretação “historicista” das ideologias, segundo a qual, a ideologia teria uma natureza homogênea e coesa e as classes teriam a possibilidade de impô-la sobre a formação social. Esse debate, ainda que cheio de nuances que não abordaremos neste trabalho, reflete uma crítica fundada no argumento estruturalista – apresentado por Poulantzas – de negação de ideologias “puras”, de uma constituição de classes sociais com um visão de mundo mais ou menos homogênea, e está relacionado, sobretudo, à possibilidade de constituição hegemônica a partir da imposição de uma “visão de mundo” de uma classe específica. Essa visão sobre as ideologias supõe uma relação excessivamente orgânica e interna entre um “sujeito de classe” e sua “visão de mundo” (EAGLETON, 2019, p. 117). Tal interpretação reduziria a ideologia à organização política de classe e “essa organização política à constituição de uma concepção do mundo própria que a erigiria em classe para si, sujeito da história – identificação da consciência política de classe

com a função detida pela concepção do mundo (POULANTZAS, 2019, p. 206)”. Isso não significa, contudo, que não haveria uma ideologia de classe, pois toda ideologia capitalista corresponde a uma ideologia de classe, mas quer dizer, apenas, que essa ideologia é composta por diversas ideologias, correspondentes a outras classes e suas frações. Em outra passagem, o autor sintetiza a problemática que se estabelece entre consciência de classe e ideologia dominante:

a estrutura – a unidade – da ideologia dominante não pode ser decifrada a partir das suas relações com uma consciência de classe-concepção do mundo, em um compartimento estanque, *mas a partir da unidade do campo da luta de classes*, ou seja, a partir da relação concreta das diversas classes em luta no interior da qual funciona a dominação de classe (POULANTZAS, 2019, p. 213, grifo no original).

A interpretação historicista sobre a ideologia, resulta, segundo o autor grego, em diversos equívocos interpretativos em relação ao processo de luta de classes⁴⁷, mas o principal déficit analítico, no estudo da ideologia, é que essa interpretação retira qualquer autonomia da instância ideológica. Particularmente, essa concepção prejudica a identificação da relação concreta entre ideologia dominante e classe ou fração dominante em uma situação historicamente determinada. Na prática, impossibilita a distinção entre hegemonia política e hegemonia ideológica, em suas defasagens em relação à luta de classe em uma conjuntura concreta. Se seguirmos aquela interpretação, sempre coincidiria sob a mesma fração de classe a hegemonia no campo político e no ideológico, ou seja, não haveria defasagens entre os tipos de dominação. Essa visão simplificada do que é a ideologia dominante prejudica a análise da situação histórica concreta e, sendo assim, da estratégia da classe trabalhadora em sua intervenção para a transformação política. Assim, o que é importante destacar é que Poulantzas, ao fazer essa crítica – a qual aderimos – visa a análise da conjuntura. Nesse caso, busca-se a análise das relações ideológicas de modo específico, em maior detalhamento. Ou seja, se pensarmos o modo como se constitui a ideologia dominante percebemos que, grosso modo, expressará os interesses gerais da burguesia – ampliação do capital e reprodução das relações capitalistas. Já em uma outra camada mais profunda de análise – em uma conjuntura concreta –, notaremos que elementos da ideologia da classe dominada são incorporados para atender parte de seus interesses. Estabelecer essa particularidade, portanto, responde a uma necessidade de estabelecermos um maior grau de aprofundamento no exame das relações ideológicas. Dessa forma, tanto nossa leitura sobre as classes sociais quanto sobre as

⁴⁷ Ver em detalhes em Poulantzas (2019, p. 199-212).

ideologias não poderia, portanto, ser tomada a partir de uma visão “historicista” de reduzir as ideologias apenas à expressão “pura” do modo de vida de uma classe.

Seguindo essa característica – de fusão das ideologias – entendemos que outro aspecto pode ser acrescentado. A partir de uma interpretação extensiva dessa fusão, podemos também dizer que as ideologias que não são dominantes na formação social – que não dizem respeito exclusivamente às classes fundamentais – podem também compor a ideologia dominante. Isso porque nem mesmo o modo de produção, na análise da formação social concreta, se apresenta de um modo “puro”. Sabemos que, no exame do modo de produção capitalista (MPC), as classes que se apresentam como elementares são a burguesia e o proletariado. A formação social consiste, entretanto, de uma sobreposição de vários modos de produção não dominantes que apresentam, por sua vez, diversas classes ou frações de classe – sobredeterminadas – correspondentes.

Nessa lógica, as classes sociais não se apresentam de forma homogênea no exame da formação social capitalista. Como consequência, as ideologias também não poderiam apresentar tal homogeneidade. A característica relacional da ideologia capitalista diz respeito ao nível das práticas da formação social em suas sobredeterminações. Dessa forma, essas geram efeitos sobre a ideologia dominante, já que ocorre a inclusão de diversas formações ideológicas que não das classes fundamentais, mas também daquelas classes oriundas dos modos de produção não dominantes. Um exemplo claro disso veremos no quinto capítulo, na forma do discurso plurinacional, que inclui na ideologia do Estado elementos que correspondem a ideologias particulares de outros modos de produção (os modos de produção comunitário, por exemplo).

Os aspectos levantados sobre a ideologia em Poulantzas nos apontam, até aqui, pelo menos duas características importantes para pensarmos a ideologia de Estado. Por um lado, a característica relacional da ideologia e, por outro, a possibilidade de sua instrumentalização pela dissimulação, ocultação ou inversão das condições materiais. O primeiro diz respeito aos valores e práticas que as constitui, já o segundo se refere à possibilidade “instrumental” da ideologia para a dominação de classe. Nesse sentido, mesmo que o autor entenda a ideologia capitalista a partir de uma perspectiva relacional, ainda persiste a ideia de que ela possibilita a distorção, a dissimulação das relações de classe e que, dessa forma, atribuem sentido às práticas de dominação de classe. Ao tratar da ideologia dominante, particularmente no caso da junção entre a ideologia geral e a particular (a ideologia jurídica), o intelectual indica essa característica de ocultação:

um dos caracteres particulares da ideologia burguesa dominante consiste no fato que ela esconde de uma maneira absolutamente específica a exploração de classe, *na medida em que todo traço da dominação de classe está sistematicamente ausente de sua linguagem própria*. É verdade que, **por seu próprio estatuto, nenhuma ideologia se apresenta como ideologia de dominação de classe** (POULANTZAS, 2019, p. 217-218, itálico no original, negrito nosso).

Ainda que Poulantzas entenda que a ideologia tenha essa possibilidade instrumental de classe, há uma distinção importante em relação à teoria clássica marxista da ideologia. A exemplo de Althusser, e conforme mencionamos acerca da problemática “historicista”, a ideologia como dissimulação, ocultação ou inversão imaginária das relações de classe não parte do pressuposto da existência de uma consciência de classe. Nesse sentido, essa característica da ideologia resulta da sua própria função na formação social capitalista, determinada “última instância” pelo econômico, que indica, pela própria natureza pela qual se expressa o modo de produção, sua função de inversão imaginária das condições materiais.

Em *O Estado, o poder, o Socialismo*, de 1978, Poulantzas retoma a questão da ideologia como ocultação-inversão quando trata do problema da ação do Estado a partir do binômio repressão-ideologia para definir o domínio do poder sob o domínio das massas. Em uma crítica à distinção entre aparelhos repressivos (ARE) e ideológicos (AIE) do Estado de Althusser, o autor menciona que ações do Estado não funcionam apenas de forma negativa (repressão-ocultação) como presume essa separação, pois essa lógica “supõe que a eficácia do Estado esteja no que proíbe, exclui, impede de fazer, ou, então, **no que engana, mente, oculta ou faz crer**” (POULANTZAS, 2015, p. 28, negrito nosso); diferentemente dessa noção, entende o autor, “o Estado também age de maneira positiva, *cria, transforma, realiza*” (POULANTZAS, 2015, p. 29, grifo no original).

Particularmente, quanto à ação do Estado pela ideologia dominante, não se deve supor, portanto, que este atua apenas por meio da ocultação-inversão do imaginário das massas, mas alternativamente, que atua também em sentido positivo, criando condições objetivas para a adesão das classes populares. Sendo assim, acreditar que o Estado só age pela produção de uma ideologia que levaria à “consciência errada” é insuficiente para entendermos a ideologia dominante, o Estado e as relações da classe dominante com as classes populares. Porque “a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de *consenso*, *possui sempre um substrato material*” (POULANTZAS, 2015, p. 28, grifo no original).

Essa atuação positiva ocorre, entre outros fatores, porque o Estado, trabalhando em favor da hegemonia de classe, atua no campo dos compromissos instáveis que configuram as relações entre as classes dominantes e as dominadas. Essa relação entre a ideologia e as massas, implicam, invariavelmente, na necessidade do Estado de tomar medidas positivas em

relação às classes populares (medidas econômicas de inclusão e de melhoria de vida). Interpretar a ideologia do Estado exclusivamente a partir de sua ação de “encobrimento” nos leva a uma conclusão precária sobre as razões do consentimento: seu exame estaria baseado no campo da ilusão ideológica das massas. Nesse ponto, Poulantzas difere de Althusser que entendia a ideologia de Estado com uma função claramente mistificadora, composta pelo reagrupamento de

um certo número de temas importantes, extraídos dos diferentes domínios da ideologia (religiosa, jurídica, moral, política, etc.), em um sistema que *resume* os “valores” essenciais de que tem necessidade a dominação das classes que detém o poder de Estado para “levar na conversa” os explorados e os agentes da exploração e da repressão, assim como os agentes da ideologização, portanto, para garantir a reprodução das relações de produção (ALTHUSSER, 1999, p. 162, grifo no original).

A análise dessa ideologia a partir apenas de sua função mistificadora diante das classes subalternas seria, com as devidas adaptações, transportar a lógica da ideologia como representação da falsa consciência, e, portanto, do próprio discurso político como um artifício de indução a um erro e supô-la também como um discurso ideológico apenas no sentido negativo do termo. A partir dessa lógica, outras consequências surgem, porém, a conclusão imediata sobre a estratégia de emancipação subalterna dependeria de uma constante luta pela “ilustração das massas” por parte dos revolucionários. Sendo que seu antagonismo discursivo/ideológico seria a mistificação da ideologia burguesa e o engodo em relação às massas. Não se trata, entretanto, de negar o caráter mistificador das ideologias. Como mencionado noutros lugares desta tese, a ideologia jurídico-política, por exemplo, atua também nesse sentido, assim,

que o aspecto ideológico-engodo esteja sempre presente, isto não altera o fato de que o Estado também age pela produção do substrato material do consenso das massas em relação ao poder. Se o substrato difere da sua representação ideológica no discurso do Estado, não contudo redutível à mera propaganda (POULANTZAS, 2015, p. 30).

A essa linha de raciocínio se soma o fato de que a representação do Estado pelo binômio repressão-ideologia pode levar a uma confusão muito recorrente acerca da ideologia dominante: a de identificar a ideologia de Estado como “mero encobrimento ou dissimulação das metas do Estado, que produziria um discurso unificado, permanentemente mistificador, que só progrediria envolto em segredo e sempre dissimulado” (POULANTZAS, 2015, p. 30).

Entendemos que, neste ponto, a confusão se concretizaria em não perceber que a ideologia e o discurso têm seu limite na função de organização que o Estado proporciona à classe dominante, função esta que supera o efeito de inversão-encobrimento típico da

ideologia capitalista. Quando a função da ideologia assume o papel apenas de obstáculo ao conhecimento da classe subalterna, o Estado abandona uma de suas funções mais importantes, a de organizar a classe dominante e, com isso, põe em risco a própria dominância daquela classe ou fração de classe. Conforme o autor grego, o papel de organizador em relação às classes dominantes consiste também em “dizer, formular, declarar abertamente as táticas de reprodução de seu poder” (POULANTZAS, 2015, p. 30). Essa declaração aberta, esse discurso, faz parte do que o autor grego chama de “espaço cênico” do Estado e de representação dessas classes (a cena política), mas não configura um discurso unificado e sim vários discursos fragmentados, a depender de onde se encontram nos diversos aparelhos de Estado e a que classe ou fração de classe se destinam. Esse discurso é, em relação às classes dominantes e suas frações, e às vezes também às classes apoio, um “discurso-confissão de organização”.

Nesse sentido, o discurso é dirigido a todas as classes, para cumprir funções distintas, a depender de quem “recebe” o discurso ou os fragmentos discursivos do Estado.

O índice de ideologização do discurso e também das práticas materiais do Estado é, portanto, flutuante, variável e diversificado segundo as classes e frações de classe às quais se dirige o Estado e sobre as quais age. A verdade do poder escapa frequentemente às massas populares, não porque o Estado a esconda, mascare expressamente; sim, porque, por razões infinitamente mais complexas, as massas não conseguem compreender o discurso do Estado às classes dominantes (POULANTZAS, 2015, p. 31, grifo no original).

Quando um governo social democrata menciona, por exemplo, que o Estado fará uma “aliança entre o trabalhador e os empresários” para o crescimento econômico, o discurso está sendo dirigido a ambas as classes fundamentais. Uma interpretação que se pode fazer dele é de que o Estado, ao se dirigir aos “empresários” (o capital), está declarando que as condições relativas às relações de trabalho não serão alteradas e, por outro lado, está declarando à classe trabalhadora que as condições de exploração do trabalho serão postas em um contexto de cooperação e igualdade nas negociações. No próprio caso ilustrativo (boliviano), veremos que o discurso de Estado propõe um tipo de desenvolvimento que “respeitará a natureza”. Uma interpretação preliminar que podemos fazer é que o Estado está se dirigindo aos capitalistas, declarando que o desenvolvimento econômico não será prejudicado em razão de questões ambientais, e, simultaneamente, garante aos setores indígenas, base do poder em ascensão, que respeitará a natureza, apesar da necessidade que existe de explorá-la por meio de suas matérias-primas. Claro que esses dois exemplos, para uma interpretação e análise mais aprofundada, devam ser contextualizados historicamente, mas nossa intenção é apenas, de

modo introdutório, exemplificar esses fundamentos do discurso e da ideologia a que se refere Poulantzas.

Interpretamos que o “índice de ideologização do discurso” a que se refere Poulantzas diz respeito, primeiramente, a quanto o discurso corresponde à ocultação-inversão das relações de produção. Em segundo lugar, diz algo sobre a natureza relacional da ideologia e do próprio discurso político como partes integrantes das práticas de Estado. Ao se reportar a uma ideologia, constituída por meio de elementos de diversas ideologias que não a ideologia dominante, o discurso político atua sobre cada classe ou fração de maneira a se reportar a aquele aspecto que cada grupo mais se identifica. Dessa forma, esse processo discursivo implica que cada classe ou fração compreenda o discurso político de forma particular, mesmo que partindo das mesmas bases discursivas. Isso nos remete ao que o autor chama de “razões infinitamente mais complexas” para que as massas não compreendam o discurso de Estado dirigido à classe dominante. Ocorre que, na verdade, nem mesmo a classe dominante entende o discurso dirigido à classe subalterna. Às razões mencionadas, na nossa interpretação, se soma uma última, que diz respeito especialmente ao que Althusser chamou de interpelação ideológica, e que Poulantzas não menciona. A esse respeito, Laclau (1977) observa que

It is strange that Poulantzas, who operates within the general framework of the Althusserian problematic, has not retained Althusser's most important and specific contribution to the study of ideologies: the conception that the basic function of all ideology is to interpellate/constitute individuals as subjects (LACLAU, 1977, p. 100).

A interpelação ideológica, como formulada por Althusser, corresponde a uma das funções da ideologia de transformar indivíduos em sujeitos e assim “situar” esses sujeitos em determinada formação ideológica. O fato curioso de Poulantzas não tratar desse aspecto da ideologia nos dá oportunidade de problematizar questões que dizem respeito à constituição do sujeito frente à problemática da ideologia e do discurso nos processos de reprodução ou conservação social. Nessa dimensão de análise, a ideologia se apresenta por meio de práticas sociais. É o que propomos discutir no próximo item.

3.3 IDEOLOGIA ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

A ideologia se constitui na formação social por meio de práticas ligadas à uma forma de expressão social, particular a cada modo de produção. O conceito de ideologia, entretanto, assume diversos sentidos ao longo de sua construção histórica, dos quais predominou a noção

de ideologia como um “conjunto ou sistema de ideias”, independente de possuir sentido pejorativo (ideias falsas, ou ideologia burguesa), ou neutro (ideias de classe). A transição desse significado para outro, que designa uma “prática social vivida, habitual”, é realizada, inicialmente, por Antônio Gramsci (EAGLETON, 2019, p. 107) e rendeu seus frutos de forma sistemática na teoria de Luis Althusser (1982, 2015) acerca da reprodução social. Devido à forte influência de Lenin em sua obra (KONDER, 2010), Gramsci também se refere a ideologia em uma acepção neutra, para designar “um conjunto ou sistema de ideias”. O autor utilizou o conceito de ideologia de forma complementar à noção de hegemonia.

Ao defini-la como uma gama de estratégias práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento e a direção moral dos dominados, o autor inclui, como uma dessas estratégias, a dominação ideológica. Nesse sentido, a conquista da hegemonia se define pelo estabelecimento de uma liderança moral, política e intelectual na vida social e se difunde por meio da imposição de uma “visão de mundo” particular de classe. Eagleton (2019, p. 105, grifo no original) nos recorda, entretanto, com base na leitura de Gramsci que a hegemonia

não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. A ideologia refere-se especificamente à maneira como as lutas de poder são levadas a cabo no nível da significação, e, embora tal significação esteja envolvida em todos os processos hegemônicos, ela não é em todos os casos o nível *dominante* pelo qual a regra é sustentada.

Assim, a ideologia frente à hegemonia assume um papel complementar, função esta que pode ser dominante ou não, a depender da espécie de exercício de dominação que assume na formação social. Em determinado processo hegemônico, a ideologia pode ser imposta pela via da coerção, como uma ideologia militarista em um contexto de Estado autoritário ou ditatorial. Em outro, a ideologia pode ser imposta simplesmente pela dominação cultural, sem necessidade da coerção. Isso significa, a nosso juízo, que, para Gramsci, a ideologia nem sempre é uma forma de conquista do consenso tácito. Ou seja, a hegemonia é uma categoria mais ampla do que a ideologia. Com isso queremos destacar que o autor compreende a ideologia como um fenômeno que deve ser interpretado a partir de um contexto de práticas, independentemente de sua falsidade ou veracidade, sob o ponto de vista epistemológico, a ideologia se transforma em poder material que ela produz e se apodera das massas (COUTINHO, 2011). Acerca do poder material da ideologia, Gramsci amplia a possibilidade de exploração teórica da ideologia no campo das práticas de classe, ainda que de forma muito inicial.

Althusser desenvolveu o conceito de ideologia direcionado às práticas sociais em sua relação como Estado. Nesse sentido, sofre grande influência Gramsci, ao aderir à visão ampliada do Estado e sistematizá-la por meio das noções de Aparelhos Ideológicos e aparelhos Repressivos de Estado. Além disso, incorpora ao conceito de ideologia a questão do “inconsciente”. A ideologia, para o autor, é um sistema de representações (não apenas ideias) imagens, conceitos, que se impõe aos sujeitos por meio de estruturas, sem passar por sua “consciência”, e que se materializam por meio de práticas.

Nesse sentido, a consciência opera não com uma relação de “falsidade” do real acerca dos fatos sociais, mas a partir das relações “vivas” dos sujeitos no mundo. Na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológico do Estado*, de 1966, Althusser (1982, p. 82) afirma que “Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência de indivíduos, mas a relações imaginárias desses indivíduos com as relações reais em que vivem”, assim, o que a ideologia representa “é a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1982, p. 77). A classe dominante não teria, portanto, como dispor da ideologia como um instrumento *a priori*, já que esta constitui para ela, bem como para a classe subalterna, algo que não é exterior. Ou seja, de acordo com o Althusser, a burguesia vive a ideologia dominante, já que ela realmente acredita nos valores que fundamentam as relações capitalistas (a liberdade, a igualdade formal, a universalidade do Estado etc.). Isso porque ela realmente “vive”, na sua ideologia, essa relação imaginária com as suas condições reais de existência. Ao expressarem essas relações “imaginárias”, os sujeitos subjugam suas relações reais, mas o autor também aponta que esta sobredeterminação pode ser reversa – quando o real sobredetermina o imaginário –, momento em que a ideologia reforça ou modifica a relação dos homens com suas condições de existência, isso na sua própria relação imaginária (ALTHUSSER, 2015). Essa modificação é possível justamente porque a ideologia, para Althusser, não representa apenas o falseamento da realidade ou mesmo uma mentira. Ainda que essas relações sejam imaginárias, o são no sentido em que não correspondem à realidade tal qual se apresenta, pois a refletem de forma distorcida, são, assim também, “relações imaginadas”, são representações. Tal representação dessas relações vividas constituem uma ilusão que se sobrepõe à realidade material. Esse imaginário faz alusão às condições de realidade e, sendo assim, “basta ‘interpretá-las’ para reencontrar, sob sua representação imaginária do mundo, a própria realidade desse mundo (ideologia = ilusão/alusão)” (ALTHUSSER, 1982, p. 78).

Outra tese que apresenta Althusser é que a ideologia tem uma existência material. Ou seja, a ideologia não é apenas um conjunto de ideias que constituem a cultura de um tempo,

mas sim as práticas que resultam da representação imaginária que os homens constituem acerca da sua realidade. Essas práticas ocorrem, segundo Althusser, pela via do Estado capitalista e seus aparelhos ideológicos e repressivos. A abordagem de Althusser sobre a ideologia e o Estado capitalista constitui uma teoria da reprodução das relações capitalistas (THOMPSON, 2011) e, nesse sentido, apresenta um Estado que materializa a ideologia dominante por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e dos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE), definidas como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1982, p. 43).

De forma muito esquemática, a distinção analítica posta por Althusser entre ARE (o governo, a administração, a política, o exército, os tribunais etc.) e AIE (a escola, a família, o direito⁴⁸, o sistema político, os partidos, os sindicatos, a imprensa, as artes etc.) é que, enquanto o primeiro funciona basicamente através da violência, o segundo atua pela ideologia. O autor acrescenta, contudo, que ambos podem atuar tanto pela violência como pela repressão, o que ocorre é que o ARE atua predominantemente pela repressão e o AIE massivamente pela ideologia.

Os Aparelhos Ideológicos do Estado materializam, por meio de suas práticas, a ideologia dominante, com mecanismos de sujeição da classe dominada pra a reprodução das relações de produção. Isso porque, para Althusser, e posteriormente também apontou Poulantzas (2019), a ideologia do Estado tem função de assegurar a coesão na formação social e regular e normatizar as práticas sociais. Althusser sempre defendeu que as ideologias deveriam ser pensadas a partir dos aparelhos que as viabilizam e a partir das práticas que as concretizam (KONDER, 2010), dessa forma, “uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 1982, p. 84).

Essas práticas, na melhor hipótese de funcionamento dos aparelhos de Estado, correspondem à expressão das ideias dominantes e os indivíduos inscritos na formação social devem participar dessas práticas através de rituais, procedimentos etc., como uma forma de expressão ideal do imaginário que possuem sobre aquela realidade. Assim, os sujeitos só existem na materialidade de suas práticas: suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito (ALTHUSSER, 1982, p. 88-

⁴⁸ Segundo Althusser, o Direito pertence simultaneamente ao Aparelho Repressivo e ao Aparelho Ideológico.

89)”. Essa materialidade dos atos praticados possui modalidades distintas: um ajoelhar-se na igreja, um levantar-se no tribunal, um discurso político etc. Esses atos devem estar inscritos dentro do que é permitido pela ideologia dominante, que se expressa por meio dos aparelhos de Estado.

A partir desses aspectos levantados por Althusser, surgem outras duas afirmações importantes para análise da ideologia para o autor: i) só existe prática através e sob uma ideologia; ii) só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos. As práticas atuam sobre o sujeito de forma a constituí-lo como tal, de forma que a “a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia [...] mas só é constitutiva de toda a ideologia na medida em que toda ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1982, p. 94). A ideologia, conforme Althusser, interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria sujeito. Isso significa dizer que, através dessa interpelação, o sujeito é assujeitado pela ideologia por meio de uma prática e, com isso, se reconhece – e é reconhecido – em determinada posição no mundo. Nas palavras de Althusser,

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!”. (ALTHUSSER, 1982, p. 99, grifo no original).

Por essa dinâmica, todo indivíduo recebe como evidente aquilo que vê, o que diz, e até mesmo quem “é”, no sentido de sua colocação social. Isso pode ser visualizado em qualquer tipo de interpelação, como no discurso político. A ideologia atuando sobre o discurso produz os mesmos efeitos que a interpelação aos sujeitos: o efeito da evidência do sujeito. Nas palavras de Althusser (1982, p. 95):

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra «designa uma coisa» ou «possua uma significação» (portanto incluindo as evidências da «transparência» da linguagem), esta «evidência» de que eu e você somos sujeitos – e que esse facto não constitui problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.

Na reação de “evidência” é que reconhecemos, segundo o autor, a função de *reconhecimento ideológico*, que é uma das funções da ideologia. Esse reconhecimento ideológico é que desde sempre nos faz sujeitos. Como nos mostra Pêcheux (1988) no texto “Língua e Ideologia”, na comunicação, a relação que se estabelece entre o “eu” e o “tu” é marcada pela ilusão da evidência do sujeito. Essa ilusão é ideológica na medida em que, para

o autor, ambos os sujeitos pensam saber o que são, a quem estão se referindo e, por consequência, acreditam saber qual é o sentido do discurso.

Isso se relaciona, para o autor, à dissolução do caráter material do sentido. A interpelação a que Althusser se refere, no processo discursivo, cria essa evidência do sentido e apaga seu caráter de classe, criando a ilusão de que o sentido do discurso é algo dado e não algo relacionado à estrutura social. Esse aspecto da interpelação no processo discursivo será melhor detalhado no quinto capítulo, quando examinaremos, em item próprio, os fundamentos da Análise do Discurso pecheutiana.

A formulação de Althusser é fonte importante de nossa formulação acerca da ideologia do Estado. Ainda que a formulação acerca do Estado e da ideologia tenha sido fonte de críticas, são inegáveis os avanços que o autor propõe sobre a noção de ideologia como conceito da política. Preliminarmente, já notamos que o conceito de ideologia como “relação imaginária vivida” por meio de práticas materiais amplia o conceito para uma abordagem analítica teórica que: i) possibilita o exame das práticas da ideologia para além da noção de “falsa consciência”, já que “o imaginário” que move essas práticas tem fundamento material, ou seja, ao mesmo tempo que ilude, também alude à realidade de fato; ii) demonstra que a “evidência nos sentidos” do discurso é ideológica, no sentido de que leva ao autoengano sobre os sujeitos e o sentido do discurso;

Em síntese, nos permite compreender que a ideologia de Estado e a sua prática no discurso político não é, necessariamente, fonte falsa de conhecimento, ou de manipulação racional por parte de quem enuncia. Diferente disso, a prática está sujeita aos efeitos da ideologia, que depende, em última instância, de como o discurso político chega às classes fundamentais na cena política. Ou seja, a caracterização do discurso como falso, enganoso ou dissimulador depende da análise concreta da conjuntura em que se apresenta.

Em sentido similar, ainda que a partir de um registro teórico distinto, o sociólogo John B. Thompson, em sua obra *Ideologia e Cultura Moderna*, de 1990, propõe um conceito de ideologia que permite também o exame do discurso político a partir da análise concreta das formas simbólicas presentes em uma conjuntura. O autor faz um resgate histórico abrangente sobre o conceito, tanto no campo marxista como fora dele, para propor o que chamou de uma formulação crítica de ideologia: “proponho conceituar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado por formas simbólicas, *serve para estabelecer e sustentar* relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 80. grifo no original). Aqui, de forma geral, ideologia é interpretada como um processo simbólico que envolve relações sociais de dominação. O autor entende que as formas simbólicas podem ser mobilizadas de diversas

maneiras, mas que só podem ser compreendidas quando analisadas as relações “entre sentido e poder nas circunstâncias concretas da vida social” (THOMPSON, 2011, p. 80).

Essa análise ocorre, no que entendemos como a formação social concreta, e pode ser realizada, se observarmos, conforme o autor, por alguns modos pelos quais a ideologia pode operar em relação a determinadas estratégias de construção simbólicas⁴⁹: por exemplo, nos fenômenos históricos do fascismo, a ideologia opera por meio de um discurso que busca a legitimação de ações do Estado a partir de um modo geral de fragmentação social, por meio de uma estratégia de diferenciação (A é diferente, em um sentido pejorativo) e de expurgo do outro (A deve ser eliminado).

O conceito de ideologia proposto por Thompson (2011) traz uma abordagem interessante para nossa análise da ideologia. Primeiramente, porque conserva uma acepção crítica da ideologia, ou seja, compreende a relação assimétrica de dominação como parte da natureza do processo ideológico, sem, contudo, pressupor um sentido de “falsa consciência”. Em seguida, porque a ideologia, para o autor, corresponde a um processo simbólico, que se constitui na medida em que “o sentido é mobilizado”, em uma conjuntura concreta, “para estabelecer e sustentar relações sociais” de dominação. Ou seja, a ideologia não é, portanto, um conjunto de ideias de uma classe, mas uma construção histórica de relações ideológicas entre os diversos grupos sociais que, ao cabo, buscam a dominação do outro. Assim, o que buscamos destacar é que, conforme essa formulação, a ideologia enquanto dissimulação ou distorção da realidade deve estar submetida à análise concreta, em uma conjuntura. Nesse sentido, Thompson (2011, p. 82) entende que

nenhuma estratégia é intrinsecamente ideológica [...] se uma dada estratégia de construção simbólica é ideológica ou não, depende de com a forma simbólica construída através desta estratégia é usada e entendida em circunstâncias particulares; depende do fato de a forma simbólica, assim construída, estar a serviço, nessas circunstâncias, para manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação.

Dessa forma, os aspectos que envolvem a definição de ideologia de Thompson contribuem para um exame do discurso político. Isso é possível na medida em que se propõe a examinar “as formas simbólicas” acerca do fenômeno da dominação de classe em cada caso específico. Além disso, interpretamos que, para Thompson, a ideologia, a exemplo do que

⁴⁹ O autor dá exemplos a partir de cinco “modos gerais” – a legitimação; a dissimulação; a unificação; a fragmentação; a reificação; em sua relação com algumas estratégias de construção simbólica – racionalização; universalização; naturalização; standardização; simbolização da unidade; deslocamento; diferenciação; expurgo do outro; etc. (THOMPSON, 2011, p. 81-89).

conceituam Althusser, Poulantzas e Pêcheux, constitui um conceito relacional, cujos efeitos devem ser submetidos à análise do caso concreto.

Essa formulação, entretanto, também apresenta limites. Em razão desses limites, para este trabalho, a proposição de análise simbólica do autor é insuficiente. Essa abordagem é mais bem utilizada em um estudo que busque relações causais, que busque explicar como determinado processo de dominação se deu ou que procure analisar se determinado processo simbólico serviu para estabelecer ou manter relações de dominação. Nosso objetivo ao analisar o conceito ampliado de ideologia dominante não é, entretanto, buscar responder a questões relativas às causas, estratégias ou formas de dominação implementadas pela ideologia e pelo discurso na cena política boliviana. Diferente disso, buscamos, por meio da análise de uma forma simbólica e de prática ideológica – o discurso político –, compreender parte das contradições, dos conflitos e da condensação das relações ideológicas e políticas presentes na formação social determinada e em uma conjuntura concreta. Sendo assim, constituímos, até o momento, uma síntese que nos permite avançar até a próxima etapa, na qual apresentaremos os fundamentos da análise do discurso pecheutiana que nos fornecerá referencial teórico-metodológico para o exame do discurso político e da ideologia de Estado, no quinto capítulo.

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, trabalhamos o conceito teórico de ideologia nos aspectos que se reportam à política e ao Estado. Essa abordagem ocorreu das seguintes formas: exame acerca das variações de sentido da ideologia; análise da ideologia na obra de Nicos Poulantzas; e análise do conceito enquanto prática social. Desse exame, podemos compreender que:

- i. A partir das definições de ideologia trabalhadas por Marx e Engels, constatamos que o conceito se apresenta, primeiramente, como uma “inversão do real”, que ocorre não porque ela distorce a realidade, mas porque o mundo que se apresenta no capitalismo é um “mundo invertido”. O que é histórico se apresenta como natural, o que é particular como universal etc. As ideias são, nesse aspecto, determinadas pelas condições da vida e não ao contrário. A ideologia dominante é a expressão das ideias da classe dominante. Essa expressão nada mais é do que a representação ideal das relações sociais que a fazem classe dominante. Ou seja, por meio da ideologia, que é prática, as ideias da classe dominante “se tornam” reais, em uma sociabilidade que

apresenta aquela inversão como algo dado, natural. Nessa lógica, a ideologia pode ser entendida como um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante a partir de uma representação ilusória das relações econômicas frente às classes populares;

- ii. O conceito de ideologia na obra de Poulantzas aparece em diversos sentidos, o que nos permite verificar uma síntese das ressignificações acerca do conceito. A respeito do nível de análise da região ideológica jurídica e referente à sua relação com o Estado e o modo de produção, vimos, no segundo capítulo, que esse conceito assume certas regularidades na obra de Poulantzas: as funções de ocultação, de dissimulação e de inversão das relações de classe; o conceito de ideologia na obra de Poulantzas conserva uma visão anti-historicista, ao entendê-la como parte de um processo observável na luta de classes e não como um conjunto de valores de classe;
- iii. A ideologia dominante, nos termos em que Poulantzas analisa em suas obras *Poder Político e Classes Sociais* (1968) e *O Estado, o Poder, o Socialismo* (1978), apresenta um aspecto fundamental para a ressignificação do conceito. O quadro abaixo nos mostra que a forma com que o autor aborda o Estado e a ideologia se diferem.

Quadro 1 – relação Estado e ideologia, segundo Poulantzas

	Estado capitalista	Ideologia dominante/ideologia de Estado
Poder Político e Classes Sociais (Poulantzas 1)	Estrutura jurídico-política; atua para coesão na formação social.	Pressupostos estruturais que atuam a favor do princípio de coesão; produz os <i>efeitos</i> isolamento + unidade (burocratismo e “povo nação”).
Estado, Poder e Socialismo (Poulantzas 2)	Relação social; uma condensação das relações de forças.	Categoria relacional; processo relacional.

Fonte: quadro elaborado pelo autor

Notamos, no quadro acima, que a diferença que se estabelece entre a abordagem do Estado também se reflete, de forma indireta, no conceito de ideologia dominante. Isso porque a ideologia em Poulantzas 1 é um pressuposto estrutural, compreendida por meio de seus efeitos em abstrato no Estado capitalista. Já em Poulantzas 2, com a definição do Estado como uma relação social, a ideologia também apresenta uma abordagem ligada à prática social, na conjuntura de classes. Ou seja, nesse caso, a ideologia dominante se

apresenta também como um “índice” relacionado à conjuntura da luta política. Nesse sentido, ela está sujeita à ação das classes sociais em luta de forma muito mais clara do que em Poulantzas 1. No mesmo sentido em que, em Poulantzas 2 o Estado é visto como estratégico para a mudança social, também a ideologia assume esse caráter. Em Poulantzas 2 a ideologia está imersa no aparelho do Estado. Esse aparelho, em Poulantzas 2, é um espaço claro de luta política, de forma muito distinta do que ocorre em Poulantzas 1.

- iv. A ideologia de Estado, nesse sentido, não é apenas a expressão das condições de vida da classe burguesa, mas se apresenta como expressão também do modo como a classe subalterna se vive em relação à institucionalidade do Estado e o modo de produção;
- v. A ideologia de Estado não é, portanto, uma ideologia homogênea imposta pela classe dominante, mas uma composição entre a ideologia da classe ou fração dominante (que predomina) e os elementos das ideologias da classe dominada; A partir dessa composição, entendemos que pode haver também a inclusão de elementos das ideologias subdeterminadas na formação social. Esses elementos formam subconjuntos ideológicos, que correspondem às ideologias de classes provenientes de outros modos de produção pré-capitalistas. Verificamos um exemplo disso em nosso caso de estudo, onde ocorreu, após a reforma do Estado, a inclusão de práticas econômicas, políticas e filosóficas pré-capitalistas no sistema boliviano (houve, por exemplo, a inclusão de tipos de propriedades comunais aliadas aos tipos de propriedade coletiva, privada e particular). O exemplo mais visível dessa incorporação de ideologias subalternas é a própria ideologia de Estado, que, em sua totalidade, modifica-se da forma republicana para um formato plurinacional (como o reconhecimento de diversas formas originárias de organização social);
- vi. A ideologia de Estado, portanto, não é apenas a expressão do modo como uma classe ou fração vive suas condições de existência (ideologia de classe), mas é reflexo também do modo como se apresentam o antagonismo de classe em determinada conjuntura. Ou seja, entendemos que a ideologia, no exame da formação social, se apresenta como uma categoria relacional, condicionada à conjuntura da luta de classes. A depender do índice de acirramento de correlação de forças na conjuntura, modifica-se a parcela de inclusão de valores e práticas subalternas pela ideologia de Estado;

- vii. Para Poulantzas, a ação do Estado pela ideologia dominante não apenas ocorre por meio da ocultação-inversão do imaginário das massas, mas também em sentido positivo, criando condições objetivas para a adesão das classes populares. Quando entendemos que a ideologia apenas tem por função o papel de obstáculo à realidade material, teríamos que supor que o Estado abandona uma de suas funções mais importantes, a de organizar a classe dominante e, com isso, põe em risco a própria dominância daquela classe ou fração de classe;
- viii. Se entendemos a ideologia como “falsa consciência” apenas, o discurso na cena política sempre será um dispositivo que leva as classes subalternas ao erro, a uma percepção distorcida da realidade que vivem e, com isso, uma falsa percepção também do Estado e da política;
- ix. Se entendemos a ideologia como a expressão de um conjunto de crenças e valores de uma classe específica, o discurso na cena política sempre será e expressará a ideologia dessa classe de forma homogênea. A ideologia entendida como prática social nos permite, de outra forma, analisá-la no contexto em que é produzida e, por isso, o modo como se expressa em uma conjuntura determinada está sempre sujeita à análise concreta.

A partir desses elementos, o conceito de ideologia de Estado se amplia, o que nos possibilita utilizá-lo como alternativa teórico-metodológica para o estudo da conjuntura concreta na formação social. Isso porque não ficamos restritos à condição de interpretar a ideologia apenas como instrumento de classe e, nem mesmo, ficamos presos à determinação da veracidade ou falsidade de seus enunciados. Neste último sentido, vale lembrar, o que se pode fazer é contrastar elementos da materialidade com os enunciados ou com as práticas discursivas, como o conceito de ideologia em Thompson nos permite fazer.

O conceito ampliado e a expressão relacional da ideologia não se confundem, entretanto, com uma abordagem generalista, ou mesmo a uma identificação da ideologia como “tudo o que existe na prática”. Ela se apresenta ampliada por agregar diversos fatores e funções que compreendem sua resignificação ao longo do tempo na teoria política (dissimulação, inversão, conjunto de práticas e valores de classes, representações, formas imaginárias, mundo “vivido”, práticas sociais, prática discursiva etc.). Tais elementos não constituem, nessa visão ampliada, uma simples condensação de elementos, mas, pelo contrário, consistem na adesão crítica, por vezes com retificações mais ou menos expressivas, mas que são necessárias para um exercício dialético sobre qualquer objeto teórico.

Dessa maneira, quando compreendemos a ideologia de Estado de forma ampliada, ela assume o caráter relacional a que nos referimos antes, a partir de diferentes critérios. Primeiro, porque assume um caráter social específico, em uma sociabilidade capitalista, onde determinadas práticas existem para a reprodução do modelo. Nesse sentido, não são relações entre indivíduos, mas entre proprietários e não proprietários, caracterizadas pela exploração da força de trabalho dos últimos; além disso, a ideologia é relacional porque se apresenta com um conjunto de relações observáveis na luta e no conflito de classe. Assim, possibilita ao examinador, a partir de suas práticas correspondentes nesse conflito, compreendê-la também como um “resumo” daquelas relações em determinada conjuntura.

Também observamos seu caráter relacional quando pensamos em sua constituição enquanto ideologia do Estado. Aqui, conforme argumentamos, se mesclam à ideologia da classe dominante alguns elementos dos subgrupos das ideologias subalternas. Sendo assim, esses elementos se inter-relacionam de forma a cumprir a função de “cimento” da sociedade, seja em forma das ideias de Estado-nação, seja a partir da legitimação de determinado grupo no poder, ou, ainda, no sentido de estabelecer a coesão e a legitimação nas relações de produção.

Por fim, a ideologia se apresenta na formação social com uma relação entre práticas. Um exemplo dessas práticas demonstraremos na relação discursiva (o discurso político), no próximo capítulo. Mas vale adiantarmos que o discurso político representa uma prática, onde diversas práticas se realizam e se fundem em torno da ideologia de Estado. O discurso político é constituído por uma relação entre práticas. Porque, ao enunciarmos algo, o fazemos para outro sujeito, que recebe o que enunciamos. Como resultado dessa relação, ocorre a concomitância entre o efeito de “evidência do sujeito” e o seu resultado, que é a evidência do sentido” do discurso, ambas práticas ideológicas, porque essa evidência não é real ou mesmo verificável na materialidade.

É nesse sentido que a resignificação da ideologia na teoria política permite a ampliação do conceito de ideologia de Estado, que se apresenta, a exemplo do Estado, de forma relacional. A partir desses elementos teóricos, no quinto capítulo, realizamos o exame da ideologia por meio do discurso político.

4 A APRESENTAÇÃO DO CASO EXEMPLAR: REFORMA E REORGANIZAÇÃO DO PODER NA BOLÍVIA PLURINACIONAL (2005-2016)

Após a discussão do arcabouço teórico, à luz do qual analisamos o conceito ampliado de ideologia dominante, neste capítulo, apresentamos o caso que nos traz evidências empíricas das vantagens dessa resignificação. O caso boliviano, dessa forma, não constitui nosso objeto principal de pesquisa, nem mesmo representa um “tipo ideal” de Estado em que a ideologia se apresenta de forma ampliada. Constitui, entretanto, nosso ponto de partida para a pesquisa teórica. Isso porque, vale lembrar, foi a partir da intenção de estudar a constituição e a reformulação da nova ideologia plurinacional que nos deparamos com os limites de uma interpretação dessa espécie a partir do conceito clássico de ideologia.

Nesse aspecto, podemos acrescentar que a análise da ideologia no caso boliviano corresponde a aprofundar o estudo em um dos aspectos particulares que podem apresentar uma formação social concreta e, em especial, um Estado periférico. Nosso exemplo serve, assim, como uma fonte interessante de análise do movimento real e complexo da constituição, reprodução e prática da ideologia dominante em um tipo de Estado periférico.

O tratamento do Estado e da ideologia a partir da teoria regional estatal em uma formação social específica deve seguir as disposições da própria teoria para diferenciação entre os objetos tratados no nível teórico abstrato-formal e real-concreto. É nesse sentido que Zavaleta (2011a) aponta para a necessidade de compreendermos as formas superestruturais históricas a partir de cada formação social específica. Para ele, a discussão sobre os tipos de Estado (feudal, capitalista etc.) correspondem ao debate sobre sua base econômica (modo de produção), que possui regularidades que não se encontram de forma homogênea e coerente em relação à forma do Estado. Nesse sentido, o exame do Estado em cada formação social pode apresentar diferentes categorias possíveis de detectar a partir da análise concreta.

Inicialmente, faremos uma breve introdução sobre tema da reforma do Estado na conjuntura da formação social boliviana para compreendermos, ainda que de forma inicial, em que consiste, em termos teóricos, a transformação do Estado boliviano. Logo após, resgatamos parte do contexto histórico-institucional de curto prazo a que se refere esse processo político (2000-2016), exposto da seguinte forma: o período militar, o neoliberalismo e a democracia pactuada; o ciclo de mobilizações populares (2000-2005); a ascensão do MAS e o Pacto de Unidade (PU) (2005); a assembleia constituinte e a reforma do Estado (2006-2009); o período pós-constituinte (2010-2016).

Recordamos que o discurso político analisado corresponde a esse contexto histórico imediato, já que nossa ênfase é na análise na cena política boliviana, na conjuntura concreta de reforma do Estado (2006-2009). O discurso político enunciado na cena política denominamos “discurso plurinacional”, expressão que resume a prática pela qual analisamos a ideologia. Esse discurso transpõe o período de assembleia constituinte a reforma constituinte, razão pela qual observamos também o contexto histórico pós-constituintes como uma continuidade da formação discursiva do período principal de reforma do Estado, ou seja, o período que corresponde à assembleia constituinte.

Em seguida, buscamos uma aproximação do cenário da reorganização do poder, com ênfase na conjuntura reformista (2006-2009). Neste ponto, a análise da conjuntura concreta da formação social boliviana se apresenta para nós como um objeto concreto-real de estudo. Aqui, nosso objetivo é entender as tensões no processo de mudança, para, posteriormente, verificarmos de que forma esses elementos da luta política, da história e da cultura compõem o discurso plurinacional na cena política. Esse aspecto nos auxilia na análise do discurso político (discurso plurinacional) e da ideologia que fazemos no quinto capítulo deste trabalho, na medida em que constitui o fundamento histórico e social de grande parte do discurso praticado na cena política nos anos iniciais do processo.

Através do presente capítulo, portanto, buscamos entender a conjuntura de crise e reforma do Estado no âmbito do poder político e do conjunto das instituições do Estado, com ênfase na cena política, *locus* privilegiado do discurso político e da (re)construção da ideologia dominante acerca do político.

4.1 A REFORMA DO ESTADO CAPITALISTA NA BOLÍVIA

No capítulo anterior, discutimos a natureza do Estado capitalista enquanto forma analítica e sua relação com a ideologia, ambos enquanto objetos abstrato-formais. Essa análise deve estar aliada a outra, que trata dos conceitos que envolvem a reforma do Estado no caso boliviano.

Nos referimos aqui à reforma do Estado capitalista, em termos abstrato-formais, como um processo de profunda transformação relacional-institucional da formação social, que ocorre dentro dos limites estabelecidos pela reorganização do poder político, econômico e ideológico, apresentado na conjuntura concreta, e que resulta em uma variação da forma de como se expressa o Estado e o modo de produção.

No âmbito da reforma do Estado boliviano, essa definição corresponde a algumas modificações fundamentais na forma de expressão do Estado capitalista na Bolívia, das quais destacamos: i) uma nova configuração do poder a partir de frações das classes subalternas e dos demais setores populares, que resultou na formação de um bloco político em que estavam ausentes as frações burguesas⁵⁰; ii) uma mudança na forma de expressão do regime político, de uma democracia republicana e representativa a uma democracia plurinacional semi-representativa; e especialmente iii) a modificação na ideologia jurídico-política do Estado – que implicou na mitigação do princípio constitucional da igualdade formal e que, portanto, modificou o imaginário acerca dos efeitos de isolamento, unidade e do burocratismo no país.

A partir desses elementos, específicos para o caso boliviano, expressamos de antemão um de nossos pressupostos: o de que o processo de mudança social na Bolívia não constitui um tipo de ruptura com o modelo de Estado capitalista⁵¹, mas sim uma variação acerca do configuração do poder, do regime político e da institucionalidade do Estado, fatores esses que implicaram, em última instância, na necessidade de mudança da ideologia jurídica do Estado, objeto de estudo nesta tese. Isso não significa, contudo, que descartamos um momento de crise ou situação revolucionária que precedeu a reforma. Vale lembrar, nesse sentido, que concordamos com Poulantzas, que, ao tratar dessa possibilidade, observa que

não são apenas as transições do capitalismo para o socialismo que correspondem às crises políticas das *situações revolucionárias*. As **modificações das relações de força, que não atingem**, entretanto, **essa transformação, geralmente vêm acompanhadas de crises políticas que dão lugar**, às vezes, **a modificações substanciais do Estado burguês**. (POULANTZAS, 1975, p. 106, negrito e tradução nossa).

As características apontadas nesse processo de mudança social derivam, portanto, em grande parte, de um momento anterior de possibilidade revolucionária, que estabeleceu condições de possibilidade, tanto para uma reforma estrutural e mudança de tipo de Estado, quanto para um processo reformista, que gerou uma mudança nas relações de poder e na institucionalidade do Estado, especialmente na forma de expressão do regime e da ideologia jurídica do Estado.

Uma das análises mais conhecidas sobre o processo boliviano é a de Álvaro García Linera (2010a, 2010b, 2011). Para o autor, a reforma do Estado estaria incluída em um ciclo

⁵⁰ Aqui, nos referimos particularmente ao período que corresponde ao primeiro mandato de Evo Morales, entre 2006 e 2010.

⁵¹ Também, nesse sentido, ver Gil (2008), Pannain (2018), Fuser (2016) e Santaella (2016).

revolucionário, que caracteriza todo o processo político entre 2000 e 2009. Essa interpretação do processo, entretanto, não recai exclusivamente sobre a ideologia dominante durante a reforma do Estado, como enfatizamos neste trabalho. O recorte do processo de reforma do Estado em que analisamos o discurso político (2006-2009) é retratado por García Linera dentro da segunda fase desse ciclo, que compreendeu o “empate catastrófico” e que durou de 2003 a 2008. Dentro desse período, estariam sobrepostas as terceira e quarta fases da periodização do autor.

A periodização do ciclo revolucionário se iniciava, conforme o autor, com o “desvelamento da crise do Estado” (2000-2003), iniciada pela “crise da água”, em 2000, quando os pilares da dominação estatal (institucionalidade, ideias-força de legitimação e correlação de forças entre governantes e governados) começaram a desmoronar de forma irreversível. Seguida dessa primeira fase, viria outra, chamada de “empate catastrófico”, de 2003 a 2008, e caracterizada pela constituição de um bloco social com capacidade de mobilização territorial e com vontade de poder, ou seja, com a intenção de disputar o controle e a direção da sociedade. O autor define bem a especificidade dessa disputa e a natureza do conflito:

*La cuestión no era simplemente que los de arriba no podían seguir gobernando como antes ni que los de abajo no querían seguir siendo gobernados como antes. **Lo que sucedió fue que los de abajo querían gobernarse, como nunca antes lo habían hecho**, y esa sola determinación paralizó el orden estatal de dominación: dos bloques de poder con dos proyectos de poder, con dos capacidades de presencia territorial y con liderazgos antagónicos se disputaban el orden estatal paralizando hasta cierto punto la reproducción de la dominación. (GARCÍA LINERA, 2011, p. 15, negrito nosso)*

Nesse ponto, vale destacarmos que o bloco nacional-popular apresentava um projeto de sociedade, e com isso também se colocava na cena política a disputa pelo discurso com pretensão hegemônica. Essa passagem, e a análise que faz o autor do processo boliviano, resgata frequentemente o valor do simbólico, a disputa de representação da realidade material através das diversas formas de apresentação desse projeto revolucionário. O autor traz essa noção através da expressão “ideias-força”, por exemplo, quando retrata a fase de “desvelamento da crise”. Essas nuances discursivas serão mais bem analisadas no quinto capítulo desta tese. Mas retornemos à especificidade desse trecho: o “empate catastrófico” se dá no momento em que a situação de crise (econômica, política e ideológica) resulta na equivalência de forças entre o bloco de poder tradicional, ainda poder de Estado, e o bloco social-popular, força insurgente com capacidade de paralização dos processos de produção e reprodução capitalista.

Sobreposta a essa segunda fase, o autor apresenta a terceira, iniciada em 2006, denominada “capacidade de mobilização convertida em presença governamental”, que corresponde à eleição de Evo Morales e a ascensão do MAS ao governo. Não apenas isso, mas principalmente, compreende um momento de inversão da ordem simbólica colonial do país, onde a figura do indígena, do subalterno, passou a ser representada na institucionalidade do Estado. Nas palavras do autor,

Esta insurrección del orden simbólico de la sociedad que trajo la pérdida del gobierno, más no aún del poder por parte de las clases dominantes, constituyó la tercera fase del proceso revolucionario que se inició el 22 de enero del 2006 y que sacaría a luz, precisamente, la contradicción antagónica entre gobierno controlado por las clases populares y poder de Estado aún en manos de las clases pudientes y sus aliados extranjeros. (GARCÍA LINERA, 2011, p. 17)

Já na quarta fase, conhecida como “O ponto de bifurcação”, García Linera nos apresenta a fase decisiva ou, como ele também denomina, “o momento jacobino da revolução”. Esse quarto momento revolucionário foi marcado pela modificação da Constituição pelo congresso (reforma pactuada) e, principalmente, pela vitória militar sobre a tentativa separatista da Meia Lua. Nessa fase, as contradições do processo se materializaram em força militar estatal, como “última instância” para resolução do conflito:

Fruto de esa lucha desnuda de fuerzas, o bien el poder era retomado por las antiguas clases dominantes, o bien asumido por el nuevo bloque de poder emergente. No había puntos intermedios ni posibilidad de mayor dualidad de poderes; era el momento de la consagración de la unicidad del poder. Por eso, punto de bifurcación. (GARCÍA LINERA, 2011, p. 22)

O ponto de bifurcação se encerrou com consolidação do bloco nacional popular, em 2009, com a eleição de Evo Morales e do próprio García Linera, para presidente e vice, respectivamente. Já a quinta e última fase do processo revolucionário apontada por García Linera, é aquela em que o bloco popular já estava consolidado depois da vitória militar e o desbarate da tentativa golpista, mas se encontrava em seu núcleo com o que o vice-presidente chamou de “contradições criativas”. Significava que, naquele momento, após 2009, os antagonismos diziam respeito não mais a que projeto de sociedade implementar, mas a como esse projeto seria desenvolvido.

Essa breve síntese da análise de García Linera nos traz um enfoque no processo político e suas fases em relação a dois blocos sociais, mas reforça também o fato de que é um processo político que apresenta aspectos simbólicos que modificam as “ideias-força” de uma época. É uma análise relevante, pois, em grande parte, constitui o discurso político do vice-

presidente, que será objeto de análise no quinto capítulo deste trabalho, quando trataremos da ideologia na cena política.

Além desse enfoque, que busca uma periodização do processo político (GARCÍA LINERA, 2010a, 210b, 2011), outros também nos fornecem subsídios importantes para compormos o plano de fundo de nossa análise: os que enfatizam aspectos constitucionais dessa reforma (GARCÉS, 2010, GARCÉS et al., 2010; PASTOR & DALMAU, 2010), os que destacam aspectos de crise do Estado e das formas hegemônicas em retrospectiva histórica (TAPIA, 2009, 2014), aqueles que dão ênfase à construção de blocos históricos ou à análise da materialidade do bloco no poder (TAPIA, 2007; CUNHA FILHO, 2011; GIL, 2008; PANNAIN, 2018; SANTAELLA, 2016), entre outros. O que buscamos enfatizar, entretanto, é que, diante dessa reconfiguração do poder no período de reforma do Estado, a formação social boliviana constitui um objeto de estudo para o exame da própria ideologia de Estado e, nesse sentido, a análise descritiva e retrospectiva do período é necessária. Dessa forma, no sentido de contribuir com a análise do discursivo que ocorre na cena política, faremos uma breve descrição analítica e histórica sobre o período que poderíamos chamar de “reformista” no item a seguir.

4.2 BOLÍVIA REBELDE: O PROCESSO DE MUDANÇA (2000-2016)

O período de insurgência das classes populares de 2000-2005 é antecedido por um período de ditadura militar e um período neoliberal em que vige o “pacto pela democracia”. Esses movimentos políticos refletiram decisivamente na ascensão do MAS e na realização da reforma do Estado, na medida em que fizeram parte um ciclo de decadência do sistema de representação e do modelo econômico e se reconstituíram em novas formas de organização institucionalizada da classe trabalhadora e outros setores subalternos. Desde o rompimento do pacto-civil militar pós-revolução de 1952, as formas de organização da política dominantes no país foram as ditaduras militares e a democracia pactuada. Em ambos os casos, as classes populares foram enfraquecidas.

No final do período neoliberal, contudo, os setores subalternos emergiram como forças políticas e protagonizaram as mobilizações populares antineoliberais de 2000 a 2005. Dessa forma, a ascensão do MAS e a formulação do Pacto de Unidade estão em um contexto em que as classes populares se deparam com um cenário de conflito, ruptura e conciliação nesse início de século.

4.2.1 O período militar, o neoliberalismo e a democracia pactuada

O período ditatorial na Bolívia teve início em 1964 e encerrou-se apenas em 1981⁵², quando Hugo Banzer assumiu o poder pela via eleitoral. Mesmo após esse período, o caráter autoritário e excludente do regime político e dos governos posteriores foi uma característica marcante. O governo de Paz Estenssoro foi possível graças à maioria parlamentar consolidada e à formulação de um “pacto pela democracia”, que consistia, em síntese, na escolha do presidente pelo parlamento, caso nenhum dos candidatos alcançasse mais de 50% dos votos na disputa eleitoral. De fato, já em 1985, o ex-ditador Hugo Banzer, que teve a maioria dos votos, não alcançou a maioria absoluta dos votos, razão pela qual o presidente empossado foi Victor Paz Estenssoro, o segundo colocado pela votação popular, mas escolhido pelo congresso boliviano.

Apesar de um regime formalmente democrático, a “democracia pactuada” foi um acordo entre as classes dominantes que permitiram uma aliança civil-militar que serviu para uma alternância do poder institucional com um conjunto de práticas autoritárias, o que se aproxima do que Poulantzas (2015) denominou como “estatismo autoritário”⁵³. Conforme menciona Pannain (2019, p. 30), “O caráter excludente e autoritário que assumiu a democracia representativa na Bolívia naqueles anos é corroborado pelo fato de todos os presidentes até os anos 2000 terem recorrido à declaração do Estado de sítio para reprimir ações contenciosas⁵⁴”. Desde 1985, o Estado de sítio foi o recurso mais exitoso para conter as manifestações e revoltas das classes populares, até que a “Guerra da Água” demonstrou que a repressão por esse meio já não conseguiria conter os protestos organizados pelas classes subalternas (LAVAUD, 2007).

⁵² Os governos militares foram de René Barrientos (1964-1969), de Hugo Banzer (1971-1978) e de Luís García Meza (1980-1981).

⁵³ O termo é utilizado por Poulantzas para apontar práticas que tomaram forma nos anos setenta em países dominantes no Ocidente. O estatismo autoritário não se confunde com os “totalitarismos” de corte fascista, nem com ditaduras militares presentes em diversos países do mundo nos anos 1970. Essas formas totalitárias, para Poulantzas (2015), são expressões de uma forma de Estado de exceção. O estatismo autoritário, de outra maneira, se configura uma forma de Estado possível dentro do modelo do Estado Democrático Liberal. Como o autor grego observa, em sua obra publicada em 1978, *O Estado, o poder, o socialismo*: “Este Estado não é nem a forma nova de um verdadeiro Estado de exceção, nem, propriamente, a forma transitória para um tal Estado: ele *representa a nova forma “democrática” da república burguesa na fase atual.*” (POULANTZAS, 2015, p. 213, grifo no original)

⁵⁴ Paz Estenssoro (1985-1989) declarou duas vezes em 1986; Jaime Paz Zamora (1989-1993) o fez em 1989; durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), os bolivianos viveram seis meses sob o Estado de exceção. Em 2000, Hugo Banzer utilizou do Estado de sítio durante as mobilizações em torno do direito à água. (PANNAIN, 2019).

A instabilidade do regime democrático burguês no período de 2000 a 2006 foi notável, o país chegou a ter cinco presidentes diferentes. Se considerarmos apenas o critério de eleições livres e regulares, o fato de que não houve eleições diretas para presidente até 2005 nos mostra que o reestabelecimento da democracia burguesa na Bolívia não foi concluída até o início do século, quando foi eleito, pela primeira vez, um presidente com maioria absoluta de votos, superando o sistema estabelecido pelo “pacto pela democracia”. Desde o início desse pacto, nenhum presidente havia sido eleito com um percentual maior que cinquenta por cento, padrão superado por Evo Morales em 2005, eleito com 56% dos votos.

Contribuindo para esse cenário de instabilidade e autoritarismo, sobretudo ao final da década de noventa, as políticas econômicas implementadas no país não mudaram a situação das classes populares e proporcionaram um esvaziamento da desestatização de bens e recursos naturais no país. Já no primeiro ano de mandato, em 1985, Paz Estenssoro implementou um programa de reformas econômicas denominado *Nueva Política Económica* (NPE). Dessa forma, rompeu com o modelo de desenvolvimento que vigia no país desde os anos cinquenta, o capitalismo de Estado (MORALES, 1992), e deu início ao ciclo neoliberal boliviano, mudança que afeta o país de forma decisiva.

A NEP consistia, nesse primeiro período, na modificação de estratégia econômica do país, fixada principalmente com o objetivo de controle da inflação e de reformas estruturais que foram aprofundadas nos governos seguintes. Não se resumiu às mudanças na estratégia econômica, mas também implicou uma mudança de paradigma social do Estado. Nas palavras do economista boliviano Morales (1992, p. 135), “*la NEP no es solamente un programa de estabilización ni de reformas estructurales; también es, y acaso principalmente, un programa político. Quienes concibieron la NPE no han dejado de insistir en la reforma del Estado y de la sociedad que aquella implica*”.

Essa reforma do Estado e da sociedade foi aprofundada em um segundo momento, no governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993). Em seu mandato, Paz Zamora implementou as “reformas de primeira geração”, que consistiu em seguir as recomendações do “Consenso de Washington”⁵⁵ como estratégia necessária. Na prática, essa estratégia incluía o país na

⁵⁵ O denominado “Consenso de Washington” foi uma agenda neoliberal elaborada pelos países centrais do capitalismo através de organismos internacionais (principalmente FMI e BM) em 1989 com “recomendações” de políticas econômicas aos países latino-americanos. Em termos gerais, essas indicações incluíam os seguintes pontos: disciplina fiscal, redirecionamento dos gastos públicos, reformas tributárias, taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, financeira e dos investimentos estrangeiros diretos, privatização, desregulamentação e direitos de propriedade. WILLIAMSOM, John (ed.) *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, Washington, Institute for International Economics, 1990.

economia de livre mercado: suas principais medidas foram a privatização e abertura da exploração dos recursos naturais ao capital estrangeiro. A implementação dessas medidas que aprofundaram as reformas econômicas foi acompanhada de um discurso de apologia ao Estado mínimo, ideologia que foi transmitida por meio de um discurso tecnocrático, que vinculava a eficiência do Estado mínimo ao combate à corrupção e uma melhor distribuição de renda no país por meio de uma gestão “desideologizada” (MORALES, 1992; TAPIA, 2009).

Na fase seguinte de reformas econômicas, sob o comando do então presidente Sánchez de Lozada (1993-1997), foram implementadas as “reformas de segunda geração”. Nesse estágio, as políticas implementadas seguiram as recomendações dos organismos internacionais pós-Consenso de Washington e incorporaram medidas sobre o meio ambiente, a distribuição de renda, o fortalecimento da democracia, a regulação fiscal, políticas que promovessem a competição mercantil, a transferência tecnológica e políticas de transparência do Estado (COSTA BENAVIDES, 2004).

A implementação dos programas neoliberais foi favorecida pelo enfraquecimento e desarticulação das organizações populares desde o período de ditaduras militares (ESPINOZA MOLINA, 2015). A política estatal do bloco político dominante, desde 1985, estava direcionada para buscar não apenas a estabilidade econômica, mas também a político-social. Nessa articulação, o objetivo foi desorganizar as formas de intervenção política de setores populares que tinham capacidade de participação e centralizar as decisões em corpos tecnopartidocráticos. Isto significou “*romper, eliminar, desorganizar formas de mediación política previas, sobre todo la sindical*” (TAPIA, 2009, p. 18), tendência que foi contrastada com o gradual aumento de capitalistas no Estado, em um movimento de redução da autonomia relativa estatal.

Além disso, durante grande parte do período neoliberal, o Estado de sítio favoreceu a repressão aos protestos cada vez mais frequentes e reforçou o desmantelamento das organizações sindicais. Durante a presidência de Paz Estenssoro, foram fechadas diversas fabricas, com isso, 35 mil trabalhadores perderam empregos e mais de cem sindicalistas foram punidos com o “exílio interno” em uma remota região amazônica. Mas a desarticulação mais eficiente da classe trabalhadora ocorreu após o fechamento das minas de estanho, onde se organizava com mais força o sindicalismo mineiro, a espinha dorsal da *Central Obrera Boliviana* (COB) (FUSER, 2016). Essas ações autoritárias estabeleceram um modo particular de agir dos governos bolivianos no período neoliberal, em que as relações sociais eram cada vez mais militarizadas, caracterizando um processo batizado como neoliberalismo de guerra,

ou neoliberalismo armado (SVAMPA, 2007). Esse processo de militarização e sufocamento dos setores subalternos no âmbito político desencadearam, no início dos anos 2000, um ciclo de mobilizações populares organizadas que deflagraram a crise do regime neoliberal. Diversas razões imediatas para essa crise podem ser apontadas, mas à militarização das relações políticas, somam-se as consequências dessas reformas no campo econômico e social, como o aumento do desemprego, o retrocesso na legislação trabalhista, a competição econômica no contexto internacional, a crescente pobreza da população e a crise da estrutura do Estado e da representação política (COSTA BENEVIDES, 2004; TORRICO TERÁN, 2006).

A partir dessa dinâmica econômica, percebemos que o papel do Estado de organizar a classe dominante e desorganizar as classes subalternas no período é inconcluso. Isso porque, por um lado, por meio da repressão estatal, desarticula as organizações subalternas para a organização e resistência a essas políticas econômicas. Por outro lado, ao impor uma agenda econômica dos países capitalistas centrais desorganiza permanentemente a classe dominante local. Esse fenômeno, explicado por Zavaleta (2011b), remete ao fato de que a burguesia imperialista dificulta a centralização/unificação e a criação de um mercado interno e, com isso, condiciona a formação social periférica à sua dependência econômica.

Segundo o autor, nesse processo de desarticulação das burguesias locais, a burguesia intermediária segue essas tendências, a exemplo do que faz as oligarquias. Os únicos que buscam, ainda que de forma tímida, promover a centralização são as burguesias industriais e o proletariado. Esse é um dos principais motivos para a defasagens das classes dominantes locais (TAPIA, 2009) em relação às classes dominantes dos Estados centrais no capitalismo. Como resultado desse processo, temos a especificidade da configuração de classes no bloco no poder e na articulação da autonomia relativa do Estado. A esse aspecto voltaremos a seguir.

4.2.2 O ciclo de mobilizações populares (2000-2005)

O ciclo de mobilizações populares (2000-2005) iniciado com a “Guerra da Água” e o “Cercos de La Paz” foi marcado pela atuação de duas organizações populares fundamentais: os *cocaleros* do Vale do Chapare, no departamento de Cochabamba, e os aimarás do Altiplano, nos Andes. Aliada a esses atores principais, foi mobilizada uma vasta rede de sindicatos camponeses e associações locais espalhadas por todo o país.

Em setembro de 1999, a empresa municipal de fornecimento de água foi privatizada e passou a ser administrada por empresas estrangeiras, cuja principal acionista era a empresa

estadunidense Bechtel. Simultaneamente, o governo de Hugo Banzer (1997-2001) aprovou a Lei de Serviços Básicos (nº 2.029), que na prática estabelecia a água como uma mercadoria e anulava as associações comunitárias criadas para administrar esse serviço até então público. Essas políticas levaram, em Cochabamba, a um aumento de até 300% nas tarifas de água, o que provocou uma reação popular de dimensões inesperadas em janeiro de 2000 (FUSER, 2016). A ação coletiva teve como principal instrumento o bloqueio de estradas e resultou da associação entre a *Coordinadora em Defesa de Água y la Vida*, associações de moradores, sindicatos de cocaleiros⁵⁶, entidades camponesas e indígenas, operários e alguns setores da classe média. Esse movimento passou a ser conhecido como a “Guerra da Água” e gerou mobilizações políticas por vários meses. A exigência principal das organizações populares foi a reestatização dos serviços de água na cidade e a modificação da Lei nº 2.029. O governo não atendeu às demandas e, diante da greve e dos novos bloqueios nas estradas do país, declarou Estado de sítio em Cochabamba e imprimiu forte repressão aos manifestantes.

Depois do enfrentamento entre as forças militares e as organizações populares, o governo recuou e reduziu a repressão. Ao mesmo tempo, em La Paz, dez mil policiais se amotinavam reivindicando aumento salarial. No mês de abril, dias após o enfrentamento em Cochabamba, Hugo Banzer, diante do impasse com as próprias forças repressivas, se viu enfraquecido militarmente e resolveu anular o contrato de privatização da água. Essa vitória dos movimentos populares, ainda que parcial, foi a primeira vitória das classes subalternas depois de mais de uma década de implementação de políticas neoliberais e também marca simbolicamente a fragilidade do pacto pela democracia, sustentado desde o fim das ditaduras (MAYORGA UGARTE, 2006).

O início desse ciclo foi também marcado pela insurgência dos aimarás do Altiplano, que seguiram a tática de bloqueio de estradas. As reivindicações eram diversas e se destacavam a revogação das leis neoliberais relacionadas à posse da terra e ao uso da água, além do fim das campanhas policiais-militares de erradicação da coca (FUSER, 2016). Nas eleições de 2002, Evo Morales, então deputado, perdeu por uma pequena diferença para Gonzalo Sánchez de Lozada (20,94% contra 22,46% dos votos obtidos por Lozada). O resultado eleitoral, somado à ascensão de novos setores organizados, já parecia apontar para o protagonismo das frações subalternas na crise de hegemonia neoliberal (VIANA, 2016).

⁵⁶ Essas organizações correspondem a comunidades agrárias organizadas para o cultivo da folha de coca, identificadas como camponesas-indígenas, compostas predominantemente por aymarás e quíchuas.

Em fevereiro de 2003, Sanchez Lozada, atendendo às indicações do FMI de reduzir o *déficit* público, tenta criar um imposto sobre o salário. O imposto de 12,5% recairia sobre os salários superiores a 110 dólares por mês. Essa medida não atingia, na prática, a maior parte da população, já que a grande maioria não recebia esse valor mensalmente. Com essa política, contudo, o governo demonstrou que estava disposto a equilibrar as contas do Estado às custas dos trabalhadores e de cortes em políticas sociais. O *impuestazo*, como a medida ficou conhecida, motivou uma nova onda de conflitos com as forças repressivas do Estado. Nesse contexto, Evo Morales convocou a população a rejeitar o imposto. A esse apelo, somou-se os policiais em greve de La Paz. Houve troca de tiros no centro da cidade em um confronto que deixou 14 mortos. Com a escalada de violência e o custo político que acarretava a medida, Sanchez Lozada retirou o *impuestazo* dias depois e acusou o MAS e Evo Morales de uma tentativa golpista.

Aproveitando a fragilidade do governo, os camponeses da região do Altiplano, sob a liderança de Felipe Quispe à frente de CSUTCB, estabeleceram uma série de reivindicações a favor dos direitos básicos e desencadearam um novo foco de mobilização. A resposta do governo veio de forma imediata. A repressão do governo à CSUTCB em Warisata e Sorata, assim como em outras partes do Altiplano, resultou na morte de cinco pessoas, incluindo uma criança (PANNAIN, 2018).

Um mês após do massacre, o governo de Sánchez Lozada foi confrontado novamente através de mobilizações e bloqueios a estradas de acesso a El Alto e La Paz. Essas ações ocorreram contra a proposta de privatização e exportação⁵⁷ do gás boliviano para o México e os Estados Unidos através de um porto chileno. A exportação do gás nesses termos trouxe à tona o ressentimento histórico dos bolivianos por terem perdido o acesso ao mar para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883)⁵⁸. O aspecto simbólico desse projeto desconsiderava a história boliviana e parecia repetir outros eventos que marcaram a histórica espoliação estrangeira no país. A dimensão simbólica do conflito remetia à perda de recursos naturais e de guerras perdidas. A narrativa presente nas mobilizações contrárias ao projeto era a de que a população não deveria permitir que acontecesse com o gás o que passara com a prata e o

⁵⁷ As empresas estrangeiras beneficiárias diretas dessa medida seriam as Petroleiras Repsol YPF, British Petroleum, British Gas, Amoco, e Elf y Exxon, instaladas na Bolívia graças a Lei de Hidrocarbonetos aprovada por Sanchez Lozada, em 1996.

⁵⁸ Os portos chilenos utilizados seriam Iquique e Arica, justamente aqueles perdidos durante a Guerra do Pacífico no século XIX.

estanho, que foram “expropriados” dos bolivianos em favor de atores internacionais e de uma pequena parcela da burguesia nacional (HARTEN, 2011).

Em resposta às mobilizações promovidas por setores populares, o governo novamente agiu com violência e reprimiu os bloqueios causando mais mortes e feridos. O resultado desses conflitos foi uma maior organização e radicalização das organizações populares envolvidas e a posterior renúncia de Sánchez Lozada, em 17 de outubro de 2003. Assumiu o então vice-presidente Carlos Mesa, que, sem uma base político-partidária sólida, passou a ser fortemente pressionado pelos setores populares – e agora também por parte da classe média – para atender as demandas populares. Mesmo tendo convocando um referendo para tratar da concessão, exportação e utilização dos recursos provenientes da exploração do gás, Mesa não conseguiu conter as mobilizações populares contrárias e a crescente demanda por autonomia, direitos indígenas e soberania nacional. Em janeiro de 2005, a partir das mobilizações de El Alto para a expulsão da empresa Águas de Ilimani, a crise política se agravou. Os *cocaleros* de Chapare, sob a liderança de Evo Morales, anunciaram a retomada dos bloqueios de estradas e a CONAMAQ liderou uma marcha até La Paz pela instauração de uma Assembleia Constituinte (PANNAIN, 2018). Diante do caos instalado novamente no país, Carlos Mesa renunciou ao cargo em junho de 2005.

4.2.3 Ascensão do *Movimiento al Socialismo* e o Pacto de Unidade (2005)

Em 2005, como resultado desse período de crise institucional e do projeto neoliberal, foram convocadas novas eleições, das quais Evo Morales saiu vencedor, tendo como principais propostas a nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocação de uma assembleia constituinte para a “refundação do país”. Evo Morales foi eleito o primeiro presidente de origem indígena do país junto a Álvaro García Linera, intelectual ex-membro do *Ejército Guerrillero Tupac Katari* (EGTK). Essa composição foi possível eleitoralmente em razão do aglutinamento de diferentes setores populares, base para a criação do partido *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político pela Soberania de los Pueblos* (MAS-IPSP), fundado em 1995. O nascimento do partido e sua ascensão a partir da articulação entre sindicatos e organizações indígenas demonstra que as mobilizações antineoliberais do início dos anos 2000 não ocorreram de forma repentina, mas resultaram de um processo de longo prazo, o que, naquele período, resultou na união entre os movimentos camponeses, sindicatos e organizações indígenas. Essa pauta comum foi impulsionada prioritariamente por um rechaço a políticas neoliberais, mas se unificou na medida em que essas políticas afetaram demandas

dos povos originários, como a defesa da natureza e sua autodeterminação política, regional e cultural. Sobretudo nos conflitos em torno do gás boliviano, essas pautas se vinculavam a um discurso nacional-popular, uma antítese do discurso neoliberal do período anterior.

A unidade que se configurou em torno da eleição de Evo Morales significou uma reorganização das classes populares em torno da institucionalidade que se viabiliza através do aglutinamento de diversos setores subalternos que ganhavam força no cenário político-eleitoral ao protagonizarem as mobilizações no início dos anos 2000. Essas forças sociais, contudo, são resultado de um redirecionamento dos setores populares à institucionalidade que ocorre já no final dos anos noventa, quando diversas organizações populares e novos partidos foram formalizadas ao sistema liberal representativo. O exemplo mais relevante é o da frente Esquerda Unida (EU)⁵⁹, uma fração do partido que seguiu fiel a Evo Morales após sua expulsão da ASP, e foi um movimento decisivo para a eleição Evo Morales e mais três deputados em 1997. Foi essa fração do partido que posteriormente deu origem ao *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político pela Soberania de los Pueblos* (MAS-IPSP).

4.2.4 A assembleia constituinte e a reforma do Estado (2006-2009)

Após a vitória eleitoral do MAS e o fortalecimento das organizações subalternas no cenário do país, era chegado o momento de repensar, a partir do bloco subalterno na assembleia constituinte, o novo projeto plurinacional. Nesse contexto, o *Pacto de Unidad*⁶⁰ surgiu como uma forma de organização para a construção de uma agenda comum entre indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos aliados ao MAS para preparar uma proposta conjunta a ser apresentada na assembleia constituinte. O PU teve papel fundamental na articulação entre as forças sociais que levaram a aprovação da nova constituição (TAPIA, 2010) e estava composto, em 2007, pelas principais organizações sociais bolivianas: a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia – CSUTCB, a Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia – CSCIB, a Confederação Nacional de Mulheres Campesinas Indígenas Originarias da Bolívia “Bortolina Sisa” – CNMCIQB – “BS”, a Confederação dos Povos Indígenas do Oriente Boliviano – CIDOB e o

⁵⁹ A frente EU era uma fração do partido que segue Evo Morales após sua expulsão da ASP, e que posteriormente se denomina Instrumento Político pela Soberania de los Pueblos, com a adição de *Movimiento al Socialismo* ao nome.

⁶⁰ O Pacto de Unidade foi formado em 2004, ainda que apenas tenha logrado levar suas pautas a nível institucional-nacional após a vitória do MAS nas eleições de 2005.

Conselho Nacional de *Ayllus e Markas do Qullasuyu* – CONAMAQ, além de outras organizações aliadas de menor projeção nacional. A ideia da formação do Pacto de Unidade era, em síntese, a formação de um projeto de *Estado Unitário Plurinacional Comunitário*, baseado no reconhecimento constitucional de povos originários e no direito às suas autonomias (territoriais, culturais e políticas), reconhecendo assim, portanto, não apenas a diferença formal entre indivíduos, mas também entre as culturas capitalistas e pré-capitalistas (originárias). Conforme relata Garcés (2010), o paradigma plurinacional, como concebido pelo PU, buscava promover formas produtivas e organizacionais indígenas e campesinas em conjunto a uma economia e sociedades plurais.

As propostas resultantes dessa aliança do MAS com os setores campesinos e indígenas foram levadas à assembleia constituinte, mas não foram aprovadas integralmente devido às disputas internas no MAS e também em razão das negociações com a oposição no parlamento, que em parte representava as antigas frações deslocadas do poder nacional. No momento pré-constituente, o MAS se deparou com um cenário parlamentar bem distinto dos consensos antineoliberais do período insurgente de 2000 e 2003. Ainda que o MAS possuísse maioria do congresso⁶¹, não alcançou os dois terços necessários para a aprovação das leis que viabilizavam a assembleia. O impasse foi resolvido por meio de um acordo que vinculava a aprovação de uma lei que obtivesse apenas a maioria simples por meio de referendo popular. A partir daquele momento, já em 2007, as tensões centralizaram-se no interior da assembleia constituinte, onde os setores da burguesia agroexportadora da região de *Media Luna* exerceram forte influência. Após a derrota nas eleições de 2005, o partido PODEMOS – o principal articulador das demandas daquela burguesia no cenário constituinte – passou a defender as principais pautas ligadas à autonomia regional dos departamentos da *Media Luna* (Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija). O debate entre a adoção de autonomias indígenas ou das autonomias regionais refletia diretamente na oposição entre o interesse nacional e regional, na medida em que o tema estava diretamente ligado à distribuição de renda dos recursos naturais, o alcance da reforma agrária e o modelo de intervenção do Estado na economia.

Durante o período de 2007-2008, próximo à aprovação do texto constitucional, a instabilidade política era ainda presente. A reconfiguração do poder no período constituinte apontava para uma divisão clara quando se tratava do apoio ao projeto popular. De um lado, a população das regiões andinas apoiava o governo do MAS e, por outro, em oposição, estavam

⁶¹ A maioria era por uma diferença mínima. Junto aos seus aliados, o MAS possuía apenas 50,07% das cadeiras.

as forças políticas nas regiões leste do país. A região da Meia-Lua tinha recursos e uma capacidade de organização muito grande, já que representava os interesses transnacionais do gás e os da burguesia agroexportadora, que fora, em um primeiro momento, deslocada do poder no início do período pós-neoliberal (FUSER, 2016; PANNAIN, 2018). Essas forças políticas se manifestaram não apenas no espaço da constituinte, mas também agiram com uma onda de violência sobre os indígenas pelas ruas do país. No ápice do conflito, grupo paramilitares e fascistas espancaram indígenas nas ruas de Sucre e frequentemente os submetiam a humilhações públicas⁶². Essa força política repressiva foi capaz de paralisar os trabalhos da constituinte por quase um ano.

Após o reinício dos trabalhos na constituinte, as forças sociais que negociavam o texto constitucional estavam em conflitos cada vez mais acirrados: havia o impasse entre o MAS e a oposição e as divergências sobre as pautas prioritárias entre as frações indígenas e as camponesas (HARTEN, 2011). A solução levada a cabo pelo MAS foi um novo acordo com a oposição e parte da burguesia tradicional, que resultou em prejuízo às demandas indígenas de autonomia e cogoverno. Tal acordo foi definido por García Linera (NATANSON, 2007 p. 167) como uma estratégia de distribuição pactuada do poder:

Desde que llegamos al gobierno, hemos definido una estrategia de distribución pactada del poder. Lo que Bolivia está atravesando hoy es, en esencia, un proceso de amplia y generalizada lucha y redistribución del poder. Es algo que va más allá de un gobierno. Y la historia nos enseña que la lucha por el poder puede tener tres desenlaces clásicos. Que el sector emergente desplace directamente, mediante cualquier medio posible, al bloque anterior. Que este bloque de poder antiguo logre derrotar, contener, cooptar o aplastar al bloque emergente. O que entre ambos se logre redistribuir el poder. Como gobierno, hemos optado por la tercera opción. Apostamos a un proceso de redistribución pactada del poder con un nuevo núcleo articulador: el movimiento indígena.

Esse acordo, contudo, garantiu maior autonomia departamental – como demandado pelos setores da burguesia agrária exportadora – e pendeu para uma maior dominância e articulação da burguesia. O direito à autonomia indígena foi reduzido (TAPIA, 2014) e, por consequência, o “bloco indígena articulador” a que se referiu o ex-presidente não conseguiu se impor. O resultado do conflito entre as frações subalternas também foi desfavorável às demandas indígenas, já que a fração do campesinato apoiava medidas mais moderadas de reforma, voltadas à redistribuição de renda e políticas sociais. Como resultado global dos acordos do governo com os partidos de oposição, foram privilegiados o regionalismo às

⁶² Parte desses atos foram transmitidos por redes de televisão e podem ser vistos em: <https://www.youtube.com/watch?v=mUts0HsFTwk>. Acesso em: 11/2019.

autonomias indígenas e o foco em políticas redistributivas em detrimento do plurinacionalismo, privilegiando os setores camponeses e minando os direitos indígenas (ANDREUCCI & RADHUBER, 2017).

Mesmo tendo conseguido diversas vitórias em relação às demandas da região da Meia-Lua, os movimentos separatistas insistiram na desestabilização do governo instituído. As manifestações autonomistas em diversas cidades do leste boliviano se intensificaram e culminaram, em 2008, na realização de referendos pela autonomia na região. A aprovação pelas autonomias departamentais foi massiva, contudo, o referendo não era um procedimento constitucional, já que não contava com a validade jurídica e aprovação do Congresso, como previa a Constituição. Ainda assim, os referendos serviram para a estratégia dos setores autonomistas e separatistas porque apenas a realização desses procedimentos mobilizou politicamente todo o país, precipitando diversos confrontos entre apoiadores do MAS e os autonomistas (FUSER, 2016). Como uma tentativa de sanar os conflitos, o governo convocou um referendo nacional revogatório de mandato, em agosto de 2008, pelo qual os mandatos de Evo Morales, García Linera e dos governadores estaduais foram postos à prova. Como resultado do referendo, o governo recebeu o apoio massivo da população, com 68% dos votantes. Mesmo com o fortalecimento do MAS no campo eleitoral, o movimento autonomista da Meia-Lua começou a contestar a legalidade e o sistema eleitoral, em uma escalada de violência e de luta aberta contra o poder constituído. Conforme relata Fuser (2016, p. 84),

Em Santa Cruz e em outras cidades, instituições públicas federais foram tomadas e incendiadas. Chegou-se ao ponto de impedir o pouso de um avião que transportava o presidente Evo Morales. Os governadores dos quatro estados da Meia-Lua, reunidos em Santa Cruz, decidiram, sem invocar qualquer motivo concreto, convocar uma paralisação geral para 19 de agosto, desprezando completamente os resultados do referendo realizado poucos dias antes. A oposição direitista esperava que os militares se sentissem forçados a reagir, causando mortes e a renúncia de Morales, ou criar a justificativa para algum tipo de intervenção da ONU para restaurar a estabilidade.

Esse momento do processo histórico boliviano foi decisivo para a derrota daquela fração da burguesia e o estabelecimento de uma nova correlação de forças. A sequência dos eventos descritos levou ao que o ex-presidente boliviano identificou como o “ponto de bifurcação”, definido como um momento decisivo da configuração de forças político-sociais. Em suas palavras, o

Punto de bifurcación o hecho político-histórico a partir del cual la crisis de Estado, la pugna política generadora de desorden social creciente, es resuelta mediante una serie de hechos de fuerza que consolidan duraderamente un nuevo, o reconstituyen

el viejo, sistema político (correlación de fuerzas parlamentarias, alianzas y procedimientos de recambio de gobierno), el bloque de poder dominante (estructura de propiedad y control del excedente), y el orden simbólico del poder estatal (ideas fuerza que guían las temáticas de la vida colectiva de la sociedad). (GARCÍA LINERA, 2010b, p. 13)

Seguindo esta periodização da crise do Estado, o ex-presidente interpretava que, de 2003 a 2008, o país viveu um “empate catastrófico” porque coexistiam no país duas forças antagônicas com sustentação social, equivalentes em força política. Em 2005, houve a modificação do bloco no poder e, em setembro e outubro de 2008, finalmente ocorreu o ponto de bifurcação, com a ofensiva e derrocada do bloco conservador autonomista, “*que habría consolidado la nueva estructura de correlación de fuerzas estatales, que quedó además visibilizada en los resultados de las elecciones generales de diciembre del 2009*” (GARCÍA LINERA, 2010b, p. 35).

Apesar dessa nova configuração do poder ter representado grandes mudanças no âmbito da cena política e na posterior configuração dos postos de poder na institucionalidade do Estado, em termos relativos, o bloco popular sofreu derrotas importantes no âmbito da constituinte e do texto constitucional aprovado.

Em novembro de 2008, após muitos debates e acordos parlamentares em torno da proposta de texto constitucional, a assembleia constituinte aprovou o documento final, que foi, um mês depois, sancionado pelo Congresso Nacional. Depois de ter passado pelo poder constituído de forma contraditória⁶³, é verdade, a Constituição foi referendada por consulta popular em 2009, dando origem, formalmente, ao Estado Plurinacional na Bolívia. Ainda em 2009, Evo Morales foi reeleito para um segundo mandato (primeiro após a aprovação da nova Constituição) com 64,22% dos votos e o MAS alcançou a maioria nas duas casas da Assembleia Legislativa Nacional (PANNAIN, 2018).

Quanto ao conteúdo da reforma aprovada, depois de negociados os termos originais do projeto com o Congresso, vários temas centrais das reivindicações das organizações indígenas foram desvirtuados⁶⁴. Conforme relata Garcés et al. (2010), o texto aprovado resultou de um acordo entre senadores e deputados dos quatro partidos mais representativos (MAS, PODEMOS, UM e MNR), sem a participação direta das organizações que compunham o Pacto de Unidade. Na prática do processo político, não ocorreu a divisão do poder entre as duas forças sociais (a popular e a conservadora), mas uma sobreposição do poder das frações

⁶³ Sobre os limites da assembleia constituinte em seus aspectos formais, ver (MAYORGA UGARTE, 2006; GARCÉS, 2010).

⁶⁴ O texto aprovado pelo Congresso continha 144 alterações a 122 artigos.

agroexportadoras da Meia-Lua sobre os setores populares. Uma das causas apontadas por Gil (2008) para a diminuição de poder e influência do bloco popular sobre os temas aprovados se inicia com a espécie de um novo pacto democrático que o MAS realizou e que, como vimos, García Linera apontou como a estratégia para o momento constituinte:

O exemplo mais conspícuo e acabado do pacto se deu na definição das regras de funcionamento da Assembleia Constituinte para aprovar a matéria constitucional (dois terços em vez de maioria simples): a outorga de um poder de veto à minoria na participação do processo de definição da nova carta constitucional, ficando o governo do MAS refém e à mercê da oposição na medida em que lhe possibilitou o bloqueio e rejeição dos assuntos cruciais, como as políticas de nacionalização, reforma agrária, a autonomia indígena e camponesa sustentadas pelos movimentos populares. (GIL, 2008, p. 177)

A política de *Unidad Nacional* que o governo adotou no processo constituinte resultou em maior benefício ao movimento autonomista departamental e gerou descontentamento de alguns setores presentes no partido e em sua base social, o que, naquele momento, causou a retirada do apoio de algumas frações subalternas e até um movimento de oposição ao governo⁶⁵. Luis Tapia (2010 p. 91) também criticou a dinâmica do processo constituinte desde seu início. Segundo ele, a Lei Especial de Convocatória para a Assembleia Constituinte (LECAC) foi “*una estrategia de reducción de la diversidad, del pluralismo cultural y del pluralismo político... al MAS no le interesaba en rigor el despliegue de una asamblea constituyente como tal sino como un momento para legalizar los cambios que se decidían desde el poder ejecutivo*”. A forma com que foi elaborada a convocatória condicionou os movimentos populares à sua representação pela via partidária através do MAS e, com isso, incluiu e condicionou os movimentos populares independentes à dinâmica entre governo e oposição (TAPIA, 2009).

O processo político não atendeu totalmente às expectativas iniciais dos setores que se mobilizaram entre 2000 e 2005, contudo, é preciso reconhecer méritos do processo constituinte, que, de forma geral, se iniciou como um processo de convocação popular por reformas. Nesse sentido, o conteúdo do texto constitucional que resultou desse processo também tem méritos. O texto constitucional foi inovador, sobretudo se comparado à tradição constitucionalista liberal na região. A Constituição Plurinacional da Bolívia instituiu diversos mecanismos inclusivos das parcelas indígenas e de representação camponesa, além de ampliar o espaço para participação direta no sistema representativo liberal e, sobretudo, mudou a

⁶⁵ Como exemplos mais expressivos, citamos a retirada de apoio da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolívia* (CIDOB), das terras baixas do leste do país, e o *Consejo Nacional de Ayllus e Markas del Qullasuyu* (CONAMAQ), do altiplano.

institucionalidade e a ideologia jurídica do Estado ao extinguir a forma republicana e instituir o Estado Plurinacional. Nesse sentido, ainda que o projeto plurinacional tenha sofrido drásticas modificações, a ênfase do texto no reconhecimento dos povos originários, por meio do conceito da plurinacionalidade, representou a inclusão de setores até então excluídos no texto constitucional e demonstra mudanças importantes na ideologia jurídico-política do Estado. Ao compará-lo ao processo de 2006-2009 com a Assembleia Popular de 1952⁶⁶, Gil (2008, p. 168) identifica o processo constituinte como uma espécie de revolução burguesa com o elemento distintivo “democratizante indigenista”. Notamos que, em relação a essa característica, a reforma de 2009 incluiu os setores subalternos à lógica democrática burguesa e, concomitantemente, obrigou os partidos na cena política a lidarem com essa variável “democratizante indígena” a que se refere o autor.

4.2.5 O período pós-constituinte (2009-2016)

O período pós-constituinte é marcado por conflitos iniciados logo após a eleição de Evo Morales e a convocatória à constituinte nos termos impostos pela Lei Especial. O histórico posterior à aprovação da constituição e da reforma do Estado constituiu uma dinâmica de relações extremamente instáveis em termos de hegemonia e, de forma alguma, a nosso juízo, constitui uma acomodação das classes em luta. Pelo contrário, essa breve contextualização do período pós-reforma nos auxiliará a compreender a continuidade desse processo de luta política no contexto da cena político eleitoral. Entendemos que, mesmo que a reforma das instituições do Estado tenham ocorrido dentro de um recorte histórico que compreende a instauração da constituinte até a aprovação da nova Constituição (2006-2009), o contexto histórico posterior ainda deve ser entendido como um período de transformação reformista, sobretudo quando consideramos as relações acerca do discurso político, da ideologia dominante e da necessidade de afirmação hegemônica das classes e forças sociais em luta.

A luta política ocorreu nesse período, por um lado, entre o MAS e as organizações populares que apoiaram o projeto e, por outro, entre o MAS e os setores conservadores da burguesia tradicional. Em um balanço geral do período, o segundo e o terceiro mandatos de

⁶⁶ A revolução de 1952 da Bolívia adveio da insatisfação da população boliviana com o Estado oligárquico que dominou o país por anos. A partir dela, ocorreu a nacionalização das principais empresas mineradoras do país, a realização de uma reforma agrária importante, mas que afetou apenas uma fração do país e também a ampliação do acesso à escola para a população rural que constituía a ampla maioria dos cidadãos bolivianos.

Evo Morales corresponderam a um processo de deslegitimação diante dos setores populares e de uma diminuição desse apoio eleitoral, que fez com que, em 2016, o governo perdesse o referendo acerca da possibilidade de mais uma reeleição do MAS.

A partir de 2010, parte do movimento indígena e operário já dava sinais de um enfraquecimento nessa aliança. Em dezembro, o governo anunciou o corte de subsídios dos combustíveis e gerou um aumento do preço da gasolina e do diesel em 83% e 72%, respectivamente, sob o argumento de que a medida nivelaria os preços dos combustíveis praticados internacionalmente e, assim, também ajudaria a combater o contrabando fronteiriço desses produtos. Os que mais se beneficiaram com a medida foram as frações agroexportadoras da burguesia da Meia-Lua, além de companhias de transportes e os próprios contrabandistas, que dobraram os preços dos produtos contrabandeados (FARTHING & KOHL, 2014). Com a retirada dos subsídios, os produtos básicos e as passagens do transporte público aumentaram até 73%. A medida causou rejeição das classes populares que protestaram nas ruas de El Alto e La Paz, forçando o governo a retroceder em janeiro de 2011. Naquele mesmo ano, os trabalhadores fabris também se manifestaram contra o novo Código de Trabalho, que pretendia restringir o direito à greve.

Uma das piores crises entre o governo do MAS com os setores indígenas ocorreu em razão do conflito acerca do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS). O governo propôs um projeto para a construção de uma estrada que passaria no interior do TIPNIS – o maior parque nacional indígena do país – e ligaria Beni a Cochabamba. Em rejeição à proposta, em agosto de 2011, os indígenas da parte oriental do país iniciaram uma marcha, de Beni em direção a La Paz, iniciada em agosto, que durou aproximadamente dois meses. Em termos econômicos, a construção da estrada beneficiaria diretamente os pecuaristas de Beni e atendia a uma demanda antiga do departamento, presente desde décadas antes da fundação do TIPNIS (FARTHING & KOHL, 2014). Evo Morales defendeu a construção da estrada sob o argumento de que ela contribuiria para o desenvolvimento e a integração da região, especialmente entre Cochabamba e Beni. Além disso, havia a hipótese de que Evo Morales estava sendo pressionado pelos sindicatos cocaleiros interessados em aumentar a fronteira agrícola e que as frações da burguesia ligadas ao capital internacional queriam explorar os recursos naturais da região, especialmente o minério e os hidrocarbonetos (ESPINOZA MOLINA, 2015).

Dessa forma, de um lado, estavam o MAS, os sindicatos cocaleiros, os setores extrativistas e parte importante da burguesia de Beni, e, de outro, as organizações indígenas do oriente boliviano, lideradas pela CIDOB. Em favor dos indígenas do oriente, se somaram

as organizações das terras altas, agrupadas pelo Conselho Nacional de *Ayllus y Markas de Qollasuyo* (CONAMAQ) e, com isso, a pauta de rejeição à estrada passou a formar parte de uma lista de demandas com temas relativos aos recursos naturais do país, como a paralização de atividades hidrocarboníferas nos parques nacionais, o respeito à nova legislação indígena e a nova legislação agrária, o aprofundamento das autonomias indígenas e o cumprimento do direito à consulta prévia (MAYORGA UGARTE, 2006). A marcha enfrentou a violência dos sindicatos camponeses e a repressão do Estado, mas também obteve o apoio de setores urbanos da classe média, da igreja católica e de diversas ONGs ambientalistas. Diante da força que alcançou a marcha, a mídia nacional e a oposição passaram a incorporar um discurso ambientalista, enquanto, em reação a esse discurso, os apoiadores do governo acusavam as ONGs e a mídia de com isso promoverem a ingerência externa no país e a destabilização do governo. Em uma outra linha discursiva em prol da construção da estrada, o secretário executivo da Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTBC), Roberto Coraite, aliado do governo, justificou a intenção do projeto mencionando que, junto à estrada chegariam também os serviços básicos de saúde e educação. Assim, os moradores da região não viveriam mais como indigentes, em suas palavras, “*no queremos que indígenas vivan como selvajes*” (EL DIÁRIO, 2011).

Diante dessas narrativas e, especialmente após forte repressão do governo de Morales, a continuidade da marcha contou com o apoio da maior parte da população do país, incluindo a população urbana. Em razão da repressão policial, a marcha ganhou ainda mais apoiadores nacional e internacionalmente, o que forçou o governo a recuar e suspender o projeto e propor um referendo nacional para definir a construção ou não da rodovia. Os movimentos indígenas recusaram a consulta, por entender que ela deveria ter sido feita de forma prévia e que, naquele momento, o governo poderia manipular o resultado. Ainda assim, em 2013, o governo realizou o referendo e obteve o apoio que precisava para a construção da rodovia. Quando do resultado do referendo, o governo declarou que 55 das 69 comunidades indígenas do Parque aceitaram a rodovia (FARTHING & KOHL, 2014). Mesmo após o referendo, Evo Morales aguardou até o resultado das eleições de 2014 para retomar a construção da rodovia.

O caso TIPINIS foi o conflito que marcou de forma importante a cisão de parte do movimento indígena com o MAS e criou um novo foco de tensão nas relações de poder no período pós-reforma. A partir daquele momento, o partido passou a ter como oposição não apenas a tradicional burguesia da Meia-Lua, mas também parte importante de sua antiga base social, especialmente com a retirada de apoio da CIDOB e da CONAMAQ. Ainda assim, em 2014, Evo Morales, com grande apoio eleitoral, se reelegeu com 61% dos votos.

Já em 2016, o governo sofreu uma derrota nas urnas que abalou simbolicamente a hegemonia eleitoral até então consolidada. O referendo daquele ano perguntou se a população concordava ou não com a reeleição de presidente e vice-presidente por mais de duas vezes consecutivas e, com isso, a alteração do art. 168 da CPE⁶⁷. Em resposta, o “NÃO” à reforma da Constituição venceu com 51,3% dos votos.

Diante desse resultado, em dezembro 2018, a pedido de um grupo de parlamentares aliados ao MAS, o Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP), suspendeu a validade dos artigos da CPE, objeto do referendo de 2016, fato que possibilitou a candidatura de Morales e García Linera nas eleições de 2019. O pedido do MAS ao Tribunal Constitucional teve como efeito a desconsideração do resultado do referendo e abalou ainda mais a legitimidade de Evo Morales. Vale mencionar que o conteúdo que motivou o referendo e a consulta ao TCP já havia sido objeto de discussão em 2013 de maneira similar, quando o TCP resolveu em favor da proposta de aplicação da CPE enviada pelo Senado, que solicitava a contagem do mandato de 2010-2015 como primeiro mandato do MAS. Ou seja, o mandato de 2005-2009 – que estava sob a vigência da Constituição anterior – não seria considerado para fins de reeleição.

4.3 A REORGANIZAÇÃO DO PODER NO PERÍODO CONSTITUINTE (2006-2009)⁶⁸

Neste ponto, buscamos um quadro analítico geral acerca do cenário de reorganização do poder, com ênfase na conjuntura reformista (2006-2009) para compreendermos as contradições e antagonismos presentes no bloco de poder e na institucionalidade do Estado.

Esses fatores contribuem decisivamente para o exame do discurso porque “situam” quem enuncia o discurso político em um quadro de representações e de conflito de interesses diversos, os quais estão sempre presentes no discurso político. O cenário que antecede a chegada do MAS ao poder foi caracterizado pela alternância de partidos de corte neoliberal que favoreceram prioritariamente setores minoritários (burocracia estatal, empresários e capital estrangeiro espoliador) em detrimento dos setores populares. No período neoliberal, a preponderância dos interesses monopolistas dominantes se deu a partir de uma hegemonia política compartilhada – e não dirigente – por parte das frações burguesas nativas aliadas ao

⁶⁷ Qualquer reforma parcial ou total da CPE na Bolívia só pode ser feita após a submissão e aprovação por meio de referendo constitucional à população. A decisão do referendo é vinculante, ou seja, a aprovação popular é um pressuposto constitucional para a modificação da constituição.

⁶⁸ O período 2006-2009 é nossa principal referência. Contudo, a formação discursiva e a luta política são a prática que transpassa o período constituinte, razão pela qual também mencionamos a configuração das classes em luta após 2009.

capital internacional, especialmente o norte-americano. Essa dominância se articulou por meio de três segmentos monopolistas: o capital mineiro, o capital agroindustrial e o capital bancário privado nacional (GIL, 2008).

A partir da estrutura econômica primária exportadora do país, a burguesia nativa estava dependente das determinações externas do mercado mundial (fixação de preços e demanda de matérias-primas no mercado mundial e da dinâmica mundial de outros centros de acumulação). Para Tapia (2009, p. 17), essa condição dependente da burguesia boliviana ajuda a explicar sua característica “não dirigente” no âmbito econômico e político:

A nivel de la composición técnica, la burguesía boliviana no ha dirigido los procesos productivos en las ramas centrales, y sobre todo no ha dirigido la articulación de la economía nacional. Por eso también hay debilidad en su composición política; es decir, al no ser dirigente en el proceso productivo o económico no tiene el aprendizaje y la acumulación histórica para ser dirigente en lo político.

Pelo somatório dessa debilidade da burguesia nacional com a ascensão do MAS ao poder em 2006, abre-se um novo horizonte de instabilidade hegemônica no bloco no poder (BNP). Esse ambiente criou condições favoráveis para a constituição de uma nova burocracia estatal como força social, composta pela pequena burguesia e camadas médias da sociedade, com origem nos setores indígena e campesino (GIL, 2008). García Linera (2010b, p. 18-19) define essa nova burocracia como uma síntese de funcionários antigos e novos, com um *background* educacional e a origem étnica distinta da burocracia tradicional:

La nueva burocracia, en cambio, proviene de las universidades públicas, de profesiones técnicas o sociales, en tanto que el tipo de vínculos que ha mejorado su acercamiento a la administración pública ha sido el de las redes sindicales que cumplen una especie de filtro en el reclutamiento de ciertos niveles intermedios de la burocracia estatal.

Segundo o autor, essa nova burocracia também se diferenciava da burocracia tradicional em razão das suas origens classistas e do modo com que ascenderam aos postos do Estado. No período neoliberal, os níveis intermediários do aparato de Estado eram compostos por profissionais provenientes de universidades privadas estrangeiras com formação voltada ao âmbito empresarial e seu acesso aos postos de Estado se davam por meio de vínculos familiares e compromissos partidários. Essa nova burocracia, no entanto, tinha sua formação muito mais voltada à formação política do que empresarial, já que tinham fortes vínculos com

o sindicalismo indígena⁶⁹ e estavam ligados ao processo de ascensão do MAS ao poder. Nesse sentido, essa burocracia impulsionou o *proceso de cambio*, articulado pelo MAS e com amplo apoio dos movimentos populares por meio da reforma do Estado (GIL, 2008). Simultaneamente à formação dessa burocracia, se formava um bloco no poder dominante com novas características:

Su base material económica la constituye la pequeña producción mercantil, tanto agraria como urbana, (...) En ese bloque dirigente destacan campesinos indígenas con vínculos regulares con el mercado (el trópico [Chapare] y valles de Cochabamba; zonas de colonización en el oriente; comunarios del altiplano paceño, orureño, chuquisaqueño y potosino; valles tarijeños), indígenas campesinos de tierras bajas y de los ayllus andinos, también pequeños productores urbanos y sectores con actividad mercantil relativamente avanzada, entre los que se puede hablar de la presencia de un tipo de “empresariado de origen popular” que auto identificado más como trabajador que como burguesía, abastece el mercado interno y, en parte, a mercados externos. (GARCÍA LINERA, 2010b, p. 17)

Nessa passagem, é importante ressaltarmos que o ex-vice-presidente boliviano descreve com riqueza as bases sociais que compunham o bloco emergente e ressalta a presença de um “empresariado popular” no bloco dominante e de uma base material econômica da pequena produção mercantil. Essa característica contrasta com a ideia de que haveria uma nova fração dominante no período, mais tarde identificada por Rojas (2015), como uma burguesia de Estado. Isso porque, se é válida descrição realizada por García Linera em 2010, as bases econômicas do bloco emergente teriam se modificado drasticamente em pouco mais de quatro anos.

A partir de um afastamento temporal mais expressivo do que García Linera, é verdade, Adrián Rojas (2015) traz à discussão a hipótese da existência dessa nova fração dominante ao se referir à Venezuela e à Bolívia no estudo sobre os governos “pós-neoliberais”. Segundo o autor, no caso da Bolívia, ocorre, no período masista, uma tentativa de formação de uma nova fração dominante – composta fundamentalmente por membros dos movimentos camponês-indígenas – a qual denomina burguesia de Estado⁷⁰. Em comum com o processo venezuelano, a Bolívia teria como características um capitalismo pouco desenvolvido e sua fonte de riqueza concentrada na extração e exportação de recursos naturais (petróleo, gás e minério), além das políticas de nacionalização e fortalecimento do Estado como estratégia para a criação de um

⁶⁹ Para aprofundamento na composição da burocracia estatal com ênfase em sua origem social pós-2006, ver: SORUCO SOLOGUREN (2016).

⁷⁰ A burguesia de Estado, ao contrário da formação histórica das demais frações da burguesia, tem como característica nascer do terreno político antes de constituir-se no econômico e, como pode afetar todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e também da burocracia estatal (MUTTI & SEGATTI, 1979).

novo modelo produtivo. No caso boliviano, essa nova fração se construiu no processo pré-eleitoral como uma força “desde baixo” – originada nos setores subalternos (camponês-indígena) – e ganha força político-eleitoral com a vitória do MAS.

Imerso na realidade dos primeiros anos do processo de mudança boliviano, em 2007, Luis Tapia (2007) chama a atenção para a possibilidade de ascensão de um novo bloco histórico, diferente daquele pensado a partir de um registro gramsciano e, podemos acrescentar, diferente também dos pressupostos que identificam o bloco no poder poulantziano:

En el caso boliviano, no se trata de una clase fundamental del modo de producción capitalista la que se constituye como el núcleo articulador del bloque sino los campesinos, pero a través de la organización de algunas formas modernas de hacer política, como son los sindicatos y los partidos, sindicatos que generan partidos, pero que tienen a la vez un fondo social e histórico que son las estructuras comunitarias. (TAPIA, 2007, p. 102)

Isso é importante para atentarmos à natureza das contradições que ocorrem posteriormente nesse processo no que se refere à construção de *sentido comum* acerca do projeto nacional. Essas forças sociais que articulam o poder e projetam o horizonte nacional comum através desse bloco social de novo tipo são, em sua maioria, sujeitos agrários – alguns modernos e outros de matriz comunitária. Nesse sentido, o novo projeto nacional acumula tensões políticas, econômicas e ideológicas entre sua base de sustentação social e a proposta articulada no Pacto de Unidade. Segundo Tapia (2007, p. 101), tal projeto tinha sua sustentação em sujeitos agrários que pretendiam levar a cabo um projeto moderno: “*el núcleo del proyecto es nacionalización e industrialización. Esta compleja composición produce tensiones que todavía están por desplegarse en el tiempo venidero*”.

Somando-se a essa contradição, a realidade boliviana em suas particularidades apresenta outros desafios para a análise da conjuntura da luta de classes e do projeto de reforma do Estado. Sendo uma sociedade multicivilizatória, onde se sobrepõem vários modos de produção e tempos históricos, a análise de classe pode não estar centrada apenas no conflito entre as classes fundamentais no modo de produção (TAPIA, 2009). Ainda que o Estado sempre tenha mantido uma estrutura cuja lógica provinha dos moldes moderno e mercantil capitalista (GARCÍA LINERA, 2010a), a principal contradição classista não está articulada no plano político pela polaridade entre proletariado e burguesia, na dimensão unicamente da produção, mas estava organizada pelo cruzamento de forças de diferentes modos de produção e matrizes civilizatórias, por isso, não estavam apenas em disputa “*exclusivamente las dimensiones económicas, sino también las de organización política del*

estado en general, es decir, la organización de la forma primordial, que es la que ha mantenido relaciones coloniales a lo largo del tiempo” (TAPIA, 2009, p. 198).

Essa diversidade de matrizes produtivas e de organização política tornam complexos os aspectos relativos à autonomia relativa do Estado (ARE) e ao próprio conceito de bloco no poder no caso boliviano. A autonomia relativa deve ser compreendida de forma distinta em Estados capitalistas centrais (EC) e os periféricos (EP). No caso boliviano, a distinção se explica, fundamentalmente, pela composição da formação econômica-social, que, para Tapia (2010), é melhor identificada pelo conceito de “formação social abigarrada”. Conforme o autor, esse conceito de Zavaleta serve para *“pensar la coexistencia y sobreposición desarticulada de varios tiempos históricos, modos de producción, concepciones de mundo, lenguas, culturas y diferentes estructuras de autoridad”* (TAPIA, 2010, p. 100). De modo geral, essa característica configura tipos de formações “sobrepostas”, em que o aparato estatal ocupa essencialmente as regiões centrais do território, onde o processo de ocupação colonial foi mais exitoso. Essa dinâmica configura, na maior parte das vezes, um processo incompleto de hegemonia pelo qual o modelo de Estado eurocentrado não alcança uma transposição coerente às sociedades latino-americanas (MEDEIROS; BUSNELLO; GRANATO, 2020).

A sociedade compreendida a partir de suas condições de abigarramento nos ajuda a compreender a realidade boliviana porque considera a inter-relação entre os diversos modos de produção e de autoridade políticas sobredeterminados. Essa dinâmica política e econômica é descontinuada constantemente em razão de que o Estado capitalista, em grande parte da América Latina, não foi capaz de se sobrepor totalmente sobre essas estruturas do “subsolo político” e, assim, não constitui uma unidade quanto ao modo de produção e ao exercício de poder político. Nesse sentido, Pimmer (2016) ressalta que, para Zavaleta e Tapia, dois são os fatores principais em uma formação social abigarrada que influenciam na possibilidade de “situações instrumentais” e “fases de autonomia relativa” do Estado periférico. O primeiro é a existência de uma heterogeneidade estrutural, caracterizada pelos efeitos que a sobreposição de diversas estruturas de autoridade exerce sobre a ARE. Esses efeitos fazem com que a ARE, no âmbito político, só seja possível nas regiões onde a institucionalidade moderna prevalece, como no caso das principais cidades do país.

O segundo fator que Pimmer (2016) menciona é a forma como ocorre a apropriação de excedente econômico. Essa condição material é prejudicada no EP, em razão da dependência e da subordinação à divisão internacional do trabalho e ao mercado mundial. Essa condição de dependência faz com que apenas uma parte pequena do excedente seja acumulada e esteja à disposição do Estado como margem de manobra para a ARE. Assim, vale lembrar que o

Estado na Bolívia adquire, na conjuntura de que tratamos, alguma margem de ARE e isso se deve em parte à política de nacionalizações e renegociações de contratos relativos à exploração de recursos naturais, como é o caso dos hidrocarbonetos e, no passado, da mineração.

Já tratando-se do conceito do bloco no poder, a reorganização da forma primordial na conjuntura de reforma, a partir da característica multicivilizatória da sociedade boliviana, é explicada por Tapia (2009) através do conceito de bloco político. O principal elemento que o autor traz é a distinção entre composição técnica e composição política de classe para diferenciar sujeito classista e sujeito político, bem como poder de classe e poder de Estado. A composição técnica se relaciona com articulação específica das forças produtivas na formação social, logo, define a classe propriamente dita. Já a composição política, nas palavras do autor:

es la configuración de prácticas, organización e ideología producto de la historia de la lucha de clases, que se despliega tanto en el seno del proceso y del ciclo de trabajo y del capital, como en el espacio social y político global de luchas por la distribución, redistribución, reproducción ampliada y desarrollo de la riqueza o valor social producido. (TAPIA, 2009, p. 13)

A composição política compreende, dentre outras coisas, as articulações que os agentes da produção realizam fora do processo produtivo, como, por exemplo, as formas de organização e de consciência para promover seus interesses econômicos, mas também no que diz respeito ao tipo de sociedade, ordem política ou modelo civilizatório que desejam promover. A partir do bloco político, portanto, podemos inferir que é da composição política que deriva a construção ideológica acerca do projeto nacional, o que, no caso boliviano, nos remete às relações não apenas no âmbito econômico em sua diversidade, mas também nas relações políticas no âmbito jurídico-ideológico.

Em segundo lugar, a partir desse conceito, podemos trabalhar com a hipótese de que, ao contrário do que aponta o conceito de bloco no poder de Poulantzas (2019), no caso boliviano (2006-2009), pode não ser uma fração da classe dominante que articula o poder estatal, mas, inversamente, quem o fez foi um sujeito político ao incluir integrantes que ocupam posições estruturais de classe. Nesse sentido, as forças sociais que ascendem ao aparato do Estado no ano de 2006, o núcleo campesino-indígena, é quem articula, posteriormente, a presença de frações ou membros individuais da classe no exercício do poder. Se por um lado não é possível determinar uma fração da burguesia como hegemônica no período, pode-se inferir, por outro, que um setor dela, o setor minerador, foi o maior

beneficiado pela legislação e pelas políticas econômicas governamentais, fato que se demonstrou em um importante crescimento econômico do setor⁷¹.

As interpretações sobre a luta de classes na Bolívia são diversas e dependem, entre outros aspectos, de agregar à análise mais ou menos elementos específicos daquela formação social. Nosso trabalho aqui é identificar os aspectos comuns dessas análises para uma aproximação do cenário de reorganização do poder no período reformista, para assim definirmos um quadro analítico geral para a análise do discurso plurinacional na cena política. Os estudos sobre a conjuntura, em síntese, apontam para as seguintes hipóteses: i) havia uma nova burocracia estatal articulada junto a um bloco de poder popular (GARCÍA LINERA, 2010b); ii) havia uma nova burguesia de Estado (ROJAS, 2015); iii) havia um novo bloco histórico (TAPIA, 2007; CUNHA FILHO, 2011; SANTAELLA, 2016); iv) havia um novo bloco político (TAPIA, 2009).

A partir de diferentes referenciais teóricos, essas análises têm em comum o fato de apontar para a existência de forças sociais de origem subalterna, que ascendem ao poder político a partir da vitória eleitoral de Evo Morales, em 2005. Entendemos que, no caso boliviano, essas forças sociais eram compostas, no início do processo (2006-2008), pelos núcleos dirigentes campesino-indígena e sindical e, posteriormente, configuraram a prevalência dos setores campesino (cocaleiro) e sindicais, em detrimento do núcleo indígena e de suas demandas plurinacionais⁷². Foram esses núcleos populares prevalentes que articularam a presença de frações da antiga classe dominante no segundo mandato do MAS. A partir da análise desse período, entendemos também, em associação com o que propõe TAPIA (2009, p. 35), que não havia, até 2009, um bloco político dominante a nível nacional:

en el país hoy no hay un bloque político dominante a nivel nacional. Estamos en una situación en la que, por un lado, tenemos un bloque político que está configurado en torno a un partido de origen campesino que ha articulado una amplia red de alianzas políticas con varios sectores populares, pero que no constituye un nuevo bloque dominante, ya que no controla la economía, pero está en proceso de avanzar para crear las condiciones de un mayor control en el ámbito de los recursos naturales. Por el otro lado, tenemos una clase burguesa y terrateniente todavía dominante que ha perdido la dirección nacional del estado y el predominio en el sistema de partidos nacional, aunque todavía lo mantiene en algunos departamentos.

Não existia, portanto, uma fração hegemônica no país. Essa ausência de hegemonia, especialmente no campo ideológico, vai ao encontro do objetivo de analisar o discurso e a

⁷¹ Ver mais em (RADHUBER, 2014), (ANDREUCCI, 2017) e (ANDREUCCI & RADHUBER, 2017).

⁷² Vale lembrar que se trata de um período conturbado de negociações intrapartidárias e com a burguesia da região da Meia-Lua para viabilizar a realização da assembleia constituinte e do novo texto constitucional.

ideologia plurinacional no período. Isso porque é no campo das práticas de classe, em nosso caso, na dimensão da disputa pela dominância ideológica, que verificamos o discurso político (plurinacional) como uma das práticas que constrói a ideologia de Estado. Essa luta por hegemonia no país tem, por sua vez, um espectro mais amplo do que o classista, já que é por meio de um partido de trabalhadores, que articula discursivamente reivindicações e projetos de igualdade entre nações, que levou à assembleia constituinte e a um Estado Plurinacional (TAPIA, 2009).

Assim, uma das principais particularidades do processo político boliviano é que o discurso político envolve a materialidade histórica multicivilizatória da formação social boliviana. Nesse sentido, existe a necessidade de adequação do discurso político no período de reforma do Estado capitalista, pois a ideologia que o permeia deve ser capaz de articular tanto contradições entre o capital e o trabalho como também aquelas relacionadas ao conflito entre formações sociais capitalistas e pré-capitalistas.

Retornando à questão da configuração do poder, verificamos que as forças sociais que ocuparam os aparelhos do Estado são de frações subalternas que transformaram sua força social em política, contudo, não tiveram condições objetivas de transformar esta força em dominância econômica no período estudado. A esse respeito, Luis Tapia (2009, p. 34), ao tratar de um possível horizonte de autonomia relativa do Estado, acrescenta que *“la dirección del estado está en manos de un partido de campesinos, sectores populares y trabajadores, aunque el grueso de la propiedad, en el ámbito de la economía, sigue en manos de esa clase dominante”* (TAPIA, 2009, p. 34). Isso porque a classe dominante, a partir da vitória do MAS, perde a capacidade de articular-se como um bloco político dominante, a não ser em nível departamental – especialmente em Tarija, Santa Cruz, Beni e Pando –, ainda que mantendo grande parte do poder econômico. É essa conjuntura de instabilidade do bloco político que se expressa, em grande parte na cena política, através da sua reconfiguração e da conformação de novas alianças político-partidárias. Assim foi possível a aprovação da reforma do Estado pela via elegida por esse bloco em ascensão, a via democrática burguesa.

4.3.1 O MAS e a nova cena política

A cena política se caracteriza por ser um espaço de dissimulação dos interesses de classe que aparecem como nacionais através do sistema de partidos e do discurso universalizante. É o espaço em que se dá a disputa pelos sentidos e pela representação simbólica dos interesses da classe ou fração com pretensão hegemônica e, por isso, a cena

política expressa a forma aparente da luta de classes em determinada conjuntura. A análise da conjuntura política a partir de sua dimensão discursiva, dessa forma, abrange o exame das relações entre o tipo de regime e a forma como que se configuram os partidos.

A cena política usualmente é definida como um espaço em que ocorre a disputa pela representação dos sentidos, no qual a classe dominante é a classe que busca ressignificar seus interesses privados em interesses coletivos, seja por meio do discurso político ou por outras práticas. No caso boliviano, entretanto, o cenário político a nível nacional (2005-2009) é tomado por setores das classes subalternas articulados via partido, não mais pela antiga classe dominante – que havia sido deslocada do poder nacional em 2005 para as regiões da Meia-Lua e seus governos departamentais. Essa característica modifica a cena política republicana/plurinacional pois apresenta um novo discurso (discurso plurinacional) unificador, que busca englobar toda a diversidade classista, étnica, e civilizacional que compunham os setores ativos no partido MAS naquele momento. No caso boliviano, as relações na cena política resultaram em uma forma de regime democrático capitalista (plurinacional) e em um partido dominante de novo tipo, criado desde o campo subalterno e com origem camponesa.

4.3.2 O instrumento político subalterno

O partido *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político pela Soberania de los Pueblos* (MAS-IPSP) foi fundado a partir do I Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político, em 1995, sob o nome de Assembleia Pela Soberania dos Povos (ASP) para viabilizar a articulação entre sindicatos, camponeses, operários, e organizações indígenas com o objetivo de integrar pautas comuns desses setores do sistema democrático-representativo. Estavam presentes naquele congresso de fundação as seguintes organizações: Camponeses da Bolívia (CSUTCB), a Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), a Federação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia “Bertolina Sisa” (FNMCB-“BS”), a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e parte da Central Operária Boliviana (COB).

Dessa forma, o partido se caracterizou por ser uma confederação flexível e negociada de movimentos sociais (indígenas, camponeses e urbanos) que se uniram eleitoralmente para disputar o poder institucional do Estado. Esse processo ocorreu graças ao acúmulo político que ocorreu nos anos oitenta por parte dos setores populares, que passaram a se articular

politicamente para contestar, e posteriormente disputar, o poder estatal. O MAS foi capaz de articular a acumulação própria do movimento cocaleiro com um conjunto de outras organizações subalternas que não tinham uma forma de representação no mundo político (TAPIA, 2007).

Essa articulação permitiu a criação de um partido distinto da esquerda boliviana tradicional, que se organizava a partir de partidos de origem trabalhista. O partido se diferenciava dos demais na cena política por agregar aspectos incomuns na institucionalidade burguesa. Para Bonetto (2016, p. 09),

(...) el MAS no representa a la antigua izquierda criolla partidista y con sindicatos de raíz marxista del pasado, sino a un conjunto de movimientos sociales y sindicatos con ritmos, culturas políticas y objetivos no siempre fáciles de articular, con fronteras ideológicas amplias, que vinculan referencias nacionalistas revolucionarias con implicancias antimperialistas y con un componente étnico-cultural, previamente ausente en la izquierda clásica.

O partido se formou assim como uma organização de origem campesina com um projeto nacional, articulado com setores antes excluídos da cena política. Desde sua formação, o Partido se caracterizou por ter um duplo processo decisório, que envolvia um núcleo parlamentar e núcleo um popular. A sua constituição histórica como um “instrumento político eleitoral” dos setores subalternos fez com que, nos primeiros anos, os candidatos parlamentares fossem escolhidos primeiramente através de assembleias de federações camponesas e só depois submetessem suas candidaturas ao órgão eleitoral. Também era comum que, periodicamente, prefeitos, vereadores e deputados prestassem contas de suas ações frente às federações, podendo sofrer, inclusive, sanções por parte delas. Por volta do segundo mandato de Evo Morales, contudo, essas estruturas decisórias passaram a ser enfraquecidas e o núcleo parlamentar, cada vez mais fortalecido pela institucionalidade do Estado, passou a criar cada vez mais autonomia em relação às estruturas sindicais do partido (GARCÍA LINERA, 2010b; FORNILLO & SCHIAVI, 2013).

Para Do Alto (2008), o MAS é um movimento político “bifronte”, pois, por um lado, tem suas bases na sociedade civil e, por outro, foi capaz de se desenvolver na arena do “sistema de partidos”. Essa especificidade faz com o partido seja um “instrumento político” que transpassa os limites da cena política tradicional:

lo que le da fuerza y perspectiva al MAS es el hecho de que es un sujeto político polimórfico, podríamos decir, que tiene la posibilidad de moverse en otros espacios de la vida política que no sean los del sistema de partidos. [...] Esta condición le permite vincularse y establecer una serie bastante amplia de alianzas con otras formas de organización de los trabajadores a lo largo del país. (TAPIA, 2007, p. 118).

Essa mobilidade política permitiu também uma estratégia do partido voltada a setores mais amplos, de origem pluriclassistas. Isso ocorreu, sobretudo, ao nível discursivo e ideológico partidário, na medida em que o partido incorporou o nacionalismo popular típico da esquerda boliviana – apelando à representação do “povo” – à questão identitária dos povos originários (SILVA, 2013). Essa fusão entre setores populares e frações diversas da sociedade se acentuou nas eleições de 2005, quando o MAS finalmente buscou alianças com os partidos da esquerda tradicional, a classe média, os movimentos urbanos e setores da intelectualidade boliviana (REIS, 2013) – que teve como um dos principais representantes o vice-presidente Álvaro García Linera.

A composição do partido *masista* durante o primeiro mandato de Evo Morales pode ser definida, de forma esquemática, a partir da divisão entre dois grupos: um primeiro grupo, majoritariamente de camponeses aimará (das localidades de La Paz, Oruro, Potosí) que se somam aos cocaleiros (aimarás e quíchuas) da região de Chapare; e um segundo grupo, composto predominantemente por frações pequeno-burguesas de origem indígena, mestiça ou branca. Este segundo grupo, em parte intelectuais nacionalistas e indianistas, tomaram maior parte do aparato do Estado e do Executivo (GIL, 2008; FORNILLO & SCHIAVI, 2013). A disputa interna do partido *masista* pode ser melhor entendida se compreendermos que, apesar de sua formação partir de setores populares, o partido sempre buscou alcançar setores mais amplos do país. Essa mescla de características de trajetória social, traços étnicos culturais e a origem de classe na composição do partido pode nos ajudar a entender as tensões que se projetaram no discurso e são verificadas na variação discursiva na cena política. Na perspectiva de Silva, entre 2002 e 2005, o partido abandonou o discurso “antimoderno” e defensor de um “sistema comunitário”, e assumiu um tom modernizador e não explicitamente anticapitalista, projetando um Estado plurinacional e democratizado, a nacionalização dos hidrocarbonetos, o investimento em infraestrutura com apoio ao empresariado nacional e a adoção de programas sociais. (SILVA, 2013). De forma geral, após 2005, o discurso do partido passou a ser um discurso de cunho indigenista moderado e de contestação ao neoliberalismo. Esses e outros níveis discursivos serão verificados no que chamamos de *discurso plurinacional*, articulado na cena política.

A nova cena política no contexto de reforma do Estado se apresentava como um campo de disputa, primeiramente, entre os setores subalternos que compunham as forças *masistas* e, também, através da luta política com a antiga classe dominante no âmbito departamental e da constituinte.

4.3.3 O cenário eleitoral (2005)

Ao fim do ciclo de mobilizações antineoliberais, em 2005, ocorreram as eleições nacionais, que encaminhavam Evo Morales à presidência. Ainda assim, à época, não havia indícios de que Evo Morales vencesse o pleito e rompesse com o padrão eleitoral boliviano, se elegendendo com mais da metade dos votos.

Na conjuntura eleitoral, havia três alternativas mais consolidadas: a primeira, articulada em razão de interesses externos ao país, com a candidatura de Jorge Quiroga, pelo PODEMOS; outra, também uma alternativa neoliberal, mas com uma articulação interna entre poder econômico e poder político que foi predominante nos anos noventa, o *Unidad Nacional (UN)*, com o candidato Samuel Doria Medina; e uma terceira, conquistada por meio de articulações com diferentes setores populares e uma rede de alianças partidárias com um projeto popular, o MAS, com o candidato Evo Morales. Essa configuração eleitoral apontava para o MAS como uma nova alternativa eleitoral para o país, sobretudo porque o partido parecia compreender e incluir as mais variadas demandas das classes populares, a partir de um aglutinamento de matrizes de pensamento marxista, indigenista e nacional popular. A partir desse poder de abrangência, o discurso *masista* parecia contemplar cada setor aliado no campo popular, unificado a partir da ideia geral de “refundar o país”. As alternativas postas no cenário eleitoral indicavam que a população deveria escolher entre o que já conheciam, por um lado, representado pelo *Unidad Nacional (UM)* e o PODEMOS e, por outro, poderiam apostar no que se apresentava como uma ruptura com antigo sistema de partidos, representado pelo MAS. O PODEMOS absorveu parte dos quadros do ADN, MIR e MNR e, com isso passou a ocupar o espaço eleitoral a que pertenciam essas siglas. Ainda que o MAS se apresentasse na cena político-eleitoral como uma nova força em ascensão, também é verdade que o partido estava respaldado pela sua base e composição partidária popular, que, pela sua natureza de “instrumento político”, encorpava organizações populares tradicionais, já consolidadas antes da formação do partido. As alternativas mencionadas apresentavam, portanto, horizontes distintos: de um lado, estavam os projetos burgueses predeterminados (desde fora) pelos interesses norte-americanos ou (internamente) pelo capital monopólico nacional e, de outro, um projeto nacional popular. Assim, o projeto *masista* se apresentava como um processo orgânico de

movilización de sectores campesinos y de trabajadores urbanos, a través de sus formas sindicales, movimientos y partido que están articulando y produciendo la posibilidad de una rearticulación de la forma primordial, a través de procesos de reapropiación de sus recursos naturales y del aparato estatal que permita convertir

el excedente económico en mayor capacidad de democratización política. (TAPIA, 2007, p. 126).

Ainda que o conteúdo das propostas apontasse para uma clara oposição entre políticas neoliberais e interesses nacionais, na campanha política, o UN e o PODEMOS buscavam mitigar essas diferenças e se aproximar de um discurso mais nacional (BALLIVIÁN, 2006). Ambos apresentavam seus candidatos como uma forma de renovação política, e, no campo econômico, argumentavam em favor da nacionalização dos hidrocarbonetos. Enquanto o MAS propunha a nacionalização da indústria do setor hidrocarbonífero e a administração total pelo Estado, os partidos de oposição buscaram se alinhar a esse discurso, em um grau moderado, com posições pouco objetivas e sem comprometimentos. Sobre esse mesmo tema, o UN propunha uma “nacionalização progressiva” e o PODEMOS propôs “nacionalizar os benefícios do gás” (BOLÍVIA, 2006). O que diferenciava o MAS era a proposta da constituinte e a refundação do país em um Estado Plurinacional.

Mesmo com essas nuances discursivas e propositivas, o resultado do processo eleitoral foi a eleição de Evo Morales com 53,7 % dos votos, enquanto Jorge Quiroga, em segundo lugar, alcançou apenas 28,5 %. Ainda que com isso os partidos tradicionais, como ADN e MIR, tenham quase desaparecido enquanto força eleitoral, outros, como PODEMOS e UN⁷³, surgiram como forma de revitalização das antigas formas de organização da burguesia tradicional. Mais relevante que isso, foi o fato de que os setores da direita incrementaram seu poder de organização política por meio dos comitês cívicos departamentais e organizações patronais em oposição ao governo eleito, o que é significativo em um país de notória fragilidade do Estado como é a Bolívia (SADER, 2017; GUTIERREZ & LORINI, 2007; CUNHA FILHO, 2010).

Em 2009, houve novas eleições nacionais e Evo Morales foi reeleito para um segundo mandato (primeiro após a aprovação da nova Constituição) com 64,22% dos votos e o MAS alcançou a maioria nas duas casas da Assembleia Legislativa Nacional⁷⁴. Em 2010, ocorreram as eleições para os governadores departamentais, em que houve um crescimento do partido tanto nas prefeituras (*alcades*) quanto nas assembleias legislativas locais⁷⁵ (PANNAIN, 2018). Nas eleições nacionais seguintes, em 2014, mesmo desgastado em relação às parcelas

⁷³ PODEMOS conquistou 28,5% dos votos e UN 7,8% dos votos (CNE, 2005).

⁷⁴ Resultados eleitorais das eleições gerais, em 2009 (OEP, 2009). Disponível em: <https://www.oep.org.bo/procesos-electorales-y-consultas/elecciones-generales/elecciones-generales-2009/>

⁷⁵ POLITICAL DATABASE OF AMERICA. <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Bolivia/gub10.html>

indígenas do país, Evo Morales venceu com significativo apoio eleitoral, se reelegendo com 61% dos votos.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, abordamos a reforma do Estado na Bolívia com o objetivo de compreendê-la através da análise da reconfiguração do poder e seus reflexos na cena política, *locus* privilegiado do discurso político e da expressão da ideologia de Estado. A partir desse exame, foi possível:

- i) compreender a reforma do Estado, a partir da sua dimensão abstrato-formal, como um processo de profunda transformação relacional-institucional da formação social, circunscrito nos limites estabelecidos pela reconfiguração do poder político, econômico e ideológico, em uma conjuntura concreta, e que resulta em uma variação da forma como se expressa o Estado e o modo de produção;
- ii) identificar especificidades da reforma do Estado no caso boliviano a partir de modificações fundamentais no modelo de Estado capitalista na Bolívia, que alcançaram: a) o poder político, pela sua nova configuração a partir de frações das classes subalternas, que resultou na formação de um bloco político em que estavam ausentes as frações burguesas; b) o conjunto das instituições do Estado, pela mudança na forma de expressão do regime de político, de uma democracia republicana e representativa a uma democracia plurinacional semi-representativa; c) e especialmente, a ideologia, através da modificação na ideologia jurídico-política do Estado – que implicou a mitigação do princípio constitucional da igualdade formal;
- iii) explicar o processo histórico a partir da emergência de setores populares que geram efeitos: primeiramente, na composição política das instituições do Estado, pois deslocam a antiga classe dominante e restringem seu poder aos níveis departamentais; que também modificam a própria configuração do bloco no poder, trazendo à disputa de hegemonia setores populares com poder político, mas ainda sem o domínio do poder econômico, que permaneceu com a antiga classe dominante no período inicial do processo. Quanto a essa reconfiguração, portanto, verificamos que as forças sociais que ocuparam os aparelhos do Estado são de frações subalternas que transformaram sua força

social em política, contudo, não tiveram condições objetivas de transformar essa força em dominância econômica no período estudado. Entendemos que, no caso boliviano, essas forças sociais em ascensão eram compostas, no início do processo (2006-2008), pelos núcleos dirigentes campesino-indígena e sindical e, posteriormente, configuraram a prevalência dos setores campesino (cocaleiro) e sindicais, em detrimento do núcleo indígena e de suas demandas plurinacionais.

- iv) Compreender que, a partir dessas modificações, a cena política boliviana se apresenta como um campo de luta ideológica, através das práticas (discursivas) que atuaram sobre esse processo e que compunham organicamente as classes subalternas e dominantes que efetivaram a reforma do Estado.

A análise deste capítulo reforça nossa premissa de que essa reconfiguração do poder – o processo de reforma de Estado – constitui um objeto privilegiado para o exame da ideologia de Estado. Isso porque existe a necessidade de adequação do discurso político sobre o Estado capitalista, uma vez que a ideologia que permeia esse discurso deve ser capaz de articular tanto as contradições entre o capital e o trabalho como também aquelas relacionadas ao conflito entre formações sociais capitalistas e pré-capitalistas, ou seja, o discurso político deve conciliar e ressignificar a materialidade histórica *multicivilizatória* da formação social boliviana com as novas formas de expressão do regime de Estado.

5 IDEOLOGIA DOMINANTE E DISCURSO POLÍTICO NA CONJUNTURA BOLIVIANA (2005-2016)

“Evidentemente, os discursos constroem sujeitos, mas constroem sobre bases de condições de possibilidades objetivas e materiais. Sem estas condições, o discurso não faz nada, é um discurso, nada mais. (...) o discurso monta e articula uma potência, mas não a inventa”.

Álvaro García Linera, Oxford, 2018.

A ideologia foi trabalhada no segundo capítulo em sua relação com o Estado capitalista, por intermédio da obra de Poulantzas, onde identificamos que a ideologia, enquanto instância da formação social, atua em favor da função de coesão global do Estado ao estabelecer os *efeitos de isolamento, de unidade* e o burocratismo. Além disso, verificamos que a ideologia dominante é uma categoria relacional, aspecto que fica mais claro em nossa análise no capítulo três.

No terceiro capítulo, abordamos o conceito de ideologia – e sua ressignificação – e como ela constitui uma forma relacional enquanto prática social organizada pelo Estado no âmbito da luta política. Dessa forma, a ideologia do Estado passa por uma ampliação conceitual, o que nos permite analisar, através de suas práticas, as contradições, os conflitos e parte da luta ideológica presente na conjuntura de uma formação social determinada.

No quarto capítulo, apresentamos o caso boliviano, que comparece como ilustração à tese principal deste trabalho. Além disso, a exposição do caso também é relevante para entendermos as condições de produção da prática discursiva, que resulta, em outras palavras, nas condições materiais de produção e reprodução da própria ideologia.

Neste último capítulo do trabalho, buscamos mostrar evidências dessa tese a partir do caso do discurso político no período de reforma do Estado na Bolívia. Por discurso político, compreendemos uma forma de prática ideológica (o discurso, em sentido *lato*). O discurso político a que nos referimos é aquele presente na cena política emitido por sujeitos políticos específicos. Não deve ser confundido, portanto, com o discurso sobre a política, o sentido comum presente em determinado grupo social sobre a política partidária. Em outras palavras, o que examinamos é a prática discursiva e seus efeitos ideológicos no campo da luta política.

Entendemos, particularmente, que, quando tratamos da ideologia do Estado no cenário de reforma, o discurso político é o que melhor cumpre com o objetivo de constituir e reproduzir a ideologia dominante. Já a cena política, em nosso caso, é onde melhor se verifica as defasagens entre a prática político-econômica e a sua representação material. Nesse

sentido, é local privilegiado para o exame da dissimulação dos conflitos de classe e o mapeamento dos grupos em luta.

Assim, vale mencionar novamente, que nosso interesse principal se dá em torno da teoria política, no que diz respeito à da ideologia de Estado e, por isso, não procedemos uma análise pormenorizada do discurso, própria do campo linguístico. Sendo a Análise do Discurso (AD) uma teoria e um método “aberto” em constante construção, Pêcheux (1997) nos lembra da necessidade de “compatibilizar” a teoria e o método da AD ao propósito do campo de estudo. Nas palavras de Mittman (2007, p. 153)⁷⁶:

Dependendo do recorte teórico-analítico efetuado pelo analista, diferentes caminhos podem ser percorridos. (...) a partir deste olhar, não fazemos uma descrição do texto, mas uma teorização sobre o discurso, ou seja, tomamos o texto como unidade linguística para análise do funcionamento do discurso e de suas condições históricas de produção/leitura. E porque, nesta teorização, não efetuamos uma análise exaustiva, tentando dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos inter-relacionando arqueologicamente noções teóricas pertinentes.

Assim nossa análise do discurso político dá ênfase aos aspectos relativos à nossa compreensão relacional sobre a ideologia. Dessa forma, no campo da AD, a área epistemológica do materialismo histórico ganha relevância em nosso estudo⁷⁷. Essa área, como veremos a seguir, é a que agrega à teoria a questão ideológica e que se funde com a abordagem sobre o sujeito no discurso. Esse “recorte” nos permite, através do exame da prática discursiva (do processo discursivo) compreender aspectos da ideologia e da luta política na conjuntura da formação social.

5.1 O EXAME DA PRÁTICA IDEOLÓGICA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

Nesta seção, apresentamos os principais aspectos que nos levam à utilização da Análise do Discurso para o exame da prática ideológica.

Esse arcabouço teórico e metodológico nos oferece a possibilidade de examinar, a partir de dados empíricos, a relação entre a ideologia e a linguagem. Especialmente, examinamos a prática discursiva (o discurso político) para acessar os aspectos da conjuntura

⁷⁶ Nesse trecho, a autora se refere especificamente à metodologia de análise na relação entre discurso e texto na AD.

⁷⁷ O quadro epistemológico da AD compreende: o materialismo histórico, a linguística, a teoria do discurso e a psicanálise. Esta última permeia as demais regiões na AD.

da luta política e, com isso, ilustrar como se dá a interpretação ampliada da ideologia dominante em determinado contexto social.

A Análise do Discurso, introduzida por Michel Pêcheux, será nosso principal referencial para o exame do discurso político, sem prejuízo, de adesão crítica a fundamentos de outras vertentes dessa teoria. A AD pecheutiana segue o entendimento de Althusser acerca da ideologia e utiliza os conceitos de imaginário e da interpelação, o que a permite desenvolver conceitos novos para compreendermos a ideologia como prática social. Esses fatores nos possibilitam acessar a dimensão dos efeitos dos sentidos produzidos pelas relações ideológicas entre os sujeitos na luta política.

A adesão a esse referencial não ocorre, entretanto, como se fosse uma “técnica” de análise. A Análise do Discurso compreende um arcabouço teórico muito amplo (materialismo histórico, linguística e psicanálise) para ser apresentada como uma técnica de pesquisa. Em outras palavras, a AD, por reivindicar para si um estatuto de teoria e de método e não apenas de técnica, não pode ser compreendida como mera disponibilização de instrumentos passíveis de apropriação de uma área de conhecimento para outra, sem antes compatibilizá-los com o novo campo de conhecimento a que se destina (PÊCHEUX, 1997).

Nesse sentido, o exame do discurso que faremos neste capítulo busca atender a nosso objetivo no campo da teoria política marxista, razão pela qual, também, os conceitos relacionados à linguística e à psicanálise não serão aprofundados em cada área de conhecimento específica, mas serão mediados pelo próprio registro teórico da AD.

Além disso, utilizamos os fundamentos da AD em conjunto com outras formas de análise do discurso, inclusive com o auxílio de dados bibliográficos a respeito da história boliviana, também com base no que foi apresentado no quarto capítulo sobre o processo de reforma do Estado, bem como a produção científica de Álvaro García Linera, vice-presidente e principal intelectual do “movimento masista”⁷⁸.

A relevância da AD se efetiva para nós, em síntese, pelo tratamento teórico que ela dispensa ao conceito de ideologia e pelo fato de ter desenvolvido uma teoria da prática ideológica a ponto de possibilitar a sua análise a partir da historicidade da luta de classes em determinada conjuntura. A formulação pecheutiana tem como particularidade o tratamento do conceito de ideologia a partir de um registro teórico marxista, de fundamento estrutural, e que

⁷⁸ Com essa expressão, indicamos o movimento de ascensão do partido Movimento ao Socialismo, representado pela figura de Evo Morales, que se iniciou em 2005, com sua vitória eleitoral, e abrangeu o período de reforma do Estado.

abrange a questões pouco consideradas em outras vertentes de análise como a questão do sujeito e do inconsciente. Nesse aspecto, é compatível a nosso entendimento sobre a ressignificação e a ampliação conceitual da ideologia de Estado, objeto principal de nossa tese. A essas e outras razões detalharemos no item seguinte.

5.2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Ao longo deste trabalho, examinamos a ressignificação da ideologia e propomos a ampliação conceitual acerca da ideologia de Estado. Nesse processo, constatamos que Althusser foi quem definiu a ideologia como algo “do imaginário” e que “interpela” os indivíduos em sujeitos. O autor compreendeu que na ideologia se expressa a representação imaginária que os indivíduos fazem das suas condições reais de existência. Essa representação está condicionada a uma existência material, que constitui uma prática – ou práticas – guiada por rituais que se realizam a partir dos aparelhos do Estado (ALTHUSSER, 1982).

Dessas relações entre ideologia, sua existência material, e suas formas de constituição pelos aparelhos do Estado, podem derivar diversas práticas que ocorreriam a partir dos aparelhos ideológicos ou repressivos. Ou seja, nessa concepção, a ideologia pode se apresentar de forma difusa desde o espectro do governo, do exército, da escola, da família e até da imprensa. Não adentraremos aqui nos problemas que envolvem a distinção entre AIE e ARE. Ainda que essas práticas se reproduzam na totalidade da sociabilidade capitalista, a sua produção, enquanto ideologia do Estado, tem seu núcleo de difusão no interior do aparelho (repressor) do Estado, a partir da ideologia jurídico-política. É a partir dessa sub-região ideológica que o Estado capitalista adquire sua particularidade em relação a estados pré-capitalistas e é a partir dessa ideologia que se estabelece como uma estrutura jurídico-política. Assim, ao abordarmos um tipo de prática – como é o caso do discurso político – nos voltamos aos administradores da ordem burguesa, ao governo propriamente dito. O local apropriado para a ação desses agentes entendemos ser a órbita da política partidária, a cena política (governo e partidos) e não a partir de um aparelho ideológico específico.

Seguindo a discussão sobre as formas que a ideologia se realiza, Althusser menciona diversas práticas, dentre as quais, o discurso é uma delas. Ainda que o autor não as distinga claramente, ele enumera diversas práticas da ideologia, segundo ele,

a materialidade de um deslocamento para a missa, de uma genuflexão, de um sinal da cruz ou de um mea-culpa, de uma frase, de uma oração, de uma contrição, de uma penitência, de um olhar, de um aperto de mão, de um discurso verbal interno (a consciência) ou de um discurso verbal externo.

Todas realizam a materialidade da ideologia. Para o autor, de certa forma, a ideologia constitui o imaginário que intermedia a relação dos sujeitos com suas condições de existência. No caso do discurso, o que materializa esse imaginário é a linguagem, nas suas diversas formas de expressão.

Vale mencionar que a elaboração teórica de Althusser sobre a ideologia não foi explorada por um de seus principais sucessores, Nico Poulantzas. Embora esse autor mencione, eventualmente, expressões como “o imaginário vivido” para se referir à ideologia das classes, ou mesmo afirme que a ideologia torna os indivíduos da produção em sujeitos jurídicos iguais, conforme Laclau (1977), o autor não se debruçou sobre conceitos de imaginário ou de interpelação.

Foi Michel Pêcheux que desenvolveu a relação entre a linguagem e a ideologia com base nos fundamentos estabelecidos por Althusser. A partir da tese desse autor – a ideologia interpela indivíduos em sujeitos (ALTHUSSER, 1982) –, que Pêcheux iniciou o desenvolvimento de sua teoria. Antes de retomarmos essas relações que se estabelecem entre os trabalhos de Althusser e Pêcheux, entretanto, apresentaremos alguns fundamentos da AD.

5.2.1 A Análise do Discurso pecheutiana

A Análise do Discurso se fundamenta em um quadro epistemológico próprio, onde se articulam três regiões do conhecimento científico, conforme proposta elaborada por Pêcheux e Fuchs (2014), a saber:

- i) O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- ii) A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- iii) A teoria do discurso, com teoria de determinação histórica dos processos semânticos.

Além disso, complementam o autor e a autora, essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). Através da AD, cada uma dessas regiões estabelece uma articulação complexa, com adesões e retificações de conceitos mútuas que nos permitem examinarmos o discurso como uma materialidade da ideologia a partir de uma perspectiva de classes.

Segundo Orlandi (2015, p. 18), esses três domínios, atravessados pela teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, trabalham em conjunto com a AD. A autora explica:

a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa observar pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo questionando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo de como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Da formulação dessas três áreas, trabalhamos com ênfase na relação que a ideologia estabelece com a prática discursiva e o sujeito. Essa relação se explica através da articulação daquelas três regiões, mas a partir da ênfase na relação entre o materialismo (ideologia) e a psicanálise (inconsciente) na produção de sentidos.

O materialismo histórico se incorpora à AD como fator necessário para as mudanças de terreno, que Haroche, Henry e Pêcheux (2007) caracterizaram, em 1971, como uma “mudança de perspectiva da língua ao discurso, ou da teoria da língua à teoria do discurso”⁷⁹. O autor via a necessidade de aproximação entre a teoria do discurso e o materialismo histórico, relação que permite uma mudança de paradigma. Isso corresponde, segundo o autor, precisamente, a

compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão *relações sociais*, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que a domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhe correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem). (PÉCHEUX, 2011, p. 127, grifo no original)

A leitura de Pêcheux sobre o materialismo histórico é incorporada à AD a partir do registro althusseriano e, como consequência, toda a elaboração teórica sobre a prática da ideologia ocorre a partir do fundamento de que “a ideologia interpela os sujeitos”, constituindo-os em uma determinada posição de classe, inseridos, portanto, nas relações sociais típicas da sociabilidade capitalista. Por consequência, o discurso não pode ser neutro, mas resultado das posições em os sujeitos se inscrevem nas formações ideológicas presentes dentro aparelho do Estado. Com isso, Pêcheux, no campo dos estudos da linguagem,

⁷⁹ Para uma reflexão mais detalha nesse aspecto ver: Amaral; Zoppi Fontana (2015).

rompe com as evidências de um sujeito bio-psico-social em interação comunicativa e produz uma ruptura epistemológica na abordagem das práticas discursivas na sua relação constitutiva com a história. (ZOPPI FONTANA 2014, p. 33)

Essa ruptura, em relação às práticas discursivas, acompanha, portanto, aquela mesma iniciada por Althusser em relação também ao estudo da ideologia e do sujeito. Ao abordar a ideologia como uma prática inconsciente, o autor abre espaço para a discussão sobre a intencionalidade dos sujeitos e, por consequência, relativiza a possível natureza instrumental da ideologia. Seguindo essa lógica, a própria noção de discurso como “instrumento” de um sujeito racional é questionada.

Conforme Zoppi Fontana (2014), essa presença da visão althusseriana nos textos de Pêcheux é constante, embora sempre reelaborada criticamente para a criação de novos conceitos capazes de explicar seu objeto, que é o discurso. Para ela,

conceitos como condições de produção do sentido, efeito de sentido (constituído na posição sujeito a partir do funcionamento da figura de interpelação ideológica), formação discursiva (definida na sua articulação com a formação social e as formações ideológicas), interdiscurso (este por sua vez definido como “o todo complexo a dominante das formações discursivas”), entre outros, são reelaborações originais e deslocamentos teóricos produzidos por Pêcheux em relação aos textos de Althusser, principalmente àqueles escritos entre início dos anos sessenta e fim dos anos setenta (ZOPPI FONTANA, 2014, p. 24).

Alguns desses conceitos mencionados acima serão apresentados a seguir, de forma esquemática⁸⁰ e, ao decorrer da análise do discurso político, outros poderão ser abordados ou aprofundados, na medida em que o próprio exame do discurso exija.

5.2.1.1 Formação social, formações ideológicas, e formações discursivas

A exemplo do que foi pensado por Althusser e Poulantzas, Pêcheux parte da premissa de que existem instâncias (econômica, ideológica e política) que, na formação social capitalista, são determinadas pela instância do econômico. Essa instância aparece como uma das condições (não econômicas) da reprodução-transformação da base econômica (PÊCHUEX & FUCHS, 2014).

Essa reprodução-transformação das relações de produção funciona de modo particular por meio da interpelação do sujeito como sujeito ideológico, isto é, como uma posição

⁸⁰ Recordamos que os conceitos apresentados não são apenas formulações únicas de Pêcheux, mas também são conceitos teóricos desenvolvidos por outros autores que o seguiram.

ideológica determinada, ainda que se apresente como uma posição natural, resultado de sua livre vontade:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHUEX & FUCHS, 2014, p. 162, grifo no original)

O autor compreende que essa reprodução se dá pelas práticas organizadas pelos aparelhos ideológicos do Estado, mas, diferentemente do modo como Althusser expressou a ideia da reprodução inicialmente, para Pêcheux, essas relações que se estabelecem podem levar também à transformação social. Em *Vérités de la Palice*, de 1975, o autor reforça que os aparelhos ideológicos do Estado não são puros instrumentos da classe dominante e, sendo assim, não se limitam unicamente (e necessariamente) à reprodução das relações existentes: “se, no seu interior, trava-se ininterruptamente a luta de classe, ‘esses AIE constituem simultânea e contraditoriamente o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção’ (PÊCHEUX, 1988, p. 129 *apud* INDURSKI, 1992, p. 7).

Sendo assim, "o aspecto ideológico para a transformação das relações de produção reside na luta para impor, no interior do complexo dos AIE, novas relações de desigualdade-subordinação" (PÊCHEUX, 1988, p. 131, *apud* INDURSKY, 1992, p. 7). Dessa forma, completa Indursky (1992, p. 7-8),

a atividade discursiva, que é uma das manifestações da ideologia, exercida pelo sujeito interpelado ideologicamente e, por conseguinte, assujeitado, trava-se no interior dos AIE e reflete inevitavelmente a luta de classes, trazendo intimamente ligada à sua produção as marcas de formação/reprodução/transformação das condições em que foi produzida.

Nesse ponto específico, a Análise do Discurso se aproxima da crítica que Poulantzas dirigiu a Althusser sobre a ausência de uma referência e efeitos da luta de classes no interior do aparelho do Estado. Isso reitera nosso entendimento de que a prática ideológica organizada pelo Estado, como o discurso político, não é, necessariamente, um fator de reprodução, instrumento de uma classe específica, mas pode também apresentar nuances e complexidades em seu funcionamento que só são compreendidas a partir de seu exame na conjuntura de uma formação social.

Esse aspecto tem a ver com o fato de que, conforme compreendemos, a ideologia de Estado pode ser vista como um processo relacional, ligado ao exame da conjuntura do conflito

de classes. É nesse sentido também que a conjuntura ideológica intervém dentro do aparelho do Estado, a partir de posições políticas e ideológicas que, para Pêcheux (PÊCHEUX & FUCHS, 2014, p. 163, grifo no original):

que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras⁸¹.

A noção de formações ideológicas se apresenta como um elemento de análise fundamental para o discurso, já que é a partir dela que identificamos a posição do sujeito após ser interpelado pelas ideologias e sua posição dentro também das formações discursivas. Essas formações discursivas, para a AD, se apresentam como elementos constitutivos das formações ideológicas.

A formação discursiva (FD) é o lugar de discursivização das formações ideológicas, onde uma rede discursos forma matrizes para novos discursos. Os sujeitos, que são interpelados pela ideologia, podem responder à FD de diferentes formas: i) se identificando plenamente; se identificando parcialmente, aceitando alguns saberes e rejeitando outros; não se identificando; ou mesmo deixando de se identificar com uma FD e passando a se identificar com outra FD. A partir desses procedimentos os sujeitos se identificam com um conjunto de saberes e de discursos que demarcam os sentidos em certa direção. Conseqüentemente, o sentido de uma manifestação discursiva é determinado pela sua relação com uma FD particular e sua evidência diante dos sujeitos. Assim, uma mesma sequência discursiva, inserida em diferentes FDs, pode produzir sentidos totalmente distintos. Esse fato se explica porque o sentido se constitui a partir das relações que diferentes expressões mantêm entre si no interior de cada FD. Essas relações de sentido entre expressões são determinadas pela sua origem ideológica, ou seja, pela posição que ocupam e seu sentido em determinada formação ideológica (PÊCHEUX & FUCHS, 2014). Os sujeitos, dessa maneira, se inscrevem em uma rede de saberes, discursos e sentidos de uma FD (ou mais de uma) para poder dizer, para produzir discursos.

⁸¹ Sobre as expressões “atitudes” e “representações” o autor deixa claro que, devem ser pensadas a partir de um sentido marxista, compreendidas, portanto, como práticas sociais.

Esse aspecto é relevante para pensarmos o discurso político na medida em que, quem enuncia, parte da FD a qual se identifica e se relaciona com sujeitos (a quem ele dirige o discurso), por vezes, que se identificam com uma FD distinta. É o caso do discurso de Estado direcionado a ambas as classes fundamentais, que pode apresentar a mesma manifestação discursiva e sentidos totalmente diversos para cada uma dessas classes. Esse aspecto será novamente retomado em nosso exame do discurso no caso de estudo.

Em termos teóricos e analíticos, o funcionamento das formações ideológicas e das formações discursivas coexistem dentro da instância ideológica, que assumem, em determinado modo de produção, configuração distinta. Esse modo de funcionamento é também trabalhado em Poulantzas para pensar a teoria regional do político na formação social capitalista. Ambos, com fundamento na releitura de Marx por Althusser, compreendem que as instâncias se apresentam em diferentes configurações a depender do modo de produção.

De forma muito sintética, seguindo essa perspectiva, vale recordar que, na formação social capitalista, segundo as formulações desses autores, é a região do econômico que ocupa papel determinante (se sobrepõe) sobre as demais, conforme esquema 1:

Figura 1 – Esquema de configuração das regiões no FSC

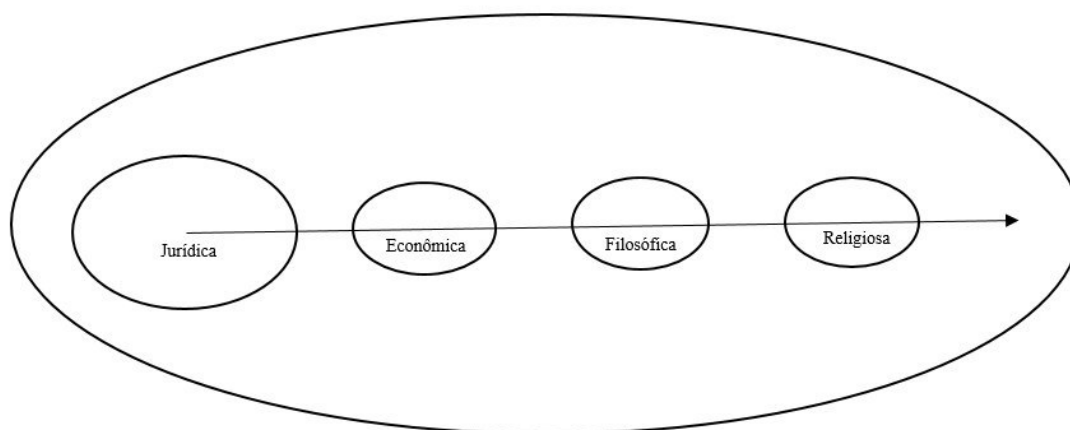


Configuração das Regiões no FSC

Fonte: esquema elaborado pelo autor

Além disso, no MPC, é a ideologia jurídico-política que exerce a dominância sobre as demais sub-regiões ideológicas, conforme o esquema 2:

Figura 2 – Esquema de configuração da região ideológica no MPC



Configuração da Região Ideológica no MPC

Fonte: elaborado pelo autor

Podemos aqui traçar um paralelo com o exemplo que Pêcheux refere para explicar o modo pelo qual ocorre a interpelação através das formações ideológicas na formação social. Segundo o autor,

a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”: esta lei constitutiva da *Ideologia* nunca “se realiza em geral”, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas* que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características “regionais” (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc...) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. (PÊCHEUX e FUCHS, 2014, p.164, grifo no original)

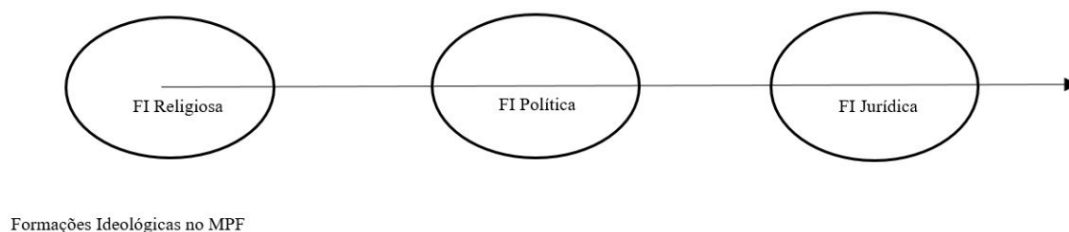
No trecho acima, o que o autor denomina como “caraterísticas regionais (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc...)” se apresenta na formulação poulantziana como sub-regiões da ideologia dominante. Pêcheux segue sua formulação com o exemplo da *formação ideológica religiosa*, que, no modo de produção feudal, assume papel de ideologia dominante. Segundo ele, a *formação ideológica religiosa*

realiza “a interpelação dos indivíduos em sujeitos” através do Aparelho Ideológico do Estado religioso “especializado” nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc...) que, sob a figura da religião, intervém, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto, no próprio interior das relações de produções feudais. (PÊCHUEX & FUCHS, 2014, p. 165)

Nesse exemplo, ao referir-se à formação ideológica (FI) religiosa e seu funcionamento, visualizamos também o funcionamento idêntico do que Poulantzas

denominou de “sub-região da ideologia religiosa”. Nesse sentido, para ambos, o esquema 3 poderia representar essas formações ideológicas (FIs) no modo de produção feudal (MPF):

Figura 3 – Esquema de formações ideológicas no MPF



Fonte: esquema elaborado pelo autor

No modo de produção feudal, a partir dessa perspectiva compartilhada, verificamos que é a ideologia religiosa, ou a FI religiosa, que se apresenta como dominante no interior da instância ideológica. Compreendemos que essas semelhanças têm sua razão no fato de que os autores compartilham os fundamentos da escola althusseriana. Não queremos com isso, entretanto, dizer que são conceitos sinônimos. O que buscamos com essa comparação é uma forma de melhor expor a noção de formação ideológica e compreendê-la, assim como os demais conceitos da AD, em sua relação ao nosso registro teórico acerca do Estado.

Pois, nesse sentido, quando analisamos o discurso como prática de ideologia de Estado, analisamos as formações ideológicas que se relacionam com a formação discursiva sobre o político. Tendo compreendido inicialmente as relações que constituem a formação social, as formações ideológicas e as formações discursivas, é necessário também compreender como se dá a materialidade dessas relações por meio dos discursos e das ideologias.

5.2.1.2 A ideologia, o discurso e o sujeito

Ao pensar o discurso, Pêcheux estava preocupado com a sua ligação com a prática política, que para ele passava pela ideologia Henry (2014, p. 30). Os processos discursivos na Análise do Discurso, dessa forma, são compreendidos a partir de posições de classe que assumem os sujeitos no próprio discurso. Estando essas posições relacionadas à luta ideológica de classes, o discurso, igualmente, deve ser compreendido em suas relações ideológicas, ou seja, em suas relações extradiscursivas.

Dessa forma, o discurso e a ideologia se entrelaçam e geram *efeitos* que possibilitam a comunicação. Ainda assim, a ideologia, em outras visões sobre o discurso, pode ser vista como uma forma de mentira, ocultação ou impedimento para o sentido “real” que está “por trás” de determinado discurso. Mas, como sabemos, a ideologia, quando pensada na dimensão do conhecimento, não é algo que esteja “por trás” das práticas, mas é objeto que se localiza “à frente” dos processos sociais.

Nesse sentido, há duas considerações que devemos reforçar. Primeiro, que, ao contrário de esconder-se, a ideologia é o que primeiro se mostra em determinadas práticas. Por exemplo, os invasores europeus, ao chegarem no continente americano, traziam, em seus navios, bandeiras com os sinais do cristianismo (cruzes) à frente da embarcação. A ideologia cristã, portanto, era o que primeiro se via nessas embarcações.

Outro aspecto é que, na prática discursiva, não há uma ideologia “por trás” do discurso e nem “à frente” dele, mas ela é parte constitutiva desse discurso, na medida em que gera efeitos em relação aos sentidos ali enunciados. Utilizando o mesmo exemplo da ideologia cristã, nas colonizações no continente, o discurso religioso lhes possibilitava ressignificar diversas práticas dos povos originários por meio dos efeitos gerados pela ideologia e pelo discurso de cristianização.

Sobre a relação do discurso com a ideologia, Orlandi afirma que não é através da ideologia que compreendemos o sentido da prática discursiva, mas o que se busca compreender são os efeitos de sentido que se produzem em um discurso (ORLANDI, 1990). Assim, o discurso é parte da materialidade da ideologia, ou seja, a ideologia é constitutiva da prática do discurso. Indursky (1992, p. 8, grifo no original) completa, nesse sentido, que

no âmbito da AD, o discurso não reflete a Ideologia, como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da prática discursiva. Vale dizer que o efeito de sentido funciona como indício da anterioridade da ideologia. ou seja: *pensar a ideologia no âmbito da AD consiste em deslocar a relação imaginária com o mundo real*, considerada por Althusser como o objeto da representação ideológica, para o interior dos processos de significação.

Assim a ideologia não se apresenta como algo exterior ao processo discursivo, mas como algo constitutivo. Segundo essa compreensão, em razão da ideologia, os sujeitos desconhecem as suas posições no discurso e, por consequência, não são conscientes de que o próprio discurso não pertence a eles, mas a formações discursivas que são históricas, anteriores. Vimos, no terceiro capítulo, que, a partir da ideia de interpelação do sujeito, Pêcheux compreendeu que, em razão da ideologia e da interpelação dos sujeitos no discurso ocorre a “evidência de sentidos”. Ou seja, porque os sujeitos interpelados pensam ter uma

posição determinada na história, tratam essa posição no discurso como uma evidência mútua entre eles e sobre os sentidos do discurso.

Para o discurso, dessa forma, a ideologia não promove a “ocultação” nem o “engano”, mas produz o “desconhecimento de sentidos” através de processos (históricos) discursivos cuja materialidade (linguística) podemos observar ou discernir (ORLANDI, 1990). No sentido que aponta a autora, para a AD, a ideologia assume um caráter que denominamos antes como relacional. Isso, na medida em que a ideologia não pode ser disposta como instrumento, porque não está na exterioridade dos sujeitos, mas imbricada aos processos e às relações sociais de determinada conjuntura histórica.

Nesse caso, o que salta aos olhos é que, entendida dessa forma, a ideologia assume a condição de *efeito de sentido* no discurso. É parte constituinte fundamental do processo discursivo e condição necessária para compreendê-lo na conjuntura política. Esse feito de sentido funciona no discurso como uma ilusão de sentido único do enunciado e o exame do enunciado a partir da AD permite, então, desconstruir a materialidade discursiva para identificar esses processos de significações que passam pela ideologia:

o discurso, enquanto prática discursiva, trabalha para que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único; por outro lado, a AD trabalha sobre a materialidade discursiva, procurando desconstruí-la para determinar funcionamentos discursivos que promovem a instauração dessa ilusão, da mesma forma que procura analisar os processos de significação dos quais participa o efeito de sentido construído pelo discurso como único (INDURSKY, 1992, p. 9).

Assim, o efeito de sentido trabalha em favor da ilusão de que um enunciado tem um único sentido⁸². Para a AD, entretanto, os mecanismos enunciativos não são unívocos nem autoevidentes. São construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico. (ORLANDI, 1988).

A partir dessas formulações, interpretamos que, para a AD, o discurso não surge do sujeito, mas de todo processo que permeia a instância ideológica na formação social, sendo o sujeito, simultaneamente, um “suporte” e um “agente” na prática política. O sujeito aqui não é entendido como um “sujeito empírico”, mas materialmente dividido entre sua sujeição à língua e à história, na medida em que é por elas afetado e a partir delas produtor de sentidos.

⁸² Nesse mesmo sentido, vale recordar que Poulantzas também usa o termo “efeito” para determinar algo que “faz parecer” ou que “representa” o que “ilude e alude” a algo que de fato não é. O efeito de isolamento dos agentes na produção, por exemplo, expressa uma condição ideológica, uma condição que de fato não existe na materialidade das relações políticas e de produção.

O sujeito para o discurso é um lugar, está inscrito em uma posição na formação discursiva em razão das interpelações que sofre pelas formações ideológicas.

Sendo assim, no exame do discurso político, o que nos importa é a posição que o sujeito assume naquela prática discursiva. É a partir da análise do discurso que retiramos as categorias para interpretação, tanto do enunciado como do sujeito inscrito ali. Ou seja, o sujeito não é considerado um sujeito empírico, mas um “sujeito-posição”. Isso ocorre porque a ideologia o interpela e o constitui como sujeito e, assim, produz a evidência constitutiva do sujeito (PÊCHEUX, 1988). O sujeito assume um lugar no discurso que só é identificável pela análise do efeito do sentido, ou seja, pela forma a qual foi interpelado por diferentes formações ideológicas.

A ideologia, portanto, assume papel fundamental na análise da prática discursiva, dos efeitos de sentido, e do próprio sujeito. O sujeito se insere em uma FD que é histórica, portanto, constituída por relações e práticas sociais anteriores à sua inserção nela. Mas, por ser interpelado pela ideologia, o sujeito falante tem a “ilusão do sujeito”. Essa ilusão o leva a crer não só que é a fonte do sentido (ilusão-esquecimento⁸³ número 1), mas também que tem o domínio daquilo que diz, que domina as estratégias discursivas para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento número 2).

A ilusão número 1 ocorre, em síntese, porque o sujeito esquece que o que está dizendo pode ser dito de outra forma, de que a linguagem é polissêmica. A ilusão número 2 tem a ver com o fato de que ele esquece que o que está dizendo já foi dito por outros, esquece que o que está fazendo é uma paráfrase. Por meio desses esquecimentos, a evidência do sentido ocorre pelo efeito ideológico que faz o sujeito esquecer que a linguagem é uma construção histórica, resultado das relações sociais (práticas discursivas) anteriores a ele em uma FD. Esses efeitos são fundamentais para que o sujeito atue sobre as estruturas ideológicas, na medida em que, quando ele “esquece”, ele constitui o discurso e se torna ativo socialmente, ou, nos termos que propõe Mittman (2007), o funcionamento do inconsciente é condição para estarmos cientes.

Esses dois esquecimentos resultam de um sujeito que se constitui, conforme Indursky (1992, p. 23-24) a partir do imaginário e do simbólico:

Desse modo, sua interpelação em sujeito relaciona-o com o imaginário, e sua estruturação como sujeito faz-se através de sua relação como simbólico. E estas duas

⁸³ Conforme explicam Pêcheux e Fuchs (2014, p. 166), “o termo ‘esquecimento’ não remete, aqui, a um distúrbio individual da memória. Designa o que nunca foi sabido e que, no entanto, toca o mais próximo ‘sujeito falante’ na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda ignorância de causa.”

regiões tão diferentes em sua essência- sujeito social dotado de inconsciente – manifestam-se conjuntamente, na constituição do sujeito do discurso: é interpelado, mas acreditasse livre; é dotado de inconsciente, mas percebe-se plenamente consciente. Assim constituído, o sujeito produz seu discurso afetado pelos dois esquecimentos (...).

Esses dois tipos de esquecimento são importantes para a AD porque identificam a distinção, formulada por Pêcheux e Fuchs (2014, p. 170). entre a base linguística (ilusão – esquecimento número 1) e processo discursivo (ilusão-esquecimento número 2). Isso nos permite avançar na análise do *corpus* de forma sistemática para identificarmos a FD a que pertence determinado discurso. É a partir da relação entre esses dois níveis de análise que é possível compreender a prática discursiva a partir de sua FD. Conforme ensina Indursky (1992, p. 24),

Para analisar a superfície linguística de um discurso, faz-se necessário examinar os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo em questão, de-superficializando esses mecanismos e buscando estabelecer suas famílias parafrásticas para estabelecer suas matrizes de sentido.

Logo após essa etapa, segue a autora, “é possível buscar a de-sintagmatização⁸⁴ discursiva, com vistas a atingir o processo discursivo que lhe subjaz e, através dele, a FD que afeta o sujeito do discurso”.

Assim, a análise do processo discursivo se traduz no exame das relações de substituição, paráfrases, sinônimos etc., que funcionam entre elementos linguísticos em uma formação discursiva (PÊCHEUX & FUCHS, 2014), sendo ela o local de constituição do sentido. Nessa perspectiva, a análise do discurso apresenta diversas possibilidades de como compreender o processo discursivo. No curso desses procedimentos, a relação entre a ideologia, o sujeito e o discurso são a base para a identificação das formações discursivas e ideológicas. Vimos que, a partir de seus fundamentos, é possível tratarmos de determinações históricas e processos de significação que nos permitem também acessar a luta ideológica das significações em disputa em determinada conjuntura.

Os conceitos apresentados até aqui formam um quadro conceitual que nos permite compreender inicialmente os fundamentos que mobilizam esta teoria.

⁸⁴ Conforme o *Dicionário de Linguística da Enunciação*, Flores et al. (2009, p. 216) a sintagmatização é definida como o “trabalho realizado por quem utiliza a língua, relativo ao estabelecimento de inter-relações entre as palavras que constituem o enunciado”

5.3 O EXAME DO DISCURSO POLÍTICO NA CONJUNTURA BOLIVIANA

Ao longo desta tese, afirmamos que o discurso é a prática da ideologia e que, por meio do exame dessa prática e do conceito ampliado de ideologia dominante, é possível “mapear” descritiva e analiticamente uma conjuntura determinada. Em outras palavras, por meio dessa análise, é possível compreendermos as relações de conflito e /ou luta entre as classes em uma formação social.

Nesse sentido, apenas a análise do discurso não nos possibilita, por si só, essa leitura. Em sentido oposto, nem apenas a análise das relações político-econômicas do bloco no poder nos fornece muitos dados acerca das relações específicas político-ideológicas que envolvem o imaginário sobre o Estado, a economia política e as ideologias particulares do Estado. Por isso, o que propomos é que compreendamos a conjuntura do Estado através da conjugação entre o exame da organização das classes, suas frações, setores e forças e o exame do discurso político.

Essa necessidade se apresenta na medida em que a posição do sujeito do discurso não é a mesma posição do sujeito “empírico” na história. A posição do sujeito do discurso é a posição imaginária. Já a posição do sujeito “empírico” é uma factual, material, no sentido em que se localiza em determinada posição nas relações de produção. Vale recordar, entretanto, que as relações que se estabelecem entre as formações imaginárias e a realidade não são de oposição, mas, pelo contrário, o imaginário é constitutivo da realidade (ZOPPI FONTANA, 1998, p. 50). Isso porque a ideologia só existe em sua prática, que, por sua vez, é constitutiva da realidade. É nesse aspecto que se fundamentam as relações de reprodução ou de rupturas, na medida em que a prática e a realidade se retroalimentam. A síntese entre esses sujeitos (do imaginário e da prática) nos permite compreender os resultados das relações imaginárias e de produção como uma totalidade explicativa.

Para a análise do discurso político realizada em seguida, procedemos com “recortes discursivos”, que, por sua vez, contêm “sequências discursivas”, que correspondem a falas de Evo Morales (presidente) e Álvaro García Linera (vice-presidente). Ambos os recortes serão identificados pela abreviação RDE e RDG, respectivamente. O discurso político de ambos forma uma unidade, no sentido em que representam “os discursos de Estado”, do aparelho do Estado, mas, especificamente, do executivo plurinacional. De acordo com o que afirma Poulantzas (2015), não há apenas um discurso, mas vários discursos de Estado. Evo Morales e García Linera formam um discurso relativamente coeso e, nesse sentido, podem ser interpretados com um discurso que representa o projeto masista. Além disso, o critério para

esses recortes está relacionado ao fato de que nossa análise, conforme a AD pecheutiana, recai sobre as relações que os sujeitos estabelecem com os discursos, com as formações discursivas e a forma com que são interpelados pela ideologia dominante. Desta forma, a unidade do discurso, ou mesmo a relação causal que poderia se depreender desses RDs não é um pressuposto para nossa seleção discursiva analisada. Nesse sentido, os recortes que aqui trazemos para análise destas questões é apenas um tipo de funcionamento possível no discurso político na conjuntura estudada, sem prejuízo de que haja outros, que levantem outros aspectos igualmente relevantes.

O período analisado no capítulo anterior foi o de 2006 a 2016, considerado como uma totalidade que expressa diversos eventos políticos que correspondem a diferentes fases da reforma do Estado no país. A conjuntura de reforma, nesse sentido, não se inicia nem acaba com o processo institucional de assembleia constituinte (2006-2009). O material analisado, dessa forma, parte dos discursos de posse de Morales e Linera, mas sem prejuízo de utilizarmos outras manifestações na cena política para dentro do período de maior duração, antes citado.

Nossa fonte de dados, desde o início da pesquisa, foi o site oficial do ministério de comunicações e da vice-presidência da Bolívia. Esses sites continham uma grande quantidade de dados gerais sobre o país, o governo, o presidente e o vice-presidente. Os discursos aqui utilizados e uma grande quantidade de livros, entrevistas e demais manifestações do executivo constavam nessa plataforma on-line. Em razão desse grande banco de dados, disponibilizado pelo governo, seguimos com as análises dos discursos por esse site, até outubro de 2019.

Após essa data, com a decorrente deposição civil-militar do presidente Evo Morales, buscamos fazer o download do máximo de dados possíveis dessas fontes. Dias após a deposição do governo, esses sites foram retirados do ar por volta de um mês. No início de 2020, os sites voltaram a funcionar sem constar, entretanto, todo o material com o qual trabalhávamos. Por isso, os endereços eletrônicos indicados como fonte não direcionam mais ao conteúdo dos discursos. Sendo assim, os discursos serão disponibilizados em um site alternativo, indicado ao final, nas referências.

5.4 A LUTA POLÍTICA

Neste tópico, analisamos o discurso político de Evo Morales com objetivo de evidenciar os conflitos e as lutas em torno do processo de mudança no país. Nos recortes discursivos a seguir, buscamos evidenciar os grupos que, segundo o discurso de Evo Morales,

se apresentam como lideranças no processo de mudança do Estado, e os grupos identificados como opositores.

5.4.1 A composição do bloco subalterno, os adversários, e a conciliação de classes

Este recorte discursivo corresponde às primeiras palavras enunciadas pelo novo presidente em uma cerimônia indígena, no discurso *Todos Somos Presidentes*, na assunção de seu primeiro mandato, em 2006, em Tiahuanacu, local sagrado para os indígenas do continente. Além disso, também contempla o exame de sequências discursivas do discurso proferido no dia seguinte, na cerimônia de posse ocorrida no parlamento.

SDE1: Muchísimas gracias por todo el apoyo que me dieron en la campaña, hermanas y hermanos, **los aymaras, los quechuas, los mojeños**. Les decía, hermanas y hermanos de las provincias del departamento de La Paz, de los departamentos de Bolivia, de los países de Latinoamérica y de todo el mundo, **hoy día empieza un nuevo año para los pueblos originarios del mundo**, una nueva vida en que buscamos igualdad y justicia, una nueva era, un nuevo milenio para todos los pueblos del mundo, desde acá Tiahuanacu, desde acá La Paz, Bolivia (MORALES AYMA, 2006).

SDE2: Tantas marchas, huelgas, bloqueo de caminos, pidiendo salud, educación, empleo, respeto a nuestros recursos naturales, que nunca han querido entender. Como no podemos resolver sindicalmente, el movimiento campesino boliviano se atrevió a resolver políticamente, electoralmente, es el Movimiento Al Socialismo, es el instrumento político por la soberanía de los pueblos. Para información de la comunidad internacional **este movimiento no nace de un grupo de politólogos. Este instrumento político, el Movimiento Al Socialismo no nace de un grupo de profesionales**. Aquí están nuestros compañeros dirigentes de la Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia, de los compañeros de CONAMAQ (se refiere al Consejo Nacional de Marcas y Ayllus del Llasuyu), de los compañeros de la Federación Nacional de Mujeres Bartolina Sisa, la Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia, estas tres, cuatro fuerzas, algunos hermanos indígenas del Oriente boliviano, el año 1995 empezamos a construir un instrumento político de liberación (MORALES AYMA, 2006).

SDE3: Y quiero decirles a ellos, a ustedes hermanas y hermanos: de la resistencia a la toma del poder. **Se acabó sólo resistir por resistir**. Hemos visto que, organizados y unidos con los movimientos sociales de las ciudades, del campo, combinando la conciencia social, con la capacidad intelectual es **posible derrotar democráticamente los intereses externos**. Eso pasó en Bolivia (MORALES AYMA, 2006).

SDE4: Muy emocionado, convencido que sólo con la fuerza del pueblo, con la unidad del pueblo vamos a acabar con el **estado colonial y con el modelo neoliberal**. Este compromiso, en lo más sagrado de Tiahuanacu, este compromiso para defender a los bolivianos, para defender al pueblo indígena originaria, no solamente de Bolivia, como anoche nos dieron la tarea, defender a los pueblos indígenas de América, antes llamada Abayala.

Pero los resultados, el apoyo de todos ustedes, quiero decirles un compromiso serio y responsable, no de Evo Morales, sino por todos los bolivianos, por todos los latinoamericanos, necesitamos la fuerza del pueblo para doblar la mano al imperio (MORALES AYMA, 2006).

SDE5: Esta mañana un compañero, Héctor Arce, nuestro abogado, me recordaba, antes de salir acá a esta sesión, y me dice, Evo, un día como hoy, 22 de enero, **te expulsaron del Congreso Nacional**. ¿Recuerdan **algunos** compañeros? Que Evo es asesino, Evo es narcotraficante, Evo es terrorista. Yo dije en ese momento, **me estarán expulsando, pero voy a volver con 30, 40 parlamentarios, si es posible con 70, 80**. Lo que dije un día en el 2002 se ha cumplido.

No me arrepiento. Más bien aportaron con esa clase de actitudes para que el pueblo boliviano, el movimiento indígena gane las elecciones del año pasado. Muchas gracias.

Algunos decían en su debate acá para expulsarme: **hay que acabar con el radicalismo sindical; ahora nos toca decir, hay que acabar con el radicalismo neoliberal, hermanas y hermanos**.

Pero lo vamos a hacer sin expulsar a nadie, no somos vengativos, no somos rencorosos, **no vamos a someter a nadie**. Acá deben mandar razones, razones por el pueblo, razones por los pobres, razones por los pueblos indígenas que son la mayoría nacional de nuestro país. **No se asusten** compañeros parlamentarios electos posesionados de otros partidos que no son del MAS. No haremos lo que ustedes nos han hecho a nosotros, el odio, el desprecio, la expulsión del Congreso Nacional. **No se preocupen, no se pongan nerviosos**. Tampoco va haber rodillo parlamentario. Con seguridad el movimiento indígena originario, así como nuestros antepasados, soñaron recuperar el territorio y cuando estamos hablando de recuperar el territorio estamos hablando de que todos los recursos naturales pasen a manos del pueblo bolivianos, a manos del Estado boliviano (MORALES AYMA, 2006).

SDE6: Respetamos, admiramos muchísimo a **todos los sectores**, sean profesionales o no profesionales, intelectuales y no intelectuales, empresarios y no empresarios. Todos tenemos derecho a vivir en esta vida, en esta tierra, y este resultado de las elecciones nacionales es, justamente, la combinación de la conciencia social con la capacidad profesional. Ahí pueden ver que el **movimiento indígena originario no es excluyente**. **Ojalá, ojalá otros señores también aprendan de nosotros** (MORALES AYMA, 2006).

SDE7: Yo quiero decirles con **mucha sinceridad y con mucha humildad**, después de que he visto muchos compañeros de la ciudad, hermanos de la ciudad, profesionales, la clase

media, intelectuales, **hasta** empresarios, que se suman al MAS. Muchas gracias, yo me siento orgulloso de ellos, de nuestra clase media, intelectual, profesional, **hasta** empresarial, pero también les invito a ustedes que se sientan orgullosos de los pueblos indígenas que son la reserva moral de la humanidad (MORALES AYMA, 2006).

Na SDE1, o presidente faz a identificação dos setores indígenas que o apoiaram em sua vitória eleitoral, com destaque especial para as etnias mais representativas para o sucesso do processo. Essa referência não só indica parte importante do bloco em ascensão, mas também, posteriormente, se traduz materialmente na ocupação de representantes desses setores subalternos no aparelho do Estado no período 2006-2010⁸⁵.

No mesmo trecho, o discurso interpela aos “povos originários do mundo” a partir da sequência “*hoy día empieza un nuevo año para los pueblos originários del mundo*”, em referência ao passado indígena. O enunciado, naquele local, resgatava o passado dos povos indígenas e ressignificava o seu governo, como um governo que transborda as barreiras do Estado-nação. O local em que discursa, conforme Rojo (1980), foi historicamente um centro de poder político para grande parte da América, antes do domínio Inca e da chegada dos espanhóis. Dessa forma, ressignifica-se o local, onde antes os aymaras governavam e, naquele dia, simbolicamente voltavam a governar.

Na SDE2, ao fazer referência aos setores subalternos, dessa vez no parlamento, o discurso inclui outros grupos e os identifica como a formação do partido Movimento ao Socialismo. Aqui, diferente da SDE1, os limites do que pode ser dito se circunscreve na formação discursiva político-partidária democrática e liberal. Ou seja, lá, a referência aos “povos originários do mundo” se reduz aqui à identificação daqueles sujeitos como parte integrante do partido, ou parte dos movimentos sociais camponeses e indígenas.

Além de nomear os setores subalternos que formariam o bloco ascendente, o presidente faz referência ao fato de que “*este movimiento no nace de un grupo de politólogos*”, “*no nace de un grupo de profesionales*”, apontando para uma oposição crítica aos partidos que surgem de politólogos ou grupo de profissionais. Esses partidos permanecem indeterminados no discurso, uma forma de distinção do MAS em relação a “*todos*” os outros.

Na SDE3, no discurso aos indígenas em Tiahuanacu, notamos a retomada de um discurso combativo, que não busca a mediação ou conciliação. No trecho “*Se acabó sólo resistir por resistir*”, não há sujeitos explícitos determinados pelo discurso, mas implícitos.

⁸⁵ Ver mais em Espinoza e Gerardi, 2015.

Morales remete, na sequência, àqueles que seriam os sujeitos: os movimentos populares e o próprio presidente. Os inimigos, no entanto, aparecem indeterminados ou apagados. Também, nesse trecho Morales ressignifica os movimentos de resistência diante do acontecimento histórico e acontecimento discursivo de tomada do poder. Acaba por dar novo sentido ao movimento de resistência, delimitando que antes, a resistência popular era inócua, e que agora, diante da ascensão do poder popular à institucionalidade burguesa, a resistência finalmente conquista o objetivo válido. O acontecimento histórico (tomada de poder político) nesse sentido é seguido pelo acontecimento discursivo (a ressignificação do que é resistir), que demarca um antes e um depois, para construção de novos discursos, novos sentidos à luta em curso. Assim a ressignificação e novos discursos sobre determinado fenômeno político é uma necessidade deste acontecimento histórico para gerar um efeito de coesão, também necessário a conjuntura social naquele processo.

Já, quando declara que “*es posible derrotar democráticamente los intereses externos*”, o presidente atenua o conflito que declara possíveis acusações de radicalidade. Se, por um lado, naquele contexto, “derrotar os interesses externos” soa como algo radical no contexto liberal, a chamada à democracia atenua essa radicalidade. Ou seja, ao enunciar, Morales interpela tanto aqueles que o elegeram por mudanças radicais, quanto aqueles que se veem ameaçados pelo possível confronto. Assim, o advérbio de modo “democraticamente” resulta em um efeito de sentido que retira a radicalidade desse enunciado, considerado radical na política burguesa.

Há essa necessidade de suavizar uma assertiva de confronto porque, ao enunciar dessa forma, em primeiro lugar, faz-se referência a uma dualidade que remete àquele presente no imaginário popular acerca das lutas de classes. Essa oposição, o conflito, a própria referência, ainda que indireta a esse conflito de classes, é algo que não se costuma abordar nos debates políticos eleitorais. Além disso, ao declarar oposição aos “interesses externos”, está se referindo, especialmente, a burguesia ligada ao agronegócio e ao capital internacional. Ou seja, frações burguesas que dominaram a história política boliviana e que agora se viam, pelo menos discursivamente, confrontadas.

Na SDE4, as referências ao “inimigo externo” aparecem determinadas a partir de referências que remetem às FDs tradicionais e modernas. Nessa sequência, o “*império*”, o “*estado colonial*” e “*el modelo neoliberal*” representam essas forças que oprimem o povo e demarcam uma fusão entre inimigos externos e internos, tradicionais e modernos. Ou seja, o “império” e o “estado colonial” pertencem às FDs indígenas camponesas tradicionais, já o “o modelo neoliberal” remete não apenas ao tradicional, mas também às estruturas do Estado

capitalista e, dessa forma, interpela não apenas as comunidades indígenas, mas também os demais setores urbanos, da pequena burguesia especialmente.

Além disso, ao referir-se ao neoliberalismo, ele também remete à referência dos partidos anteriores que implementam essas políticas. Sem mencionar nenhuma dessas frações que, por meio dos partidos põem em marcha as políticas de austeridade e privatizações, o discurso remete a todas as consequências negativas desse modelo.

Ainda sobre os adversários do projeto masista, as sequências discursivas de Evo Morales números 5, 6 e 7 contribuem para compreendermos, a partir da prática ideológica discursiva, como o sujeito discursivo Morales interpela seus adversários por meio do confronto e da conciliação, alternadamente.

Ao interpelar os adversários, ele remete a uma *memória discursiva* de discriminação indígena, que é uma regularidade em seu discurso. Recorda o fato de ter sido expulso do congresso sob as acusações de terrorista, narcotraficante, assassino. Aqui os acusados dessa prática são indeterminados: “*te expulsaran*”, “*algunos*” “*que Evo es*”, “*me estarán expulsando*”, ou seja, ao fazê-lo dessa forma, põe todo o parlamento em questão como uma instituição racista etc.

Após, ele realiza uma narrativa de redenção do povo indígena, sempre discriminado nos espaços públicos, agora ocupando a institucionalidade do Estado, e parafraseia um enunciado histórico do movimento indígena e da luta anticolonial, referente ao esquartejamento em praça pública de Tupac Katari. Segundo a tradição oral, Katari disse, antes de ser esquartejado, traduzido ao espanhol: “*¡A mi solo me estan matando; sobre mi, miles de millones volveremos...!*”, ou “*volveré, y seré millones!*”⁸⁶. Morales enuncia “*me estarán expulsando, pero voy a volver con 30, 40 parlamentarios, si es posible con 70, 80*”. Essa narrativa marca um *acontecimento discursivo*, que dá efeito à percepção de sua posse como um acontecimento de superação, de virtual impossibilidade que os povos indígenas teriam superado.

Em seguida, Morales repete o discurso de seus adversários à época de sua expulsão, que diziam: “*hay que acabar con el radicalismo sindical*” e, em oposição, acrescenta, “*ahora nos toca decir, hay que acabar con el radicalismo neoliberal, hermanas y hermanos*”. A palavra “ahora” parece indicar que haverá um “acerto de contas” contra aqueles parlamentares neoliberais, que outrora o expulsaram do parlamento. Mas o enunciado “*No se asusten*

⁸⁶ Para mais referências ao tema, ver Lacerda (2014).

compañeros parlamentarios”, junto a “*No se preocupen, no se pongan nerviosos*”, suaviza o discurso.

Na SDE6, Morales interpela diretamente “*a todos los sectores*” da sociedade em igualdade a se juntarem ao movimento indígena no governo. E completa: “*el movimiento indígena originario no es excluyente.*”, para contrapor outros enunciados presentes na memória discursiva⁸⁷ no país (i) o movimento indígena é excludente; ii) o movimento indígena vai excluir a todos os não indígenas. Essa memória discursiva se relaciona com o discurso e o acontecimento histórico para a produção de um novo acontecimento discursivo. A memória, de certa forma, sofre os impactos dos novos discursos e se remodela para a formação de uma nova memória e sempre incompleta e provisória. A memória destacada nesse trecho é trazida à um novo campo de significação, onde é preciso demarcar que o movimento indígena é inclusivo, diferente dos parlamentares da oposição ou à antiga oligarquia.

Em seguida, enuncia “*Ojalá, ojalá otros señores también aprendan de nosotros*”, e retoma a regularidade discursiva acerca da exclusão e intolerância que sofrem os povos indígenas no país, sem, contudo, indicar quem seriam os “*otros señores*” que deveriam aprender a não ser excludentes.

Na tentativa de demonstrar o ânimo conciliador do processo em curso, na SDE7, notamos que Morales se dirige aos intelectuais, a pequena e média burguesia, para incluímos no discurso agregador. A utilização das expressões “*mucha sinceridad y con mucha humildad*” demarca uma quebra de hierarquia, também frequente no discurso de Morales, mas pouco comum em discursos de chefes de Estado. Destacamos nesse excerto, especialmente, que, por duas vezes, Morales se refere aos empresários precedidos da palavra “*hasta*” (até) para demarcar o conflito inicial que existe entre o bloco ascendendo e a burguesia na Bolívia.

Além disso, nas SDE6 e 7, nota-se a menção à classe média, um setor decisivo para o MAS desde sua institucionalização.

⁸⁷ Chamamos a atenção aqui que não se deve confundir a memória discursiva com o interdiscurso. Esse corresponde ao local onde se encontram/circulam todos os dizeres que já foram ditos, porém, esquecidos. É o lugar da saturação, do *non-sens*. Já a memória discursiva, Conforme Indurky (2011, p. 87-88), a memória “é regionalizada, circunscrita ao que pode ser dito em uma FD e, por essa razão, é esburacada, lacunar. Já o interdiscurso abarca a memória discursiva referente ao complexo de todas as FD.”

5.5 OS IMAGINÁRIOS SOBRE O *PROCESO DE CAMBIO*

Trataremos, neste ponto, dos imaginários mobilizados acerca do *proceso de cambio* presentes no discurso. Examinamos os discursos de Álvaro García Linera, considerado um dos mais influentes “intérpretes” desse processo.

Em 2008, García Linera discursou para a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores da Bolívia (CSUTB) sobre o processo de reforma do Estado e da Constituição. Nesse discurso, o vice-presidente se dirige às lideranças que formaram o núcleo principal das mobilizações sociais para a ascensão do projeto popular e descreve as dificuldades e as vitórias do processo que durava desde agosto de 2007. No ano seguinte, seria votada, por referendo, a nova Constituição Política do Estado.

5.5.1 A vanguarda indígena e a CPE

Neste tópico, destacamos a interpelação realizada às classes subalternas como “vanguarda” do processo de mudança política.

SDG1: Pero luego ¿quién ha creado un nuevo Estado? pues le costó al **movimiento campesino indígena, como líder, apoyado por los obreros, los vecinos y las clases medias, construir el diseño de un nuevo Estado**. Así, cuando la CSUTCB, los colonizadores, el sector indígena se plantea como tarea una nueva Constitución, asumieron el liderazgo nacional de un nuevo Estado democrático, de esta manera colocan al **movimiento campesino como vanguardia política de la sociedad**, hasta entonces eran los obreros o los mineros, desde el momento en que el movimiento indígena campesino popular asume la bandera de recuperar los recursos naturales, de nacionalizar y de tener un nuevo texto constitucional, se **constituye en vanguardia política de todo el movimiento popular, no solamente ya campesino, no solamente indígena, sino popular de todo el país** (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG2: La Constitución es, si ustedes quieren, el diseño de cómo se construirá el edificio **donde vamos a vivir los bolivianos**. Si los bolivianos fuéramos todos los que estamos aquí y tuviéramos que vivir en este edificio, **la CPE es como el diseño arquitectónico de cómo construir y distribuir nuestra construcción**. La Constitución distribuye los derechos, la riqueza, las obligaciones de un país, quiénes tienen ciertos derechos y quiénes otros, quiénes tienen riquezas, quiénes tienen ciertas oportunidades y quiénes otras, todo eso está definido en un texto constitucional (GARCÍA LINERA, 2008).

Na SDE1, Linera destaca que a criação do novo Estado é uma criação dos movimentos indígenas, os quais lideraram os demais movimentos populares, incluindo as classes médias. A parcela do bloco indígena é posta como a “*vanguardia política de la sociedad*”, a “*vanguardia política de todo el movimiento popular*”. Nesse enunciado, os sujeitos indígenas são interpelados de modo que, simbolicamente, representem toda a sociedade.

Na SDG2, ele faz uma analogia entre a Constituição e um “desenho do edifício” em que os bolivianos iriam viver. Esse “edifício” é o Estado e a Constituição é a “planta arquitetônica” que determina as normas e regras de distribuição de direitos e deveres que correspondem à propriedade e as condições de produção. Ou seja, para nós, aqui fica latente uma ideia do Estado como uma estrutura jurídico-política. Esse ponto é um primeiro elemento do imaginário acerca do Estado latente nos discursos de Linera.

5.5.2 A narrativa sobre o *proceso de cambio*: a conspiração da Meia Lua e a redenção popular

Nas sequências discursivas abaixo, Linera fala sobre a assembleia constituinte e a luta para a aprovação do texto preliminar da Constituição do estado Plurinacional.

SDG3: este nuevo texto iba a **quitar los privilegios de pocos** para que todos tengamos igualdad de condiciones y de derechos, sabían que la nueva CPE iba a **quitar el control del poder político de unas cuantas familias para distribuirlo entre todos**. Desde el primer día de su pronunciamiento, **comenzaron a conspirar** contra la Asamblea Constituyente (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG4: ¿Las cosas cuando van a cambiar?, nos preguntábamos con el compañero ejecutivo de la CSUTCB, Isaac Ávalos, por qué no se las pudo cambiar ya en 2006 o en 2007 o en febrero, mayo o junio de 2008, y por qué sí se pudo en octubre. Bueno, esto se puede explicar por tres aspectos fundamentales: el primero es la victoria apabullante, histórica y nunca antes vista del Presidente Evo Morales en el referéndum revocatorio, la votación del Presidente pasó del 54 por ciento en las elecciones de 2005, al 67 por ciento en el referéndum revocatorio. **Los dirigentes de la media luna, los sectores cívicos y algunos prefectos no esperaban esto** (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG5: El proyecto indígena popular obrero campesino del MÁS ya no es un proyecto de la mitad del país, sino de más de los dos tercios de los bolivianos, un proyecto que es de occidente, de oriente, del valle, del trópico, de la Amazonia, del norte y del sur; se ha convertido en un proyecto nacional. A partir de agosto de este año, ya **no hay “dos**

Bolivias”, sino una sola y pequeños núcleos marginales de la derecha conservadora y fascista (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG6: Las dos agendas que estaban separadas y confrontadas: la nueva Constitución y el proceso de cambio frente a la autonomía, están ahora juntas en el nuevo texto constitucional. Ahora **hay un solo tren que es el proceso de cambio, con un solo maquinista: el Presiente Evo Morales (...)** (GARCÍA LINERA, 2008).

Na SDG3, Linera se refere a nova Constituição como um marco histórico, um divisor temporal que traria justiça social ao distribuir o poder entre “todos”. Aqui se complementam: “*unas cuantas familias*”, “*los privilegios de pocos*”, “*el control del poder político*” e “*comenzaron a conspirar*” para referir-se aos adversários, aqui indeterminados. Esses adversários só são nomeados diretamente na SDG4, para apontar as seguidas derrotas da oposição da região da Meia Lua nos processos eleitorais ocorrido durante a assembleia. Esses momentos de conspiração marcaram todo o processo constituinte, como vimos no capítulo anterior, e tornou o processo boliviano o mais longo dos seus semelhantes (Venezuela e Equador).

Consolidada a vitória sobre a antiga burguesia da Meia Lua, o processo foi enunciado por Linera como a vitória de um processo que levaria o bloco político popular à hegemonia política e ideológica. Na SDG5, o trecho “*no hay ‘dos Bolivias’, sino una sola y pequeños núcleos marginales de la derecha conservadora y fascista*” remete a um discurso anterior, ausente de forma explícita, que diz respeito à leitura de que haveria uma polarização política no país, duas propostas de país em disputa, mesmo com a vitória eleitoral de Evo Morales.

Esse imaginário de que a oposição ao governo não teria apoio popular nem projeto de país é reforçado na cena política com frequência. Em 2014, em entrevista, García Linera explica o campo político boliviano através do conceito de “gravidade forte”, e reforça a ideia da hegemonia masista. O vice-presidente descreve o conceito aplicado à política a partir do problema de que não seria possível descrever o campo político boliviano pela simples divisão entre polos políticos à esquerda e à direita, com projetos em disputa, mas, naquele momento, não haveria “projetos” em disputa:

¿qué sucede cuando no se tienen dos propuestas políticas polarizadas, sino una sola, mientras que las otras giran como satélites, más a la izquierda o más a la derecha, del centro unipolar? (...) En política, podemos aplicar el concepto de efecto de gravedad fuerte que da la curvatura al espacio político, es decir, el efecto de una propuesta política lo suficientemente fuerte y hegemónica que anula –temporalmente– otras alternativas políticas discursivas convirtiéndolas en variantes satelitales, más a la izquierda o más a la derecha del vórtice gravitacional. En este caso, lo que surgió en 2000, inicialmente, como una alternativa de izquierda opuesta a una de derecha, al anular plenamente a esta última, hizo que el campo político se

convirtiera de bipolar en unipolar; y, entonces, la propuesta de la izquierda, por el efecto de la fuerza de gravedad política, devino en “centro”. (GARCÍA LINERA, 2014, p. 5)

A ênfase à derrota do intento golpista de 2008 da burguesia da Meia Lua é frequente na narrativa de Linera sobre o processo de reforma. Esse evento é abordado também, além de seus discursos e entrevistas, em sua obra, especialmente quando trata da periodização do *proceso de cambio*, no que chamou de “ponto de bifurcação”⁸⁸. Também na SDG6, essa ideia é reforçada no trecho *“hay un solo tren que es el proceso de cambio, con un solo maquinista: el Presidente Evo Morales (...)”*.

5.5.3 O Estado Plurinacional: nação indígena e nação estatal

Nas sequências discursivas seguintes, o vice-presidente segue a narrativa do processo de reforma para um de seus principais núcleos de apoio, a CSUTB. Neste recorte discursivo, García Linera trata do que é o Estado Plurinacional.

SDG7: Estado plurinacional quiere decir también que, **si mi hermano** quiere **candidatear como** autoridad pública, **puede ser Presidente**, Vicepresidente, prefecto, alcalde, diputado, senador, ministro, viceministro, **si quiere ser funcionario del Estado**, no solamente tiene que hablar castellano sino que **tiene que saber hablar un idioma indígena** porque el funcionario público cuando se vincule y se relacione lo hará también con bolivianos que hablan idiomas originarios y no castellano. Jueces, fiscales, magistrados, ministros, **todo el mundo tiene que aprender un idioma indígena**. Claro, no será de la noche a la mañana, tendrá que ser gradual pero después obligatorio (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG8: **Lo comunitario** que siempre se ha visto como algo secundario, que no sirve, que solamente es de campesinos, **ahora es parte de las instituciones del Estado**, forma parte del reconocimiento de los derechos que tienen los bolivianos para tomar decisiones em cualquier ámbito (GARCÍA LINERA, 2008).

SDG9: La nueva CPE es **la vacuna contra el neoliberalismo**, contra la privatización, contra el saqueo de los recursos naturales, quién lidera ahora ese control, esa propiedad, es el Estado boliviano, luego están la iniciativa privada mediana, la iniciativa privada

⁸⁸ O ponto de bifurcação, já explicado neste trabalho, foi marcado pela reforma pactuada da Constituição e, principalmente, pela vitória militar do bloco popular sobre a tentativa separatista da Meia Lua (GARCÍA LINERA, 2011).

pequeña, el sector campesino, el artesanal, las comunidades, **todos en igualdad de condiciones**, como hermanos iguales, no como hermano mayor y hermano menor (GARCÍA LINERA, 2008).

Na SDG7, há destaque para um dos aspectos do que significa o Estado Plurinacional. Linera destaca justamente o burocratismo como uma das vantagens desse novo Estado. Os trechos “*si mi hermano quiere candidatear*”, “*puede ser Presidente*” fazem menção ao seu oposto, ou seja, resgatam um sentido presente em outra formação discursiva. Se há a necessidade de dizê-lo dessa forma, é porque antes um indígena não podia se candidatar para um cargo público. Ainda, nos segmentos “*si quiere ser funcionario del Estado*”, “*tiene que saber hablar un idioma indígena*”, “*todo el mundo tiene que aprender un idioma indígena*” há também um marco, de algo que se modificou com a vigência do novo Estado. Esses trechos demarcam um condicional para os novos funcionários do Estado: falar um idioma indígena.

Se, em um primeiro momento, o enunciado interpela aos indígenas (“*mi hermano*”) em um sentido positivo (agora podem ingressar no Estado), o segundo segmento é dirigido a um grupo indeterminado (“*si quiere*”, “*tiene*”), que passa a ter que se ajustar às novas determinações para atender o público indígena em uma língua originária.

Aqui o burocratismo, característica da ideologia jurídico-política do Estado capitalista é ressignificada. Essa sequência discursiva destaca que o burocratismo no novo Estado terá seus efeitos mitigados, já que, a partir do Estado Plurinacional, todos terão de fato acesso aos cargos e serviços públicos.

Ainda sobre a integração das camadas indígenas às novas instituições, a SDG8 faz referência à cultura comunitária e resgata também memórias discursivas que tratam de ditos discriminatórios sobre a cultura indígena: “*se ha*”, “*que no sirve, que solamente es de campesinos*”, referem a sujeitos indeterminados e a ideias presentes no imaginário popular. Exemplos disso são as seguintes sequências: “o comunitário não se aplica a organização da sociedade”, “o comunitário só serve para campesinos”, “o comunitário é inferior”, “os campesinos são inferiores”. O trecho “*ahora es parte*” indica um marco discursivo entre o passado e o presente, algo que agora está superado, que indica um horizonte de maiores conquistas para os indígenas.

No SDG9, Linera equipara o neoliberalismo a uma doença, que será superada com a “vacina”, que é a nova CPE. Em oposição à ideia neoliberal, afirma que a propriedade dos recursos naturais agora é do Estado. Esse mesmo, no formato plurinacional, é quem garante a igualdade entre práticas dos modos de produção comunitário e capitalista. Assim, “*todos en*

igualdad de condiciones” significa a inclusão dessas práticas pré-capitalistas na ideologia do novo Estado.

É nesse sentido que nos referimos, no segundo e terceiro capítulos, sobre a condição relacional da ideologia no Estado capitalista. A incorporação de diferentes práticas (econômicas, simbólicas, jurídicas etc.) é o que garante que a ideologia aluda, de fato, pelo menos em parte, “o mundo vivido” por todas as classes. No caso do discurso em tela, ficam claros esses aspectos e aqui, vale recordar, trata-se da inclusão de práticas comunitárias à economia capitalista, referentes não às classes fundamentais, mas a frações que decorrem do modo de produção comunitária, portanto, não assumem, sempre, um caráter de classe na formação social capitalista.

5.5.4 Qual é o horizonte plurinacional?

Neste subtópico, o recorte de sequências discursivas diz respeito ao imaginário acerca do Estado boliviano, não apenas como modelo plurinacional, mas entendido como uma ideia que guia o processo de reforma do Estado.

O trecho abaixo é parte de um discurso proferido por Linera em uma conferência na Universidade Complutense de Madrid, em abril de 2015 e aqui não será analisado como discurso político, mas como ideia que ilustra o processo de formação do imaginário acerca do Estado e relativo às sequências discursivas abaixo examinadas. Neste trecho, Linera fala da experiência boliviana e descreve a batalha de ideias no interior do *proceso de cambio*:

La cuarta enseñanza que sacamos de nuestra experiencia; la principal batalla es la batalla por las ideas, es la más difícil, es la más costosa y es, obligatoriamente, la batalla previa que hay que ganar para las victorias electorales, las victorias económicas y las victorias materiales. Nunca olviden que el Estado es mitad idea y mitad materia. Que la lucha política es la lucha por el sentido común de la sociedad, por los criterios comunes de la vida, de sentido común que tienen las personas y si no hemos modificado la estructura de razonamiento de las personas, no hay victoria posible, que los procesos revolucionarios se gestan previamente como reforma moral e intelectual. (LINERA, 2015, grifo nosso)

Nas sequências discursivas abaixo, examinamos alguns aspectos dessa luta pelo “senso comum” no processo boliviano. Especialmente, trata-se do recorte discursivo sobre o horizonte plurinacional: o plurinacional, o socialismo comunitário. No item anterior, examinamos sequências do discurso sobre o plurinacional, aqui, o recorte discursivo dá ênfase ao imaginário sobre o socialismo.

As sequências discursivas abaixo formam parte do discurso de Linera em entrevista ao programa de televisão “*El Pueblo es Noticia*”, no canal *Red Pátria Nueva*, de La Paz, em

2010, año de posesión del segundo mandato del MAS en la presidencia. Este material formaba parte del acervo virtual de la vice-presidencia en el sitio del gobierno. El título del documento es “*El socialismo comunitario. Un aporte de Bolivia al mundo*”.

SDG10: Cuando hablamos del socialismo, hablamos de algo distinto, podemos **llamarle comunitarismo o buen vivir**, pero en el fondo estamos hablando de **algo distinto a la sociedad capitalista** que genera tanta pobreza, desigualdad, muerte y destrucción de la naturaleza (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG 11: Este **Estado integral**, que en Bolivia tiene la forma de Estado plurinacional, autónomo y comunitario de derecho, **es un periodo de transición, un puente** en el que vamos a ir trabajando y construyendo **nuestro socialismo comunitario**, fruto de lo que somos, de nuestras capacidades, virtudes y potencias contenidas en los barrios, comunidades, fábricas, asambleas y universidades (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG12: Hubo experiencias de comunismo en el contexto internacional, de hecho hay procesos y luchas que se van acercando contemporáneamente, pero un socialismo comunitario realizado aún no existe, lo que hay son procesos y luchas que nos acercan, **pero** el socialismo comunitario todavía **no existe**, es un porvenir, **un horizonte**. El socialismo comunitario es el aporte de la particularidad boliviana a la lucha de los pueblos del mundo por la igualdad, la justicia y equidad, que recoge lo que otros pueblos hicieron, el socialismo es una lucha que se remonta hace más de 300 años, desde que existe capitalismo hay la esperanza del socialismo como horizonte (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG13: El socialismo comunitario **no trata de que todos seamos iguales**: hay diversidades culturales, geográficas, siempre habrá diferenciación, lo que no puede suceder es lo que sucede ahora en el mundo, donde hay regiones prósperas, laboriosas y desechables (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG14: **Podemos** comenzar aquí, como comenzaron otros procesos en otras partes, en Cuba por ejemplo, pero será incompleto en tanto no se expanda, no se irradie, si no llega a todo el mundo es incompleto, incluso podríamos retroceder. **Si el capitalismo es global, el socialismo y el comunitarismo tienen también que ser globales, no pueden ir para atrás** (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG15: sociedad en clases sociales: **la burguesía, que son los que viven del trabajo de otros**; los hacendados, propietarios de extensiones de tierras que viven del trabajo de otros; **y las clases sociales trabajadoras**, obreros, campesinos, comunarios. Aclaremos que obrero no es sólo el que usa overol, un intelectual o un científico también pueden ser obreros, un albañil, un textilero, un abogado, un sociólogo **y clases medias**, pequeños empresarios, pequeños propietarios y comerciantes que viven de su propia actividad pueden ser también obreros. **No siempre ha habido**

estas clases sociales, son un producto de la modernidad capitalista (GARCÍA LINERA, 2010).

SDG16: Luchar y soñar por el socialismo **de manera realista** es la búsqueda del socialismo comunitario. El socialismo es una lucha por algo distinto al capitalismo, que supere todas sus taras, miserias y actitud destructiva. Y claro, al igual que el capitalismo es una economía, una sociedad, un estado, una cultura y valores, es toda una civilización, algo que supere al capitalismo tiene que ser una economía, una sociedad, un tipo de Estado y política y una cultura que supere al capitalismo, es decir, otra civilización (GARCÍA LINERA, 2010).

Ao apresentar a ideia central, na SDG 10 e SDG11, Linera apresenta o comunismo e a forma de Estado a que corresponde o projeto. Define o socialismo de novo tipo como “*comunitarismo o buen vivir*” em oposição à “*sociedad capitalista*”, exemplo de um sistema desigual. Nessa oposição, o enunciado “algo distinto” assume um efeito pejorativo, direcionado ao capitalismo, e introduz a ressignificação desse sistema a partir de uma descrição negativa.

Na SDG11, a partir da palavra “*que*”, o conceito gramsciano de Estado integral é relacionado à forma do novo Estado boliviano. Após, são descritas as marcas específicas desse Estado, caracterizado aqui também como uma forma de relações temporárias, transitórias, direcionando o discurso a uma narrativa de longo prazo.

Essa narrativa é apresentada com frequência no discurso de Linera e representa, a nosso juízo, a construção de um imaginário de lutas históricas que envolve o processo de transformação social. Esse aspecto, dirigido às classes fundamentais, pode ter diferentes efeitos, mas entendemos que, para as classes subalternas, oferece certa coesão sobre o processo, dá a ideia de um horizonte a ser disputado, construído pela política.

Nas SDG12 e SDG13, o discurso nos remete a outros enunciados “já ditos”. A SDG12 marca a diferença do processo boliviano em relação a outras experiências mundiais. Como marcas distintivas, temos as palavras “*pero*”, “*no existe*”, que reforçam que o que está sendo dito é diferente do que o imaginário popular e o histórico mundial já nos apresentaram. Ou seja, busca ressignificar a ideia do comunismo, a partir da particularidade boliviana.

Também notamos essa ressignificação na SDG13, em que ocorre pela negação de enunciados “já-ditos”, pertencentes a outras formações sociais. O segmento “*no trata de que todos seamos iguales*” se opõe à ideia de que “o socialismo quer que todos sejam iguais”. Aqui é interessante notar que, se, em uma formação discursiva democrática burguesa, o sentido de igualdade é interpretado de forma positiva, essa mesma palavra pode ter sentido

pejorativo quando inserido em uma formação discursiva relativa ao comunismo, em um contexto liberal. Em outras palavras, a depender das formações ideológicas presentes na formação discursiva, a “igualdade” pode ter um efeito de sentido positivo ou negativo. Na formação capitalista, há um interdito acerca do termo comunismo e, nesse sentido, existe a necessidade de demonstrar que o sentido não é evidente. Ou seja, a igualdade no contexto do comunismo não tem um sentido evidente na formação social capitalista, diferentemente do que ocorre com a mesma palavra quando inserida em um contexto capitalista.

Na SDG14, a condicional “*si*” (se) estabelece uma oposição entre o socialismo, ou comunitarismo, e o capitalismo. A referência ao processo cubano é utilizada como exemplo e chamado à ação. A palavra “podemos” indica um fator de coesão e unidade que devem ser levados adiante, a exemplo do que já foi feito em outros lugares.

Na SDG15, notamos, novamente, a luta pela ressignificação dos sentidos, em confronto com uma memória existente. No trecho “*No siempre ha habido estas clases sociales*”, o discurso remete a uma naturalização do capitalismo na sociedade contemporânea como um fenômeno eterno. Assim o fragmento “*no siempre*” se opõe, por exemplo, aos enunciados “o capitalismo é o que existe” ou “a desigualdade entre pessoas sociais é algo natural”. Ainda, a SDG15 também caracteriza a classe trabalhadora como um grande conglomerado que apenas exclui a burguesia.

Aqui as classes sociais são definidas como classes fundamentais e, nesse sentido, o discurso interpela a toda a sociedade, já que os trabalhadores são um grande grupo em oposição à burguesia. Claramente, nesse trecho do discurso, não há busca pela mediação com a classe burguesa, definido como “*los que viven del trabajo de otros*”, com referência nitidamente pejorativa. É pejorativo na medida em que se tem como evidente, entre comunistas e socialistas, que “viver do trabalho dos outros é errado ou imoral”.

Na SDG16, o discurso “aponta” para um horizonte, um projeto ainda em construção, imaginário. Aqui a expressão “*de manera realista*” se opõe a um projeto irreal de socialismo e se opõe, portanto, a uma luta e a um sonho “irreais” que nunca se concretizariam. Pensar o socialismo de maneira realista também significa, nesse segmento, a possibilidade “real” de concluir esse processo de mudança civilizacional.

5.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste quarto capítulo, buscamos demonstrar que o conceito ampliado de ideologia dominante se apresenta como uma opção teórico-metodológica para o estudo da conjuntura concreta em uma formação social. Para isso, examinamos a ideologia como prática através do discurso político na conjuntura de reforma do Estado na Bolívia (2006-2016).

Partimos da resignificação do conceito de ideologia realizada no terceiro capítulo, que nos levou à compreensão de que, quando transportada à análise do Estado capitalista, há uma ampliação conceitual da ideologia dominante. Essa interpretação é possível a partir do momento em que compreendemos a ideologia como uma *categoria relacional* e, dessa forma, sujeita à conjuntura das relações de classe. Como resultado, vimos que essas práticas podem reproduzir as estruturas de produção, mas também podem servir como espaço de transformação social.

Essas práticas, quando pensadas como ideologia estatal/dominante, foram analisadas na teoria política marxista como reprodutivas de um modo de vida e de produção que favorece as classes ou frações burguesas. Por outro lado, o conceito sofre resignificações importantes ao longo de sua história, sobretudo a partir das releituras althusserianas da obra de Marx e Engels. Nesse aspecto, foi Poulantzas, em *O Estado, o Poder, o Socialismo* (1978), que abre a oportunidade de interpretação de que a ideologia está sujeita à ação positiva da luta de classes. Com isso, pode apresentar-se em favor não apenas da reprodução, mas também da transformação (pela via reformista) do Estado.

Neste capítulo, observamos também que Pêcheux, em *Língua e Ideologia* (1988), igualmente compreende a ideologia com possível fator de transformação. Para ele, os AIE constituem, a partir da luta política em seu interior, o local e as condições ideológicas de transformação das relações de produção. A Análise do Discurso pecheutiana, além disso, nos fornece subsídios importantes para a ampliação do conceito de ideologia de Estado, por um lado, porque contempla uma interpretação relacional da prática ideológica e, por outro lado, porque nos permite examinar as relações que a constituem a partir de uma prática ideológica particular, o discurso e, em nosso caso, sua expressão no discurso político.

Outro aspecto fundamental que a AD nos apresenta para a ampliação do conceito de ideologia é que ela parte do pressuposto althusseriano de que “a ideologia interpela os sujeitos”. Partindo dessa interpelação, o discurso como forma ideológica constitui os sujeitos em uma determinada posição de classe. Por consequência, o discurso não pode ser neutro, mas resultado das posições em que os sujeitos se inscrevem nas formações ideológicas

presentes dentro do aparelho do Estado. A ideologia, segundo Pêcheux, constitui uma prática inconsciente, por isso, sua análise abre a discussão sobre a intencionalidade dos sujeitos e, por consequência, relativiza sua possível natureza instrumental. Seguindo essa lógica, a própria noção de discurso como “instrumento” de um sujeito racional é questionada.

Esse aspecto reitera nosso entendimento de que a prática ideológica organizada pelo Estado – em nosso caso de estudo, o discurso político – não é, necessariamente um fator de reprodução, instrumento de uma classe específica, mas pode também apresentar nuances e complexidades em seu funcionamento que só são compreendidas a partir de seu exame na conjuntura de uma formação social.

Essa abordagem, transposta ao *conceito de ideologia de Estado*, nos indicou que a ideologia, como uma prática relacional, pode ser examinada a partir do arcabouço teórico da Análise do Discurso pecheutiana, por meio do discurso político, no espaço cênico da democracia partidária. A partir desse exame, é possível identificar categorias para a interpretação de determinada conjuntura, já que o sujeito do discurso se insere em uma FD que é histórica, constituída por relações e práticas sociais anteriores e relativas às relações de classe.

A partir dessas considerações, realizamos a análise do discurso na cena política boliviana. Particularmente, buscamos destacar as relações de luta política e da formação de imaginários sobre o processo de reforma e o novo Estado. A partir desse exame, constatamos que o discurso de Morales:

- i. apresenta como regularidades: a referência a outras formações discursivas que remetem a enunciados de discriminação aos indígenas; também, a referência constante à necessidade de uma ruptura com o passado, através de demarcações claras de como era “antes” e como “será agora”, com referência especial ao caráter de libertação nacional e dos povos originários;
- ii. nos fornece subsídios para a identificação dos setores e das classes envolvidas no processo político daquela conjuntura. Isso ocorre pela nomeação dos grupos que o apoiaram em sua ascensão. Seus adversários, entretanto, são constantemente apagados da fala ou indicados de forma indeterminada;
- iii. interpela seus adversários na conjuntura para propor uma conciliação de todos os setores e classes em antagonismo.

Já em relação ao imaginário sobre a política, o discurso de Linera:

- iv. apresenta uma “narrativa” coerente sobre o processo de mudança política no país e o caráter popular dessa luta política;

- v. apresenta o *proceso de cambio* a partir das seguintes determinantes: os setores indígenas como vanguarda de toda a sociedade naquele processo político; as tentativas golpistas da antiga classe dominante e suas derrotas para o movimento popular; a existência de hegemonia do bloco ascendente popular em relação aos demais adversários – a ideia de *gravidad fuerte*;
- vi. apresenta como regularidade uma *narrativa de longo prazo*, que resgata o passado e prospecta o futuro do processo político como um horizonte inacabado, ainda a ser construído e, nesse sentido, o Estado se apresenta como a condensação de uma fase desse processo;
- vii. constitui um imaginário em que o Estado, em termos conceituais, se constitui da junção conceitual de Estado integral gramsciano (no sentido de seu funcionamento) e, também, a partir do Estado como uma estrutura jurídico-política, no sentido apontado por Althusser e Poulantzas;
- viii. em relação ao Estado boliviano (plurinacional), constitui um imaginário em que a ideologia jurídica é mitigada como forma principal de caracterizar o novo Estado, a partir da inclusão de práticas econômicas, políticas e culturais pré-capitalistas na ideologia plurinacional e da forma que o burocratismo se apresenta nesse Estado reformado.

Essas são as principais considerações que entendemos serem relevantes para uma síntese deste capítulo e também nos remetem à necessidade de uma conclusão geral, apresentada no próximo item desta tese.

CONCLUSÃO

Nesta tese, nosso objeto de pesquisa foi o conceito de ideologia dominante na formação social capitalista. Examinamos a ressignificação do conceito (geral) de ideologia na teoria política marxista e propomos uma interpretação ampliada do conceito (específico) de ideologia dominante.

Nossa proposição foi elaborada com fundamento no estudo da ideologia na teoria política marxista e sua ressignificação ao longo da história. Identificamos que essa ressignificação permite pensarmos em um conceito ampliado de ideologia dominante, também compreendido como ideologia do Estado. Além disso, a partir dessa ampliação teórica, realizamos o exame da ideologia através da prática do discurso político em nosso caso exemplar de conjuntura política: a reforma do Estado na Bolívia.

Identificamos, a partir da nossa discussão teórica inicial, que, no modo de produção capitalista (MPC), a ideologia que se apresenta como dominante é a ideologia jurídica, pois é a partir dela que se constitui o Estado enquanto estrutura político-jurídica e que se fundamentam as relações sociais de produção. A atuação da ideologia é singular no capitalismo porque, diferente de outras formas históricas de sociedade, em que a ideologia apenas legitimava a desigualdade sem negá-la, na sociedade capitalista, ela busca a ocultação, a dissimulação da exploração de classe.

A ideologia assim atua em favor da função de coesão global do Estado, ao estabelecer o *efeito de isolamento* (o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção), o *efeito de unidade* (unificação virtual desses mesmos indivíduos no burocratismo) e constituir a ideia de povo nação. Esses efeitos que permitem, entre outras coisas, que os sujeitos em uma mesma posição de explorados na produção sintam-se em condições de igualdade em relação à classe proprietária; que tenham a ideia de sua igualdade também frente ao recrutamento para os cargos de Estado; e que se compreendam iguais quanto à sua origem étnica, social e política por meio do pertencimento à nação.

Esses efeitos, pensados sob a política de classes, também têm como consequência criar um imaginário universalizante a respeito dos interesses nacionais. Ou seja, a partir da ideologia jurídica, é possível constituir um imaginário nas classes subalternas de que os interesses particulares das classes ou frações dominantes correspondem aos interesses do povo nação. Assim, a noção de sociedade de classes desaparece em meio a idealização que remete à existência apenas de um grupo de indivíduos com uma identidade nacional. Esses efeitos são pressupostos da ideologia dominante, mas não são meros efeitos ilusórios.

Entendemos que a ideologia dominante não se apresenta apenas com ilusão, mas também se constitui a partir de uma alusão às condições materiais, aquelas que mais se aproximam das condições reais de existência dos sujeitos. Além desse nível de representação imaginária das condições materiais, a ideologia dominante se constitui não apenas pela imposição de uma ideologia de classe, mas pela relação entre a ideologia da classe dominante e das classes dominadas. Isso é importante porque nos remete ao fato de que toda ideologia dominante, nos moldes da democracia burguesa, deve se apresentar com uma ideologia de todas as classes, ainda que sempre sob a dominância da formação ideológica e discursiva da classe dominante.

Esse aspecto relacional se torna mais claro quando compreendemos a ideologia em determinada conjuntura política. Nesse exame é que ela se revela como uma relação social, que resulta em diversas práticas inscritas no Estado capitalista. Nessas práticas é que compreendemos que a ideologia dominante não é apenas a expressão das condições de vida da classe burguesa, mas representa também o modo como a classe subalterna se vive em relação à institucionalidade do Estado e ao modo de produção. Essas mutações da ideologia dominante foram evidenciadas nesta pesquisa a partir da análise da prática do discurso político em nosso caso exemplar.

O bloco político em ascensão, ao reformular a ideologia dominante inclui diversos elementos das ideologias subdeterminadas naquela formação social. Esses elementos formam subconjuntos ideológicos, que correspondem às ideologias de classes provenientes de outros modos de produção pré-capitalistas. Identificamos isso não apenas pela institucionalização legal de determinadas práticas, mas no próprio discurso de Linera, quando ele menciona a inclusão de práticas econômicas, políticas e filosóficas pré-capitalistas no sistema boliviano. O exemplo mais visível dessa incorporação de ideologias subalternas é a própria reformulação da forma como se expressa o regime de Estado que, em sua totalidade, modifica-se da forma republicana para um formato plurinacional, como reconhecimento de formas originárias de organização social.

É nesse sentido que verificamos que a ideologia se consolida, não apenas ocorre por meio da ocultação e/ou por inversão do imaginário das massas, mas também em sentido positivo, criando condições objetivas para a adesão de ambas as classes fundamentais. Ou seja, a adesão à ideologia dominante não ocorre apenas por meio de concessões materiais objetivas por parte do Estado (como direitos individuais e econômicos) mas também por concessões simbólicas e imaginárias às classes fundamentais. Nossa análise da ideologia evidencia que, se ela atuasse, como poderíamos imaginar, apenas como obstáculo à realidade

material, o Estado abandonaria uma de suas funções mais importantes: a de organizar o bloco político em ascensão e colocaria em risco a própria dominância desse bloco.

Esse aspecto mencionado contribui para identificarmos a ideologia como um conceito relacional. Mas há outros aspectos presentes na sua ressignificação na teoria política que nos levam a essa primeira conclusão. Quando pensamos o conceito, da forma como é abordado na teoria política marxista, verificamos que ele está sujeito a diversas conjunturas “práticas” da luta política e, por isso, nos fornece sentidos nem sempre conexos. Os principais aspectos que abordamos em nosso estudo estavam relacionados: a funções de dissimulação e inversão, a um conjunto de práticas e valores de classes, a representações – formas imaginárias constituídas entre sujeitos –, ao mundo “vivido”, às práticas sociais e à prática discursiva. Esses aspectos, transportados ao conceito de ideologia dominante, são compreendidos por nós como pressupostos que, ao nível de análise da formação social, podem assumir diferentes configurações e formar determinada configuração teórica acerca da ideologia. Ou seja, não se trata de pensá-los a partir de um critério de validade absoluta, mas de sujeitá-los ao seu exame prático na conjuntura. Essa proposição em si nos remete ao núcleo da ideologia como um conceito relacional.

Outro aspecto fundamental que identificamos na ideologia como forma relacional é que, a partir de seus exames como prática social, seus efeitos podem atuar em favor tanto da reprodução social como também de sua transformação. Isso porque o nível de acirramento da luta de classes – as próprias relações sociais – é o que condiciona e caracteriza a ideologia dominante. Se a estrutura do Estado, por um lado, atua em favor da reprodução de determinada sociabilidade, por outro, o Estado, entendido como uma condensação de forças em conflito, permite que essa mesma luta de classes atue em favor da transformação desse Estado.

Essa forma de pensarmos as relações ideológicas foi verificada por nós a partir do exame do discurso, utilizando a Análise do Discurso pecheutiana. Essa teoria nos forneceu uma forma de verificar a materialidade da ideologia, por meio de uma de suas práticas: o discurso político. Verificamos, a partir dela, que a ideologia atua ao nível das relações sociais, como uma forma inconsciente de prática dos sujeitos. Sendo assim, relativiza a ideia de que a ideologia possa ser instrumental a uma classe.

Esse aspecto reitera nosso entendimento de que a prática ideológica organizada pelo Estado – em nosso caso de estudo, o discurso político – não é, necessariamente, um fator de reprodução, instrumento de uma classe específica, mas pode também apresentar nuances e

complexidades em seu funcionamento que só são compreendidas a partir de seu exame na conjuntura de uma formação social.

A sua interpretação restritiva pressupõe que ele é instrumental à classe dominante, fonte de ilusão das massas e meio de inversão da realidade. Esses efeitos, a partir dessa interpretação, consideram os sujeitos como inteiramente conscientes de suas posições de classe e interesses reais e exclui do debate outras características importantes para a compreensão de determinadas relações ideológicas e políticas em determinada conjuntura.

Os elementos que apontamos na teoria política, que ressignificam o conceito geral de ideologia, são fundamentais porque, sem essa interpretação, o conceito específico de ideologia dominante é reduzido em suas complexidades quando examinado na prática social.

Essa interpretação restritiva sobre a ideologia nos conduz, por exemplo, a identificar o discurso na cena política sempre como um dispositivo que leva as classes subalternas ao erro, a uma percepção distorcida da realidade que vivem e, com isso, a uma falsa percepção também do Estado e da política. Além disso, se a interpretamos apenas como a expressão de um conjunto de crenças e valores impostas por uma classe específica, o discurso na cena política sempre será e expressará a ideologia “pura” dessa classe.

A ideologia dominante apreendida como prática social nos permite, de outra forma, analisá-la no contexto em que é produzida, pelos sujeitos que a praticam e sob as condições e posições que se encontram nas relações de classe. Por isso, a análise da prática ideológica nos possibilita compreender que a ideologia dominante está sempre sujeita à análise da situação concreta. Essa complexidade é o que nos permite uma análise mais compreensiva de características próprias de determinado conflito em uma conjuntura. O exame das práticas, assim, nos aproxima não apenas da análise das relações imaginárias específicas que constituem determinado momento histórico, mas também da análise dos processos que constituem o movimento real da luta de classes em um momento histórico determinado.

Compreendida dessa forma, em favor de nossa hipótese inicial⁸⁹, entendemos que é possível realizarmos uma ampliação do conceito de ideologia dominante. Essa interpretação ampliada consiste em examinar a ideologia do Estado capitalista, por um lado, a partir de seus pressupostos estruturais (*efeitos de isolamento e unidade*) e, por outro, sujeitar tais pressupostos à sua análise enquanto práticas sociais na conjuntura.

⁸⁹ A primeira parte de nossa hipótese é a de que a ressignificação do conceito geral de ideologia, na teoria política marxista, permite uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante.

É nesse sentido que propomos a segunda parte de nossa hipótese, estudada no caso da conjuntura boliviana de reforma do Estado. A partir dela, supomos que a interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante se apresenta como uma opção teórico-metodológica viável para o estudo de uma conjuntura política concreta. Essa opção foi viabilizada pelo do exame de uma das práticas da ideologia: o discurso político.

A análise do discurso na cena política boliviana nos permitiu comprovar que, no caso exemplar, é possível identificar as relações de luta política e da formação de imaginários sobre o processo de reforma e sobre o novo Estado. Além disso, e mais importante, nos permitiu compreender que a compreensão do processo de construção da ideologia dominante, no caso boliviano, não seria possível através de uma compreensão restritiva do conceito de ideologia.

O conceito ampliado e a expressão relacional da ideologia não se confundem, entretanto, a uma abordagem generalista ou mesmo a uma definição de ideologia como “tudo que existe na prática”. As características que mencionamos antes, para uma compreensão relacional, não constituem, nessa visão ampliada, um simples somatório desses elementos. Como demonstramos ao longo desta tese, nossa proposta ampliada consiste na adesão crítica, por vezes com retificações mais ou menos expressivas daquelas características, através de um exercício dialético. Nesse sentido, não há um conceito estático para definir a ideologia dominante em uma interpretação ampliada. Ela é, para nós, um processo e, como tal, é possível identificá-la pelas categorias extraídas de sua análise concreta.

Entretanto, identificamos como regularidade fundamental desse processo a sua forma relacional. A ideologia dominante de forma ampliada assume esse caráter relacional, identificável a partir de diferentes características. Primeiro, porque assume um caráter social específico, em uma sociabilidade capitalista, onde determinadas práticas (entre trabalhadores e não trabalhadores) existem para a reprodução do modelo. Além disso, porque a ideologia se apresenta a partir de um conjunto de relações instáveis na conjuntura. Dessa forma, possibilita ao examinador, a partir de suas práticas correspondentes nesse conflito, compreendê-la também como um “resumo” daquelas relações em determinada conjuntura.

Também observamos o caráter relacional quando analisamos sua constituição enquanto ideologia nacional, quando se mesclam à ideologia da classe dominante alguns elementos dos subgrupos das ideologias subalternas. Esses elementos se inter-relacionam de forma a cumprir a função de “cimento” da sociedade, seja em forma das ideias de Estado-nação, seja a partir da legitimação de determinado grupo no poder, ou, ainda, no sentido de estabelecer a coesão e legitimação nas relações de produção.

Por fim, a ideologia se apresenta na formação social como uma relação entre práticas. Um exemplo dessa prática demonstramos pela análise do discurso político na cena boliviana. Aquele discurso, prática estatal, representa apenas uma espécie de expressão material da ideologia. Diversas outras práticas se realizam e se fundem em torno da ideologia dominante e das formações ideológicas e discursivas em determinado momento histórico.

A ideologia de Estado não se constitui um objeto real-concreto acabado, nem mesmo limitado a um rol taxativo de práticas. Diante da existência de inúmeras práticas ideológicas (por exemplo, o contrato de trabalho, o voto, os símbolos nas instituições do Estado, a compra e venda de mercadorias etc.), nossa pesquisa trabalhou, a título exemplar, apenas um tipo de prática social: a do discurso político. Com isso, pudemos analisar partes importantes da conjuntura da reforma do Estado boliviana, como os aspectos que constituem o imaginário acerca do Estado, do capital etc., além de identificarmos aspectos pontuais dos conflitos de classe.

Diante de nossos achados, nos deparamos com limitações e, ao mesmo tempo, também com perspectivas de análises futuras com base na interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante. Um exemplo disso pode ser a possibilidade de analisarmos uma conjuntura do Estado com ênfase em outras práticas sociais. Por exemplo, as relações de trabalho, as relações artísticas e estéticas, os símbolos das instituições do Estado etc. Ou mesmo destacarmos outros aspectos do conceito ampliado, como as questões relativas à formação de uma ideologia autoritária (fascismo, ditadura) ou democrática (representação, participação). Além disso, essa mesma análise que realizamos com ênfase nos interesses de grupos, classes e suas frações dentro e fora do bloco político.

É nesse sentido que entendemos que a ampliação do conceito de ideologia de Estado se apresenta como uma alternativa de abordagem para a análise de uma conjuntura concreta na formação social capitalista.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, Martins Fontes, 1982.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

AMARAL, M. V. B.; ZOPPI FONTANA, M. G. Análise do Discurso e o Materialismo histórico. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). **Análise do discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos – 30 anos de Michel Pêcheux. Campinas: Mercado das Letras, v. 1, p. 35-54, 2015.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Antônio Gramsci. *In*: ANDERSON, P. et al. **Crítica Marxista**: A estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo: Editora Joruês, p.7-74, 1986.

ANDREUCCI, D. Populism, hegemony, and the politics of natural resource extraction in Evo Morales's Bolivia. **Antipode**, v. 50, n. 4, p. 825-845, 2017.

ANDREUCCI, D.; RADHUBER, I. M. Limits to “counter-neoliberal” reform: Mining expansion and the marginalisation of post-extractivist forces in Evo Morales’s Bolivia. **Geoforum**, v. 84, p. 280-291, 2017.

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2016.

BALLIVIÁN, Salvador Romero. Análisis de la elección presidencial de 2005 en Bolivia. **América Latina Hoy**, v. 43, p. 31-61, 2006.

BELL, Daniel. **O Fim da Ideologia**. Brasília: Editora da Universidade Federal de Brasília, 1980.

BOITO JR, Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista: comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. **Crítica Marxista**, v. 15, p. 127-139, 2002.

BOITO JR, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BONETTO, María Susana; IRUSTA, Silvina. **Del estado nacional al estado plurinacional**. Córdoba: Edivim, 2016.

BORON Atilio (comp). **Los gobiernos progresistas en debate**, Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CODATO, Adriano. **O conceito de ideologia no marxismo clássico**: uma revisão e um modelo de aplicação. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p311>. Acesso em 04/2020.

CODATO, Adriano. Poulantzas, O Estado e a Revolução. **Crítica marxista**, v. 27, p. 65-85, 2008.

COSTA BENAVIDES, J. La “Guerra del Gas”. Representaciones sobre neoliberalismo y defensa de los recursos naturales en la crisis política de octubre de 2003 en Bolivia. **Colección Monografías**, n. 14. Caracas: Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales, CIPOST, FaCES, Universidad Central de Venezuela. 40 págs. 2004. Disponível em: <http://www.globalcult.org.ve/monografias.htm>. Acesso em 10/2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo y Política: la dualidad de poderes y otros ensayos**. Santiago: Lom Editores, 2011.

CUNHA FILHO, C. M. Reforma, reação e mobilização social na Bolívia de Evo Morales. In: PARENTE, F. J. C. FROTA, F. H.; FERREIRA LIMA, H. (eds.). **Dos Andes aos Pampas**: Integração e Cenários na América Latina. Fortaleza: EdUECE, p. 101-124, 2010.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Evo Morales e a construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo. **OIKOS**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 150-173, 2011

DO ALTO, Hervé. El MAS-IPSP boliviano, entre movimiento social y partido político. **Análisis político**, v. 21, n. 62, p. 25-43, 2008.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019.

EL DIÁRIO. No queremos que indígenas vivan como selvajes. **El Diálogo**. 09/2011. Disponível em: https://www.eldiario.net/noticias/2011/2011_09/nt110907/2_11plt.php Acesso em: 01/2020.

ELÍAS, A. (org.). **Los gobiernos progresistas en debate**: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ESPINOZA MOLINA, Fran. Bolivia: La circulación de sus élites (2006-2014). In: **Colección Ciencias Sociales e Historia de El País**. Santa Cruz de la Sierra, n. 36, 2015.

ESPINOZA, Fran; GERARDI, André. Gabinetes ministeriais da Bolívia e Brasil: novos atores sociais ou velhas elites tecnocráticas. **1º Seminário Internacional de Ciência Política**, UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 10, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FARTHING, Linda C.; KOHL, Benjamin H. **Evo's Bolivia: Continuity and change**. University of Texas Press, 2014.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FORNILLO, Bruno; SCHIAVI, Marcos. Sindicatos campesinos y poder estatal en la Bolivia vista (2005-2010). **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM. Les Cahiers ALHIM**, n. 26, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/4819> Acesso em 02/2020.

FUSER, Igor. **Bolívia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2016.

GARCÉS, F. (Ed.). El Pacto de Unidad y el proceso de construcción de una propuesta de Constitución Política del Estado. **Programa NINA/Agua Sustentable/Cejis/Cenda**, La Paz. 2010.

GARCÉS, V. et al. Los esfuerzos de construcción descolonizada de un Estado plurinacional en Bolivia y los riesgos de vestir al mismo caballero con otro terno. **Revista Integra Educativa**, v. 3, n. 1, p. 49-66, 2010.

GARCÍA LINERA, A. El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: GARCÍA LINERA, A.; PRADA, R.; TAPIA, Luis; CAMACHO, O. V. **El estado: campo de la lucha**. Muela del Diablo Ed., 2010a.

GARCÍA LINERA, A. **El Vicepresidente describe el nuevo campo político en Bolivia**. La Paz. Extraído, em 03/10/2019, de: <http://www.vicepresidencia.gob.bo/El-Vicepresidente-describe-el>. v. 11, n. 6, p. 2016, 2014. (atualmente fora do ar). Acesso em 10/2019.

GARCÍA LINERA, Álvaro et al. **El estado: campo de la lucha**. Muela del Diablo Ed., 2010b.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El Estado y la vía democrática al Socialismo. **Revista Nueva Sociedad**, n. 259, septiembre-octubre de 2015, ISSN: 0251-3552.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El socialismo comunitario. Un aporte de Bolivia al mundo. **Revista de Análisis: Reflexiones sobre la coyuntura**. n. 5, fevereiro/2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/07/27/discursos-e-entrevistas/> Acesso em: 28/07/2020

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Las tensiones creativas de la revolución: la quinta fase del Proceso de Cambio**. Vicepresidencia del Estado Plurinacional, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Los tres pilares de la nueva constitución política del Estado: Estado Plurinacional, Economía estatal y Estado autonómico. **Discurso del Vicepresidente del Estado Plurinacional en la sede de la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)**. Vicepresidencia del Estado Plurinacional. La Paz, v. 4, 2008 Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/07/27/discursos-e-entrevistas/> Acesso em: 28/07/2020

GENTILI, Pablo; SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Paz e Terra, 2008

GIL, A. D. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? **Perspectivas**, São Paulo, v. 33, p. 157-189, janeiro-junho/2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel**. Cidade do México: Ediciones Era, 1999d.

HAROCHE, Claudine.; HENRY, Paul.; PÊCHEUX, Michel. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, R. L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 13-32, 2007.

HARTEN, Sven. **The rise of Evo Morales and the MAS**. Zed Books Ltd., 2011.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, p. 11-38, 2014.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984)**. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1992.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de sociologia e política**, v. 17, n. 33, 2009.

JESSOP, Bob. **State power: a strategic-relational approach**. Cambridge: Polity Press, 2007.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONDER, Leandro. **Em Torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LACERDA, Rosane Freire. **“Volveré, y Seré Millones”: Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação**. Brasília, v. 2, 2014.

LACLAU, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism**. London: NLB, 1977.

LARRAÍN, Jorge. **El concepto de ideología**. Volume II: El marxismo posterior a Marx: Gramsci e Althusser. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

LARRAÍN, Jorge. Ideologia. *In*: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LECHNER, Norbet. Acerca del ordenamiento de la vida social por medio del Estado. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 43, n. 3, p. 1079-1102, julho-setembro, 1981.

LENIN, V. I. El Partido Socialista y el Revolucionarismo Apartidista. *In*: LENIN, V. I. **Obras completas**. Tomo X – 1905-1906. Madrid: Akal Editor, 1976.

LINERA, Álvaro García. ¿Fin de ciclo progresista o proceso por oleadas revolucionarias?. *In.*: SADER, Emir (org.). **Las vías abiertas de América Latina: siete ensayos en busca de una respuesta: ¿fin de ciclo o repliegue temporal?** (Colección Política y Hegemonía). Caracas: CELAG: BANDES, 2017.

LINERA, Álvaro García. **Balanço dos 15 anos de Governos Progressistas na América Latina**. 2015. Disponível em: http://5e912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/Linera_transcricao_fala_10_pontos_AL_final.pdf Acesso em: 14/07/2019

LÖWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social: Elementos para uma Análise Marxista**. São Paulo: Cortez, 1991

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia: introdução à Sociologia do Conhecimento**. Porto Alegre: Editora Globo, 1950.

MARTINEZ DALMAU, Rubén. **¡Ahora es cuándo, carajo! Del asalto a la transformación del Estado en Bolivia**. (Editado por Íñigo Errejón y Alfredo Serrano). Barcelona: El viejo Topo, 2011.

MARTUSCELLI, Danilo E. **Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo**. Florianópolis: Editora em Debate – UFSC, 2018.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MASCARO, A. L. B. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYORGA UGARTE, Fernando. Referéndum y asamblea constituyente: autonomías departamentales en Bolivia. **Colombia Internacional**, n. 64, p. 50-67, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81206404> Acesso em: 02/2020.

MEDEIROS, Leonardo B.; BUSNELLO, Flávio M.; GRANATO, Leonardo B. O estudo do Estado democrático latinoamericano: Uma perspectiva relacional. Tla-Melaua, Revista de Ciencias Sociales Facultad de Derecho y Ciencias Sociales / Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP). p.7-28. 2020. Disponível em: <http://www.apps.buap.mx/ojs3/index.php/tlamelaua/article/view/954>. Acesso em: 01-04-2020.

MÉSZÁROS, I. Transformações materiais e formas ideológicas. *In*: MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, p. 105-176, 2011.

MILIBAND, Raph. Poulantzas and the Capitalist State. **New Left Review**, v. 82, n. 1, p. 83-92, 1973.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. *In*: INDURSKY, Freda & LEANDO FERREIRA, Maria C. (orgs). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, p. 153-162, 2007.

MORALES AYMA, EVO. Discurso de posesión del presidente constitucional de Bolivia Evo Morales. Tiahuanacu, 2006. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/07/27/discursos-e-entrevistas/> Acesso em: 28/07/2020

MORALES AYMA, Evo. Discurso de Posesión del Presidente Juan Evo Morales Ayma en el Congreso Nacional de Bolivia. 2006. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/07/27/discursos-e-entrevistas/> Acesso em: 28/07/2020

MORALES, J. A. Cambios y consejos neoliberales en Bolivia. **Revista Nueva Sociedad**, n. 121, p. 134-143, setembro-outubro, 1992.

MUTTI, Antonio; SEGATTI, Paolo. **A burguesia de Estado: Estrutura e funções da empresa pública**. Zahar, 1979.

NATANSON, José. Las reformas pactadas. Entrevista a Álvaro García Linera. **Nueva Sociedad**, v. 209, p. 160-172, 2007.

O'DONNELL, Guillermo A. Experiencias y Perspectivas de Grupos de Trabajo (CLACSO). **Latin American Research Review**, v. 12, n. 2, p. 109-120, 1977.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Ed., 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez/ Editora da Unicamp, 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. Cortez Editora, 1990

PANNAIN, Rafaela N. A Reconfiguração da Política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. **Lua Nova**. São Paulo, n. 105, p. 287-313, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4452018000300010&lng=en&nrm=iso Acesso em 29/01/2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-287313/105>.

PANNAIN, Rafaela Nunes. Expansão do Estado na Bolívia e resistências: entre hegemonias e autonomias. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 22-47, 2019.

PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rubén Martínez. Los procesos constituyentes latinoamericanos y el nuevo paradigma constitucional. **IUS. Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla AC**, n. 25, p. 7-29, 2010.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. Eni P. Orlandi. *In*: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, v. 3, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. Les Vérités de la Palice, Maspero. Paris. trad. bras. (1988) Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. E. Orlandi. Campinas. Ed. da Unicamp, [1975] 1988. *In*: INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984)**. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. Língua e ideologia. *In*: PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 87-94, 1988.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995 [1975].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975), p. 159-205. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 2014.

PIMMER, Stefan. La autonomía relativa en la periferia: reflexiones en torno al Estado en la obra de Nicos Poulantzas, René Zavaleta y Luis Tapia. **De Raíz Diversa**, v. 3, n. 6, p. 157-185, 2016.

POULANTZAS, Nicos, Repères, Collection, Dialectiques. **Interventions**. Paris: Ed. François Maspero, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense Editora, 1972.

POULANTZAS, Nicos. **La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne**. Paris: François Maspero, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019. [1968].

POULANTZAS, Nicos. The Problem of the Capitalist State. **New Left Review**, n. 58, p. 67-78, 1969.

PRZEWORSKI, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RADHUBER, Isabella Margerita. **Recursos naturales y finanzas públicas: La base material del Estado plurinacional de Bolivia**. Plural Editores, 2014.

REIS, Guilherme Simões. A socialdemocracia do MAS boliviano. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 21, n. 48, p. 67-83, 2013.

ROJAS, Gonzalo Adrián. Caracterizando os governos "pós-neoliberais" latino-americanos. **Libertas**, v. 15, n. 1, 2015.

ROJO, Hugo Boero. **Descubriendo Tiwanaku**. La Paz/Cochabamba: Editorial Los Amigos del Libro, 1980.

SADER, Emir (org.). **Las vías abiertas de América Latina: siete ensayos en busca de una respuesta: ¿fin de ciclo o repliegue temporal?** (Colección Política y Hegemonía). Caracas: CELAG. BANDES, 2017.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, 1998.

SANTAELLA Gonçalves, R **Intelectuais em movimento: o Grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia**. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, F. P. 2011. Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas. *In*: REIS, Guilherme Simões. A socialdemocracia do MAS boliviano. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 21, n. 48, p. 67-83, 2013.

SILVA, Ludovico. **La plusvalía ideológica**. Caracas: FUNDARTE, 2017.

SILVA, Ludovico. **Teoría y práctica de la ideología**. México: Nuestro Tiempo, 1978.

SORUCO SOLOGUREN, Ximena. La nueva burocracia plurinacional en Bolivia. **L'Âge d'or. Images dans le monde ibérique et ibéricoaméricain**, n. 9, 2016.

SVAMPA, M. Movimientos sociales y escenario político: las inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina. **OSAL, CLACSO**. Buenos Aires, julho, 2007.

TAPIA, L. **La sustitución del pueblo**. La Paz: Autodeterminación, 2014.

TAPIA, Luis. El Estado en condiciones de abigarramiento. *In*: GARCÍA LINERA, A.; PRADA, R.; TAPIA, L.; VEGA CAMACHO, Oscar. **El Estado: campo de la lucha**. La Paz: Muela del Diablo, p. 97-127, 2010.

TAPIA, Luis. **La igualdad es cogobierno**. 2007.

TAPIA, Luis; MEALLA, Luis Tapia. **La coyuntura de la autonomía relativa del Estado**. La Paz: CLACSO, 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social pratica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TORRICO TERÁN, M. ¿Qué ocurrió realmente en Bolivia?. **Revista Perfiles Latinoamericanos**. México DF, v. 13, n. 28, p. 231-261, julho-dezembro, 2006.

VALENÇA, Daniel Araújo. **De costas para o império: o estado plurinacional da Bolívia e a luta pelo socialismo comunitário**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

VALENÇA, Daniel Araújo. **Marxismo e América Latina: lutas políticas e novos processos constituintes**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

VIANA, J. P. S. Construção democrática, crise institucional, e ascensão indígena ao poder: Evo Morales e a Bolívia do século XXI. *In*: CUNHA FILHO, C. M.; VIANA, J. P. S. (orgs). **A Bolívia no Século XXI: Estado Plurinacional, Mudança de Elites e (Pluri)Nacionalismo**. Curitiba: Appris, 2016.

WILLIAMSON, John (ed.) **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?**, Washington, Institute for International Economics, 1990.

ZAVALETA MERCADO, René. El poder dual en América Latina [1973]. *In*: SOUZA CRESPO, Mauricio (ed.) René Zavaleta Mercado. **Ensayos 1957-1974**. La Paz: Plural, p. 367-527, 2011b.

ZAVALETA MERCADO, René. Las formaciones aparentes en Marx [1978]. *In*: SOUZA CRESPO, Mauricio (ed.) René Zavaleta Mercado. **Ensayos 1975-1984**. La Paz: Plural, p. 425-458, 2011a.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 12, abr. 2015. ISSN 2594-8962. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55118>. Acesso em: 05/2020.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. *In*: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.